SIMONE FLORES MONTEIRO

POLÍTICA PÚBLICA PARA MUSEUS NO BRASIL: O LUGAR DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS NA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Tese defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Doutor em Museologia com o Despacho de Nomeação de Júri nº358/2015 com a seguinte composição de Júri:

Presidente: Professor Doutor Mário Moutinho - ULHT

Vogais: Professora Doutora Judie Primo – ULHT

Professor Doutor Manuel Antunes – ULHT

Professor Doutor Manuel Serafim – ULHT

Professor Doutor Mário Antas – MNA

Professor Doutor Pedro Leite (CES/UC)

Orientador: Professor Doutor Mario de Souza Chagas - UNIRIO

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Departamento de Museologia

Lisboa

2016

DEDICATÓRIA

In memorian de meus amores para sempre, minha mãe Therezinha de Jesus Flores Monteiro e meu companheiro Adyr Bomfiglio Olinto

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um dos fazeres mais lindos. É reconhecer o outro na vida da gente, é ter a certeza de que em nossa caminhada não estávamos sozinhos. No percurso deste trabalho, pude contar com a presença, apoio, inspiração, ensinamento e auxílio de muitas pessoas que, com certeza, além de contribuírem para a realização deste trabalho, também contribuíram para meu crescimento pessoal, o que me enche de alegria e me faz mais feliz.

Aos meus pais, Flavio Dias Monteiro e Therezinha de Jesus Flores Monteiro pela vida, pelo aprendizado, pelo amor e dedicação na tarefa de me educar e me motivar a aprender.

Aos meus irmãos, Sandro e Silvio Flores Monteiro, por nossa amizade, cumplicidade e parceria.

À minha filha Nicole Monteiro Vieira, pelo amor que nos une, pelo aprendizado e pelo exercício da maternidade.

À minha neta Alice Flores Monteiro, por me fazer descobrir e viver o amor mais sublime.

Às minhas cunhadas Aline Michel da Silva Pinho e Helen Michel Hecht e ao meu sobrinho Bernardo Pinho Monteiro, pela amizade e companheirismo.

À museóloga Professora Doutora Rosana Nascimento, pelos ensinamentos, compartilhamentos e, principalmente, pela acolhida em seu coração.

Às amigas, Claudia Storino, Cristina Holanda, Janice Hias, Leda Reyer, Leida Salvatori, Marcia Bibiani, Nóris Leal e Rose Miranda pela amizade e companheirismo, apoios fundamentais para realizar esta jornada.

Aos irmãos que o trabalho me trouxe, Eneida Braga Rocha de Lemos e Átila Tolentino, pela amizade, pelo carinho e pelos cuidados.

A Carine Duarte e Sandra Adyr, funcionárias do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, pela amizade, pela lealdade e pelos incentivos.

Às amigas que a Museologia Portuguesa me trouxe, Joana Sousa Monteiro e Clara Camacho, pela amizade, pelo apoio e pelas discussões sobre o tema que nos reuniu.

Ao José do Nascimento Junior pela amizade, pela confiança e pelas oportunidades.

À Gabriela Ramos Figurelli e sua família, pela amizade, pela ternura, pelo carinho, pelo apoio e pela alegria de compartilharmos vivências no campo da Museologia.

Ao amigo Luis Henrique Abreu Drenovicz, pela amizade de uma vida, pelo apoio, pela disponibilidade e pela leitura e revisão do trabalho.

Aos amigos Emilio Jeckel Neto, Melissa Guerra Simões Lopes Pires, Jorge Franz,

Zilda Margarete Lucena, Lucas Sgorla de Almeida, Diana Bertoglio e Suelen Rodrigues pela confiança, pela amizade e pelo apoio.

Ao Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por me acolher e fazer da minha existência um desafio, um aprendizado e por me dar muitos amigos.

Aos colegas e professores do curso pelo companheirismo na caminhada, pelos estímulos e ensinamentos.

À Associação Brasileira de Museologia e à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, por oportunizarem sonhos e projetos.

Por fim, porque os últimos serão os primeiros, ao meu orientador poeta museólogo Professor Doutor Mario de Souza Chagas, por ser uma pessoa amável, gentil e generosa, pelos ensinamentos, pelos compartilhamentos e pelas orientações e, acima de tudo, por acreditar em mim.

RESUMO

Esta é uma pesquisa organizada com base na investigação científica e que aproxima as áreas da Museologia e das Políticas Públicas. A área cultural brasileira tem uma trajetória difícil e complexa para garantir a cultura como direito do cidadão. O processo de construção de uma política pública para museus no Brasil não é diferente dos outros setores culturais, todos enfrentam há muito tempo a falta de planejamento, a falta de interesse, o descaso político e a ausência de compreensão da cultura como fator de desenvolvimento social. Em 2003, com a posse do Ministro da Cultura Gilberto Gil, o país começou a vislumbrar um projeto para a cultura. No campo dos Museus esse projeto tomou forma com a Política Nacional de Museus, que tem origem no movimento do setor museológico que reivindicou mudanças para a área e para os museus. Ao instituir o Sistema Brasileiro de Museus, o programa de política pública estabeleceu uma relação a partir das redes, das conexões com o objetivo de construção participativa, colaborativa e acima de tudo com respeito às diversidades e promovendo a inclusão social. Com base nas reflexões sobre política, políticas públicas e nas referências das experiências de outros países, esta tese analisa o processo de criação da Política Nacional de Museus e a atuação do Sistema Brasileiro de Museus e as implicações na prática museológica e nas relações sociais estabelecidas.

Palavras Chaves: Museologia, Política Públicas, Redes e Sistemas, Política Nacional de Museus, Sistema Brasileiro de Museus.

ABSTRACT

This research has its organization based in scientific investigation and acts approaching the areas of Museology and Public Policies. The Brazilian cultural area has a difficult and complex path in the way to ensure the culture as citizen rights. The construction of a public policies to museums in Brazil is not different from others cultural areas, they all face for a long time a lack of planning and interest, politic neglect and the misunderstanding of culture as a factor of social development. In 2003, with a new minister of culture Gilberto Gil, the country started to think in a project to culture. At the museums field this project took shape with the National Policy for Museums that has its origins in the museology department movement which claimed for changes to the area and for the museums. By introducing the Brazilian System of Museums, the public policy program established a relationship from the net, the connections with the objective of participatory construction, collaborative and mainly with respect to diversity and promoting social inclusion. Based on reflections about politics, public policy and data from another country experiences, this thesis analyzes the foundation process of National Policy for Museums and the Brazilian Museum System performance and the consequences in museology practice and in established social relationships.

Key words: Museology, Public Policies, Nets and Systems, National Policy of Museums, Brazilian System of Museums.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAM – American Alliance of Museums - Aliança Americana de Museus

ABBTUR - Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo

ABM – Associação Brasileira de Museus

AL – Estado do Alagoas

AM – Estado do Amazonas

APOM – Associação Portuguesa de Museus

BA – Estado da Bahia

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CE – Estado do Ceará

CEAM – Centro de Estudos Avançados Museológicos

CECOR/EBA/UFMG - Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis - Escola de Belas Artes- Universidade Federal de Minas Gerias

CEF – Caixa Econômica Federal

CNM – Cadastro Nacional de Museus

COFEM – Conselho Federal de Museologia

COREM/ 1ª Região – Conselho Regional de Museologia (a região abrange os seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe)

CW&A – Assessoria de Imprensa especializada em artes visuais, design, patrimônio histórico, cultura e lazer

DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais

DIBAM – Direción de Bibliotecas, Archivos y Museos/Chile

DF – Distrito Federal

DIMUS/IPAC/SECULT – Diretoria de Museus/Instituto Patrimônio Artístico Cultural/ Secretaria da Cultura

EMBRAFILME – Empresa Brasileira de Filmes Sociedade Anônima

ENEMU – Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia

ES – Estado do Espírito Santo

EUA – Estados Unidos da América

EXPOMUS – Empresa de desenvolvimento de exposições, criação e revitalização de museus e espaços culturais

FAECA – Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

FUNDACEN – Fundação Nacional de artes Cênicas

FURNAS - Empresa de geração e transmissão de energia, de economia mista, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia

GTs – Grupos de Trabalho

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM - The International Council of Museums - Conselho Internacional de Museus

ICOM-BR – Conselho Internacional de Museus/Brasil

IMC- Instituto de Museus e Conservação

IPHAN – Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPM – Instituto Português de Museus

IRI/PUCRJ – Instituto de Relações Internacionais – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

MA – Estado do Maranhão

MCT-PUCRS – Museu de Ciências e Tecnologia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

MG – Estado de Minas Gerais

MHN – Museu Histórico Nacional

MinC – Ministério da Cultura

MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MUF- Museu de Favela

NEMU – Núcleo de Estudos Museológicos

OEI – Organização dos Estados Iberoamericanos

PA – Estado do Pará

PB – Estado da Paraíba

PE- Estado de Pernambuco

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PETROBRAS – Empresa de Energia, Pré-Sal, Biocombustível e Tecnologia

PNM – Política Nacional de Museus

PNSM – Plano Nacional Setorial de Museus

PR – Estado do Paraná

PRONAC – Programa Nacional de Apoio a Cultura

PROARQ-FAU/UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro

REM – Rede de Educadores em Museus

RJ – Estado do Rio de Janeiro

RPM – Rede Portuguesa de Museus

RS – Estado do Rio Grande do Sul

SBM – Sistema Brasileiro de Museus

SC – Estado de Santa Catarina

SEM/RS – Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul

SP – Estado de São Paulo

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federa de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS- Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura)

UNIBAVE – Universidade Barriga Verde

UNIPLI - Centro Universitário Plínio Leite

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS 12
ÍNDICE DE MAPAS E QUADROS 14

Introdução 15
Objetivos.....20
Fontes e referências teóricas 21
Metodologia de investigação 23
Razões da Escolha do Tema.....25
Percurso expositivo/organização do trabalho/estrutura do trabalho.....26

1. Para uma identificação conceitual de Política e Política Pública..... 30
1.1 A construção do conceito Política..... 30
1.2 Política Pública Cultural enquanto unidade conceitual 33
1.3 No encontro de Política Pública Cultural no Brasil, a partir de 2003..... 40

2. Redes e Sistemas 45
2.1 Conceitos, Conexões e Origens 46
2.2 Referências de experiências de outros países 56
2.2.1 Portugal – Rede Portuguesa de Museus 57
2.2.2 Espanha – Sistema Espanhol de Museus 65
2.2.3 Espanha – Sistema de Museus da Catalunha 66
2.3 Referência de experiência no Brasil – Estado do Rio Grande do Sul – Sistema Estadual de Museus 68

3. Política Nacional de Museus: conexões para a construção em rede 76
3.1 Caminhos de Encontro 78
3.2 A Construção em rede 85
3.2.1 Mapeando e Conectando a Rede 97
3.2.2 Capacitar Conectando 113
3.2.3 Fomentar Conexões 122
3.3. Grandes Conexões: Fóruns Nacionais de Museus 133

4. A Institucionalização da Política Nacional de Museus 167
4.1 Legislação e Estrutura 167
4.2 Estatuto Brasileiro de Museus e IBRAM - os desafios
em conectar e crescer..... 185
4.3 A sincronia dentro da diacronia ou a "linha de tempo" 193

Conclusão 202
BIBLIOGRAFIA CITADA 212
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA 219
ÍNDICE REMISSIVO 226
Anexos I

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Ministro Gilberto Gil – maio 2003 44

Fotografia 2 - Cartaz I Fórum Estadual de Museus do RS 71

Fotografia 3 - Cartaz 8º Fórum de Museus do RS 71

Fotografia 5 - Mesa de Abertura 12º Fórum Estadual de Museus do RS 73

Fotografia 6 - Minicurso Acessibilidade no 12º Fórum Estadual de Museus do RS 73

Fotografia 7 - Minicurso de Ação Educativa em Museus - Ministrante Alice Benvenuti 74

Fotografia 8 - Capas dos Guias de Museus do RS 2002/2006 75

Fotografia 9 - Caderno da Política Nacional de Museus 89

Fotografia 10 - Oficina Implantação de Sistemas de Museus – Fortaleza 109

Fotografia 11 - Logotipo de divulgação 1º Fórum Nacional de Museus 135

Fotografia 12 - Logotipo de divulgação 2º Fórum Nacional de Museus 138

Fotografia 13 - Logotipo de divulgação 3º Fórum Nacional de Museus 143

Fotografia 14 - Ministro Gilberto Gil com fundadores do Museu da Maré 144

Fotografia 15 - Ministro Gilberto Gil interagindo com o público na praça no município de Pelotas/RS 144

Fotografia 16 - Logotipo de divulgação do 4º Fórum Nacional de Museus 149

Fotografia 17 - Mesa de encerramento da Plenária Final da Pré-Conferência Museus e Memórias 150

Fotografia 18 - Vista parcial da Plenária Final da Pré-Conferência Museus e Memórias ...151

Fotografia 19 - Museu do Cortejo no 4º Fórum Nacional de Museus 153

Fotografia 20 - Ritual de Celebração dos Pontos de Memória no 4º Fórum Nacional de Museus 154

Fotografia 21- Logotipo de Divulgação do 5º Fórum Nacional de Museus 161

Fotografia 22 - Conferência de Abertura do 5º Fórum Nacional de Museus 162

Fotografia 23 - Manifestação dos participantes diante da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, no 5º Fórum Nacional de Museus 164

Fotografia 24 - Vista da Plenária do 5º Fórum Nacional de Museus 165

Fotografia 25 - Reunião com a Diretora de Administração e Assuntos Públicos e com a Diretora de Programas de Museus de Artes do Estado de Nova York (foto 1) 169

Fotografia 26 - Reunião com a Diretora de Administração e Assuntos Públicos e com a Diretora de Programas de Museus de Artes do Estado de Nova York (foto 2) 169

Fotografia 27 - Comitiva Brasileira em visita à Diretoria da AAM 170

Fotografia 28 - Audiência Comissão de Educação e Cultura – Câmara dos Deputados ... 171

Fotografia 29 - Audiência Pública Senado Federal 172

Fotografia 30 - Autoridades na Posse da Primeira Diretoria do IBRAM 177

Fotografia 31 - Vista parcial do Auditório do salão Brasília, Palácio Itamaraty na posse da Primeira Diretoria do IBRAM 178

Fotografia 32 - Apresentação do Grupo de Rap Museu de Favela na posse da Primeira diretoria do IBRAM 179

ÍNDICE DE MAPAS E QUADROS

Mapa 1 - Estado do Rio Grande do Sul – Divisão nas Sete Regiões Museológicas 69

Mapa 2 - Quantidade de Museus por Unidade da Federação – Brasil 2010 101

Mapa 3 - Comparação entre Densidade Populacional e Dispersão Geográfica dos Museus Brasileiros 102

Mapa 4- Comparação entre Órgãos Gestores da Cultura e Dispersão Geográfica dos Museus Brasileiros 103

Quadro 1 - Investimento Edital Modernização de Museu 125

Quadro 2 - Investimento Edital Mais Museus 126

Quadro 3 - Investimento Edital Prêmio Mário Pedrosa 128

Quadro 4 - Investimento Edital Prêmio Darcy Ribeiro.....128

Quadro 5 - Investimento Edital Prêmio Pontos de Memória.....129

Quadro 6 - Investimento Edital Prêmio Modernização de Museus – Microprojetos 129

Quadro 7 - Comparativo da Composição do Comitê Gestor do SBM 188

Introdução

"A beleza da manhã é esta: você não vê o sol, mas a claridade. "[1]

A construção de uma política pública de caráter processual, comprometida com transformações sociais alvorece como uma claridade, uma luz que ainda não se vê, mas que se percebe. Assim como a claridade da manhã indica o surgimento de um novo dia; a criação e a estruturação de políticas públicas de cultura sugerem outro amanhecer para o campo museal e museológico, para a lida com o patrimônio material e imaterial, para a educação comprometida com a cidadania, o direito à memória, ao patrimônio, ao lazer e à sociabilidade em espaços públicos adequados e apropriados.

Esta pesquisa busca demonstrar e analisar um modelo de política pública para museus no Brasil. As implicações teóricas desta investigação no campo da Museologia e das Políticas Públicas apontam para a necessidade de estudos acerca de um programa que vem sendo adotado em um país em diálogo com outros países e que reflete seus posicionamentos e posturas em relação à cultura e especificamente ao patrimônio cultural, material e simbólico.

A pesquisa aqui apresentada relaciona-se com os estudos de memória e museologia social, com as narrativas de identidades coletivas, com estudos sobre as políticas e as representações nos museus, pois como afirma Judite Primo:

> "Os conceitos que têm sustentado as políticas culturais em geral e as políticas da preservação do patrimônio têm vindo a mudar de acordo com as transformações das sociedades. Por trás das preocupações da salvaguarda, manifesta-se o desejo de preservar as memórias colectivas das sociedades. ¨ (Primo, 2006, p.1).

No contexto atual, de uma sociedade globalizada, como a que vivemos na atualidade, pensar e elaborar políticas sociais como centro das políticas que impulsionem o desenvolvimento integral dos indivíduos e da sociedade é um desafio, sobretudo para os países que almejam o compromisso com a construção de sociedades democráticas e o acesso às políticas públicas eficazes.

O mundo contemporâneo, marcado pela diversidade museal e pelo uso cada vez mais frequente de tecnologias da informação que ampliam a possibilidade de comunicação e potencializam as conexões (Castells, 1999), permite compreender que os museus podem ser significativos referenciais de identidade e instrumentos de empoderamento[2] de uma comunidade; essas possibilidades justificam a criação de mecanismos de articulação entre as

[1] Guimarães Rosa.
[2] Empoderando as pessoas (Ugarte, 2008, p.56).

instituições e o desenvolvimento de políticas públicas especialmente orientadas para o campo dos museus.

Essa compreensão foi decisiva e orientou o tema, o enfoque e o recorte que apresento nessa pesquisa, dedicada ao exame da Política Nacional de Museus do Brasil - PNM, no período de 2002 a 2013, tendo como eixo de análise o Sistema Brasileiro de Museus – SBM – sua construção e contribuição para a institucionalização da PNM.

Em outras palavras, o presente estudo debruça-se sobre o processo de implantação da Política Nacional de Museus no Brasil, tratada como parte de uma política pública de cultura de caráter ainda mais amplo, e que em seus primeiros passos desejou se estabelecer como uma Rede, como um Sistema.

Segundo Manuel Castells,

> "Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise à suplantação do espaço e invalidação de tempo. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder". (Castells, 1999, p. 566)

O modelo de gestão em Rede vem sendo utilizado por diversos setores da sociedade e incorporado pelo setor museológico de diversos países, conectando profissionais, instituições, setor público e privado nas diferentes práticas administrativas e sociais. A gestão em Rede favorece a interlocução e contribui para a alteração da agenda pública, o questionamento das estruturas hierárquicas e desenvolvimento de outras formas de relação de poder, como, por exemplo, o denominado 'poder distribuído' (Ugarte, 2008).

Ao focalizar o Sistema Brasileiro de Museus e examinar o seu lugar na Política Nacional de Museus, a investigação apresentada interessa-se pela análise do processo de empoderamento, pela compreensão da produção de 'linhas de fuga'[3] e de 'agenciamentos'[4] que possibilitam a comunicação entre os agentes do processo e exercem papel fundamental no estabelecimento e manutenção de conexões (Deleuze & Guattari, 1995).

[3] Linhas de desterritorialização, pelas quais ele foge sem parar (Deleuze & Guattari, 1995, p. 18).
[4] Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. (Deleuze & Guattari, 1995, p.17).

O desejo de melhor compreender as relações sociais que se estabeleceram no processo de construção da Política Nacional de Museus, levou-me a acionar duas perspectivas que gradualmente foram se constituindo em chaves analíticas de grande importância. Desse modo, procurei compreender as relações sociais que se construíram, por um lado, a partir de uma perspectiva lírica, ou seja, aquela em que o poder de criação surge do consenso e da vontade de participar da inovação social; e, por outro lado, a partir de uma perspectiva épica, aquela em que o poder resulta do enfrentamento (Ugarte, 2008).

Nesta pesquisa, considerou-se importante analisar o processo de construção da Política Nacional de Museus sob esses aspectos, por entender que essas dimensões expressam o que é vivido. A maneira de viver que influencia os encontros, as conexões e a sucessão dos fatos se dá nessas dimensões e, porque pessoalmente e no grupo essas dimensões foram vivenciadas.

David de Ugarte (2008), que a partir das observações de um autor alemão, Patrick Suiskind, que confronta Orfeu, Jesus de Nazaré e estuda também Prometeu, Orestes e o mito de Croatan, para analisar o comportamento das redes e o ciberativismo, nas dimensões lírica e épica, foi utilizado neste trabalho para observar as relações sociais no processo de construção da PNM.

O presente trabalho de pesquisa, investigação e análise estava, inicialmente, focado no estudo do Sistema Brasileiro de Museus e o trabalho em rede na construção de política pública e também na abordagem lírica e épica no processo de construção da Política Nacional de Museus.

Um desafio maior se impôs na colocação do Professor Pedro Pereira Leite[5] em sugerir a abordagem do trágico nesta pesquisa, o que exigiu novas leituras e novas entrevistas para analisar o trágico no contexto da Política Nacional de Museus e no modelo de gestão do Sistema Brasileiro de Museus e a inspiração e referências foram encontradas nos pensamentos de Malraux, descritos por Christine Ferreira e Marcelo Jacques:

> "a vontade é a grandeza que guia os homens, a despeito da diversidade de suas escolhas, em direção a valores como liberdade e comunhão. O mundo secular só tem significado a partir da vontade dos homens, e é justamente esse preceito que os orienta e os une, apesar das diferenças ideológicas. " (Ferreira & Jacques, 2008, p.185).

Assim, outras reflexões surgiram, diante da realização do 5º Fórum Nacional de Museus, das modificações da sistemática de articulação do Sistema Brasileiro de Museus e também das próprias modificações ocorridas dentro do Instituto Brasileiro de Museus.

[5] Parecer do Juri de Investigação realizado pelo argüidor Professor Museólogo (Phd) Pedro Pereira Leite.

A partir da provocação do Professor Pedro Pereira Leite e com base no pensamento de Malraux (1998), que concentra seus estudos na ideia de confronto entre o homem e sua condição trágica, acreditando que a arte e a cultura são os meios os quais se dá esse embate, o exercício de reflexão foi perceber onde estava a vontade entre os envolvidos? Qual estava sendo a orientação para o trabalho coletivo? O que os une, apesar das diferenças? Quais são os espaços de diálogo? E o que se faz depois dos diálogos? Quais são as perspectivas?

E com uma nova análise de documentos, como as atas das reuniões do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, a realização de entrevistas e um estudo sobre os fatos foram possíveis uma relação com o pensamento de Malraux, onde: “a condição humana é vista fundamentalmente como trágica e a vitória do homem reside justamente na vontade como consciência e na lucidez à temporalidade. ” (Ferreira & Jacques, 2008, p.185).

A observação dos acontecimentos e fatos pode ser relatada de diferentes formas e os discursos podem ser caracterizados como: líricos, épicos e trágicos, além de outras classificações.

Essa distinção nos gêneros literários foi aplicada como embasamento para análise das relações sociais durante o processo de construção da PNM, pois os autores utilizam o discurso poético para análise da visão de mundo, a partir, desses gêneros: épico, lírico e dramático, neste caso, o trágico, que é um subgênero do dramático, os autores analisam a sociedade, suas relações e comportamentos.

Na Literatura esses gêneros literários surgem justamente na vida, da observação feita desde a Antiguidade referente aos fatos, sentimentos, histórias, valores individuais e coletivos. Outras ciências como a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia já estuda e trabalha com estes referenciais da Literatura e do Teatro. Foi aqui um desafio relacionar com a construção de uma política pública para museus no Brasil e a Museologia.

As contribuições desta pesquisa decorrem do aprofundamento dos estudos no campo da Museologia e das Políticas Públicas, no início do século XXI, marcado pelo impacto social da ação cultural, pela valorização do patrimônio e da memória como dispositivos importantes na afirmação dos sentidos identitários e de pertencimento, na valorização da dignidade da pessoa humana e na promoção de uma sociedade com inclusão e coesão social.

Nesse sentido, a contribuição da pesquisa para área da Museologia ocorrerá com a aproximação dos estudos entre políticas públicas e museologia; com a ampliação no meio museológico do conhecimento sobre a realidade do setor cultural no ângulo dessas políticas públicas e no aprofundamento das discussões sobre o papel das políticas públicas na promoção e democratização do acesso aos bens culturais.

Mario Moutinho afirma que “a museologia só será de fato um recurso para a inclusão social se for obra aberta a todos, (de diferentes formas, feitios ou cores), para quem a luta

pela dignidade humana é o objetivo e destino de vida. ” (Moutinho, 2004, p. 14). Os museus, por meio dos seus acervos, dos seus programas de pesquisas, dos projetos educativos e do potencial de articulação possuem um inventário da diversidade cultural e através de suas ações, propiciam o ‘empoderamento’ social dos cidadãos e por isso, cada vez mais os têm um lugar de centralidade nas políticas culturais.

Como a Sociomuseologia tem um caráter de renovação museológica e é um campo de conhecimento interdisciplinar, apresenta-se também como ferramenta adequada para o estudo das políticas públicas para museus.

Nessa perspectiva a presente investigação quer contribuir para a compreensão das transformações decorrentes de uma política pública para museus e das teorias e práticas museológicas desenvolvidas no Brasil a partir de 2002, tendo como marco a Carta de Rio Grande[6]. Este documento que delineou a situação dos museus e da Museologia naquele momento, reivindicou mudanças e foi entregue ao então candidato à presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, posteriormente eleito com a proposta de um governo participativo.

A Carta de Rio Grande, aprovada na Assembleia Geral do 8º Fórum Estadual de Museus, organizado pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, em maio de 2002, constituiu-se num importante registro da mobilização do setor museológico e do seu desejo de promover as mudanças no campo dos museus.

Compreendendo a museologia social como uma prática a favor da dignidade da pessoa humana e como um campo de conhecimento que se caracteriza pela “valorização do homem como sujeito participativo, crítico e consciente da sua realidade” (Primo, 1999, p.35); compreendendo também que é função do Estado, por meio de regulamentação, articulação, coordenação e indução, o desenvolvimento de políticas culturais que respeitem o interesse público e garantam o acesso democrático, está tese leva em conta o exame dos seguintes problemas:

1. Como se estabeleceram as relações entre o campo museal e a sociedade e como podem ser percebidos os fundamentos do processo de implantação de uma política pública para museus à luz da Museologia Social?

2. É possível compreender os museus como conectores culturais de espaço e tempo, sobretudo na denominada era da informação (Castells, 1999), onde

[6] Carta de Rio Grande - documento impresso produzido no 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul em maio de 2002.

variadas possibilidades de conexões, com maior ou menor velocidade, são possíveis?

3. Em que medida as perspectivas épica, lírica e trágica podem ser utilizadas como categorias analíticas para a melhor compreensão da Política Nacional de Museus, ou seja, como perceber a dimensão poética na política onde "não somos indivíduos, somos pessoas definidas não só por um ser, mas também por um conjunto de relações, de conversações e expectativas que configuram uma existência" (Ugarte, 2008 p. 64) Como a dimensão política, compreendida como "a convivência entre diferentes" (Arendt, 2004, p. 21), esteve no processo de implementação da Política Nacional de Museus, tanto como disputas e enfrentamentos, quanto como "capacidade de gerar novos consensos, de desenhar novos jogos, novas experiências que muitos, ou todos em uma rede, entendam como uma melhoria" (Ugarte, 2008, p.65).

Colocadas as questões acima, estes são os objetivos/hipóteses desta pesquisa:

Objetivo Geral

Analisar o processo de construção da Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus, como resultado da multiplicidade de agenciamentos, buscando compreender se houve a estruturação de um modelo de gestão que possibilitou o 'empoderamento' dos atores sociais envolvidos e a instrumentalização de uma política pública para museus no Brasil.

Objetivos Específicos

- Investigar o processo de criação, construção e institucionalização da Política Nacional de Museus no período de 2002 -2013.

- Aprofundar a reflexão sobre o Sistema Brasileiro de Museus a partir dos conceitos de Redes, Rizomas, Poder Centralizado, Descentralizado e Distribuído, tudo isso em relação com a política pública para museus implantada no período.

- Demonstrar as implicações da criação da Política Nacional de Museus no fazer museológico brasileiro relativas à capacitação, legislação, formação e mudanças na museologia e nos museus.

Em busca do alcance desses objetivos foram estruturadas as seguintes hipóteses:

- Até que ponto o envolvimento de muitos atores sociais comprometidos com uma prática museológica transformadora criou os laços necessários para o pensamento e o desenvolvimento de uma política pública para museus no Brasil?

- Em que medida a criação e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Museus foram determinados pelas possibilidades de agenciamentos, pelas conjunturas de múltiplas conectividades e pelos processos de empoderamento que se apresentavam?

- Em que medida a criação da Política Nacional de Museus possibilitou a estruturação de um modelo de gestão para o campo museal?

Fontes e referências teóricas

Esta pesquisa está inserida no âmbito de estudos da Sociomuseologia, "a museologia social cuja característica fundamental é a valorização do homem como sujeito participativo, crítico e consciente da sua realidade, facto que a nosso ver transcende a valorização da cultura material desvinculada da realidade social". (Primo, 1999, p.35).

As obras dos autores citados na Bibliografia, entre eles: Pierre Bourdieu, Nestor Garcia Canclini, Hannah Arendt, Mario Moutinho, Judite Primo, Mario Chagas, Manuel Castells, David de Ugarte e André Malraux, constituem a orientação principal para relacionar os conceitos de políticas públicas, tecnologias de informação, cultura, museu, cidadania e desenvolvimento social no contexto da sociedade atual, analisando os reflexos na institucionalização de uma política pública para museus no Brasil.

Dois tipos de fontes primárias foram acionados com destaque nessa pesquisa: 1. Documentos produzidos sem a participação direta da autora, enquanto autora; 2. Documentos produzidos com a participação direta da autora.

No primeiro caso encontram-se as legislações nacionais, estaduais, municipais, as atas do SBM, os recortes de jornais, os relatórios, os documentos institucionais e os depoimentos.

No segundo caso encontram-se as entrevistas realizadas com as pessoas com atuações destacadas no campo da Cultura e da Museologia e que tiveram uma participação e contribuição na Política Nacional de Museus. A metodologia se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa e considerou-se o potencial de informações e a qualidade da discussão a partir dos dados recolhidos.

As fontes orais centraram-se nos "informantes privilegiados", relacionados abaixo, tendo por preocupação fundamental a recolha assertiva sobre uma matéria que se denota

como politicamente de grande sensibilidade. Estão identificados com a função que exerciam na ocasião das entrevistas, sendo que alguns deles prestaram-se a serem entrevistados em dois momentos diferentes. Ao longo do texto, quando necessário, foram atualizadas as respectivas funções para um melhor entendimento do contexto abordado.

1. Átila Tolentino – Especialista em políticas culturais no IPHAN/PB e ex – gerente de gestão museológica no DEMU.
2. Antonio Carlos Vieira – Fundador do Museu da Maré – Rio de Janeiro/RJ e Presidente da Associação Brasileira de Museologia- ABM.
3. Clara Camacho – Rede Portuguesa de Museus – Instituto Português de Museus.
4. Claudia Storino – Arquiteta do IBRAM, ex-assessora de Projetos Estratégicos da Presidência/IBRAM, ex-coordenadora da Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia/ Departamento de Processos Museais/IBRAM.
5. Cristina Holanda – Coordenadora do Sistema Estadual de Museus do Ceará e Diretora do Museu do Ceará.
6. Eneida Rocha Braga de Lemas – Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus - Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.
7. Elena Fioretti – Conselho de Cultura - Governo do Estado de Roraima
8. Gilson Nunes – Professor do Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto e ex-coordenador do Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto, 2011.
9. Joana Sousa Monteiro – ex-coordenadora da Rede Portuguesa de Museus –RPM.
10. José do Nascimento Junior - Presidente do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.
11. Luis Henrique Drenovicz – Coordenador do Sistema Municipal de Museus da cidade do Rio Grande e Secretário de Cultura do Município do Rio Grande – Rio Grande do Sul.
12. Magaly Cabral – Museóloga, Diretora do Museu da República/IBRAM – Rio de Janeiro/RJ.
13. Maria Célia Teixeira Moura Santos – Museóloga – foi Professora do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia e Diretora da Diretoria de Museus/IPAC/ Secretaria de Cultura do Estado de Salvador.
14. Roque Jacoby – ex-secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, período 2003-2006.
15. Rosana Nascimento – Museóloga, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina.
16. Rose Moreira Miranda – Museóloga, Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal - Instituto Brasileiro de Museus.

17. Sidney Silva 'Tartaruga' – Sócio-Fundador e Diretor do MUF – Museu de Favela – Pavão, Pavãozinho e Cantagalo – Rio de Janeiro, RJ.
18. Telma Lasmar – Museóloga, Professora, Presidente do Conselho Federal de Museologia – COFEM.

Na Bibliografia constam as devidas referências sobre as entrevistas realizadas.

Metodologia de investigação

Todo o trabalho científico carece de uma metodologia, correspondendo ao mapeamento e à fixação do traçado de todo o trabalho. Mas, se a metodologia constitui um processo de desbravamento lógico e coerente sobre a condução da investigação científica, é o método do trabalho que nela se inclui que indica o caminho mais seguro na descoberta ou na validação da reflexão proposta. Assim, face às características deste "estudo de caso" foi, consequentemente, determinado o método hipotético-dedutivo (Gil, 1999, pp. 30-31) de cuja aplicação, pela condução da reflexão, resultaram e sobressaíram as conclusões finais.

Como técnicas de investigação foram escolhidas a recolha documental com a análise de conteúdo e as entrevistas, realizadas com um roteiro aberto e em profundidade cujo método intensivo levou, também, à necessidade de proceder "análise de conteúdo".

Deve-se salientar como "dificuldade epistêmica" – face à necessidade de salvaguardar algumas das informações que as entrevistas aos informantes privilegiados revelavam – houve a necessidade de fazer um tratamento dessas informações que constitui uma situação particular da recolha testemunhal. Na verdade, se optou, na maioria dos casos, pelo anonimato das respostas e pela omissão dos roteiros atendendo a que todos (as) os (as) informantes se conhecem e, contrariando o que se passara no início do processo da construção da "rede" e do "sistema", atualmente têm posições diferenciadas.

Na verdade, para desenvolver esta pesquisa foram adotados alguns procedimentos metodológicos que não têm grande divulgação – colocação da informação não referenciada –, tendo em vista uma pesquisa científica realizada com exatidão dando o nexo necessário à produção de um trabalho acadêmico original, sólido, autêntico para contribuir com o campo de estudos futuros.

Para traçar o "estado da arte" ou o "survey teórico" relativo às políticas públicas para museus no Brasil foram realizados estudos na legislação brasileira e a legislação dos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Alagoas, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Piauí; e na legislação dos municípios de Ouro Preto - MG, Santa Maria - RS, Pelotas - RS, Rio Grande - RS, São Luís - MA. Foram realizadas entrevistas com os profissionais de museus e gestores públicos, bem como análise de

documentos textuais e audiovisuais, em busca de informações, opiniões, memórias e narrativas sobre a vivência do processo de implantação da Política Nacional de Museus.

Com a experiência pessoal de ministrante da Oficina de Implantação de Sistemas de Museus, foram realizadas anotações de campo – a construção de um "diário de campo" – sobre as discussões e manifestações de profissionais, para além de conversas informais, nas diversas localidades percorridas no Brasil e também no exterior. O procedimento de anotar gerou dados que foram registrados, sistematizados e, a partir deles e da análise das legislações, juntamente com o embasamento teórico foram feitas a discussão e a análise do contexto museal brasileiro.

O processo de investigação empírica seguiu a seguinte estruturação: a realização de pesquisas bibliográficas em obras de consulta, obras de referência, artigos científicos e periódicos; a coleta documental em instrumentos da legislação brasileira nas esferas federal, estadual e municipal, coleta de documentos da legislação internacional, especificamente Espanha e Portugal e a coleta de documentos institucionais e pessoais referentes aos programas, projetos, encontros, seminários, fóruns, seguida de análise documental.

No decurso da construção do "diário de campo", com especificidade e estruturando a informação com a lógica e a coerência, foram realizados observações e registros de pesquisa de campo; entrevistas com diversos atores sociais, assim como, a coleta de depoimentos livres de profissionais atuantes em diversos setores, inclusive o setor museológico, seguidas de organização e sistematização dos dados que possibilitou uma posterior análise dessas informações e um estudo aprofundado das mudanças e transformações no panorama museológico brasileiro referente às políticas públicas. E assim, relacionar os canais de participação, onde os cidadãos atuaram de modo colaborativo na geração de novas perspectivas e ferramentas institucionais, com um modelo político de articulação em rede na área museológica.

Razões da Escolha do Tema

A escolha do tema Política Nacional de Museus – enquanto "objeto real", a razão do trabalho de investigação – está ligado ao "objeto de estudo" que se localiza na construção do Sistema Brasileiro de Museus. De certa forma este Sistema parece ser revelador de fenômenos contemporâneos na política cultural para museus, inseridos num contexto de vida real, pois o conjunto de políticas públicas de cultura vem sendo percebido, pela sociedade atual, como fator estratégico ao desenvolvimento.

A seleção do tema da pesquisa tem como pressuposto o compromisso das pesquisas acadêmicas aliado com as práticas profissionais no âmbito do desenvolvimento da Sociomuseologia – "objeto científico" ou o instrutor da análise científica –, considerando o comprometimento do pesquisador e da Ciência Museológica com as questões sociais.

Ao participar desse processo da construção de uma política pública para museus fui percebendo que, se em muitos países a organização em 'redes' está sendo incorporada como dinâmica de uma nova estruturação do Estado, está ao mesmo tempo, possibilitando diversas conexões, que evoluem de uma forma de poder descentralizado para assumir uma forma de poder distribuído, como bem exposto por David de Ugarte (Ugarte, 2008) e que era preciso investigar de que forma a estruturação dessas políticas públicas, estabelecidas com o envolvimento de diversos agentes sociais, contribui para "a melhoria cultural, a superação da exclusão e de desajustes e da distância cultural entre integrados e excluídos, (...) contribuem verdadeiramente para a gestação de um novo projeto civilizatório centrado no direito à vida em todas as suas manifestações" (Faria, 2003, p. 43).

Essa escolha decorreu da oportunidade de ação no contexto profissional, considerando que atuo no Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, o que implicou um distanciamento pessoal, uma exterioridade sobre os fenômenos, no sentido de afastar quaisquer visões personalizadas e possibilitar a investigação científica.

Porém, convém deixar clara essa experiência que foi mobilizada como uma mais valia para a investigação. Iniciei minha atuação no campo dos museus em 1990, no Museu da Cidade do Rio Grande, onde trabalhei até agosto de 2008, um museu municipal, criado por uma mantenedora muito comprometida com o desenvolvimento da cidade, com a missão de trabalhar com a memória local. Passei a atuar como voluntária em uma das regiões museológicas do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. Em 2001 e 2002, fui assessora técnica do SEM/RS e, a partir de 2003, assumi a coordenação do órgão até outubro de 2011 e tendo posteriormente retornado para a assessoria técnica até 2012. Sou ainda curadora no Museu de Ciências e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – MCT-PUCRS, atuando na Coordenação de Projetos Museológicos. Essas atividades me permitem transitar por vários meios, desde o poder público até o meio privado e, ainda, o acadêmico, uma vez que MCT-PUCRS é um museu universitário.

Outro motivo para a escolha do tema tem origem em meu envolvimento pessoal no processo de construção da Política Nacional de Museus e minha participação no Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus.

Esse envolvimento traz benefícios, mas, como foi referido, também exige cuidados. Estou consciente de que a grande aproximação e familiaridade com o tema pode contribuir

para uma espécie de miopia crítica. Para evitar esse descaminho, estou comprometida com um exercício sistemático do distanciamento – uma materialização entre o estranhamento e o afastamento pessoal crítico – daquilo que parece ser tão familiar.

O fato de ocupar, no processo de implantação e de desenvolvimento da Política Nacional de Museus e do Sistema Brasileiro de Museus, um lugar de agente e de ator social, não me impede de atuar como pesquisadora desse processo, mas exige que eu tenha clareza e consciência dos meus envolvimentos.

Nesse sentido, posso dizer que sou uma pesquisadora envolvida de forma participante com o meu "objeto de estudo". Em meu entendimento, isso não constitui um mal em si, mas exige também daquele que me lê a consciência do lugar de onde falo e do lugar que ocupo como narradora, apesar do cuidado colocado na exterioridade analítica para a construção do trabalho científico.

A situação também exigiu do orientador, Professor Doutor Mario Chagas, o mesmo comportamento, pois em todo o processo analisado, ele teve uma participação importante, uma atuação destacada e um envolvimento profissional e emocional, lhe impondo constantes reavaliações, reconsiderações e até mesmo transpor dificuldades na condução de uma orientação comprometida com a ética e a integridade para o desenvolvimento da pesquisa no campo da Museologia.

Percurso expositivo/organização do trabalho/estrutura do trabalho

Esta pesquisa se enquadra na linha temática de investigação na área de Museologia e Políticas Culturais do Programa de Estudos Pós-Graduados em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

O tema "políticas culturais" é complexo, a amplitude de conexões e significados requer um estudo teórico profundo e sempre aliado à observação da realidade. Definir políticas culturais e colocá-las em prática é uma necessidade para que se possa ampliar o acesso e promover o desenvolvimento social. E, "são os museus que manifestam a relação do dia-a-dia de cada um com a memória, o esquecimento, o patrimônio, a vontade de assumir o direito de cidadania e de querer mudar o mundo" (Moutinho, 2004, p. 15)

Nesse sentido, entendendo as políticas públicas para museus como estratégicas para o desenvolvimento social, esta tese se apresenta com a seguinte estrutura:

Primeiro Capítulo

Neste capítulo, são realizadas reflexões sobre o conceito de Política, de Política Cultural e de Política Pública Cultural no Brasil para fundamentar o contexto histórico vivido no Brasil no período da implantação da Política Nacional de Museus, a partir de uma análise reflexiva do pensamento de Hanna Arendt

Na trajetória brasileira, o entendimento sobre política e políticas públicas culturais que influenciaram a criação e o perfil de museus e instituições, também se refletiu no modo como a sociedade se apropriava dessas instituições. Para tanto, foram reunidas as ideias de alguns pesquisadores, entre eles, e profissionais que analisam esses campos.

Capítulo Segundo

Este capítulo trata do conceito de 'Redes' como resultado do estudo do trabalho do sociólogo Manuel Castells, relacionando-o com o conceito de 'Rizoma' de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que afirmam que um rizoma se forma e se estende de toda uma multiplicidade conectável e, associando ao pensamento de David de Ugarte, que entende que a sociedade sempre foi uma rede. Essa interlocução é feita com esses autores para justificar as hipóteses levantadas neste trabalho sobre a construção de uma política pública para museus, analisando o Sistema Brasileiro de Museus como uma rede de 'empoderamento', tendo presente os conceitos de rede de poder centralizado, descentralizado e rede de poder distribuído.

Ainda neste capítulo são apresentadas referências de outras experiências de redes de museus em outros países, como Portugal e Espanha. É também citado um exemplo no Brasil, o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul. Todos serviram de fontes de pesquisa para os gestores e colaboradores que se dedicaram na implantação da Política Nacional de Museus. Uma abordagem rápida que identifica que o trabalho se desenvolve na sociedade tendo em vista o potencial criativo determinado por experiências anteriores.

Capítulo Terceiro

Política Nacional de Museus – Sistema Brasileiro de Museus. Nesse capítulo são descritas e observadas às condições anteriores ao processo de implantação da Política Nacional de Museus. Como se deram os agenciamentos necessários para a construção da Política Nacional de Museus sob a perspectiva dos conceitos de Manuel Castells, Deleuze e Guaatari e a relação com o trabalho em 'Rede' do setor museológico, sendo evidenciadas as mudanças que ocorreram na nova gestão pública para museus relativa à capacitação, formação, legislação e ao fomento no Brasil, evidenciando as condições e as relações que se estabeleceram.

E ainda neste capítulo são abordados os desafios nas conexões e nos agenciamentos para criar e manter uma política pública para museus. Também são descritas as adversidades, os conflitos e os desafios que vão se colocando no estabelecimento de novas relações e estruturas, a partir das ações de conectar e desconectar profissionais, instituições, governos e público.

Também, neste capítulo, utilizando o paradigma de David de Ugarte, referente ao olhar lírico, dimensão poética, e ao olhar épico, dimensão política, e com base no pensamento de Malraux sobre o trágico na condição humana. A abordagem lírica, épica e trágica são relacionadas com o processo de construção da Política Nacional de Museus, para demonstrar os caminhos do enraizamento que definiram a política pública para museus.

Capítulo Quarto

O capítulo refere-se à institucionalização da Política Nacional de Museus e apresenta as seguintes análises:

- O processo de construção do Estatuto Brasileiro de Museus com o enfoque em dois momentos: o da elaboração da lei que criou o Estatuto e a regulamentação dessa lei.

- A criação do Instituto Brasileiro de Museus com o enfoque nas relações estabelecidas com o campo museal.

Uma análise da legislação produzida e da instituição constituída com as práticas dos museus e a atuação dos profissionais da área e os reflexos da institucionalização nas relações sociais.

Como parte também deste capítulo é organizada uma linha de tempo com as principais ações, encontros e momentos de todo esse processo.

Conclusão

Apresenta um balanço reflexivo sobre o caminho percorrido sobre a Política Nacional de Museus com a observação específica da criação do Sistema Brasileiro de Museus, um instrumento institucional no modelo de rede, e as verificações levantadas com relação às hipóteses para esta pesquisa, expressando a apropriação dos conceitos e a relação com a realidade. Por meio de procedimentos reflexivos apresentam-se as mediações entre os conceitos e a realidade, ou seja, expressa as considerações sobre a análise do desenvolvimento de uma política pública para museus no Brasil a partir da relação dos pensamentos de Hanna Arendt, Manuel Castells e Deleuze e Guattari com a vivência de diversos atores sociais.

Na condição dinâmica em que os processos ocorrem, o diálogo com os agentes em relação às práticas observadas possibilitou verificar as premissas elaboradas para a construção desta pesquisa e assim identificar as dimensões lírica, épica e trágica sob os referenciais de Malroux e Ugarte, que se estabeleceram na construção de uma política pública para museus em rede e ainda identificar o potencial de inovação na gestão do patrimônio museológico.

Para a elaboração e apresentação desta tese seguimos a recomendação e adoção da Norma APA, de acordo com o manual da Universidade de Lusófona de Humanidades e Tecnologias, elaborada pelos Professores Doutores Judite Primo e Diogo Mateus.

1. Para uma identificação conceitual de Política e de Política Pública

Os conceitos de Política e de Política Pública Cultural são aqui trabalhados enquanto fundamentos teóricos ou estruturas principais da construção teórica. Constituem-se como estruturantes no sentido de se poder fazer a análise, dentro da contextualização, do momento histórico vivido no Brasil que possibilitou a criação da Política Nacional de Museus e a implantação do Sistema Brasileiro de Museus.

1.1 A construção do conceito Política

Se, como afirma Hannah Arendt "A política baseia-se na pluralidade dos homens" (Arendt, 2004, p. 21), e "trata da convivência entre diferentes", então a política é instrumento que organiza os homens para o que lhes é comum, mas também para o que lhes é diferente, no sentido de garantir direitos e deveres a todos.

De um modo geral, há muito preconceito em relação à política. Será que esse preconceito é reflexo da impotência, da incapacidade de agir, de romper privilégios, de aceitar mudanças ou até mesmo de uma saturação decorrente de uma determinada prática política? Será que se pode aprender a mover-se politicamente?

Para Hannah Arendt "a política tem de lidar sempre e em toda a parte com o esclarecimento e com a dispersão de preconceitos. " (Arendt, 2004, p. 29). Uma das dificuldades na política reside exatamente no rompimento com os preconceitos que vão se estabelecendo ao longo do tempo na estrutura política e no enfrentamento do novo e do diferente, tendo em vista que "o pensamento político se baseia, em essência, na capacidade de formação de opinião" (Arendt, 2004, p. 30).

Atualmente, muitos se questionam: mas para que Política? Qual o sentido da Política?

Na verdade, esses questionamentos vêm de inúmeras políticas adotadas que não deram solução para nada e que, em muitas situações, pioraram a condição dos homens.

Importante refletir também é que a determinação da finalidade da política ou o sentido da política muda ao longo do tempo e para entender o sentido da política é preciso entender que os homens dependem uns dos outros, que vão mudando seus objetivos e necessidades ao longo do tempo e que a "tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. " (Arendt, 2004, p. 46).

Por isso, política é liberdade, pois através da política tem-se a liberdade de externar a opinião e de agir na sociedade. (Arendt, 2004).

É a valorização da ação política em contraposição ao conformismo e ao silêncio. As diferenças de opinião permitem o debate e a franqueza na construção das ações para a sociedade.

Assim, na compreensão de Arendt, as opiniões políticas devem ser solicitadas para que se saiba como as pessoas pensam sobre o assunto, de que forma podem colaborar nas decisões que envolvem os interesses de todos.

Nesse ponto identifico que a visão política de Hanna Arendt (2004) está claramente expressa no processo de construção da Política Nacional de Museus, pois a ação política emergiu justamente do não conformismo e da vontade de fazer algo que mudasse o rumo do campo museal.

José do Nascimento Junior (2011) diz que, desde o início, a ideia era de juntar as pessoas, de reunir forças para criar instrumentos de gestão pública. Associo esse pensamento ao de Arendt, onde valorizar a ação política é valorizar a participação de diferentes agentes. A lógica do debate, da construção coletiva, de incorporar as diferenças, de incluir estava presente na orientação e no pensamento do grupo que foi se formando para articular uma política pública para museus no Brasil.

Tolerar e estimular as diferenças conduz à liberdade que deve, no entendimento da Arendt, estar no princípio da ação política, pois encoraja a ação individual, o que permite que o sujeito participe e desenvolva o espírito cidadão e ainda o respeito pela pluralidade humana.

A museóloga Rose Miranda (2011), Coordenadora do Sistema de Informações do Instituto Brasileiro de Museus, autarquia do Ministério da Cultura, que na época da articulação atuava no Museu Aeroespacial e no Conselho Federal de Museologia, diz que as pessoas não foram usadas, elas foram valorizadas como participantes do processo, sendo que algumas, espontaneamente, incluíram-se no trabalho colaborativo e outras foram aderindo por conta dos envolvimentos institucionais.

Percebe-se essa característica no exercício político do Ministério da Cultura do Brasil, na gestão do então Ministro Gilberto Gil, que imprimiu a essência da diversidade, da pluralidade e do diálogo, como ele mesmo afirma na entrevista concedida a Mario Chagas e a José do Nascimento Junior:

> “Diversidade e pluralidade eram as marcas características do Tropicalismo, e essas foram marcas fundamentais no Ministério. Afirmação de uma extensividade cultural brasileira que se dá em várias territorialidades porque é um país imenso que tem o norte, tem o centro, tem o sul todo, tem o oeste, todas essas regiões com força cultural própria e de extraordinárias características. E, que, portanto, necessitam ser afirmadas em si próprias, necessitando estabelecer diálogos intensos entre elas. E foi tudo isso que a gente adotou como maneira de ver o panorama brasileiro, o panorama

> cultural brasileiro. ” (Chagas & Nascimento Jr, 2009, pp. 27-28).

Na teoria política de Arendt, os diferentes membros da comunidade devem ser levados em consideração e suas ideias devem ter espaço. De acordo com este pensamento não se elabora uma política antecipadamente, sem consultar a comunidade à qual se aplica. Um diagnóstico elaborado de modo coletivo e participativo é requisito primordial. A tolerância com a diversidade de interesses dos cidadãos é fundamental para que a política permita as múltiplas perspectivas de uma comunidade e, assim tenha continuidade a longo prazo.

Arendt (2004) compreende ainda que a ação política é uma das atividades humanas, e que essa se dá no espaço público e abre espaço à liberdade, ao permitir que as pessoas expressem publicamente suas opiniões e possam agir juntas para alcançarem objetivos comum, por meio de palavras e ações onde os indivíduos revelam suas individualidades, quem são e como pensam e participam de um processo de construção em conjunto.

Ao rejeitar a ideia de que política possa ser feita por alguns poucos que estão no comando, Arendt (2004) reforça a importância da pluralidade, da diversidade, do trabalho em rede com a concepção de que o poder existe entre as pessoas quando elas agem conjuntamente a favor do interesse de todos, o que a torna uma prática da ação política bem-sucedida, onde a liberdade prevalece.

A pluralidade na compreensão de Hannah Arendt (2004) é um conceito mais profundo do que apenas considerar os outros e a convivência com estes, é perceber que para ser um são precisos os outros, são as diferenças que fazem a individualidade. Somente percebendo os diferentes e as diferenças, se elabora a percepção de si mesmo.

Isso não significa que os outros sejam mais importantes na construção de uma relação, importa é que a pluralidade está contida na relação entre uns e os outros na construção de uma atitude que promova a liberdade de cada um.

No princípio da pluralidade, está também o conceito de igualdade, onde todo tem o mesmo direito perante à atividade política.

1.2. Política Pública Cultural enquanto unidade conceitual

A reflexão sobre política cultural que afirma a liberdade e a vida vem expressa aqui nas palavras de Alexandre Barbalho:

> "Política cultural significa atuar na criação, circulação e fruição de bens simbólicos. Esta atuação implica reconhecer que esse sistema processual, que é a cultura, se organiza como um campo, o campo cultural, que possui valores, capital e poder específicos. Neste campo cultural, atuam diferentes atores ou agentes, que podem ser indivíduos (como, por exemplo, os artistas, os produtores, os gestores culturais) ou instituições (como os museus, os centros de cultura, as bibliotecas, as secretarias e as fundações de cultura, sindicatos de artistas, etc.). Por sua vez, todos estes atores possuem forças com níveis diferenciados de poder que, constantemente, entram em conflitos, mas também em combinações e alianças. " (Barbalho, 2006).

O conceito de política cultural vem sendo objeto de pesquisa de muitos cientistas sociais que analisam as trajetórias políticas das nações e de que forma essas nações entrelaçam política, economia, educação, cultura etc.

A pesquisadora Laura Maccioni cita Manuel Garretón[7] para demonstrar as alterações verificadas com relação ao significado da política:

> "En las décadas del 50-60 el tema principal de la política fue el desarrollo, por lo que la política fue, sobre todo, política económica. En las décadas 70-80 el tema principal fue el cambio político. En la década del noventa y creo que las que vienen, el tema central de la política […] será la cultura. Es decir, la política predominante será la política cultural. La preocupación fundamental – agregaba – no será tanto el problema de la economía ni el de los tipos de regímenes políticos, sino los temas culturales, el tema del sentido, del lenguaje, de las formas de convivencia, comunicación y creatividad. No es que los temas económicos o propiamente políticos desaparezcan, sino que me parece que serán planteados en términos básicamente culturales. (Maccioni, 2002, p.189).

Essa mudança que vai ocorrer, não exatamente na forma prevista por Garretón, na forma de pensar a política, ou melhor, na forma de incluir na política a cultura, é apontada como resultado da globalização, da sociedade da informação e da valorização da cidadania.

A valorização da democracia é resultado também, entre outros fatores, da vivência de períodos de censura, em que muito do que era produzido era proibido, eliminado, não

[7] Garretón, M. (1993), Cultura política y política cultural. México: FCE in Maccioni, L. (2002) Maccioni, L. (2002). Valoración de la democracia y resignificación de "política" y "cultura": sobre las políticas culturales como metapoliticas" (pp 189-200) in D.Mato (coord.), *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas em Cultura y Poder.* Cararas: Clacso y CEAP, FACES.

apenas as produções como até mesmo as pessoas. Em contrapartida, muito mais foi produzido por intelectuais e cientistas sociais, exercitando um repensar das formas administrativas e da relação com a cultura.

Os períodos de redemocratização na América Latina coincidiram com o auge das teorias pós-estruturalistas, com os debates do fim da modernidade e com a chegada da pós-modernidade no mundo inteiro. A sociedade civil se organiza e os novos conceitos de administração integram essa sociedade civil. As novas ideias passaram a exigir uma troca total dos modos de pensar e agir em política, permitindo o retorno dos exilados, a normatização das universidades, os levantamentos da censura. Mas, ao mesmo tempo, como conseqüência das desarticulações partidárias nos períodos de censura, as tensões e disputas passam a ter repercussões na política, encontrando dificuldades para o entendimento de uma democracia participativa.

O Estado Brasileiro passou por diversos momentos políticos que se refletiram nas políticas culturais. E em linhas gerais apresento duas interpretações de determinados períodos. José do Nascimento Junior nos diz que:

> "Um primeiro ciclo importante foi a chegada da Família Real ao Brasil, com a criação de importantes instituições culturais para o país. O segundo ciclo foi o Segundo Reinado, que teve papel importante por criar relações entre as instituições, por pensar na educação e na cultura dentro de uma visão unificada. O terceiro ciclo, o getulista, com a implantação de instituições com uma visão estratégica e mais consolidada a respeito da cultura e do papel do Estado. Criou modelos para divulgar o discurso oficial e uma série de instituições que temos até hoje. Um quarto ciclo foi o da ditadura militar, também com uma visão estratégica do ponto de vista do planejamento do Estado e, consequentemente, na área cultural. " (Nascimento Jr, 2006)

E Lúcia Lippi Oliveira apresenta a política cultural após 64:

> "a cultura, nos primeiros anos da ditadura militar, estava inserida na questão maior da segurança nacional. Nos anos de 1970, passa a estar atrelada a valores econômicos, ao desenvolvimento. Mas é nos anos 1980 que a cultura e os bens culturais vão estar associados ao mundo político. É quando a valorização do patrimônio cultural não consagrado- expressão de etnias afro e da cultura popular – passa a fazer parte da política cultural do Estado. É quando a cultura passa a ser associada à cidadania. " (Oliveira, 2007).

Lucia Lippi de Oliveira (2007) faz uma análise de dois momentos das políticas culturais no Brasil quando, a partir da década de oitenta, vários programas, fundações e tentativas de institucionalização de políticas por meio de um discurso ideológico de segurança

e integração nacional, levaram à criação do Sistema Nacional de Cultura que não teve êxito naquele momento. E era também uma política que valorizava o alcance aos bens culturais, ou seja, o consumo, identificando o financiamento como o grande problema do Estado, a cultura vista como negócio; a valorização dos museus nacionais como se houvesse uma história única.

Portanto, várias são as possibilidades de políticas públicas, mas o mundo contemporâneo tem o desafio de construir políticas públicas de Estado que incluam toda a sociedade, dentro de um perfil democrático, como uma 'res pública'.

Para Nilson Moraes o enfrentamento de "formular ou implementar políticas públicas no Brasil é defrontar-se com o processo de produção, organização e distribuição de sociedades centradas na exclusão social e na concentração de privilégios e poderes. " (Moraes, 2011, p.81).

Desenvolver políticas públicas que levem em conta a pluralidade, a diversidade comprometendo a comunidade com a liberdade, como afirma Hannah Arendt. Para ela, o campo político deveria se renovar constantemente, movido pelos objetivos da igualdade e da liberdade.

Para entender o contexto social no momento da implantação da Política Nacional de Museus, é preciso perceber a perspectiva de atuação do Ministério da Cultura, considerando as palavras do então Ministro Gilberto Gil:

> "Cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Como usina e conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossas identidades, construções continuadas que resultam dos encontros entre as múltiplas representações do sentir, do pensar e do fazer brasileiros e a diversidade cultural planetária. Como espaço de realização da cidadania e de superação da exclusão social, seja pelo reforço da auto-estima e do sentimento de pertencimento, seja, também, por conta das potencialidades inscritas no universo das manifestações artístico-culturais com suas múltiplas possibilidades de inclusão socioeconômica. Sim. Cultura, também, como fato econômico, capaz de atrair divisas para o país – e de aqui dentro, gerar emprego e renda. Assim compreendida, a cultura se impõe, desde logo, no âmbito dos deveres estatais. É um espaço onde o Estado deve intervir. " (Gil, 2006).

Nesse panorama, percebe-se que na estrutura do Ministério da Cultura, a partir de 2003, a criação, a fruição e a circulação da cultura ocorrem em qualquer lugar. Trabalha-se na perspectiva de uma política pública geradora, com o foco na inclusão, com a ampliação do acesso por meio da dessacralização dos lugares tidos como tradicionais como os museus,

teatros, bibliotecas. Incorpora-se ainda o sentido de que em qualquer local é possível e existem manifestações culturais.

Para o Ministro Gilberto Gil (2006), existia a consciência de que, no Brasil, no campo da cultura e do desenvolvimento muito ainda havia por se fazer. Mas sua administração tinha claramente como fundamental e estratégica essa relação, e elegeu entre suas prioridades o enfrentamento de dar conta da dimensão conceitual da cultura, portanto, cultura como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, cultura como eixo construtor das identidades, cultura como espaço de realização da cidadania e também de potencializar o desenvolvimento social.

Para esse desafio, várias reflexões, informações, estatísticas e análises são importantes instrumentos para os gestores, como a contribuição para a materialização de políticas públicas de cultura cada vez mais transversais, sintonizadas e sincronizadas com o conjunto das outras políticas sociais a partir do convencimento político que garanta uma mudança da posição subalterna da cultura para uma condição de questão estratégica.

Na atualidade, vem evoluindo o pensamento referente às políticas públicas de cultura como fatores de desenvolvimento econômico e inclusão social, o que demonstra um processo de reconhecimento da cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento de um país.

Importante ressaltar que precisam ser concebidas e implantadas políticas eficazes que propiciem às comunidades novas condições e relações para que vejam as mudanças, que tenham acesso e participação, garantia de direitos e passem a acreditar nas suas capacidades e cada vez mais se envolvam nos processos.

O papel do Estado contemporâneo é manter-se afastado do dirigismo cultural e exercer a formulação e articulação de uma política de cultura, ampliando a capacidade de fomentar, coordenar e valorizar as ações, atuando de forma a estimular as capacidades de envolvimento dos estados ou municípios, ou do local e regional, e no respeito à diversidade cultural. Esse compromisso do Estado é um compromisso com o social, e o desenvolvimento passa necessariamente pelo respeito à diversidade cultural que são os ativos econômicos que devem ser preservados para o desenvolvimento integral dos indivíduos e da sociedade. Mas, para isso, é preciso que as políticas culturais sejam sistêmicas, institucionalizadas e com instrumentos de fomento que garantam a continuidade.

O dirigismo cultural não corresponde aos ensejos de uma sociedade democrática, pois a situação vem se invertendo diante do fortalecimento da sociedade civil perante a sociedade política, o Estado com o papel de articulador, organizador e supervisor devolve para a sociedade o seu direito de decidir sobre si mesma nas questões culturais.

As políticas culturais quando atuam de forma sistêmica fomentam a diversidade e pluralidade, ou seja, ao mesmo tempo em que possibilitam a convivência das diversas formas

de expressão, a utilização de múltiplas linguagens, também buscam a participação de todos os setores da sociedade no local e no global.

A cultura não é a solução para a pobreza, para a violência, para destruição do meio-ambiente, mas a contribuição da cultura para se discutir e encontrar meios de superação para esses problemas é importante, pois as diferentes ações culturais têm repercussão na recuperação de identidades locais e territoriais, no desenvolvimento da autoestima, na valorização da vida, na conscientização sobre a vida no planeta.

Políticas distantes e centralizadas não percebem a diversidade cultural nas cidades, nos territórios, nas regiões, que acabam marginalizadas. A partir de novas estratégias para o fomento da diversidade cultural, que devem incluir necessariamente os instrumentos de comunicação e de informação, e da mobilização de agentes locais e regionais articulados em rede, no confronto e na convivência entre diferentes culturas, vai surgir o encontro do equilíbrio e da tolerância.

A valorização da cultura no setor público, no âmbito do ministério da cultura[8] de um país, tem importância fundamental, sobretudo pelos seus grandes aportes à democracia e à convivência e, para isso, o Estado tem de assumir o seu papel de formulador da política, atuar fortemente nos processos de descentralização real das estruturas ligadas ao desenvolvimento das políticas culturais e propiciar uma autonomia aos diversos agentes envolvidos.

Judite Primo considerou, na aula proferida em 2008 no curso do Centro de Estudos Avançados – CEAM realizado no Rio de Janeiro, Brasil, que a Museologia como ciência teórico-metodológica já discutia a questão do desenvolvimento e cultura, na década de 60 e que as políticas públicas só vão discutir isso a partir da década de 90, com a questão da União Européia.

No mundo contemporâneo, o debate atual é sobre adoção de políticas transversais integradas entre as áreas de ambiente, educação, saúde e cultura.

Roque Jacoby (2010), que foi Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, no período de 2003 a 2007, acreditava na cultura como instrumento propulsor de saúde, e que os museus eram importantes centros para o desenvolvimento de programas e ações na promoção de conhecimentos e cuidados relativos à saúde e ao meio ambiente, a partir da memória cultural, histórica e científica. Entendia que os projetos de governo não deveriam ser pensados de modo isolados, compartimentados. O grande desafio na sua gestão enquanto Secretário de Estado era intervir na agenda política de um programa de governo para aproximá-la de um plano que privilegiasse o desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade.

[8] Importante registrar que em muitos países, por motivos diferentes, não existe um ministério especialmente dedicado ao campo da cultura, por exemplo, a Espanha possui o Ministério da Educação, Cultura e Esporte e Portugal possui uma Secretaria de Estado.

Para José do Nascimento Júnior:

> "É importante ressaltar que a cultura-rede simbólica de relações quando devidamente valorizada, contribui para a dignidade humana e o exercício da cidadania e que sua valorização faz parte dos reptos enfrentados pela gestão pública. Nesse quadro, duas questões se destacam: é possível contribuir para as estratégias de desenvolvimento local a partir de políticas públicas de cultura? De que forma os museus podem contribuir para a vivência da cidade e o exercício da cidadania? " (Nascimento Jr, 2008).

Os museus podem contribuir para o exercício da cidadania ao promover a consciência da diversidade, que "permite a abertura à consciência e que existem outros saberes, que existem outras memórias e outras narrativas. Que existem outros processos e expressão de vivência das memórias. " (Leite, 2012, p.3). Esse é um dos desafios dos museus que, por meio das inúmeras possibilidades de ações, relações e estratégias de comunicação, devem valorizar o diálogo da diversidade, e por meio desses mecanismos possibilitarem que os diferentes tenham algo em comum, ou seja, a reconstrução das suas memórias e espaços de diálogos entre e sobre as diversas narrativas. São espaços em construção, ou em evolução, para práticas da convivência, da solidariedade e cooperação entre os membros da comunidade, entre a comunidade e outras comunidades.

Pensar a cidade como espaço ecológico e culturalmente planejado no entendimento de José do Nascimento Junior (2006), é fundamental para uma estratégia de desenvolvimento local, com a participação da comunidade na definição dos equipamentos, estratégias, prioridades e com a clara intenção de que os museus sejam ferramentas de inclusão, por meio do diálogo com a diversidade que está presente no local.

Somente uma política pública de cultura que instigue a reflexão sobre as desigualdades locais pode empoderar a comunidade para os diálogos com o global. Sendo assim, se a participação ocorre de fato e não é apenas argumento de discurso, as políticas públicas de cultura se constituem em práticas de emancipação social.

Todavia existem avanços e retrocessos, assim como existem incrementos às novas formas de pensar a cultura, às novas aberturas de fronteiras sociais, às novas relações entre cultura, economia e política e à intensificação de intercâmbios culturais, as quais se somam novas formas de discriminação, busca de sobrevivência de conceitos tradicionais e conservadores e nas quais uma heterogeneidade de experiências trazidas pela globalização também intervêm nas tendências estratégicas de desenvolvimento.

A gestão da cultura ainda está em fase de profissionalização, as práticas ainda estão voltadas para indicadores de sucesso pelos índices de audiência, de visitação e outros índices que não consideram a apropriação dos valores culturais e capacidade de gerar resultados

positivos ao nível individual e ao nível coletivo. De forma que as políticas culturais para o desenvolvimento têm que considerar as novas articulações entre economia e cultura.

Há que se destacar que, com a globalização, a desigualdade na distribuição de benefícios econômicos agravou também alguns desequilíbrios históricos no que se refere à comunicação, ao acesso à informação e à participação nas esferas públicas.

Entretanto, o importante é estar consciente que a "globalização não é um sujeito, se não um processo no qual se mobilizam atores que podem orientá-lo em diferentes direções. " (Canclini, 2003, p.32). Na análise de Pedro Pereira Leite:

> "A globalização é a partilha duma casa comum (o planeta), a partilha duma família comum (a humanidade), e a consciência de que os fenômenos que ocorrem são interdependentes. A percepção quando assume formas de consciência, a consciência da interdependência dos fenômenos sociais que nos afetam a cada um de nós como indivíduos e a todos como coletivo, tem vindo a questionar nossas ações. Este é um segundo traço que caracteriza a Sociomuseologia hoje. A consciência da necessidade de construir uma alternativa no pensamento e na ação. Construir uma altermuseologia envolvida nos processos de globalização como instrumento de emancipação social. " (Leite, 2012, 6 de março).

Os governos devem articular para construir políticas públicas em seus países que contribuam para os intercâmbios globais fortalecendo cultura e sociedade, empreendendo projetos que façam crescer a região e que ocupem um espaço no mundo global, a partir do local; potencializar os produtos materiais e simbólicos no sentido de melhorar as condições de vida da população. E a comunicação é a principal ferramenta para administrar o patrimônio histórico tangível e intangível de forma democrática e transparente permitindo a autonomia em função das necessidades locais.

Os caminhos possíveis são por meio de ministérios da cultura que desenvolvam políticas socioculturais que promovam o avanço tecnológico e a expressão multicultural das sociedades, centradas nos princípios da cidadania.

1.3. No encontro de uma Política Pública Cultural no Brasil, a partir de 2003

A partir de 2003, é possível perceber mudanças nas orientações da política cultural no Brasil, principalmente no modo de implementar as políticas e na ampliação dos setores que passam a receber a atenção do governo. Embora não alcancem a proporção desejada

pelas áreas culturais, as mudanças rompem com uma prática tradicional que centralizava e direcionava ações e recursos sem considerar a diversidade cultural e territorial do país.

Na visão do ex-ministro da cultura do Brasil, Gilberto Gil (2006), as políticas culturais devem considerar a cultura em três eixos: como produção simbólica que estimula o processo criativo e imaginativo e expressão identitária; como direito que gera acesso e como economia que propicia o desenvolvimento socioeconômico.

Esses eixos foram necessários para reconceituar o território e objeto de atuação do Ministério da Cultura, no seu mandato. Detalhando os eixos citados acima, a nova institucionalidade tem como parâmetros viabilizar: cultura enquanto produção simbólica e expressão da realidade, ou seja, fomentar outras linguagens além das consagradas, identificar e impulsionar os processos criativos; todos os cidadãos têm o direito de exprimir, fruir e veicular sua expressão cultural e a dimensão econômica da cultura para induzir desenvolvimento socioeconômico e significação relacionada à geração de ocupação e renda no contexto dos fluxos econômicos.

A concepção desses eixos norteou a orientação do trabalho no Ministério da Cultura na definição da Política Nacional de Cultura, num modelo de gestão compartilhada por meio do Sistema Nacional de Cultura, baseado no estabelecimento de princípios e diretrizes comuns, divisão de atribuições e responsabilidades, repasse de recursos e as instâncias de controle social para assegurarem efetividade e continuidade.

O Sistema Nacional de Cultura representa o conjunto de partes interligadas que interagem entre si, reunindo a sociedade civil e os representantes do poder público nas esferas federal, estaduais e municipais, tendo como princípio o respeito à autonomia e considerando a cooperação, como de fundamental importância às instâncias de mobilização da sociedade.

O Sistema é constituído tendo como base o Conselho, o Plano e o Fundo, como instrumentos de discussão, planejamento e fomento. Os Conselhos são instâncias colegiadas de representação da sociedade civil e poder público para atuar na formulação de estratégias e controle da execução das políticas, com caráter consultivo e deliberativo. Os Planos, elaborados pelos conselhos ou pelos setores a partir das diretrizes definidas nas instâncias de mobilização, com a finalidade de elaborar e executar o planejamento a curto, médio e longo prazo. E o Fundo é o instrumento de fomento necessário para viabilizar o planejamento.

Essa construção resulta nos chamados Planos Nacionais Setoriais, sendo que a área de museus vem a ser um dos primeiros setores a elaborarem o seu Plano Nacional Setorial de Museus.

Esse processo de mudança social que busca parcerias, a articulação em rede da sociedade civil e do poder público, na construção de uma política pública para a cultura, além de recente é difícil e encontra resistências.

Mas é justamente por acreditar na capacidade da cultura brasileira de conectar pessoas e gerar riqueza, que vários programas e projetos se estabeleceram com uma proposta abrangente de inclusão social, em parceria com estados e municípios na valorização de todas as manifestações culturais.

Uma das referências dessa política é o Programa Cultura Viva que tem nos Pontos de Cultura e nos Pontos de Memória um grande desafio no desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas de cultura.

Os Pontos de Cultura são iniciativas já existentes, desenvolvidos pela sociedade civil em especial nos territórios de invisibilidade, impulsionando ações existentes nas diversas comunidades, constituindo-se numa referência na promoção da diversidade cultural. Tudo isso é potencializado pela rede dos pontos de cultura, que é integrada a partir da comunicação e das trocas entre os pontos, gerando um novo modelo cultural de repasses e controle financeiro de acordo com avaliação dos projetos em parceria com os estados e municípios e com autonomia dos pontos no desenvolvimento dos programas culturais.

Como ministro, Gilberto Gil se referiu a esse programa como “um do-in antropológico, massageando pontos que estavam adormecidos do corpo cultural do país. ” (Ministério da Cultura [MinC]. (2004).

Os Pontos de Memória, do programa Cultura Viva em parceria com a Política Nacional de Museus, com o programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e com a Organização dos Estados Ibero-americanos buscam atender diferentes grupos sociais no sentido de possibilitar que tenham espaços para narrar e representar suas histórias, memórias e patrimônios. Os objetivos do Programa vão além de fortalecer as tradições locais e os laços de pertencimento buscando impulsionar o turismo e a economia local e contribuindo na redução da pobreza e da violência.

O Museu é instrumento de memória e de desenvolvimento, pois por meio do patrimônio cultural se constrói um processo social afirmativo de identidade coletiva e cidadania, preconizado pela gestão participativa, que contribui para o empoderamento social de grupos que não tinham participação social na construção de suas memórias e, dessa forma coletiva, passam a valorizar o local que se torna referência no global.

Para Mario Moutinho os Pontos de Cultura e Pontos de Memória são programas públicos que constituem a rica e multifacetada política pública brasileira, evidenciando que “os Museus e a Memória podem ser factores de coesão...” (Moutinho, 2011, p.10).

A memória é vista como direito. Não apenas o direito à memória daqueles que estavam ausentes do processo político, é para além de conhecer e reconhecer a memória, mas ser também o gestor da própria memória é dar voz àqueles que não a tinham.

Os Pontos de Memória vão trabalhar a ação política desses grupos que não estavam representados, fazendo com que exista uma reflexão do seu papel anterior, mas principalmente do reconhecimento de que ocupam um espaço de representação e que a liberdade esta em serem protagonistas nesses grupos, na comunidade.

As memórias individuais que são construídas no espaço social são os componentes para as memórias coletivas. O que ainda é um processo de relação tenso, pois quais são as memórias que esses grupos desejam que se tornem coletivizadas e quais os pontos que serão enfatizados.

O que se pretende são novas formas de percepção pelos diversos grupos perante um mundo globalizado que rotula aquilo que contradiz a ordem estabelecida como violento, desordenado, inculto.

O trabalho com a memória e com o patrimônio nestes Programas de Pontos de Cultura e Pontos de Memória tem o objetivo de redefinição, de ressignificação da memória como indutora de igualdade, de propulsora de liberdade. Onde a memória coletiva é resultado de muitas percepções, não existe uma verdade única.

A mudança que se quer alcançar com esses projetos é para o conjunto da sociedade, tanto para produzir um impacto interno, ou seja, mudar a percepção daqueles que não tinham acesso à memória e que não se viam como autores da memória, como também para que os outros percebam a pluralidade e a reconheçam como parte do todo.

Esse processo reflete-se na estruturação do sujeito como agente do mundo em que vive, despertando a consciência de pertencimento, a necessidade de participação cidadã e de estabelecer compromissos para um trabalho colaborativo, o que, de alguma forma, cumpre o objetivo de ampliar o capital social de determinados grupos.

Antonio Carlos Vieira (2011) do Museu da Maré, um museu localizado numa favela no Rio de Janeiro, declarou que um dos registros mais interessantes no Livro de Visitas do Museu é o depoimento de um visitante local, que após visitar o Museu, agradeceu aquela oportunidade, pois até então, não entendia que tinha história, não entendia o significado da sua vida.

Esse é um exemplo do museu como instrumento de valorização da humanidade e do humano que, ao trabalhar a memória local, deu sentido à vida. Esse é o desafio na construção da liberdade.

O trabalho com a igualdade e a pluralidade como expressão política da liberdade esta tão presente no Museu da Maré, que na entrada do Museu está escrito: nesse lugar,

onde muitos só enxergam a violência, nasce uma nova maneira de contar os tempos da cidade, a partir do diálogo, da troca e do respeito à diversidade cultural.

As possibilidades de mudança com a apropriação da memória que gerem processos emancipatórios passam pela reflexão crítica de todos os agentes culturais envolvidos e nesse sentido, o trabalho em rede pode ser um difusor de ideias e ações que despertem para a cooperação e para a responsabilidade social.

E nos conceitos desses projetos dos Pontos de Cultura e Pontos de Memória existe uma posição com relação à desigualdade na posse e no acesso aos bens que se quer reverter ou, no mínimo, fazer a reflexão sobre essa apropriação dos bens culturais.

O museu pode então abrir espaços para os diálogos e para uma reflexão crítica a respeito das diversas representações e de como acontecem às interlocuções entre os diferentes campos de força, privilegiando o discurso da diversidade e do desenvolvimento cultural.

É a construção de um tempo de relações, do museu com a comunidade, entre museus, entre museus e comunidades, entre museus e universidades, ou seja, um momento de construção inclusiva.

É, pois, com a visão de desenvolver uma democracia participativa, que se estrutura um projeto de política pública para cultura no Brasil, no contexto do Ministério da Cultura, que tem como ministro o artista Gilberto Gil que, como ele mesmo se define:

> "A minha integridade é feita de dois. Sou filho de uma mãe e de um pai, as energias da minha vida são produzidas por um sol e uma lua, eu vivo a minha vida nas minhas noites e nos meus dias, tenho ao meu redor o bem e o mal e tenho dentro de mim o bem e o mal. Além do mais eu aprendi na cartilha da tolerância, no dar a outra face. O meu mandamento principal é o não julgueis. Então, eu não julgo, vou para o meio dos políticos, dos empresários e dos poetas e trato todos de maneira igual. Escolhi ser assim. " (Jornal Zero Hora, 2010).

O que fica evidente, no contexto do século XXI no Brasil, é a oportunidade de Gilberto Gil ser o homem de cultura no exercício da função institucional, com a compreensão profunda das características brasileiras, da pluralidade do país formada por diferentes elementos, etnias e culturas. A consciência de cidadania, de gestor público que estabeleceu uma comunicação e uma relação mais natural, mais cultural, foi um dos diferenciais fundamentais na construção de uma política pública de cultura e na implantação e desenvolvimento da Política Nacional de Museus.

Fotografia 1: Ministro Gilberto Gil. Lançamento da Política Nacional de Museus no MHN em maio de 2003.
Fonte: Acervo IBRAM

2. Redes e Sistemas

Nessa análise sobre políticas públicas para museus estruturadas em redes o embasamento teórico sobre o conceito de Rede e Sistema é resultado do estudo do trabalho de Manuel Castells, que afirma: “Rede é um conjunto de nós interconectados”. O Sociólogo

diz que: “Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. ” (Castells, 1999, p. 566)

As redes e sistemas refletem o nível de informação, de comunicação, de articulação e a capacidade de ação e reação frente a situações diferenciadas. São, na verdade, representações de uma sociedade que passou a interagir de modo conectado. Refletem também a vontade e o comprometimento com a causa, pois a conexão exige disponibilidade além das ferramentas físicas e estruturais.

E, com esta linha de raciocínio, relacionei o conceito de “rede” de Manuel Castells (1999) com o conceito de “rizoma” de Deleuze e Guattari (1995) que expressam que “o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza. ” (Deleuze & Guattari, 1995, p.32). Esta diversidade de representatividades é que vai contribuir para o estabelecimento das conexões e para as ações de compartilhamento.

O exercício de relação entre os conceitos de Rede e Rizoma tornou-se necessário e fundamental para entender as diversas conexões que foram sendo estabelecidas no decorrer da construção da Política Nacional de Museus e no estabelecimento do Sistema Brasileiro de Museus. E, ainda, para identificar as estruturas e relações de poder que se alteram do centralizado para o descentralizado e para o poder distribuído que produz valor público. E, assim, demonstrar que várias relações são possíveis ao mesmo tempo e até necessárias, ou seja, tanto as estruturas de poder centralizadas, descentralizadas e o poder distribuído convivem de forma estável, ou não, no estabelecimento das relações.

Com essas análises, é feita uma reflexão sobre o trajeto percorrido para a implantação da Política Nacional de Museus e os caminhos possíveis de continuidade de uma política pública por meio da multiplicidade de conexões e da atuação em rede com base num amplo acesso à informação.

2.1. Conceitos, Conexões e Origens

A organização em rede é possível “pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação”. (Castells, 1999, p. 56). E não se trata aqui de analisar a constituição da Sociedade em Rede, mas sim como o desenvolvimento da

tecnologia da informação refletiu no campo dos museus com mais informações, maiores comunicações e múltiplos agenciamentos.

É importante ressaltar o papel do Estado, no entendimento da relação entre tecnologia e sociedade, seja como promotor, incentivador, líder ou interrompendo a inovação tecnológica, pois o domínio tecnológico é que vai impulsionar as relações e não é por acaso que acontece em determinado momento histórico. Como se percebe no pensamento de David De Ugarte (2008) que afirma que a sociedade sempre foi uma rede e que a tecnologia da informação e comunicação possibilitou uma nova esfera de relação social conectando diferentes e iguais, onde todos são capazes de estabelecer relações, opiniões e exercer poder e influências.

Castells é objetivo na afirmativa de que "é claro que a tecnologia não determina a sociedade" (Castells, 1999, p. 43), mas "a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas. " (Castells,1999, p. 43). O referido autor associa aos ideais dos movimentos dos anos 60, a reviravolta no progresso tecnológico e a compreensão de que os movimentos sociais exigem e produzem novas perspectivas tecnológicas.

A tecnologia que no passado promoveu a ideia de isolamento do ser, independente e separado agora promove a integração e aumenta a capacidade humana de compartilhar, cooperar. O desenvolvimento da tecnologia do processamento da informação resulta na melhoria da geração de novos conhecimentos que disponibilizam novas informações, que passam a ser acessadas e compartilhadas por um maior número de pessoas, que vão se conectando e, desse modo, aprofundando conhecimentos, relações e tornam-se agentes dos processos de transformação social.

Arquilla e Ronsfeld[9] justificou como o desenvolvimento das tecnologias de informação refletem na ideia de Rede como sistema de organização:

> "A revolução informacional está mudando a forma pela qual as pessoas lutam ao longo de todo o espectro do conflito e o estão fazendo, fundamentalmente, mediante a melhoria da potência e da capacidade de ação de pequenas unidades, favorecendo a emergência de formas reticulares de organização, doutrina e estratégia que tornam cada vez difícil a vida das grandes e hierárquicas formas tradicionais de organização. A tecnologia importa sim, porém subordinada à forma organizacional que se adota ou desenvolve. Hoje a forma emergente de organização é a rede. " (Ugarte, 2008, p. 55).

[9] Arquilla,J. & Ronsfeld, D. (2000). USA: Rand Corporation, Office of Secretary of Defense. In Ugarte, D. (2008). O Poder das Redes. EDIPUCRS. Porto Alegre. P.55)

Esse novo modelo afetou a sociedade em todos os seus aspectos, principalmente os modelos econômicos, num contexto de transformação baseado em flexibilidade, velocidade e eficiência. Na realidade, o que cada vez mais acentua essas características são os aspectos culturais e identitários que continuam construindo significado e estabelecendo as referências, que também vão sendo alteradas, pois o processo de fragmentação ao mesmo tempo em que individualiza provoca uma busca por identidade que possa ser partilhada, compartilhada.

Ao mesmo tempo, a rede permite mais liberdade, mais opções para escolher, agir e interagir, expandindo a atuação tanto dos indivíduos como das instituições nas múltiplas relações que vão sendo possíveis se estabelecerem, geradas a partir dos diversos agenciamentos por pertencer à rede.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação, a comunicação em rede permite uma participação mais democrática e real, pois todos que pertencem à rede têm acesso às informações e podem se relacionar e expressar suas opiniões e posicionamentos.

A relação de poder também é afetada, afinal os dirigentes e gestores políticos têm um canal direto com os diversos atores sociais que se ligam à rede e que, de alguma forma, influenciam as ações estabelecendo novas relações de poder, o que vai resultar em novas formas de organizações políticas. Na sociedade em rede, o novo paradigma está na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e da comunicação de símbolos, e na busca constante de aprimorar a tecnologia do processamento da informação para geração de conhecimentos. Dessa forma, a tecnologia, as relações técnicas e a produção de conhecimento modelam o comportamento social, influenciando o poder e gerando novos mecanismos de poder, controle, interação e transformação social.

Toda a estrutura de informação repousa sobre uma estrutura de poder. O poder centralizador estabelece uma estrutura de representação social e política rígida. No poder descentralizador se percebem progressivas fases de centralização: local, regional, nacional, internacional, global, etc. E, no caso do poder descentralizador, a capacidade para transmitir e agenciar está concentrada em alguns nodos.

Com a evolução das ferramentas tecnológicas de informação, ou melhor, para o processo de distribuição da informação, as estruturas de poder são colocadas em questionamento, pois a maior informação, para os atores sociais, possibilita uma interconexão efetiva, gerando novos agenciamentos que irão se refletir nas mudanças culturais e políticas.

A tecnologia da informação que permite ao usuário criar, publicar, distribuir, redistribuir, reciclar, editar, compartilhar e outros, veio a incrementar as possibilidades de interação nas redes e essa forma de interação é que gera o poder distribuído, onde o usuário, o integrante da rede passa exercer seu poder criativo e de intervenção.

Essas mudanças nas estruturas de informação vão se incorporar na nova forma de distribuição do poder, no empoderamento dos diversos envolvidos no processo de construção de outro mundo, ou em outra forma de relações. “É a era das redes distribuídas que abre a possibilidade de passar de um mundo de poder descentralizado a outro mundo de poder distribuído. ” (Ugarte, 2008, p. 33).

A sociedade experimentou a vivência das redes de poder centralizador e está acostumada às redes de poder descentralizador, tanto que confunde a organização da representação com a organização da ação coletiva.

A rede distribuída é uma rede de iguais, ninguém depende de ninguém para transmitir sua mensagem. Como um rizoma que conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, sem que sejam traços da mesma natureza, mas que utilizam das mesmas ferramentas, em diversas dimensões. Essa nova forma de poder que emerge das redes de poder distribuído e o empoderamento dos distintos atores sociais tem sua fundamentação no fortalecimento coletivo e individual das pessoas frente ao poder, pois o desenvolvimento dos movimentos sociais em rede coloca a cidadania como fiscalizadora dos processos democráticos, vindo a influenciar mudanças na agenda pública. Nesse processo de agenciamentos, afirmamos que as redes distribuídas são rizomas, pois atuam como alianças.

Desse modo, pertencer à rede é aportar valor a esse novo modelo de gestão. É estar integrado num processo de participação e construção, é o chamado ‘efeito-rede’ ligado à concepção de se incorporar ao processo.

No processo de preservação das múltiplas realidades culturais, cabe recordar Manuell Castells:

> “(...) as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura (...). O poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder”. (Castells, 1999, p. 497).

Ou seja, é mais importante a capacidade, a diversidade e o alcance dos fluxos no estabelecimento de novas relações. Como nossa realidade é permeada por fluxos de poder, de riqueza e de imagens, a identidade tona-se um elemento de significação social que se reflete nas redes globais que conectam pessoas, grupos, regiões e países de acordo com seus objetivos, em um fluxo constante de troca, de decisões e comunicações.

Os fluxos das mensagens, da comunicação entre as redes estabelecem um novo modelo cultural de interação e estrutura social. Para Tolentino, “trazer essas questões para o debate no âmbito das políticas públicas significa reconhecer a importância da participação

dos diferentes atores interessados no processo de sua construção e implementação" (Tolentino, 2010, p. 138).

Átila Tolentino ainda analisa os estudos dos autores Goldsmith e Eggers sobre o novo formato de governar em rede e aponta que:

> "defendendo que o modelo tradicional e hierárquico de governo não atende às demandas dos tempos complexos e em rápida transformação. Essa afirmação embasa a idéia de que a organização em rede desses diferentes atores envolvidos nas políticas públicas propicia o desenvolvimento de dinâmicas culturais e de gestão inovadora. Os autores afirmam também que os governos dependem menos de servidores públicos em papéis tradicionais e mais de uma teia de parcerias, contratos e alianças para realizar o trabalho público. Para eles, esse novo modelo de governo não centraliza as principais responsabilidades dos executivos na gestão de pessoas ou programas, mas sim na organização de recursos, muitas vezes pertencentes a outros, de modo a produzir «valor público». Ou seja, o objetivo dos esforços dessa relação em rede é produzir o máximo de «valor público», maior do que seria se cada ator solitário poderia realizar atuando sem colaboração. " (Tolentino, 2010, p. 138).

As redes funcionam como instrumentos de difusão de informação. No caso dos museus, com o objetivo de qualificação do trabalho museológico, integrando cada vez mais os museus e a comunidade. A cooperação mútua se estabelece a partir do desenvolvimento de um trabalho integrado, solidário e cooperativo.

Claudia Storino (2012) arquiteta que trabalhou no Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e depois atuou como assessora de Projetos Estratégicos junto à Presidência do Instituto Brasileiro de Museus e ainda na Coordenação de Espaços Museais, Arquitetura e Expografia, no Departamento de Processos Museais no mesmo Instituto, ao ser entrevistada, disse entender um sistema de museus como uma estratégia de articulação e fortalecimento das instituições museais, que um sistema de museus deve funcionar com base em bons sistemas de informação e cooperação; se a informação flui bem e a cooperação se estabelece de modo sólido, os pontos fortes das instituições podem ser potencializados e os problemas superados mais facilmente.

Seguindo essa linha de raciocínio, Joana Souza Monteiro, ex-coordenadora da Rede Portuguesa de Museus, afirma que:

> "O simples fato de se trabalhar em cooperação fortalece a consciência da herança cultural global e da sua diversidade. Tanto as instituições políticas como os profissionais de museus, e ainda os próprios públicos, beneficiam do princípio da

> reciprocidade como um meio de promoção de relações entre museus aos níveis: local, regional, nacional e internacional". (Monteiro, 2008, p. 275).

As denominações redes e sistemas, para alguns autores, possuem diferenciação quanto à estrutura das relações. Na teoria, a denominação de sistema implica numa estrutura quase hierárquica, com protocolos burocráticos, relações de dependência, com determinadas finalidades e integração vertical. A rede permite uma conexão de diferentes sujeitos em condições de igualdade, autonomia e corresponsabilidade, estimulando uma troca direta na construção de ações e uma integração horizontal.

A rede atua de forma mais flexível, com uma dinâmica de relações baseada em acordos, trocas, cooperação e compartilhamento na solução de problemas. O sistema reflete uma estrutura mais rígida, com controle e interdependência.

No entanto, a constituição de redes e sistemas de museus no mundo atual não está designada conforme os conceitos. É possível encontrar estruturas denominadas de redes, mas que atuam mais na forma de sistema e vice-versa.

O papel fundamental da criação dos sistemas e redes internacionais, nacionais, regionais e locais é o de instrumento para consolidar políticas públicas para o setor museológico; para a valorização das diversidades culturais; para a preservação do patrimônio; para a concretização da partilha de experiências e cooperação; para a promoção da qualidade do trabalho museológico e do serviço público; para a divulgação e afirmação das múltiplas realidades e para o conhecimento da realidade museológica.

Clara Camacho (2009), que atuou na coordenação da implantação da Rede Portuguesa de Museus, na sua entrevista expressou que as redes e os sistemas de museus têm um papel agregador, articulador e colaborativo. Quer sejam formais e interinstitucionais, quer sejam informais e interpessoais, essas redes e sistemas permitem criar forças de representação dos museus envolvidos, atuar em conjunto face aos governos e criar produtos e serviços comuns junto do público.

O objetivo de uma política cultural para os museus estruturada no modelo de rede está embasada nas perspectivas da continuidade das ações no âmbito institucional de forma mais eficaz e consistente; de aumentar a capacidade de atuação para ampliar o conhecimento mútuo e a cooperação entre os museus; de alargar o acesso aos museus numa perspectiva social e cultural; de contribuir para caracterizar o perfil dos públicos dos museus e das relações das instituições com a sociedade e de incrementar a capacidade de intervenção social, cultural e educativa dos museus.

Os benefícios para os que participam da rede são as possibilidades do trabalho em cooperação; do fortalecimento da consciência da herança cultural; da criação de um ambiente de mediação e de desenvolvimento; o estreitamento de laços e estabelecimento de relações

nos níveis local, regional, nacional e internacional, beneficiando instituições, profissionais e públicos.

Nas relações coletivas, há uma compreensível tendência a valorizar o macro, em detrimento do pormenor, porque este teoricamente interessa a menos gente. Esse princípio que pode ser válido, por exemplo, para grandes exposições, não deve funcionar na rede, pois essa deve ser um instrumento de articulação e cooperação e não apenas de difusão das atividades dos museus que possuem uma maior estrutura.

A valorização de pertencer à rede advém das múltiplas possibilidades de crescimento e desenvolvimento em conjunto, com reflexos diretos na comunidade onde o museu está inserido.

Para Ana Azor Lacasta, independente da denominação sistema ou rede, estas estruturações são ferramentas primordiais para:

> "– Estimular la articulación y cooperación de los sectores museológicos.
>
> – Fortalecer los sectores museológicos, darles más visibilidad y mayor capacidad de interlocución con las instancias institucionales y los poderes políticos.
>
> – Obtener una mayor efectividad en la gestión y en la rentabilización de recursos tanto económicos como humanos.
>
> – Fomentar la circulación de profesionales, proyectos e ideas que son la base de un museo dinámico y en constante actualización.
>
> – Estimular la renovación de la programación de los museos gracias al conocimiento de otras experiencias.
>
> – Impulsar la realización de investigaciones y estudios que sumen los conocimientos y saberes de los miembros de la red, con resultados más amplios y enriquecedores.
>
> – Aumentar la profesionalización del personal de los museos y mejorar su formación.
>
> – Conseguir una mayor representatividad en su territorio.
>
> – Establecer relaciones solidarias entre museos grandes y pequeños, beneficiosas para ambos.
>
> – Facilitar la captación de recursos económicos externos, procedentes de la fi nanciación privada o las subvenciones públicas.
>
> – Favorecer el desarrollo de un turismo cultural sostenible en el que los museos tengan un papel decisivo.
>
> – Facilitar la relación con otras redes tanto de ámbito nacional como internacional." (Lacasta, 2010).

Para José do Nascimento Junior, “As políticas nacionais de museus devem se constituir em ações democráticas e participativas, criando uma capilaridade em todas as regiões existentes e formando agentes sintonizados e comprometidos com seu desenvolvimento” (Nascimento, 2009, p.154). Ele afirma que um modelo de gestão democrático envolve os instrumentos institucionais, instrumentos de fomento e instrumentos de democratização, caracterizando a formação de redes ou sistemas nacionais como ponto fundamental para a institucionalização, articulação e desenvolvimento das políticas públicas para os museus.

Embora a base de funcionamento das redes esteja na tecnologia da informação, as redes dependem também do contato ao vivo. Por mais que as ferramentas de comunicação e informação evoluam e avancem, é preciso que, com certa frequência, os membros das redes se encontrem para fortalecer as relações de confiança necessárias ao desenvolvimento de ações de cooperação, pois independentemente do grau de formalidade e abrangência da sua estrutura, as redes ou sistemas de museus são, acima de tudo, instâncias de cooperação, afirma Joana Sousa Monteiro, em sua entrevista. E, no entendimento dela, devem, para tal, promover a mediação entre a estrutura que gerencia a rede ou o sistema e os museus, entre os próprios museus, e ainda entre os museus e as suas entidades de tutela. Devem, de igual modo, contribuir para a qualificação dos museus que integrem o seu universo, de um país ou região, tanto através da credenciação como da prestação de apoios de índole diversa.

E se os museus são agentes de transformação social, tem o grande desafio de serem promotores do direito e respeito à diversidade, visando o compartilhamento que as redes de informação favorecem. Mas, ao mesmo tempo, não podem cair no risco de promoverem a fragmentação e a alienação.

A escolha da denominação rede ou sistema deveria implicar na forma de atuação, mas, na prática, o que se vê é que algumas redes atuam como sistemas e alguns sistemas atuam como redes.

O que as redes e sistemas precisam sempre avaliar é: Qual o valor acrescentado para os museus pelo fato de pertencer à rede? Quais as mudanças no setor produzidas pela ação da rede? Como avaliar o impacto das redes nos museus? E nos visitantes? Como avaliar a integração dos museus que pertencem à rede?

Os instrumentos de avaliação precisam dar conta de demonstrar que a rede é um espaço de compartilhamento do conhecimento, da aprendizagem, de relações dinâmicas, propiciando um desenvolvimento pessoal, profissional, institucional e uma maior colaboração. Os indicativos são: o número de museus que pertencem à rede, os investimentos e fomentos no setor, os programas de formação e capacitação dos profissionais, o desenvolvimento de projetos junto à sociedade, os programas de comunicação e difusão.

Outro ponto importante na criação de Redes e Sistemas é a capacidade de enraizamento, ou seja, de tornar-se necessária e importante para os museus, sendo capaz de mantê-los articulados e exigir do poder público políticas de incentivo que cada vez mais potencializem os trabalhos das redes.

Talvez este poder de enraizamento seja o desafio para a continuidade, quanto mais enraizada, quanto maiores conexões e compartilhamentos, maiores os compromissos para manter a rede e manterem-se na rede. Para isso, é fundamental o sentido de pertencimento, de valorização, de ações de preservação das diversas memórias e de empoderamento dos participantes das redes.

Esse empoderamento surge ou se desenvolve a partir de mecanismos de envolvimento do trabalho de cada um na construção do todo. Os museus além de receberem incentivos ao desenvolvimento de seus projetos precisam sentir-se colaboradores, participantes nas formulações de orientações, normas, ou seja, serem ouvidos e, mais do que isso, verem suas solicitações atendidas.

Para além dessa perspectiva de articulação pelo poder público, os participantes de uma rede precisam despertar para a força que é o trabalho em conjunto e exercer um papel mais atuante nas conexões entre os diferentes membros da rede.

Os museus de uma rede podem e devem agir a partir das relações entre si, compartilhando experiências, ensinamentos, mas também elaborando diretrizes e pautas que considerem importantes para o setor e se responsabilizando pelo encaminhamento dessas demandas.

É dever dos governos pensar e implantar políticas públicas de caráter inovador e integrador para as diversas áreas e no caso, para a área cultural e especificamente para os museus, mas é de fundamental necessidade que os museus abram espaços nos seus planejamentos para o trabalho em conjunto, para o trabalho em rede, que percebam como estratégia de desenvolvimento e de crescimento um trabalho integrado com o setor para terem representatividade e força diante das trocas e mudanças políticas a que todos os países estão sujeitos. E, principalmente, desenvolverem “movimentos cidadãos em rede que colocam diretamente a cidadania como fiscalizadora dos processos democráticos. ” (Ugarte, 2008, p.6).

Atualmente, os países possuem sistemas, redes e associações de museus, integrados nas políticas públicas dos países ou geridos pelas associações. Esse modelo teve início na década de 80 do século XX, quando a partir da expansão do conceito de Estado rede foram criadas a Rede Portuguesa de Museus, em 1999; o Sistema Espanhol de Museus, em 1987; o Sistema de Museus da Colômbia, em 1997, o Sistema de Museus da Catalunha, em 1990 e o Sistema Andaluz de Museus, em 1984.

No Brasil, em 1986, foi criado o Sistema Nacional de Museus, na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, trabalho coordenado por Priscila Freire, Sonia Guarita e Célia Corsino. No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Educação e Cultura, por meio da Subsecretaria de Cultura constituiu uma Comissão de Estudos, pela Portaria Interna Nº 001/86, integrada pelos diretores dos museus da subsecretaria, para elaborar parecer sobre o tema.

O relato de Teniza Spinelli (1990), no Encontro da Associação Riograndense de Museologia, realizado em outubro de 1986, no município de Bagé, interior do Rio Grande do Sul, expressou a proposta do Ministério da Cultura ao criar o Sistema Nacional de Museus e uma política cultural na área de museus que envolvesse todos os estados de uma forma participativa e democrática na tentativa de incentivar a criação de centros estaduais de museus, na ocasião estava presente a representante do Sistema Estadual de Museus de São Paulo, Maria Inês Montovani.

E, segundo ela, competia ao Sistema na época: sugerir diretrizes para a formulação de uma política museológica; estimular e apoiar programas de incremento e o intercâmbio das atividades museológicas desenvolvidas por entidades públicas ou privadas em todo país; estimular e promover programas de capacitação de recursos humanos, pesquisas, inventários, segurança de acervos, atividades culturais e educativas junto à comunidade e difusão de informações na área museológica; desenvolver estudos que orientassem o estabelecimento de critérios, métodos e procedimentos relativos às questões da museologia; dar assistência técnica aos museus quando solicitados; coordenar, orientar as atividades dos museus, com vistas a conservação, ampliação e revitalização de seu uso; avaliar, difundir o resultado dos programas desenvolvidos pelos museus do país; opinar sobre a conveniência de criação de novos museus e casas históricas em todo país; articular com entidades públicas ou privadas para contribuir na realização dos objetivos do Sistema Nacional de Museus.

O pronunciamento de Teniza (1990) foi no sentido de mobilizar os profissionais de museus para a criação de um Sistema Estadual de Museus no Rio Grande do Sul. Segundo ela, os sistemas estaduais teriam apoio do Ministério da Cultura. Deixava claro que não havia nenhuma obrigatoriedade de os sistemas estaduais serem criados através das Secretarias Estaduais de Cultura, mas que, sem dúvida, o apoio institucional faria o processo andar mais depressa e facilitaria a viabilização dos projetos. E afirmava, convincentemente, a importância da criação dos sistemas de museus nos estados como instrumento de continuidade à uma política de valorização das atividades museológicas. Sugeria que se encontrassem lideranças na área de museus para alavancar o projeto e que se unissem esforços para o Rio Grande do Sul ter o seu representante junto ao Sistema Nacional de Museus.

Segundo ainda o relato de Teniza Spinelli (1990), os representantes dos Sistemas Estaduais iriam compor o Sistema Nacional de Museus e encaminhariam os projetos dos seus estados para serem avaliados, julgados e, de uma forma conjunta, o Sistema Nacional decidiria as prioridades que seriam atendidas pelo Ministério com incentivos, apoios financeiros, logístico, recursos humanos e equipamentos.

Segundo Edna Taveira (2008), no depoimento dado durante a realização da Oficina de Implantação de Sistemas em Goiânia, ela participou ativamente na constituição do Sistema Estadual de Museus de Goiás, criado em 1989 e um dos entraves ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Museus foi o seu caráter centralizador e ainda os privilégios aos projetos das regiões do Rio de Janeiro e São Paulo na visão dos outros Estados, o que causou um desestímulo.

No caso aqui apresentado não vamos analisar esse modelo empregado na década de 80 e 90 no Brasil. O que importa são as referências e experiências que ficaram para muitos profissionais do meio museológico e também para muitos gestores culturais e que algumas das iniciativas desse período tiveram continuidade com maior ou menor intensidade, como é o caso do Sistema Estadual do Rio Grande do Sul que foi um dos modelos para o Sistema Brasileiro de Museus. E mais, muitos dos profissionais que atuavam no Estado, passaram a ter papéis de protagonistas e colaboradores na construção da Política Nacional de Museus.

2.2. Referências de experiências de outros países

A partir de 2002, com o processo de construção da Política Nacional de Museus e para a estruturação do Sistema Brasileiro de Museus, o Brasil, através de seus gestores públicos, profissionais da área e professores, observou as experiências das redes e sistemas no desenvolvimento dos museus, tanto no Brasil como no exterior.

Essa observação ocorreu por meio de diversas práticas, entre elas, estudos das documentações legais, visitas técnicas em alguns países, conversas informais com gestores tanto das redes quanto dos museus, palestras desses gestores de outros países para o público brasileiro, como, por exemplo, a participação de Clara Camacho no 1º Fórum Nacional de Museus em 2004, em Salvador. Na ocasião, vários profissionais, pesquisadores, estudantes e gestores tiveram a oportunidade de ouvir falar da Rede Portuguesa de Museus, de fazer perguntas, trocarem ideias e esclarecer diversas dúvidas.

Embora o Brasil já tivesse tido uma experiência, que foi o Sistema Nacional de Museus no final da década de 80 e início dos anos 90. Essa iniciativa não teve continuidade. No contexto do século XXI, eram imprescindíveis as observações e estudos de modelos de

redes e sistemas internacionais para traçar um panorama sobre as práticas, trabalhos e realizações no campo dos museus nos outros países e avançar, no Brasil, para uma construção política que viesse a atender as necessidades de um país com uma territorialidade e diversidade imensas.

As experiências e trajetórias de países como Portugal e Espanha não eram apenas inspiradoras ou modelos, mas constituíam um estudo importante para o entendimento mais aprofundado do trabalho que já vinha sendo desenvolvido na área, além de proporcionarem uma compreensão mais profunda das modificações e implicações de um projeto de rede na estrutura de uma política pública e uma prospecção de que tipo de trabalho era possível desenvolver no Brasil naquele período com as condições que estavam sendo colocadas.

A pesquisa apresentada trata de uma análise documental, da realização de algumas entrevistas e de visitas técnicas em alguns locais, para elucidar as práticas de gestão adotadas em Portugal e Espanha com o objetivo de permitir a elaboração de uma linha de pensamento que veio a se desenvolver no Brasil. Não há a pretensão de aprofundar os estudos e análises, pois seria um trabalho muito extenso neste momento, mas fica o registro provocativo da importância de uma continuidade nesta linha de pesquisa, onde pode ser realizado um estudo comparativo entre os modelos de redes e sistemas de museus, suas implicações nas práticas museais e seus processos de continuidade ou descontinuidade.

2.2.1. Portugal – Rede Portuguesa de Museus

A experiência de Portugal na estruturação de uma política pública para museus no modelo de rede foi fonte de inspiração e de estudo para a estruturação da Política Nacional de Museus do Brasil.

Os diversos profissionais brasileiros, colaboradores do Ministério da Cultura, e os próprios membros do ministério já vinham dedicando tempo e estudo para o caso português e aprofundaram as análises do projeto da Rede Portuguesa de Museus.

A referência nesta pesquisa registra a trajetória da implantação, estruturação e desenvolvimento da Rede Portuguesa de Museus que, em determinado momento, passa a ser colaboradora da construção da Política Nacional de Museus do Brasil.

No âmbito do Instituto Português de Museus - IPM, criado em 1991, ocorreu a estruturação do Projeto da Rede Portuguesa de Museus - RPM, que estava prevista na legislação de 1997 e que se estabelece como um Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus, mediante o Despacho Conjunto nº 616/2000 de 17 de maio, com o objetivo de realizar um estudo e proposta do modelo da Rede Portuguesa de Museus, traçando suas estruturas e as atribuições.

Em Portugal, as discussões e propostas para uma possível Rede de Museus já vinham sendo realizadas por estudiosos e diversos profissionais da área, o que incluiu um trabalho em conjunto com a UNESCO na década de 70, que influenciou diversas ações na década seguinte e em 1995 resultou num

> "Documento Preparatório para uma Lei de Bases do Sistema Museológico Português, da responsabilidade da Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e da Comissão Nacional do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), que, partindo de uma análise dos problemas detectados no panorama museológico nacional ('explosão museológica, vazio normativo e diversidade de agentes implicados) e de uma abordagem histórica da legislação do sector, propõe a elaboração de uma nova lei de bases do sistema museológico português. Este documento traça um significado conjunto de linhas e de tópicos para uma (re)organização concertada da realidade museológica portuguesa, assente no conceito de sistema (Sistema Museológico Português)." (Camacho, Freire-Pignateli & Monteiro, 2001, p.16-17).

Os antecedentes para a constituição da Rede Portuguesa de Museus foram sendo traçados ao longo de algumas décadas com a contribuição de pesquisadores e profissionais, com a formação universitária em Museologia e com a referência de outras áreas da cultura como a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, por exemplo.

A constituição de um mecanismo de gestão em Rede em Portugal deveu-se ao estudo e análise dos fatores de ordem histórica, de ordem institucional e do conhecimento da realidade museal, que apontou as dificuldades e também identificou as potencialidades.

Como fator de ordem histórica, estava a chamada explosão museológica, com um aumento significativo do número de museus motivados pelas ações de afirmação de identidades locais e regionais, a mudança de foco do conceito de patrimônio, a descentralização territorial e as novas experiências de gestão, o que ocasionou, em muitos casos, uma ausência de procedimentos técnicos.

Os fatores de ordem institucional caracterizavam-se pelas dificuldades de articulação do nível nacional com as administrações autárquicas e outras tutelas, sem clareza da competências, pela fragmentação do tecido normativo, pela ausência de um planejamento em conjunto, pela falta de integração entres as políticas nacionais e locais, pela ausência de articulação regional formal e pela falta de regulamentação para criação de museus, tanto nas questões técnicas como nas de gestão e sustentabilidade.

O outro fator que justificou a estruturação de um trabalho em Rede foi a realização de um diagnóstico da situação museológica nacional que comprovava a explosão museológica com instituições envolvidas numa dinâmica de modernização, bem como a

existência de museus com muitas fragilidades no que se refere à sustentabilidade, condições técnicas e ao cumprimento das funções museológicas e sociais para os quais foram criados.

No referido estudo, ficou clara a desequilibrada distribuição geográfica dos museus no território nacional chamando atenção as diferenças entre o litoral e o interior do país e, também, a multiplicidade das entidades de tutela. Ou seja, os museus dependiam de variadas formas de administração, o que se refletia nos interesses que fundamentam as políticas museológicas adotadas e, no grau de autonomia dos recursos financeiros, técnicos e científicos.

Outro item observado dentro desse fator foi a diversidade e heterogeneidade do patrimônio, o que é muito importante para caracterizar a riqueza cultural do país, mas que demandava recursos para sua conservação, pesquisa e comunicação. E ainda várias carências e necessidades foram apontadas: recursos financeiros, recursos humanos, dificuldades com os espaços, conservação, restauro, formação, equipamentos, manutenção, segurança, comunicação e outros. Sendo importante registrar a ausência ou dificuldades em realizar atividades educativas e de investigação devido às carências fortemente notadas na documentação museológica.

Nesse trabalho de identificação dos problemas e dificuldades, era de fundamental importância perceber e registrar as potencialidades que o setor apresentava e que se expressavam, principalmente, nas manifestações das mais variadas instituições interessadas em participar de um intercâmbio e de parcerias.

Importante deixar claro também que, para a implementação e continuidade das linhas de ação da Rede Portuguesa de Museus, era preciso manter uma atualização de dados sobre a realidade museal, através da Gestão da Base de Dados das instituições, para se ter um conhecimento contínuo e atualizado da realidade e dos fatores de mudança.

As competências atribuídas à Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus foram as seguintes: conceber o modelo da RPM; criar programas de apoio a museus; promover ações de formação; estabelecer formas de articulação com outras entidades.

Essa estrutura de Projeto estava constituída por uma equipe técnica dentro da organicidade do Instituto Português de Museus, que adotou uma metodologia participativa, envolvendo no processo, os agentes da Museologia portuguesa com a participação alargada dos diversos representantes, por meio de ações a curto prazo que operou com três mecanismos: reuniões descentralizadas; grupo de trabalho e consultores. E a médio prazo o desenvolvimento de relações com organismos e entidades como redes sociais, de profissionais, organismos ministeriais, outros institutos, associações, entidades públicas ou privadas de tutela dos museus, universidades e centros de investigação , agentes culturais, etc.

Diante do trabalho realizado, a noção da Rede Portuguesa de Museus se configura como: “Um sistema de mediação e de articulação entre as entidades de índole museal, tendo por objetivo a promoção da comunicação e da cooperação, com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa.” (Camacho, Freire-Pignatelli & Monteiro, 2001, p. 42).

A Rede Portuguesa de Museus se estruturou em três grandes eixos de ação: Informação, Formação e Qualificação.

O Eixo Informação caracteriza-se por atividades de articulação, comunicação e cooperação entre os museus e divulgação das atividades dos museus e da Rede Portuguesa de Museus. Produzindo documentos sobre a Rede Portuguesa de Museus, editando o web site e o boletim impresso, realizando fóruns e editando os cadernos técnicos e científicos.

A página da web foi criada como um meio primordial de informação e de divulgação da Rede Portuguesa de Museus, contendo informações sobre a adesão à rede, os programas de apoio técnico e financeiro, os programas de formação e notícias sobre os acontecimentos. Com o tempo a página acrescentou informações referentes aos museus integrados à rede, com informações para pesquisadores e visitantes. E, desde 2008, as informações sobre a Rede Portuguesa de Museus estão no portal do Instituto de Museus e Conservação: www.imc-ip.pt.

O Boletim da Rede Portuguesa de Museus, teve início em 2001. E se caracteriza como um instrumento de comunicação entre os museus. Com tiragem de mais de três mil exemplares e com periodicidade trimestral incrementa a comunicação entre profissionais, gestores, estudantes, visitantes e estudiosos do campo dos museus. Depois de um tempo este boletim passou a ter a denominação de Museus em Rede contendo artigos, notícias sobre os museus da Rede Portuguesa de Museus, informações sobre publicações, exposições, divulgando encontros sobre o que acontece nos museus e na Museologia em outros países.

O trabalho em parceria com o Observatório de Atividades Culturais possibilita uma atualização constante de dados sobre os museus portugueses, o que incrementa esse eixo de informação.

Ainda dentro desse eixo de informação, desenvolveu-se um especial trabalho de divulgação das atividades e ações dos museus para o calendário museístico anual, o que veio a reforçar a realização de atividades em conjunto.

O eixo da Formação tem o objetivo de estimular a qualificação dos profissionais de museus por meio de ofertas de cursos diferenciados, em todas as regiões do país, atendendo as necessidades dos distintos profissionais e seus níveis de formação. O desenvolvimento desse eixo se deu por meio da realização de parcerias com os museus, com as universidades, com os centros de investigação e, ainda, por meio da oferta de estágios.

Esse eixo foi estruturado a partir da observação das lacunas existentes no que se referia à capacitação, à formação e à atualização dos profissionais que atuavam nas instituições. Foi organizado um programa anual de formação que foi se adequando às carências do setor, para atender o desenvolvimento das funções museológicas.

Integrado a esse eixo, também foi criado um centro de documentação ligado à biblioteca central do Instituto de Museus e Conservação, com uma bibliografia especializada em Museologia, que também pode ser consultada via portal do Instituto, aumentando as possibilidades de contribuição para informação e pesquisa.

No Eixo de Qualificação, o objetivo foi oportunizar a qualificação das instituições, tanto nas questões relativas ao acervo e à função do museu, como também na melhoria dos serviços ao público. Para isso, foram instituídos programas de aconselhamento técnico, assessorias e consultorias e, também, um programa de apoio financeiro.

A partir de 2001, instituiu-se um programa de apoio financeiro dirigidos aos museus que integram a Rede Portuguesa de Museus. Em 2007, o programa foi reformulado e denominado ProMuseus, e passou a financiar projetos de colaboração entre diferentes museus, nas áreas de investigação, educação e circulação de exposições, com o propósito de desenvolver projetos multidisciplinares, com a inclusão de recursos diversificados e atingindo públicos diferenciados.

O Programa de Apoio Técnico a Museus possibilitou assessoramento técnico para os museus pertencentes à rede, tanto para a criação como para funcionamento do museu. Esse programa teve como meta colaborar com os museus para que se qualificarem, para pertencer à Rede Portuguesa de Museus.

Dentro do eixo de qualificação, também foi desenvolvido o trabalho de avaliação das novas candidaturas à Rede e de remodelação de museus para captar recursos financeiros provenientes de outros fundos nacionais ou internacionais.

Em 2001, teve início o processo de adesão à Rede Portuguesa de Museus de modo voluntário, com uma filosofia de inclusão, respeitando as diversidades, as condições e as dimensões dos museus. E, também, considerando que os museus deveriam corresponder à definição de museu do Conselho Internacional de Museus – ICOM, observados os seguintes itens: cumprimento da função social do museu; observância dos cuidados de preservação e de valorização das coleções e dos acervos e condições de sustentabilidade.

Os valores fundamentais nesse período eram: a democratização da cultura, o conhecimento do panorama museológico do país, os prinípios de inclusão, de reciproccidade, de articulação e cooperação, a promoção da qualidade e a divulgação de procedimentos técnicos.

Para a realização de todo esse trabalho, os recursos foram garantidos mediante dotação orçamentária de caráter progressivo ao longo dos três anos do período de Estrutura do Projeto.

No processo de construção de uma política pública para museus em Portugal ficou evidente a necessidade de uma legislação específica para o setor. Teve início, em 2003, a formatação da lei com a participação e colaboração de um grupo de trabalho constituído por profissionais da área, comissão do ICOM, representantes das universidades das áreas da Museologia, dos museus nacionais, dos museus municipais e representantes dos municípios portugueses.

Em 2004, foi aprovada por unanimidade na Assembléia da República e promulgada a Lei Quadro dos Museus Portugueses, Lei nº 47/2004, de 19 de agosto, que apresenta a definição dos conceitos de Museu e de colecção visitável; a definição de Política Museológica, com um regime jurídico comum para todos os museus, e estabelece direitos e deveres ao Estado e das entidades que mantém os museus; realiza a institucionalização da Rede Portuguesa de Museus e do sistema de credenciação de museus.

O artigo 3º da Lei Quadro dos Museus Portuguesesº define:

> "Museu é uma instituição de caráter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objetivos científicos, educativos e lúdicos; b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade." (Lei Nº 47/2004, Artigo 3º).

E o artigo 4º conceitua coleção visitável:

> "Considera-se coleção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu." (Lei Nº 47/2004, artigo 4º).

O Sistema de Registro/Creditação dos Museus Portugueses, implatado a partir de 2004, estabelece a apresentação de alguns documentos, o cumprimento de determinadas funções, observa algumas ações e ainda estabelece certos procedimentos como: a iniciativa própria de demonstração de vontade de credenciação; o envio pelo Instituto de Museus e Conservação de um código privado de acesso ao formulário em linha; o preenchimento do

formulário e reunião da documentação complementar; a elaboração do Relatório Preliminar por parte da RPM; a realização da visita técnica ao museu candidato; a elaboração do relatório técnico final e a tomada de decisão pelo Ministro da Cultura**.**

Os museus credenciados passam a integrar a Rede Portuguesa de Museus e passam a ser beneficiados com apoio técnico e de formação pelo Instituto dos Museus e Conservação, passam a usufruir das ações de divulgação e da comunicação em rede, podem participar dos programas de fomento. O credenciamento e significa a aceitação pelo museu dos princípios estruturadores da rede: princípios de articulação e de comunicação, princípios de cooperação e de partilha, princípios de flexibilidade e de transversalidade, princípios de potenciação dos recursos locais e regionais e princípios de inclusão e participação.

Desse modo, o conceito da Rede Portuguesa de Museus se redefiniu como um sistema organizado baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que persegue a descentralização, a mediação, a qualificação e a cooperação entre os museus.

Com a nova lei, os museus tiveram dois anos para para adaptarem-se às novas exigências e, para isso, contaram com assessoria técnica e financeira e bibliografia. A documentação museológica obrigatória, como regimento interno, política de aquisições, plano de conservação preventiva e plano de segurança, que eram documentos pouco encontrados nas instituições passaram a ser exigidos e os museus dedicaram-se à tarefa de se reorganizar.

A legislação foi aprimorada em 2006, com a regulamentação dos formulários de candidatura e com o novo sistema de certificação dos museus, com procedimentos instutucionais que deviam ser apresentados à Sessão de Museus e de Conservação e Restauração do Conselho Nacional de Cultura, criado em 2007, formando um conjunto de instrumentos legislativos que deviam ser observados pelos museus para integrar a Rede Portuguesa de Museus.

Em 2007, uma reestruturação do Estado no âmbito do setor museológico criou o Instituto de Museus e Conservação - IMC, resultado da fusão do Instituto Português de Museus com o Instituto Português de Consrvação e Restauração. Com essa fusão, ocorreu a transferência dos palacios nacionais para a tutela do IMC, novas responsabilidades sobre a área do patrimônio imaterial e a plena integração da Rede Portuguesa de Museus.

Embora tenha surgido dentro do contexto das Redes de Informação, a Rede Portuguesa de Museus atuou na disseminação de informações, utilizando as tecnologias de comunicação, mas com seu foco no desenvolvimento dos objetivos de comunicação, cooperação e partilha entre os integrantes da Rede de forma a inserir-se em uma política nacional que favorecesse conferir melhorias para as instituições e e qualificar o panorama museológico português.

Convém aqui registrar o que já apontavam Clara Camacho e Joana Sousa Monteiro:

> "que o pleno desenvolvimento da Rede Portuguesa de Museus depende, não apenas da existência dos meios e dos recursos disponíveis para cumprir os objectivos propostos, mas também do papel decisivo encumbido aos parceiros neste processo. Só assim será possível implementar uma Rede que implicará o equilíbrio entre políticas nacionais e locais, a conjugação de esforços, a clarificação e a partilha de responsabilidades e de competências entre a diversidade de tutelas e entre as respectivas entidades museológicas, a rentabilização de recursos e o desenvolvimento de medidas continuadas de informação, de formação, de articulação e de cooperação." (Camacho & Sousa, 2001, p. 53).

Para Clara Camacho (2009), a Rede Portuguesa de Museus conquistou o reconhecimento do meio museológico, propiciou uma contribuição para a melhoria da qualidade dos museus e foi vista como instrumento de coesão.

Em entrevista, Clara Camacho (2009) declarou que o reconhecimento associado a um capital de prestígio e de qualidade, é percebido desde logo pelos elevados índices de procura e de candidatura à entrada na rede, hoje composta por mais de 130 museus. Quanto à melhoria da qualidade, ela acredita que os resultados são verificáveis através da execução de programas de apoio financeiro da RPM que apoiam a aquisição de equipamento de conservação preventiva, de mobiliário para reservas de programas e materiais pedagógicos, de edições, de novos websites, de projetos de investigação e de inventário. Também afirma que são visíveis os resultados da ação da RPM nas melhores condições de conservação de acervos, em índices mais elevados de informatização dos inventários, em coleções melhores estudadas e melhor divulgadas e em serviços educativos mais aparelhados.

E como instrumento de coesão, Camacho (2009) acredita que a Rede contribuiu para a criação de um ambiente de cooperação que procura integrar todo tipo de museus, não apenas os mais frágeis, mas também os de maior reconhecimento e visibilidade.

Joana Sousa Monteiro (2012), em seu depoimento nos diz que a criação e desenvolvimento da Rede Portuguesa de Museus significou uma oportunidade única de reconhecimento e de qualificação técnica. Representou, para muitos museus portugueses, passar a dispor de uma instância pronta para ouvir as suas dificuldades, para ajudar a encontrar soluções em conjunto, para reforçar a sua voz junto às entidades de tutela, para ter mais acesso a fundos externos de financiamento. Representou ainda, para os museus, ter um meio acrescido de divulgação das suas atividades, ter acesso a apoio financeiro em áreas que refletiam as suas principais lacunas, e ter acesso a programas regulares de capacitação dos seus recursos humanos.

Percebe-se que a Rede Portuguesa de Museus ainda tem uma série de desafios, como tornar-se mais próxima do público visitante, criar núcleos de apoio para os museus, fomentar novos níveis de cooperação e articulação, estimular as redes temáticas e geográficas, manter as ações de formação e assistência aos profissionais de museus e aprofundar estudos e conhecimentos num nível mais elevado.

Vários são os estudos sobre o impacto da atuação da Rede Portuguesa de Museus. Na investigação de Jorge Alves dos Santos do Observatório de Atividades Culturais ele salienta que:

> "a RPM constitui um ambiente favorável ao estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento dos mais diversos projectos, seja pelo maior número de parcerias estabelecidas entre museus da RPM, seja pelo maior número de âmbitos ou áreas por parceria; seja ainda pela existência de parcerias de média/longa duração." (Santos, 2010. p.2).

Ou seja, entre os resultados positivos da Rede está o trabalho em parceria. E a cooperação, oportunizando um incremento no desenvolvimento de projetos que proporcionem a ampliação do trabalho articulado e que sejam eficazes em soluções, recursos e programas nas diversas áreas de atuação dos museus.

A fragilidade das políticas públicas marcadas por um processo de descontinuidade refletiu-se na Rede Portuguesa de Museus. Embora que o trabalho tenha sido constituído em bases legais e com os profissionais do setor, a falta de comprometimento, os cortes orçamentários que se refletem tanto nos investimentos como nos recursos humanos tornaram-se ameaças para a sensibilização do trabalho em rede, mas que ao mesmo tempo refletiram a importância da mobilização na defesa do patrimônio como instrumento de cidadania.

Por fim, na conjuntura atual, em que Portugal atravessa um momento delicado dentro do contexto da macroestrutura europeia, Clara Camacho (2012) salienta que é muito importante a continuidade do trabalho da Rede Portuguesa de Museus para conseguir dar voz aos problemas que os museus atravessam e ajudar a fortalecê-los.

E que, para a continuidade de uma política pública, os três vetores identificados mais acima por ela mesma, reconhecimento do meio museológico, qualificação dos museus e instrumento de coesão precisam ser alimentados. E lança uma preocupação no sentido de que as medidas atuais de extinção do Instituto dos Museus e Conservação e a indefinição orgânica da inserção do serviço da Rede Portuguesa de Museus na nova Direção Geral do Patrimônio Cultural, para que isso não represente um retrocesso nas conquistas adquiridas.

2.2.2. Espanha – Sistema Espanhol de Museus

O Sistema Espanhol de Museus foi criado pela Lei 16/1985, artigo 66, no âmbito do Ministério da Cultura. Caracteriza-se pela colaboração entre os museus e instituições que integram o Sistema nas áreas de documentação, pesquisa, conservação, difusão e capacitação de recursos humanos.

A adesão ao Sistema é voluntária e o trabalho é realizado no sentido de implantar melhorias para o funcionamento dos museus. Fazem parte os museus de titularidade estatal do Ministério da Cultura, tanto os administrados diretamente pelo Ministério como aqueles sob administração das Comunidades Autônomas, o Instituto do Patrimônio Histórico Espanhol, a Subdireção Geral dos Museus Estatais e os serviços de caráter técnico ou docente relacionados com os museus que se incorporam mediante um convênio com o Ministério da Cultura.

Para aderir ao Sistema, os museus precisam cumprir alguns requisitos: ser uma instituição de caráter permanente aberta ao público, com regulamento, quadro de pessoal técnico, possuir sede com estrutura física para a realização das atividades de exposição, conservação, guarda, pesquisa, administrativas e outras, que atendam as questões de acessibilidade e segurança da coleção e do público. Possuir uma coleção de valor científico, uma política de aquisições, a documentação museológica, o plano museológico e mecanismos de sustentabilidade.

A instituição precisa apresentar uma documentação que contenha os dados gerais, a situação jurídica, descrição do imóvel e instalações, descrição das coleções, orientações, necessidades e função simbólica da instituição no contexto territorial que está inserida, linhas de pesquisas, estrutura funcional, fontes de financiamento, tipo de público que atende, atividades e serviços para o público, relações institucionais e documentação gráfica do museu.

Os trâmites seguem os seguintes caminhos: a solicitação é enviada para o Diretor Geral de Belas Artes e Bens Culturais do Ministério da Cultura com a devida documentação, a Junta Superior de Museus repassa as informações para a Direção Geral de Belas Artes e Bens Culturais para que esta decida, informa a decisão ao museu e para a comunidade Autônoma e, após, é firmado um acordo entre todas as instituições.

O artigo 59 da legislação apresenta a definição de museu: museus são instituições de caráter permanente que adquirem, conservam, pesquisam, comunicam e exibem, para fins de estudo, educação e contemplação, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico e técnico ou de qualquer outra natureza.

Na Espanha, existem sistemas de museus em suas regiões autônomas como é o caso do Sistema de Museus da Catalunha e o Sistema de Museus da Andaluzia.

2.2.3. Espanha – Sistema de Museus da Catalunha

O Sistema de Museus da Catalunha também serviu de estudo para o grupo que trabalhou na criação do Sistema Brasileiro de Museus. Foi criado pela Lei nº 17, de 02/11/90 e regulamentado pelo Decreto nº 35 de 1992, estabelecido de forma clara de uma estrutura em rede. No período estudado, caracterizava-se pela promoção de boas práticas museológicas, apoio técnico e financeiro aos museus e disponibilização de ações de formação e atua na conciliação entre políticas nacionais e políticas locais.

O Sistema de Museus da Catalunha é constituído pela articulação do Registro de Museus da Catalunha, pela estruturação das redes temáticas centradas na criação dos museus nacionais e tem a coordenação da Junta de Museus, que é um órgão propositivo e consultivo e da Subdireção Geral de Museus, que é o órgão que estabelece e coordena a política geral dos museus da Catalunha.

O Registro de Museus da Catalunha é um inventário dinâmico que vai sendo atualizado, é o catálogo oficial de todos os museus da Catalunha. Sua aplicação implica numa progressiva adaptação dos museus aos conceitos técnicos de museu.

A Lei de Museus considera museu o conceito do ICOM, e adotou a denominação de coleção para os equipamentos culturais que não reúnem as condições técnicas exigidas aos museus.

A Lei de Museus da Catalunha estabeleceu uma estrutura de redes temáticas focadas na criação de Museus Nacionais. São eles: O Museu Nacional de Arte da Catalunha, o Museu de Arqueologia da Catalunha e o Museu de Ciência e Técnica da Catalunha. Os museus locais e de outras categorias podem ser denominados ‘ seção do museu nacional’, desde que tenham coleções complementares e correspondentes a um dos museus nacionais formando um conjunto museístico unitário. Dessa forma, é possível potencializar os recursos econômicos e técnicos para esses museus, exercer uma cooperação e apoio nas atividades de restauração, documentação e difusão do acervo. Eles recebem ainda a categoria de museus de interesse nacional, pois conservam coleções de nível extraordinário.

O Plano de Museus de 2007 é uma reorganização, respeitando a legislação para atualizar a atuação do Sistema de Museus da Catalunha, estabelecendo como eixos: o trabalho em rede com o foco nas redes de museus locais, nos sistema de museus nacionais sob os critérios de excelência, territorialidade e especialização; uma nova política de fomento e aplicação de novas tecnologias e meios de comunicação; capacitar instituições a serem museus a obterem o registro; disponibilizar mecanismos para a renovação museográfica;

organizar os órgãos de gestão; incrementar a divulgação dos museus, o estímulo a visitação e o desenvolvimento da função social dos museus.

Embora as experiências citadas acima sejam de um mesmo país, a Espanha, foi uma importante fonte de referência o estudo das diferentes articulações para perceber as diferenças entre as possibilidades da participação do estado e dos diferentes membros que compõe as redes.

2.3. Referências de experiências no Brasil – Estado do Rio Grande do Sul – Sistema Estadual de Museus

O Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul - SEM/RS é um órgão da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul que visa sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o estado, com diretrizes estabelecidas de forma democrática e participativa por essas instituições, pois são os participantes dos museus das regiões que escolhem seus representantes e também as atividades a serem desenvolvidas.

A criação de sistemas de museus no Brasil foi estimulada desde 1986, com o estabelecimento do Sistema Nacional de Museus. Em vários estados brasileiros foram criados os sistemas de museus para trabalharem de forma articulada com as ideias e projetos do Sistema Nacional de Museus.

No Rio Grande do Sul o início das ações para implantar o Sistema Estadual de Museus se deu com a constituição de uma comissão de estudos na estrutura da Secretaria de Educação e Cultura, para avaliar a proposta de criação e um sistema. A referida comissão emitiu parecer favorável e em 01 de setembro de 1986. Evelyn Ioschpe e Maria Luiza Chaves Barcellos foram indicadas para representar a Subsecretaria de Cultura do RS no Comitê de Coordenação do Sistema Nacional de Museus do SPHAN. Em 22 de setembro de 1988, foi designada uma comissão que reuniu Vera Maria Becker, Teniza Spinelli, Mabel Leal Vieira e Antonio Renato Henriques para proceder os estudos visando a implantação da Coordenadoria Estadual de Museus e o Sistema Estadual de Museus, com a apreciação favorável e aprovada, Teniza Spinelli passa a exercer a função de Coordenadora Estadual de Museus e passou a ser a representante do RS no Sistema Nacional de Museus. A partir de então, os esforços foram concentrados para a criação do Sistema Estadual de Museus do RS, nos encontros e fóruns de museus.

Embora O Sistema Nacional de Museus não tenha tido continuidade devido à ausência de um plano de gestão participativo, à concentração do apoio a projetos no eixo Rio de Janeiro /São Paulo, à escassez de recursos e às dificuldades no setor cultural, provocadas

pelo Governo Collor que realizou um desmonte e uma desarticulação das instituições e entidades culturais, no Rio Grande do Sul, a situação transcorreu de modo diferente e, em 1990, foi definida a divisão regional do Estado em sete regiões museológicas e encaminhado projeto ao executivo estadual.

Através do Decreto nº 33.791, de 22 de janeiro de 1991, foi criado o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e incluído na Constituição do Estado, por meio do artigo 224.

Composto por um coordenador geral, nomeado pelo Secretário da Cultura e por sete coordenadores regionais eleitos diretamente pelos representantes dos museus de cada região, o SEM/RS propiciou às instituições museológicas participarem nas respectivas sedes das atividades (reuniões, exposições, cursos) promovidas periodicamente. As sedes são as cidades onde está localizado o museu do coordenador da região. As atividades acontecem tanto nas sedes como nas demais cidades que fazem parte da região.

Em 2013, as Regiões Museológicas encontravam-se assim divididas:

1ª Região Sede: São Leopoldo
2ª Região Sede: Garibaldi
3ª Região Sede: Erechim
4ª Região Sede: São Luiz Gonzaga
5ª Região Sede: Santa Maria
6ª Região Sede: Dom Pedrito
7ª Região Sede: Piratini

Mapa 1 - Estado do Rio Grande do Sul – Divisão nas Sete Regiões Museológicas
Fonte: Relatório Sistema Estadual de Museus do RS, 2002.

Os objetivos do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul são: promover a articulação entre os museus do Estado, estabelecendo critérios e programas de atividades formativas e qualificação dos museus; divulgar padrões e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos museus do Estado; estimular parcerias para realização de projetos culturais e educativos dos museus junto às comunidades; apoiar o desenvolvimento de projetos de financiamento para o desenvolvimento de uma política cultural de integração e incentivo aos museus de todo o Estado.

O trabalho desenvolvido pelo SEM/RS destina-se exclusivamente aos museus. Para participar, tanto os museus públicos quanto os privados devem manifestar adesão ao SEM/RS, mediante preenchimento de cadastro.

A cada dois anos, no Fórum Estadual de Museus, são definidas as diretrizes que vão pautar as atividades do SEM/RS no período. É uma instância deliberativa das ações que serão desenvolvidas no âmbito do Estado e também, uma oportunidade de capacitação por meio dos minicursos oferecidos. É um momento de reflexão, debate e troca de experiências com as atividades das mesas-redondas, conferências, palestras e comunicações. Proporciona o encontro de uma rede de parceiros que desenvolvem as mais variadas atividades nas instituições museológicas do Rio Grande do Sul, do país e até de países vizinhos.

O Rio Grande do Sul já realizou treze fóruns estaduais, até o ano 2013, que acontecem de forma alternada na Capital, Porto Alegre, e no interior, sendo que as cidades do interior se candidatam para receber o evento, oferecendo as condições necessárias.

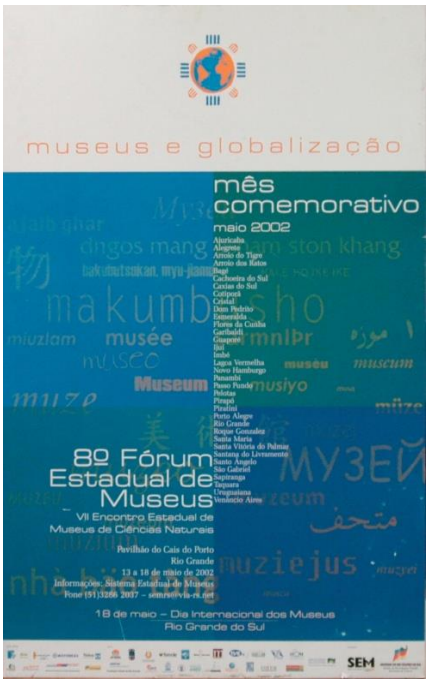
Todos os fóruns foram importantes para a continuidade de uma política pública. O I Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul aconteceu de 4 a 6 de outubro de 1989, no município de Taquara, no Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Cultural por meio da Coordenadoria Estadual de Museus, pois o Rio Grande do Sul ainda não possuía uma Secretaria de Estado da Cultura.

Este fórum reuniu os profissionais de museus para discutir, principalmente, a constituição do Sistema Estadual de Museus, tendo em vista a participação no Sistema Nacional de Museus. O estado de São Paulo já tinha organizado o seu Sistema e foi um dos articuladores para a criação do Sistema no Sul. Teniza Spinelli estava à frente da Coordenadoria Estadual de Museus e, juntamente com Tarcísio Taborda e Maria Luiza Chaves Barcellos, lideraram os trabalhos.

Na imagem abaixo, um documento raro, o cartaz de divulgação do I Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, realizado em 1989.

Fotografia 2: Cartaz I Fórum Estadual de Museus do RS
Fonte: Acervo Simone Flores Monteiro

O 8º Fórum Estadual de Museus ocorreu na cidade de Rio Grande, de 13 a 18 de maio de 2002, com o tema Museus e Globalização, reuniu conferencistas e participantes de várias partes do Brasil em torno da comemoração dos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile.



Fotografia 3: Cartaz do 8º Fórum Estadual de Museus do RS
Fonte: Acervo SEM/RS

O Fórum, como espaço de discussão do local e do global, levantou questões relativas a todo o extraordinário desenvolvimento tecnológico, científico, à abundância e ao desperdício dos países, às diferenças ideológicas, ao consumismo, ao capitalismo, aos fundamentalismos religiosos, aos choques culturais, mas também trouxe a reflexão da adequação às realidades concretas nas estruturas museológicas, revendo programas, espaços, coleções e integrando novas funções compatíveis com os desafios da sociedade contemporânea. Refletiu ainda, sobre o museu como organismo vivo e vital para as suas comunidades e como instrumento eficaz para o desenvolvimento integral, priorizando a participação alargada da comunidade no processo museológico.

Como este Fórum ocorreu num momento social e político de mobilização por mudanças na sociedade brasileira, tinha como proposta também discutir a situação dos museus e da museologia brasileira nos contextos global, nacional e local. Um dos resultados foi a concepção da Carta de Rio Grande, registrando as mudanças que se faziam necessárias no setor museológico na política cultural do país. Essa carta tornou-se, depois, um dos documentos base da Política Nacional de Museus, e será analisada com mais detalhes no próximo capítulo.

O 12º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, que ocorreu na cidade de Santa Maria, sede da 5ª Região Museológica do Estado, no Auditório da Universidade Federal de Santa Maria, no período de 5 a 7 de maio de 2010.

O tema do Fórum foi Museus para a Harmonia Social, a conferência de encerramento, sob a temática do Fórum, foi realizada pelo Professor Doutor Mario Chagas.

Com a participação de 225 pessoas, representando os museus e as universidades, o Fórum teve na Mesa de Abertura as presenças do Presidente do IBRAM, José do Nascimento Junior, do Reitor da Universidade, Professor Felipe Muller, do Secretário de Educação e Cultura, Professor João Luiz Roth, da Secretária de Turismo do Município, da coordenadora da 5ª Região Museológica do SEM/RS, Maria Izabel Mariano da Rocha e da Coordenadora do SEM/RS, Simone Flores Monteiro.

Fotografia 5: Mesa Abertura 12º Fórum Estadual de Museus do RS
Fonte: Giane Vargas Escobar

Os Fóruns, assim como são espaços de discussão, debates e reflexões são também ocasiões de oportunidades de capacitação. Na imagem a seguir, o registro de uma prática durante o minicurso Acessibilidade, ministrado pela Professora Doutora Rosalia Fresteiro, durante o 12º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul:

Fotografia 6: Minicurso Acessibilidade no 12º Fórum Estadual de Museus do RS
Fonte: Giane Vargas Escobar

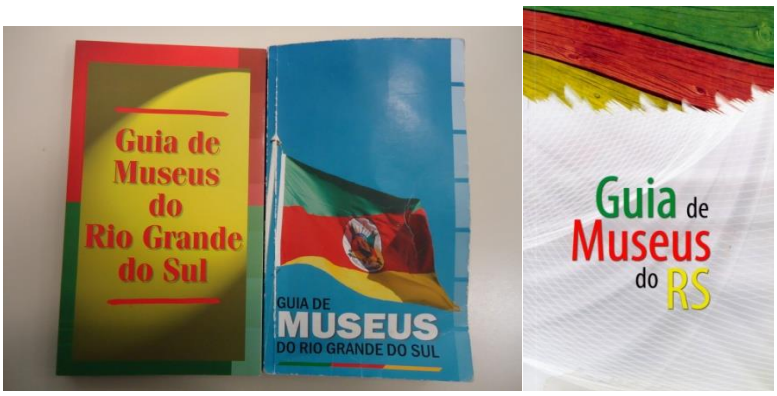
A realização dos Fóruns é de significativa importância no cenário nacional e regional, demonstra a continuidade das políticas públicas na área museológica numa articulação da Secretaria de Estado da Cultura, através do SEM/RS com o Ministério da Cultura, por meio do IBRAM e com o SBM num processo de construção conjunta pela valorização do patrimônio musealizado e pela consolidação de um trabalho em rede. A edição do 13º Fórum Estadual de Museus que deveria ter sido em 2012, aconteceu no período de 11 a 13 de junho, na cidade de Porto Alegre, sob o tema Políticas Museais: a Memória, os Avanços e a Contemporaneidade. A tradição e o cumprimento da regra de realizar o Fórum a cada dois anos foi interrompida tendo como justificativa a necessidade de realizar o Fórum Estadual depois do Fórum Nacional, que ocorreu em novembro de 2012.

As políticas e práticas culturais do Sistema Estadual de Museus do RS estão centradas nas ações de capacitação, ações de difusão e ações de fomento. Sendo que as ações de capacitação são as que mais se desenvolvem pela possibilidade de envolverem muitos parceiros como prefeituras, universidades, museus, escolas, entidades representativas e instituições privadas.

As ações de capacitação são: oficinas de formação; cursos e seminários; assessoria técnica aos municípios para implantação de museus e em questões de técnicas de manutenção e funcionamento; viagens técnicas de estudo; participação em congressos e seminários; estágios técnicos; convênios com instituições de ensino e parcerias com Universidades.

Fotografia 7: Oficina de Ação Educativa em Museus – Ministrante Alice Benvenuti
Fonte: Acervo SEM/RS

As ações de difusão são: cadastramento das instituições; site do SEM/RS; boletim on line; guia de museus; mês dos museus - Decreto n. 43.765 de 26 de abril de 2005; Fórum Estadual de Museus; reuniões regionais; banco de dados de profissionais.



Fotografia 8: Capas dos Guias de Museus do Rio Grande do Sul 2002 /2006/2013.
Fonte: Acervo: SEM/RS

As ações de fomento são: informatização dos museus; projetos apresentados no programa de consulta popular em parceria com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento; editais das fundações de amparo a pesquisa; Lei Estadual de Incentivo à Cultura, de incentivo a projetos através de renúncia fiscal por meio do Imposto de Circulação de Mercadorias; convênios com prefeituras e entidades privadas; visitas técnicas; material de divulgação e projetos de inventário, documentação e museografia de bens tombados.

A meta do SEMS/RS é que os Museus atuem com destacada importância no que se refere à valorização, articulação e desenvolvimento das memórias e identidades locais, regionais e nacionais.

Em 2010, o número de museus cadastrados é de 325 instituições sendo que, quanto a sua natureza, 75,6% são museus públicos ligados às esferas federal, estadual e municipal, incluindo aqui os museus universitários e os museus ligados aos três poderes: executivo, legislativo e judiciário e 24,4% são de natureza privada.

O Rio Grande do Sul é o único Estado brasileiro que possui sistemas de museus, de bibliotecas e de arquivos. O SEM/RS, juntamente com o Sistema Estadual de Bibliotecas e o Sistema Estadual de Arquivos, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado realizaram o 'Seminário Integrar Sistemas', evento que reúne os profissionais das três áreas para tratar das temáticas relativas às políticas públicas, documentação, conservação, comunicação e pesquisa e, também o curso de capacitação para dirigentes municipais.

No Brasil, em 2004, foi instituído o Sistema Brasileiro de Museus como uma das diretrizes da Política Nacional de Museus, com o objetivo de contribuir com a organização, gestão e modernização dos museus, para o desenvolvimento dos processos museológicos, para a formação e capacitação de recursos humanos, criação de linhas de fomento e financiamento, para a produção do conhecimento na área da museologia, para a elaboração de políticas estaduais e municipais com enfoque na criação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Museus.

Em 2013, no Brasil, estavam em funcionamento os seguintes Sistemas Estaduais: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pará, Piauí e Alagoas. E nos municípios de Ouro Preto –MG, Pelotas - RS, Rio Grande - RS, Santa Maria – RS, São Luís – MA e Fortaleza – CE, existem os Sistemas Municipais de Museus.

Ao analisar o desenvolvimento das redes e sistemas de museus e o desdobramento de suas atuações, fica evidente que os museus e as instituições, por meio de suas atividades e metas devem ser envolvidos e comprometidos no processo como recurso para o desenvolvimento das redes e na busca por parcerias com os diversos setores públicos e privados, organizações e intercâmbios para potencializar a atuação junto às comunidades e também a atuação em rede por meio de mecanismos de colaboração.

3. Política Nacional de Museus: conexões para a construção em rede

A construção de uma política pública é um processo que envolve o desenvolvimento de novos paradigmas, planejamento a curto, médio e longo prazo e também muitas mudanças, o que exige equipes com lideranças, formações diferenciadas, habilidades, disponibilidades e posturas, de forma a mediar as vontades com as realizações possíveis e, assim, desenvolver o profissionalismo e assegurar a criação de instrumentos na esfera da gestão pública. No caso da Política Nacional de Museus várias conexões e interconexões várias questões se moveram simultaneamente com a participação e mobilização de muitas pessoas no exercício do empoderamento dos diferentes grupos e pessoas para atuarem em conjunto.

Confirmar a ideia de que os laços e os abraços foram fundamentais para a construção de uma política pública para o setor museológico é o objetivo deste capítulo, ou seja, indicar que esta construção foi realmente um trabalho em rede e que realizou diversos agenciamentos para colocar em prática o que muitos almejavam. Ainda demonstrar que todo o processo teve e tem os lados lírico, épico e trágico.

Mario Quintana, inspirou-me, com o poema abaixo. As ideias e reflexões a respeito do lírico, do épico e do trágico também foram suscitadas pela forma poética como ele apresenta as relações.

O LAÇO E O ABRAÇO

> “Meu Deus! Como é engraçado! Eu nunca tinha reparado como é curioso um laço. Uma fita dando voltas. Enrosca-se, mas não se embola, vira, revira, circula e pronto: está dado o laço. É assim que é o abraço: coração com coração, tudo isso cercado de braço. É assim que é o laço: um abraço no presente, no cabelo, no vestido, em qualquer coisa onde o faço. E quando puxo uma ponta, o que é que acontece? Vai escorregando devagarzinho, desmancha, desfaz o abraço. Solta o presente, o cabelo, fica solto no vestido. E, na fita, que curioso, não faltou nem um pedaço. Ah! Então, é assim o amor, a amizade. Tudo que é sentimento. Como um pedaço de fita. Enrosca, segura um pouquinho, mas pode se desfazer a qualquer hora, deixando livre as duas bandas do laço. Por isso é que se diz: laço afetivo, laço de amizade. E quando alguém briga, então se diz: romperam-se os laços. E saem as duas partes, igual meus pedaços de fita, sem perder nenhum pedaço. Então o amor e a amizade são isso. Não prendem, não escravizam, não apertam, não sufocam. Porque quando vira nó, já

> deixou de ser um laço. ” Mario Quintana (Del Claro, 2010, março 2010).[10]

Também é objetivo do capítulo defender que a partir dos laços foi possível tecer a rede que produz enraizamentos e se apresenta na constituição do Sistema Brasileiro de Museus, de forma rizomática, entendendo esta formação sob o pensamento de Deleuze e Guattari, onde qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo, possibilitando um ‘agenciamento’, que “é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões.” (Deleuze & Guattari, 1995, p.17)

Ao mesmo tempo, demonstrar os lados épico, lírico e o dramático no fazer da Política Nacional de Museus, representados na dimensão poética e na dimensão política do processo de construção de uma política pública no Brasil.

O trabalho não é de relato das ações da Política Nacional de Museus, pois isso está bem feito nos Relatórios de Gestão do Ministério da Cultura apresentados pelo DEMU e atualmente IBRAM, mas é um relato do contexto dos processos vividos no período por diversos atores e uma análise de como foi possível essa construção de uma política pública para museus sob a ótica das ‘redes’. Melhor ainda, como se deram os agenciamentos e conexões no campo museal, de que forma alteraram a realidade museal e de que modo essa política vem construindo instrumentos de consolidação.

3.1. Caminhos de Encontros

A implantação da Política Nacional de Museus em 2003, é o início de um processo dentro do Ministério da Cultura muito novo, audacioso e que não havia sido pensado anteriormente do ponto de vista da construção coletiva de uma política voltada especificamente para museus e tudo o que envolve as práticas museológicas como os acervos e sua preservação, as exposições, as ações educativas, a relação dos museus com a comunidade, a formação e capacitação de profissionais, as publicações, os mecanismos de troca e intercâmbio, etc.

O fato do Ministério da Cultura refletir sobre o seu papel e acreditar ser o responsável pela implementação de uma política cultural está intrinsecamente relacionado com a presença de Gilberto Gil que, como ele mesmo indica, chegou ao Ministério da Cultura:

> “muito aberto, muito poroso, exatamente receptivo a compreender a complexidade da questão cultural

[10] O poema O Laço e o Abraço é de autoria do poeta, tradutor e jornalista brasileiro Mario Quintana – 1906/1994 – nasceu na cidade de Alegrete/RS e viveu em Porto Alegre/RS. Em 1940 foi indicado para a Academia Brasileira de Letras e em 1981 foi homenageado pelo conjunto de sua obra.

> no Brasil; a pluralidade dos modos de atuar e operar que estavam à disposição, ou que deveriam estar à disposição; a abertura para o trabalho em equipe, para o trabalho colaborativo; a utilização das contribuições múltiplas de todos do quadro dirigente, do segundo escalão, do universo cultural brasileiro; o processo de consulta permanente, de diálogo permanente que a gente procurou estabelecer com todos os setores operadores da cultura no Brasil." (Chagas & Nascimento Jr, 2009, p25-26).

Como foi anteriormente sugerido "a política baseia-se na pluralidade dos homens" (Arendt, 2004, p. 21) e o compromisso do Ministro Gilberto Gil com um plano cultural democrático, plural e reconhecido pelo poder público está em sintonia com esse entendimento e é possível identificá-lo em seu comentário:

> "Diálogo aberto e profundo com o próprio Governo, tentando fazer com que o Ministério da Cultura fosse abraçado pelo Governo e visto na sua dimensão estratégica; a extensão disso à sociedade civil, estimulando a sociedade civil a compreender melhor, junto conosco, o papel da cultura na nossa vida, os nossos diferenciais, o que nos diferencia culturalmente de outros povos; e o investimento cada vez maior que é preciso fazer nessa peculiaridade brasileira. " (Chagas & Nascimento Jr, 2009, p.26).

É possível perceber uma proposta maior de construção e comprometimento com uma política pública em suas palavras no seguinte texto:

> "a rigor, eu não estou na política, eu estou na gestão pública, que é outra coisa. A gestão pública envolve elementos da política, envolve uma necessária dimensão política, mas ela não pertence estritamente ao campo da política. O político faz outra coisa. O gestor público tem que usar a política, ela tem que ser um dos seus instrumentos de trabalho. Mas ele não responde pela função política, não é para ela que ele trabalha. Ela não é atividade fim, é atividade meio. " (Chagas & Nascimento Jr, 2009, p.26).

Para Mario Chagas (2009) a sensação é de que havia estética e poética no gesto político do Ministro Gilberto Gil, que se refletiu na Política Nacional de Museus.

Para o entendimento desta rede que irá se formar, se faz necessário recompor o cenário brasileiro antes de 2003, onde muitas ações e movimentações eram feitas no campo museal, articulando atores importantes e envolvidos nas suas práticas diárias. Essas práticas

comprometidas com a valorização dos museus, por conta de uma vontade de mudança com a clareza de que os museus e a museologia brasileira muito tinham a contribuir com a sociedade num período de mudanças, mas que necessitavam serem ouvidos, vistos e percebidos como agentes na dinâmica de uma sociedade em transformação.

O caminho que vem sendo percorrido na implementação de uma política pública na área dos museus é marcado por várias influências, acontecimentos e engajamentos. As mudanças ocorridas no mundo pós-guerra e os novos paradigmas foram sentidos nas instituições sociais e nos próprios museus, que entraram num processo de análise, de redefinição, de busca de um novo fazer museológico.

No final da década de 60, as muitas questões que inquietavam e afetavam os profissionais de museus levaram a um desejo de museu que respondesse à sociedade do momento, em constante mutação.

Os desafios que hoje são enfrentados nos museus têm sua base de reflexão nos anos 60 do século XX, marcados por questionamentos e protestos de uma sociedade que vivia um modelo de repressão e que ambicionava mudanças, caracterizadas por maior liberdade e participação.

Conforme Judite Primo:

> "Com as transformações na sociedade, surge a necessidade de um fazer museológico de maior intervenção social. Oficialmente essa museologia participativa e comunitária se legitima através da elaboração de documentos básicos para a museologia como a Mesa Redonda de Santiago do Chile, Declaração de Quebec, Declaração de Oxatepec, e a Declaração de Caracas, documentos importantes na medida que levam a uma mudança na forma do museu compreender o homem e as suas relações; o bem cultural que passa a ser trabalhado não só por suas características intrínsecas, mas por toda gama de informação que estão além destas e, uma nova conceituação de museu e museologia." (Primo, 1999, p.31-32).

Maria Célia diz que "Talvez possamos apontar o maio francês como um vetor no sentido de lançar as bases necessárias para se repensar o museu e a sua relação com a sociedade de maneira mais efetiva, por meio de ações concretas". (Santos, 2008, p. 72).

As duas autoras citadas acima consideram esse movimento surgido no final da década de 60 e nos anos 70 como um grande paradigma para os movimentos na Museologia, para as práticas museológicas e para o surgimento de uma mobilização em torno da construção de políticas públicas que venham a preservar os bens culturais como valores significativos de uma sociedade mais participativa e comprometida com o seu desenvolvimento social.

O Documento da Mesa-Redonda de Santiago, Chile, é o referencial básico da Nova Museologia, onde o olhar foi colocado para além dos museus, centrando as discussões em temas em torno do desenvolvimento, pontuando educação, meio-ambiente e urbanismo. Maria Célia Santos afirma que:

> "começa-se a delinear em Santiago, talvez de forma não intencional, o que no meu entender, é o marco referencial mais significativo da evolução do processo museológico na contemporaneidade: a passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade. " (Santos, 2008, p. 84).

Os conceitos passam a ser revisados e nesse contexto, a vontade de memória, a vontade de patrimônio e a vontade de museus é também um direito à memória, um direito ao patrimônio, um direito ao museu.

A Nova Museologia é um movimento que resulta desse novo posicionamento diante do patrimônio, estabelecendo relações a partir do diálogo e interagindo com os grupos sociais de forma que a memória e o museu sejam instrumentos para a cidadania e desenvolvimento. Com certeza, essas reflexões e novas práticas não foram assimiladas por todos e as dificuldades e enfrentamentos dos profissionais foram muitos. Mas, para outros tantos, essas referências passaram a pautar suas pesquisas, suas práticas e foram se tornando multiplicadores de um novo fazer museológico, que acabou por se refletir na Política Nacional de Museus no Brasil.

Maria Célia afirma que:

> "A PNM está embasada nos referenciais básicos desse grande movimento iniciado em 1972 com a Mesa-Redonda de Santiago, e que ao longo dos anos vêm sendo atualizados e recriados em diferentes contextos, buscando sempre a participação a interação entre os técnicos e os diversos segmentos da sociedade, compreendendo o museu como um fenômeno social, comprometido como o homem e com a melhoria da qualidade de vida. O que é mais novo nesse processo é adoção desses princípios pelo poder público. " (Santos, 2008, p. 224).

Em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em maio de 2002, foi realizado na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, o 8º Fórum Estadual de Museus, sob o tema 'Museus e globalização', ocasião em que foi elaborada e divulgada a Carta do Rio Grande.

Este Fórum foi organizado pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, SEM/RS, órgão da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, único sistema estadual em pleno funcionamento nesse período.

Para que se possa entender o contexto de formulação da Carta do Rio Grande se faz necessário referenciar o Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul apresentado no capítulo anterior.

No Rio Grande do Sul, embora com alguns períodos de dificuldades, como a falta de nomeação do Coordenador do Sistema Estadual de Museus, nos períodos de 1991 a 1994 e entre 1995 a 1998, os profissionais de museus em determinadas regiões sempre se encontraram e realizaram atividades de integração e comunicação. Isso fez com que o Sistema Estadual de Museus não desaparecesse e pudesse ser rearticulado, reativando laços, motivações e envolvimentos que possibilitaram o desenvolvimento de um trabalho comprometido com a valorização dos museus naquele Estado. Os exemplos dessas atividades são a realização de sete fóruns estaduais de museus até o ano de 2000 e também vários encontros que aconteciam nas regiões, mobilizados pelos próprios profissionais de museus que ansiavam por momentos de compartilhar.

O 8º Fórum Estadual de Museus foi realizado na cidade do Rio Grande, devido à sistemática adotada pelo SEM/RS de que um fórum é realizado na capital e o próximo no interior e assim por diante.

O 7º Fórum havia ocorrido em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul e no processo de trabalho para receber o 8º Fórum duas cidades se candidataram, Rio Grande, cuja representante da 7ª Região Museológica era eu mesma, pois atuava também no Museu da Cidade do Rio Grande e também a cidade de Caxias do Sul apresentou sua candidatura.

Como o município do Rio Grande apresentou uma candidatura com uma rede que contava com o apoio da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, da Prefeitura Municipal do Rio Grande, da Administração do Porto do Rio Grande, da Fundação Cidade do Rio Grande, das Empresas de Petróleo Ipiranga, da Rede de Hotéis e o envolvimento direto de vários museus como o Museu Oceanográfico, o Museu de Comunicação Rodolfo Lima Martensen, o Núcleo de Memória da Universidade e o Museu da Cidade do Rio Grande possibilitando uma logística e uma acolhida para a realização do fórum, foi a cidade escolhida.

Rio Grande é considerada uma cidade importante na história do Rio Grande do Sul, foi fundada por portugueses e é o marco da colonização portuguesa no Estado. Com uma localização estratégica, possui uma ligação por mar com o Oceano Atlântico, o que fez do porto da cidade, o terceiro porto em importância do país.

É também uma cidade com um patrimônio rico tanto no que se refere ao patrimônio edificado, como acervos que estão preservados nos mais de vinte museus.

Para Luis Henrique Drevnovicz (2012), o fato do 8º Fórum Estadual de Museus ter ocorrido na cidade comemorando os 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, foi um despertar para os movimentos que vieram depois. A restauração de vários prédios históricos,

a sede para a Pinacoteca do Município, o desenvolvimento de programas de ação educativa voltados para o patrimônio, a estruturação do Sistema Municipal de Museus e a criação da Secretaria de Cultura no ano dos 40 anos da Mesa de Santiago, são exemplos dessas ações.

O movimento também ocorreu em sincronia com as mudanças na cidade que estava num contexto de dificuldades no ano de 2002 e que depois foi se constituindo em sede do polo naval no Sul do Brasil.

O Fórum de Museus mobilizou a cidade, ocorreu nos armazéns do Porto Velho, local histórico constituído de antigos armazéns portuários à beira do estuário da Laguna dos Patos e Oceano Atlântico, revitalizando um espaço que tem sido cada vez mais ocupado por atividades culturais. Ganhou as páginas do principal jornal local e também da mídia estadual e nacional.

Estiveram presentes representantes da Museologia brasileira que atuavam em universidades, estudantes, representantes dos museus públicos e privados, representantes do Conselho Federal de Museologia, do Conselho Internacional de Museus, da Associação Brasileira de Museologia, representantes das instâncias governamentais de Municípios, Estados e da União.

Foi um Fórum estruturado dentro do Sistema Estadual de Museus, que tinha como Coordenador José do Nascimento Junior, com o apoio do Professor Mario Chagas, do Curso de Museologia Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e da Professora Rosana Nascimento, do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia - UFBA, em Salvador.

Esses professores além de contribuírem para a elaboração do Fórum foram os primeiros colaboradores no momento de reativação das atividades, em 1999, do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, quando procurados para desenvolver o programa de capacitação para os profissionais que atuavam nas instituições museológicas daquele Estado.

O programa atendia diretamente as necessidades dos profissionais, pois o Rio Grande do Sul não tinha cursos de formação na área e as dificuldades para se realizar estudos no Rio de Janeiro ou em Salvador eram muitas, tanto pelas distâncias e custos quanto pela dificuldade do profissional em ficar distante de sua instituição por muito tempo.

A Carta de Rio Grande foi construída durante o Fórum, como resultado de um processo que vinha sendo sentido e experimentado por todos que pesquisavam e atuavam em museus. Era preciso que os profissionais ali reunidos fossem além do encontro, das discussões e do aprendizado, mas que dialogassem com toda a comunidade, que declarassem seus anseios, as necessidades dos museus, a importância do museu num mundo globalizado e que era necessária uma mudança no agir por parte dos governantes,

levando em consideração o potencial dos museus, como agentes de mudança social, de desenvolvimento, de inclusão, de valorização da vida e promotores da cidadania.

Aprovada na assembleia do 8º Fórum Estadual de Museus do RS, a Carta de Rio Grande começa relatando a importância do momento histórico da realização de eleições e das perspectivas possíveis de se construir um modelo de política pública, como se pode observar:

> "Na expectativa de renovação dos governos estaduais e federal, em momento eleitoral tão importante, abre-se a perspectiva do debate sobre a implantação de políticas culturais amplas em todo o país, que possibilitem discutir o setor museológico. Nossas instituições de memória, que deveriam ocupar papel estratégico nas políticas culturais, têm buscado garantir a conservação do patrimônio cultural nacional, mesmo sem políticas definidas, sobrevivendo com seus próprios meios ou com os poucos recursos destinados pelo setor público. Compreendemos que é urgente a implementação de uma política de preservação do patrimônio cultural que valorize a cultura nacional e promova a percepção das diversas identidades culturais existentes no país. Consideramos que os bens e manifestações culturais são suportes fundamentais da memória social e que, portanto, as políticas públicas de preservação devem ser pensadas a partir da ótica da inclusão social, da construção da cidadania, da garantia do acesso aos bens culturais, do conhecimento da própria trajetória histórica, do reconhecimento da diversidade cultural e das múltiplas identidades sociais que formam a nacionalidade brasileira. " (Carta de Rio Grande, 2002).

No documento, está registrada a necessidade premente de uma política pública para os museus apontada em seis eixos: 1**.** Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus; 2. Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico; 3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais; 4. Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais; 5. Políticas de Capacitação e Formação e 6. Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais.

Percebe-se no documento uma orientação de gestão advinda das experiências e vivências dos muitos profissionais envolvidos que não mais estavam aceitando as ausências governamentais e a falta de legislação para o setor.

Ainda em novembro de 2002, o Conselho Federal de Museologia - COFEM elaborou e divulgou o documento denominado 'Imaginação Museal a serviço da Cultura no Brasil', expressando a premência de mudanças no cenário político cultural: "é necessário democratizar a agenda museal e os processos decisórios nos museus, é preciso assegurar o

acesso à diversidade cultural, transferir tecnologias e compreender o direito ao museu como um direito básico do cidadão. ” (Conselho Federal de Museologia [COFEM] 2002).

Esse documento reflete a preocupação dos museólogos frente à realidade dos museus, dos acervos e da relação dos museus com a sociedade.

O Documento indica seis itens considerados fundamentais para o COFEM para que o Brasil tivesse uma política pública para os museus e para a museologia, são eles: Museu e Educação; Museu, Museologia e formação profissional; Museu, Museologia e produção do conhecimento; Rede Nacional de Museus e outras Redes; Estímulos aos Processos de Museus Comunitários e Aquisição de novos acervos.

Convém salientar que no item Rede Nacional de Museus e outras Redes, a solicitação era para a criação e estímulo ao trabalho em rede, numa demosntração de crença no novo modelo de gestão participativa na gestão pública e na articulação das redes sociais: “É importante que a criação de uma Rede Nacional de Museus estimule a constituição de outras Redes estaduais, municipais, não-governamentais, temáticas e por outras afinidades. ” (COFEM, 2002)

É importante registrar também que o mesmo documento fez críticas às tentativas de políticas culturais implantadas no passado:

> “A criação de uma Rede Nacional de Museus com capacidade e coragem de evitar os erros do passado, entre os quais destacam-se: autoritarismo, apadrinhamento e clientelismo políticos, hierarquização burocrática e paralisante e falta de instrumentos de avaliação, pode contribuir para o desenvolvimento de uma nova Imaginação Museal para o Brasil. ” (COFEM, 2002).

Embora tenham vivido no final da década de 80, como relatado no capítulo anterior, uma experiência de trabalho em rede que não teve êxito e até frustrou muitas das expectativas, alguns museólogos acreditavam na possibilidade de uma construção conjunta e, mais ainda, na necessidade de um trabalho em rede que viesse a ser um instrumento de cooperação, intercâmbio e principalmente de qualificação e fortalecimento do setor.

A elaboração desses documentos, fruto de uma articulação nacional que já vinha ocorrendo, fazendo com que os diversos atores do campo da Museologia dialogassem entre si, foi um movimento histórico importante, que chamou atenção dos próprios envolvidos para a relevância de um trabalho em conjunto como também dos dirigentes políticos que estavam pretendendo assumir. Muitos profissionais não se conheciam pessoalmente e sabiam das atividades e realizações que eram feitas por todo o território e foram estabelecendo conexões que resultou num movimento de mobilização. Como disse Rosana Nascimento na entrevista, foi uma ação de juntar as pessoas, de reunir gente, de agregar esforços para mudar a realidade museológica.

Essa articulação se fortaleceu durante o período do processo eleitoral de 2002, pois como afirma Nilson Moraes (2011), assim como, em processos eleitorais anteriores, novamente muitos intelectuais, profissionais, artistas e militantes apresentam reflexões e propostas para o campo da cultura para os candidatos majoritários à Presidência da República e o setor de museus fortalecido encaminhou suas solicitações e proposições.

3.2. A Construção em rede

Com a eleição de Lula como Presidente da República, com a indicação de Gilberto Gil para Ministro da Cultura e, ainda, com a indicação de José do Nascimento Junior para um cargo em uma das secretarias do Ministério, esses dois documentos tornaram-se orientadores para os gestores públicos que estavam chegando ao Ministério e foram utilizados como subsídios para um planejamento de curto, médio e longo prazo, pois era necessário um plano de gestão que atendesse as necessidades mais urgentes. Dessa maneira, estruturou-se uma estratégia para manter os parceiros e conseguir a adesão de outros, ou seja, demonstrar à consciência desses gestores que o 'Estado-rede' é a forma institucional que se adequava aos novos propósitos da administração pública e de gestão política. (CASTELLS, 1999)

Nilson Moraes destaca que:

> "O grupo que, com a posse de Lula em 2003, assumiu o departamento não escondia os seus propósitos e possuía alianças e apoios junto ao Ministério da Cultura que conferiam força política e capacidade de articulação ao MinC e à sociedade civil. Um grupo dirigente dotado de aparente homogeneidade política, administrativa e discursiva que apresentava publicamente uma identidade e que não se camuflava ou manipulava identidades, pretendia assim confrontar objetivos, estratégias e viabilizar um cronograma. Uma agenda política e técnica estava em curso. Poucos perceberam as implicações e os efeitos do processo desencadeado, da força e da direção do movimento e do momento. " (Moraes, 2011, p.95 e 96).

A construção democrática, participativa e rizomática que se deu na construção da Política Nacional de Museus, iniciada em 2003, envolveu os gestores públicos, a participação de diversos atores sociais da área museológica do Brasil e de outros países e a sociedade. Profissionais de museus, professores, técnicos, museólogos, historiadores, antropólogos, biólogos, arquitetos, organizações sociais, entidades de classe e muitos outros profissionais e a sociedade ansiavam por uma política pública que valorizasse os museus, seus acervos, as pesquisas realizadas nessas instituições, mas, acima de tudo, que o Estado visse os museus como agentes de transformação no desenvolvimento social e econômico.

José do Nascimento Junior, que tinha sido coordenador do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, foi então trabalhar no Ministério da Cultura e levou para o campo nacional a sua visão do que não se fazia nos museus, das carências de políticas e práticas que eram ausentes no Rio Grande do Sul e que poderiam ser as necessidades nacionais com relação ao patrimônio, aos acervos e aos museus.

Ao ser entrevistado, Jose do Nascimento Junior (2011) expressa que a lógica da gestão pública deveria ser permeada pelo debate, pela construção coletiva, pela lógica de incorporar as diferenças, de incluir. Para ele, pensar assim faz parte da sua formação ideológica, sua orientação política. Ele admitia suas condições pessoais e políticas frente ao Governo que estava chegando ao poder, mas acreditava em buscar outras condições, em buscar outros espaços políticos com a convicção da direção a ser tomada, de como trabalhar, de como articular com os diversos agentes. Acreditava que era preciso juntar as pessoas numa construção coletiva e que o meio aderiria a esta ideia, de trabalhar em conjunto, de criar instrumentos.

No Ministério da Cultura, foi sendo criada uma conjuntura favorável ao desenvolvimento de uma cultura democrática na formulação de políticas públicas. Para que se possa entender o caráter participativo adotado pelo Ministério da Cultura no início do processo de implementação da política pública para museus descreve-se a seguir a metodologia realizada em quatro etapas:

> "1. Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Esse documento levou em conta a "Carta de Rio Grande" e o texto "Imaginação museal a serviço da Cultura", anteriormente citados.
> 2. Apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003, com a participação de diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades, representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional. Mais de uma centena de pessoas.
> 3. Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas do conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas – enfim, todos os interessados em participar do debate – puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Além das

> múltiplas e expressivas contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal.
> 4. Finalmente, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada, aprovada, publicada e lançada no outono de 2003. (Nascimento & Chagas, 2007, p.20-21).

A citação descreve que o documento básico foi produzido a partir dos debates, discussões e reuniões que envolveram muitos participantes para marcar uma nova postura frente aos museus, utilizando os apontamentos da Carta de Rio Grande e o texto Imaginação museal. Esse processo passou por debates públicos para ampliar a participação da sociedade e foi disponibilizada a discussão por meio eletrônico, pois assim um maior número de profissionais poderia contribuir. Os representantes do poder público e da sociedade compilaram as propostas que novamente foram enviadas para consulta e, assim, corrigidas e ajustadas, constituindo o primeiro instrumento de trabalho e marco legal da Política Nacional de Museus.

Importante ressaltar que o próprio Ministro Gilberto Gil participou de muitas reuniões e encontros com o meio museológico, o que causou em alguns um estranhamento pelo fato de nunca terem notícias, ou mesmo visto, um gestor público do alto escalão da estrutura governamental discutir as questões com a comunidade, como expressa Rosana Nascimento (2012). Ela diz que nem acreditava que estava vivendo aqueles momentos de reuniões com Gilberto Gil, onde todos eram ouvidos e, mais do que isto, trabalhavam juntos.

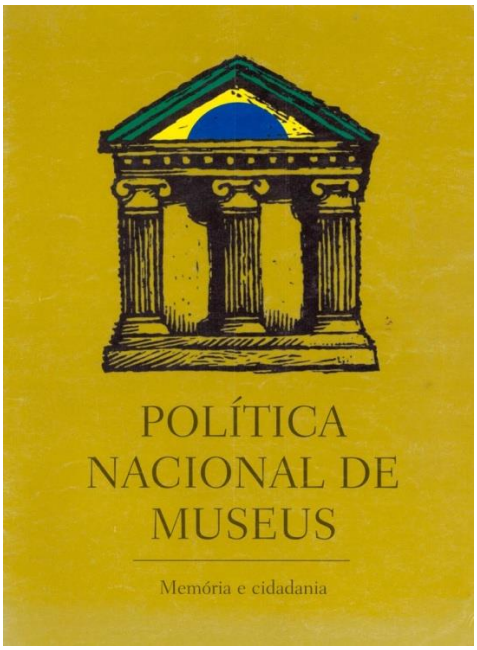
Nesse momento inicial da construção da Política Nacional de Museus, já se desenhava uma rede de trocas, de compartilhamentos, de trabalho cooperativo. Talvez seja a forma desse processo um dos elementos que deu os indicativos para a criação de uma Rede, pois estava claro o poder das conexões e de enraizamento que já se articulavam.

Cristina Holanda (2012), em sua entrevista, diz que não imaginava que pessoas de tão diferentes lugares e com práticas diversificadas pudessem se envolver tanto, e que isso foi uma motivação para o seu engajamento, tanto no trabalho no Sistema de Museus do Ceará como para a construção do Sistema Brasileiro de Museus.

Penso que neste momento também estava se constituindo um entrelaçamento, ou seja, o laço e o abraço foram fundamentais na reunião das pessoas que almejavam uma mudança significativa para realidade museal brasileira.

A Política Nacional de Museus foi apresentada ao grande público através de um Caderno formatado com os seguintes itens: as bases para a Política Nacional de Museus, o

Programa de Formação e Capacitação em Museologia e o Cadastro das Instituições Museológicas.



Fotografia 09: Caderno da Política Nacional de Museus
Fonte: Acervo IBRAM

O conceito de Museu trabalhado pela Política Nacional de Museus:

> "As instituições museológicas são compreendidas como práticas sociais colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e comprometidas com a gestão democrática e participativa, tendo as seguintes características: o trabalho permanente com o patrimônio cultural material, imaterial e natural; a presença de acervos e exposições abertos ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer; o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais." (Sistema Brasileiro de Museus [SBM], 2005).

Desde o início, a lógica da gestão pública instituída foi a de trabalhar criando mecanismos de gestão que propiciassem um planejamento, a partir de um diagnóstico, com a coerência de estabelecer marcos legais, eixos e instrumentos de ação e empoderamento

social. Abaixo, os sete eixos programáticos caracterizados pelo grupo de trabalho que pautaram os planos de gestão a serem desenvolvidos:

> "1. Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus, a criação do Cadastro Nacional de Museus, o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor, a integração de diferentes instâncias governamentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados, a criação de pólos museais regionalizados, a participação de comunidades indígenas e afrodescendentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais e o estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais, entre outras ações.
> 2. Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comportava principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, além do apoio à realização de eventos multi-institucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da produção intelectual específica dos museus e da museologia e às ações de democratização do acesso aos museus.
> 3. Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; da ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; da criação de polos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; e do desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações.
> 4. Informatização de Museus, destacando-se a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos, ao estímulo de projetos para disponibilização de informações sobre museus em mídias eletrônicas e ao apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.
> 5. Modernização de Infraestruturas Museológicas, abrangendo a realização de obras de manutenção,

> adaptação, climatização e segurança de imóveis que abrigam acervos musealizados, bem como projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação. Também estavam previstos o estímulo à modernização e à produção de exposições, o incentivo a projetos de pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de conservação, documentação e comunicação.
> 6. Financiamento e Fomento para Museus, enfatizando a constituição de políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; a criação de um Fundo de Amparo para o patrimônio cultural e os museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao Conselho Nacional de Pesquisa, à Capes e às Fundações de Amparo à Pesquisa; e o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.
> 7. Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais, voltado para a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos de comunidades indígenas, afrodescendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira, além do estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais e do apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional.” (Ministério da Cultura [MinC], 2003b)

Esses eixos nortearam as ações do Ministério da Cultura, que foi estabelecendo um planejamento e priorizando alguns desses eixos como mecanismos para desenvolver os outros.

O desenvolvimento do primeiro eixo: Gestão e Configuração do Campo Museológico, foi operar com ações de institucionalização da política no sentido de construir e aplicar um plano de gestão para os museus a partir da demanda dos próprios museus e para isso estabeleceu as urgências nas ações de configuração do campo museológico, como a implantação do Cadastro Nacional de Museus, a criação de legislação, a integração entre as diferentes instâncias públicas e a realização de concursos.

No contexto da gestão do Ministro Gilberto Gil que dizia: “a rigor, eu não estou na política, eu estou na gestão pública, sou um homem de cultura que estava na gestão pública” (Chagas & Nascimento, 2009, p.27) foi possível planejar e constituir a Política Nacional de Museus com uma ampla rede de colaboradores e parceiros no intuito também de desenvolver movimentos cidadãos em redes que coloquem diretamente a cidadania como fiscalizadora dos processos democráticos.

Desenvolver ferramentas e colocá-las a serviço da disposição pública pode ser percebido como dever de ofício para os integrantes do Ministério da Cultura na gestão do Ministro Gilberto Gil. O modelo em construção da Política Nacional de Museus devolveu às pessoas o poder e a visibilidade que, durante algum tempo, estiveram centrados nas grandes instituições.

O empoderamento dos sujeitos está refletido neste momento nas oportunidades de participação, de colaboração, na vontade de potencializar as atuações dos museus junto às comunidades, tudo isso associado ao discurso democrático que visa incluir na institucionalidade o que foi excluído, a partir de políticas que não privilegiaram o desenvolvimento cultural das comunidades.

Entendendo que a institucionalização era um caminho necessário para a garantia do direito de todos, para que todos tivessem possibilidades de acesso, as criações de leis, de conselhos, de uma Rede e de um Instituto eram vistas como necessárias e sabia-se que esses instrumentos eram as garantias da continuidade para uma política de estado. Isso foi sendo feito com atenção para a fluidez necessária ao funcionamento, conjugando fluxos de forma rizomática, estendendo ‘linhas de fuga’ que estabelecessem novos pontos, novas convergências, novas conexões. (Deleuze & Guattari, 1995)

No desenvolvimento da Política Nacional de Museus, Claudia Storino (2012) ressaltou na entrevista o caráter participativo com que essa foi elaborada e implantada. A prática de priorizar a escuta dos diversos segmentos sociais, a consulta aos órgãos, entidades e universidades e o debate com diferentes representações legitimou um processo participativo, onde o foco era a construção de uma política pública. Em outras palavras, a reflexão crítica exercida pelos gestores em diálogo com a sociedade se constituiu num processo colaborativo na formulação da Política Nacional de Museus.

Num primeiro momento, a articulação interna no Ministério da Cultura compartilhada com a vontade política dos indivíduos envolvidos resultou na criação do Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, por meio do Decreto nº 5.040/2004.

Isso significou um espaço reconhecido dentro da estrutura do Ministério da Cultura que se fez necessário como desdobramento da Política Nacional de Museus, resultando na conquista de uma representação na conjuntura ministerial para o setor museológico, que vinha sendo solicitado pelo setor, no intuito de se planejar e desenvolver uma política pública para os museus no país focada no desenvolvimento e sustentabilidade.

O Departamento de Museus e Centros Culturais foi estruturado de acordo com as possibilidades oferecidas no momento, com funcionários do próprio Ministério, com a cedência de funcionários de outros Ministérios e com funcionários do IPHAN. Essa equipe incorporou muito rapidamente a concepção do trabalho em rede que já vinha sendo desenvolvido, desde o 8º Fórum em Rio Grande e também da importância de contar com estes colaboradores para o avanço dos trabalhos.

Eneida Braga Rocha de Lemos (2011), disse na entrevista que esse foi um momento crucial tanto para dentro da estrutura como para fora. No entender dela, para dentro significou a representação de um setor que não tinha espaço institucional como um todo, pois não se pode esquecer que os grandes museus tinham um acesso ao Ministério, disputando espaços, agendas, orçamentos e instrumentalização e para fora significou a capacidade de ação que surge da participação de muitos atores em diferentes esferas públicas e privadas.

Nesse contexto, com a ideia de concretizar um processo onde os participantes experimentam novas maneiras de produzir e representar, foi projetada a integração em rede por meio da criação do Sistema Brasileiro de Museus - SBM, legitimando a atuação dos diversos parceiros. Como expressa Rose Miranda, isso aconteceu para garantir um papel político no momento, garantindo ao Departamento de Museus a interlocução com a sociedade e também para desenvolverem juntos políticas de continuidade.

O Sistema Brasileiro de Museus foi instituído em novembro de 2004, através do Decreto 5.264, com a finalidade de promover:

> "a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais; a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico; a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema." (DL 5.264/04, Artigo 1º).

O Sistema veio a institucionalizar a rede de parcerias, que já operava na prática. Rose Miranda enfatiza na entrevista, que o Sistema Brasileiro de Museus foi pensado como

uma voz da sociedade para proposições, acompanhamento e fiscalização da Política Nacional de Museus.

Em 2005, o Comitê Gestor tomou posse numa solenidade no Museu da Vida – Fiocruz, no Rio de Janeiro, com a presença do Ministro Gilberto Gil. O Comitê Gestor é uma instância deliberativa e de representatividade dos diversos setores públicos e da sociedade civil organizada.

Gilberto Gil em entrevista concedida a Mario Chagas e a José do Nascimento Junior em 2009, disse: "nós prestigiamos uma visão restauradora da gestão museal no Brasil e juntos estabelecendo um sistema, as matrizes para um Sistema Nacional de Museus. " (Chagas & Nascimento, 2009, p. 29).

A institucionalização do trabalho em rede com a criação do Sistema Brasileiro de Museus está inserida num plano de governo, que prevê a criação de políticas públicas de estado. Como afirma Moraes: "Trata-se de um sistema que pretende influenciar as políticas em outros ministérios, nas universidades e nas entidades vinculadas ao setor museológico. Essa influência envolve a esfera federal e, também, as esferas estaduais e municipais, os setores públicos e privados. " (Moraes, 2011, p.97).

O Sistema Nacional de Cultura foi planejado com a constituição de subsistemas temáticos na área cultural para construção de políticas públicas de preservação, valorização e difusão da diversidade étnica e cultural do país. Na estrutura do Ministério da Cultura, a área de museus foi pioneira na construção deste projeto, sendo o primeiro setor a organizar o seu sistema.

O Comitê Gestor do SBM formado por representantes do Ministério da Cultura, DEMU/IPHAN, Ministério da Educação, Ministério da Defesa, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Turismo, representantes dos sistemas estaduais e municipais de museus, entidade representativa dos museus privados, das universidades com curso de Museologia, da Associação Brasileira de Museologia, do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, dos ecomuseus e museus comunitários e do Conselho Federal de Museologia.

É a representação de uma rede com o objetivo de atuar como ferramenta de agenciamento permitindo que diversos segmentos atuem socialmente. É responsabilidade do Comitê Gestor propor diretrizes, apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico.

Essa composição reflete a materialização da identidade dos vários grupos que já colaboravam e que passaram a participar na forma da lei, do processo de propor ações em conjunto, mesmo que muitas vezes a representação do conjunto da rede proponha e execute

as ações. São os interesses, ideias, trajetórias que os aglutinam na rede e os fazem representar um grupo.

Para Gilson Nunes (2010), que foi coordenador do Sistema Municipal de Ouro Preto e o representou no Comitê Gestor, o SBM possui uma composição abrangente, o que possibilita atuar como uma instância que representa o setor museológico, mas a ampliação dessa composição se faz necessária para que efetivamente possa representar a área em plenitude. Essa prerrogativa entrou nas pautas das discussões do SBM a partir da estruturação do Plano Nacional de Cultura e do Plano Nacional Setorial de Museus.

Joana Sousa Monteiro (2011) considera que o perfil do comitê gestor do SBM tem uma predominância governamental em face de outros organismos representativos da sociedade civil e também uma sujeição ao Instituto Brasileiro de Museus. Considera que na constituição isso fizesse sentido, isto é, a ligação intensa entre o DEMU e o SBM, pois o momento era de criação de vários instrumentos que dessem sustentabilidade ao trabalho do Departamento de Museus, mas que o Sistema precisava ter um papel mais propositivo com as demandas da sociedade.

Na avaliação de muitos entrevistados, essa observação feita por Joana Sousa Monteiro (2011) é compartilhada, pois com a criação do Instituto Brasileiro de Museus o processo de construção conjunta parece ter desacelerado. Voltarei a esse ponto adiante, após tratar da criação do IBRAM.

Naquele momento, em 2005, importa que na estrutura administrativa do Ministério se compusesse uma rede que atuasse socialmente, em certa escala com autonomia com relação à instituição estabelecida, mas ao mesmo tempo fosse um instrumento de gestão representativo do setor que iria possibilitar ao órgão gestor, DEMU, viabilizar as estratégias necessárias para a estruturação da política setorial de museus. Em relação ao DEMU, havia um esforço deliberado de independência em relação ao IPHAN. A emancipação do DEMU era vista como primordial para atuar como órgão gestor para atender às demandas do setor.

O SBM é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico. Seu estabelecimento cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus**,** ou seja, a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus de modo a torná-los cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do país.

As principais influências para a criação do SBM foram: o Sistema Espanhol de Museus, criado pelo Decreto Real nº 620, de 10 de agosto de 1987; o Sistema de Museu de Catalunha, instituído pela Lei nº 17, de 2 de novembro de 1990; a Rede Portuguesa de Museus criada Decreto Lei nº 398, de 13 de outubro de 1999 e ainda o Sistema Estadual de Museus

do Rio Grande do Sul criado Decreto Lei 33.791de 21 de janeiro de 1991, que foi estimulado quando da tentativa de um Sistema Nacional de Museus na década de 80, todas estas referências já citadas no capítulo anterior.

No artigo 3º do Decreto de criação do SBM, está definido quem pode fazer parte da rede mediante assinatura do Termo de Adesão: os museus vinculados ao Ministério da Cultura; as instituições museológicas dos demais Poderes da União, as de âmbitos estaduais, municipais e privadas; as organizações sociais, os museus comunitários e ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham projetos museológicos; as universidades que mantenham cursos relativos ao campo museológico e entidades vinculadas ao setor museológico. A opção foi de incluir todos que de alguma forma lidavam com os acervos, as questões da memória e do patrimônio.

Nas palavras de Mario Moutinho:

> "O SBM não caiu na tentação do exercício do poder que lhe daria arbítrio da exclusão. E nos tempos atuais isso é muito raro. Por isso, não basta apenas fazer alusão, não basta subentender. Por isso, é necessário dizer claramente que, para\além dos museus formais, é essencial a participação das organizações sociais, dos museus comunitários, dos ecomuseus e dos grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos. " (Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais [MinC/IPHAN/DEMU], (2004).

Para a adesão ao SBM, foram consideradas as instituições que apresentavam as seguintes características, dentre outras: o trabalho permanente com patrimônio cultural; a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, à percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer**;** a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais e o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizassem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social.

A adesão ao SBM possibilitou que os projetos apresentados aos programas do Sistema Brasileiro de Museus, tais como os Editais de Modernização de Museus e o Programa de Formação e Capacitação de Profissionais da área museológica, fossem considerados prioritários. E nesse sentido quem aderisse já possuía vantagens em relação aos outros.

Para solicitar a adesão ao Sistema Brasileiro de Museus, o museu precisava estar registrado no Cadastro Nacional de Museus. Para fazer o registro do museu no Cadastro, deveria ser preenchido o formulário disponível na página www.museus.gov.br.

3.2.1 Mapeando e Conectando a Rede

Por que um Cadastro de Museus? E por que o Cadastro já foi pensado na concepção da Política Nacional de Museus? No Universo da Cultura são recentes as preocupações com os indicadores culturais e as informações sobre os museus são ainda mais escassas, então qual a importância desta premissa na estruturação inicial da Política Nacional de Museus?

No entendimento da UNESCO, as estruturas de gestão da cultura precisam desenvolver sistemas de informação, compreendido como algo orgânico e articulado na produção e tratamento das informações, que executem tarefas descentralizadas, mas convergentes para elaboração de políticas públicas.

Com a mudança de paradigma, o conceito de Cultura, cada vez mais está associado ao desenvolvimento socioeconômico dos estados e para isso é necessário conhecer o campo, a realidade, as dinâmicas, as complexidades e as diversidades.

No contexto de uma democracia participativa, Estado e a sociedade, como gestores culturais, precisam conhecer, no caso dos museus, quem são os museus, onde estão; como estão; quem trabalha neles; quem administra; quais os custos desses museus; quem se beneficia; quem tem acesso e quem não tem acesso; quais os acervos; quais os serviços; quais as estruturas e quais são as atividades, enfim realizadas pelos museus junto às comunidades.

O Cadastro Nacional de Museus é um instrumento que tem várias finalidades, todas com o mesmo grau de importância para a sociedade. Inicialmente tem uma função de colocar o trabalho com os museus no centro das pesquisas, estatísticas e levantamento de dados, caracterizando uma política pública clara e comprometida. Ao buscar conhecer o campo contribui para gerar, ampliar e compartilhar informações, por meio de pesquisas, artigos, publicações, artigos, estatísticas e outros. Produz dados para uma política cultural de descentralização e desconcentração, sinalizando onde e como investir, como planejar, quais os parceiros, orientando no estabelecimento das ações de fomento, capacitação e difusão, ou seja, na formulação de práticas de gestão mais eficazes.

Outra finalidade é contribuir para o desenvolvimento da política cultural como um todo, auxiliando na definição das áreas estratégias que irão contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e no crescimento de uma sociedade democrática, a partir da valorização da expressão multicultural da sociedade.

Uma das finalidades mais significativas de um banco de dados é o empoderamento da sociedade civil e também do poder público, mas com o entendimento de subsidiar dados e informações para instrumentalizar políticas públicas que devem nesse novo contexto do

respeito à sociedade plural, serem construídas em conjunto, com a ampla participação das comunidades.

Um banco de dados possibilita definições sobre como alcançar os objetivos, quais devem ser as prioridades e também os procedimentos, ou seja, pode ser utilizado tanto pela sociedade civil como pelo poder público para planejar investimentos e o impacto desses. Coletar para ir além de registrar e armazenar e sim compartilhar para construir políticas públicas com a perspectiva de evolução da função do museu na sociedade, com o foco na descentralização de recursos e implementação de práticas culturais diferentes para os desiguais.

O desafio que impõe a globalização para as sociedades é o de serem capazes de criar instrumentos de ação que levem a uma transformação social a partir de um engajamento concreto e político no desenvolvimento do capital cultural das comunidades. Os museus refletem dinâmicas sociais e, para valorizar a diversidade de memórias e narrativas, é preciso dimensionar a cultura, os museus, como vetores de desenvolvimento econômico e social, pois geram empregos, renda, contribuem na cadeia criativa, no combate à violência, para a urbanização, promovem a inclusão social. Mas também é preciso pensar os museus como instrumentos de sentido para o existir, que nos fazem transcender, aprender, sentir prazer e, por isso, tornam-se indispensáveis para a vida.

Uma política pública de cultura deve ser comprometida com a vida e para defender a vida que está nos museus é preciso que conheça a realidade. Essa é a principal finalidade do Cadastro Nacional de Museus, um banco de dados que não se preocupe só com a produção dos dados, mas que também se preocupe em compartilhar, informar, distribuir informações e alimentar um sistema que venha a produzir diversos instrumentos e indicadores de análise e que, com isso, possa contribuir para o enraizamento da cultura na vida das pessoas, para as práticas de gestão que permitam o engajamento de diversos atores sociais numa dinâmica de empoderamento social.

A implantação do Cadastro Nacional de Museus foi uma das primeiras iniciativas da Política Nacional como meta no Eixo de Gestão e Configuração do Campo Museológico.

No primeiro documento da PNM já foi disponibilizado para o público um modelo de cadastro que, depois, foi aperfeiçoado pelos técnicos do Ministério e pelo Comitê Gestor do SBM. O instrumento tem como funções mapear a realidade dos museus, diagnosticar o setor museológico através da identificação e análise de dados com a finalidade de propor mudanças nos eixos da Política Nacional de Museus e em suas ações decorrentes.

Tem ainda como função possibilitar o acesso das informações atualizadas sobre os museus brasileiros de forma que a realidade museal brasileira possa ser conhecida e pesquisada, tornando público o trabalho realizado pelos técnicos em favor da sociedade.

A metodologia de mapeamento e busca de dados está baseada em: aplicação de questionário próprio desenvolvido pela equipe que trabalha com o CNM, pesquisa de campo, convênios com estados e sistemas de museus. O cadastramento é voluntário e pode ser realizado por meio impresso e digital.

As informações desse questionário são divididas em oito blocos temáticos: Dados Institucionais; Identificação; Características Gerais da Instituição; Acervo; Acesso ao Público; Caracterização Física do Museu; Segurança e Controle Patrimonial; Atividades; Recursos Humanos e Orçamento. O passo seguinte é a conferência dos dados e esclarecimentos de pendências para realizar a efetivação do cadastro.

As instituições recebem uma notificação informando o cadastramento e todos os dados são inseridos na base de dados, o que não significa que todas as informações estão disponíveis. Existem aquelas que, por medida de segurança, não são colocadas à disposição para consulta.

Em 10 de setembro de 2010, o Brasil possuía 3025 museus mapeados, sendo que 1500 cadastrados. Embora a Coordenadora dos Sistemas de Informações do IBRAM, Rose Miranda (2012), tenha declarado na entrevista, que no seu entendimento o cadastro teve e tem uma metodologia que os museus enxergam e que os esforços para o cadastramento sejam grandes e constantes, o que se vê é que mais da metade não está cadastrada e um número menor ainda aderiu ao Sistema Brasileiro de Museus. Esse é um dado preocupante e que precisa ser analisado cuidadosamente para entender o que reflete e quais as estratégias para maior eficiência.

O Cadastro Nacional de Museus é também uma forma de agenciamento, possibilita que um museu estabeleça conexões com outros museus, ampliando seu campo social a partir das relações que podem ser estabelecidas depois de estabelecer o primeiro contato com o cadastramento.

Com essa perspectiva, o CNM é um braço importante do Sistema Brasileiro de Museus, pois muitos museus têm um primeiro contato com o poder público e até mesmo com o campo museal a partir do momento que conhecem o cadastramento ou que são contatados para realizarem o seu cadastro, ou seja, são unidades que geram multiplicidades.

No caso, a multiplicidade se define por fora, ou melhor, são linhas de desterritorialização que podem estabelecer inúmeras conexões. Quanto mais museus mapeados e cadastrados e com essas informações disponíveis, maiores as possibilidades de agenciamentos e conexões como expressão de linhas de fuga no conceito de Deleuze e Guattari (1995), de maneira a formar e estender um rizoma.

Para muitos museus, estar cadastrado no Cadastro Nacional de Museus é uma valorização do trabalho que vem sendo feito no cotidiano local com relação à preservação da

memória. Eles dão muita importância para essa relação, até porque, para muitos museus localizados no interior de alguns estados brasileiros, o Cadastro Nacional de Museus é o primeiro contato com um instrumento ligado a um órgão gestor público. Esse fenômeno foi possível de ser constatado quando das visitas técnicas realizadas ao interior do Rio Grande do Sul, em municípios muito pequenos, onde a ausência do Estado é muito visível.

Além disso, a multiplicidade de conexões também se estabelece a partir dos estudos produzidos sobre os dados do Cadastro. Ao comparar, estudar e publicar informações e relações sobre os museus e dos museus na estrutura da sociedade, são possíveis inúmeras possibilidades de agenciamentos nas mais diversas áreas que buscam analisar o contexto de uma sociedade.

A relação com crescimento populacional, investimentos, existência de órgãos gestores de cultura, geração de emprego e renda, de novas oportunidades de conhecimento e outras estabelece conexões com características de um movimento transversal, estabelecendo alianças.

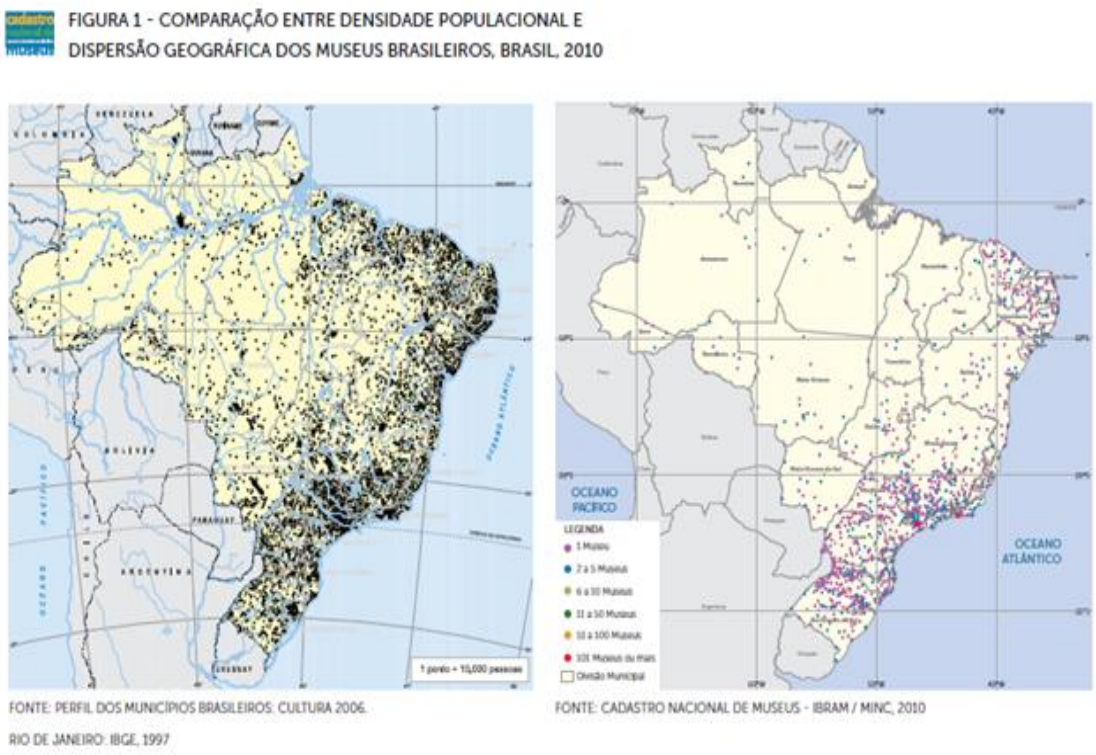
Fornecer os dados mais aproximados da realidade e que podem servir de subsídios para o desenvolvimento de políticas de gestão, estudos de casos e para as estratégias de desenvolvimento são também possibilidades geradas pelo CNM.

De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Museus de 10 de setembro de 2010, o Brasil possui 3025 museus mapeados em todo o território nacional, sendo que com uma quantidade maior de unidades museológicas nas regiões Sudeste e Sul, mais especificamente nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, que são estados com uma presença forte de imigrantes europeus.

No mapa abaixo, estão distribuídos os dados sobre a quantidade de museus em cada estado brasileiro. Na Região Sul, composta pelos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná são 878 museus. Na Região Sudeste, com os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo são 1.151 museus. Na Região Nordeste dos Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe são 632 museus. Na Região Norte dos Estados de Tocantins, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Rondônia e Acre são 136 museus. Os dados revelam fortemente a concentração de museus nas Regiões Sul e Sudeste.

Mapa 2: Quantidade de Museus por Unidade da Federação – Brasil 2010
Fonte: Cadastro Nacional de Museus - IBRAM

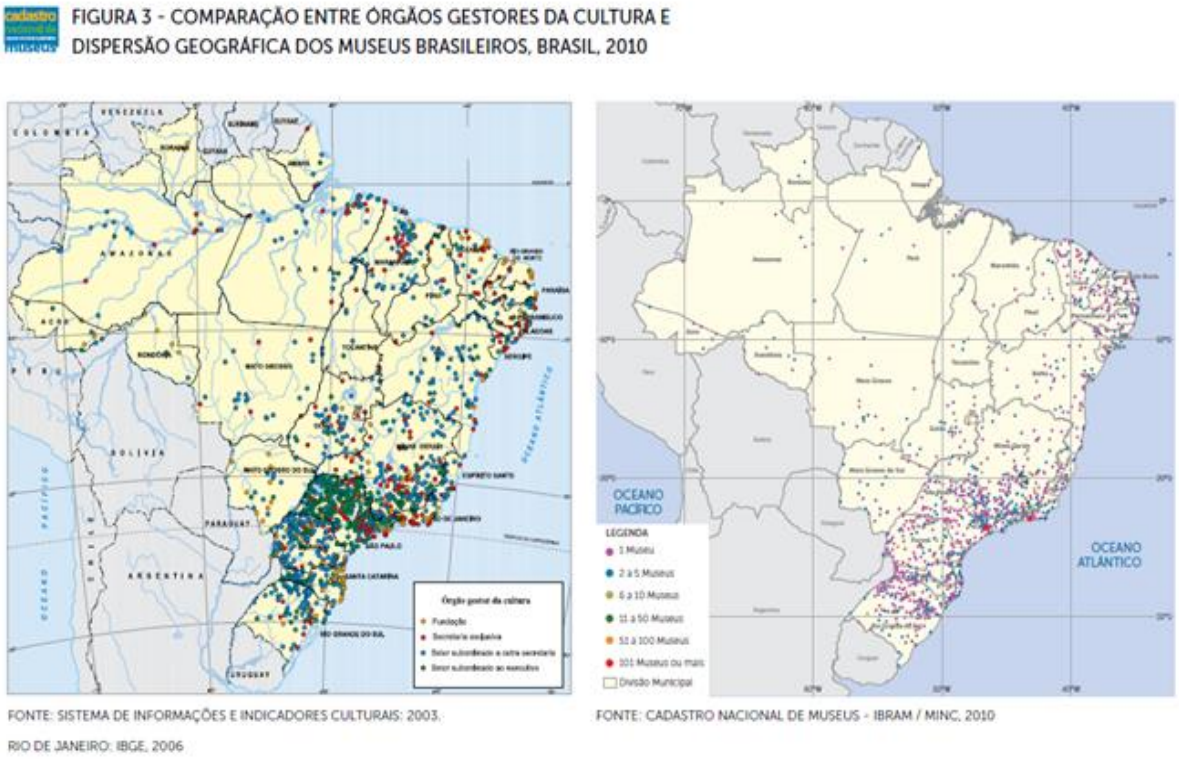
Comparando os dados do Cadastro Nacional de Museus, levando em conta a concentração de museus, com os dados sobre densidade demográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística percebemos que as regiões com maior densidade populacional, que são o Sudeste, o Sul e o Nordeste possuem também uma quantidade maior de museus, como podemos observar no quadro abaixo:



Mapa 3: Comparação entre Densidade Populacional e Dispersão Geográfica dos Museus Brasileiros. Fonte: CNM/IBRAM/MinC – 2010.

Como podemos observar nos mapas acima, a maior densidade populacional concentrada nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste também corresponde à concentração de museus. A análise desses dados e o aprofundamento das pesquisas podem revelar interessantes aspectos tanto da sociedade como das circunstâncias de criação de museus nessas regiões e também pode vir a contribuir para as estratégias de ação dos órgãos gestores e para um planejamento estratégico para as políticas públicas.

O quadro abaixo é revelador da importância de investimento em políticas públicas para a cultura, revelando que nos locais onde existem órgãos gestores de cultura, existem também mais museus. As Regiões Sudeste e Sul concentram órgãos gestores de políticas públicas e isso identifica mais investimento que se reflete na estrutura da sociedade.



Mapa 4: Comparação entre Órgãos Gestores da Cultura e Dispersão Geográfica dos Museus Brasileiros.
Fonte: CNM/IBRAM/MinC - 2010

Os dados são indicativos para políticas de gestão que venham a pensar e considerar a importância da gestão da cultura do ponto de vista de interlocutores que trabalhem com a cultura no sentido amplo, de inclusão.

No caso dos museus, é necessário que os gestores públicos pensem em estruturas que vejam a memória como fator estratégico para a cidadania e que pensem em políticas públicas que priorizem o patrimônio integral, onde a comunidade, o patrimônio e o ambiente sejam promotores de igualdade, conhecimento, comunicação, cooperação, integração.

É preciso pensar os museus como práticas sociais e culturais que constroem novas possibilidades sociais, pois são sistemas vivos que estão em movimento e assim estabelecem relações e pontos de contato enraizando-se na sociedade. Atuam como conectores entre espaços, tempos, pessoas, criam laços e geram abraços. São os espaços das relações da vida que não podem ser esquecidos na conjuntura de uma política pública de gestão e principalmente no contexto do mundo globalizado.

Os desafios do Cadastro Nacional de Museus são muitos e a atenção a eles é de fundamental importância para que os dados realmente cumpram o papel de fundamentar a tomada de decisões da Política Nacional de Museus, para que o Sistema Brasileiro de Museus entenda que sua ação deve permear os interesses estratégicos do CNM, e que os dados devem fornecer informações para que o SBM defenda os interesses dos museus.

Nesse sentido, não basta o levantamento e publicação dos dados, mas que ocorram possibilidades de discussão com a Rede, com o SBM, para questionamentos, ampliações de debates, com metodologias participativas, tanto para especialistas da área acadêmica como para gestores públicos e profissionais do campo, para que propiciem um alargamento de visão e uma diversificação de olhares sobre as informações geradas.

Visto que um sistema de informação é uma ferramenta essencialmente política e pode ser utilizado de muitos modos, para potencializar determinados aspectos e não a outros, para mostrar e dar visibilidade a quantidades e especificidades, então é preciso sempre ter presente qual o papel político de um sistema de informação e que ele tenha um controle social, uma vez que é um instrumento de poder.

Dentro da lógica da criação da Política Nacional de Museus, o CNM, não é um instrumento de gestão apenas para o órgão gestor, mas para a gestão do trabalho em rede e deve contribuir para respostas, decisões e encaminhamentos que contemplem os diversos interesses no universo da diversidade em que estão inseridos os museus. E, para isso, o Sistema Brasileiro de Museus precisa ampliar sua relação com o Cadastro Nacional de Museus por meio da apropriação dos dados de diversas formas que sirvam de instrumentalização para as orientações e ações.

Importante lembrar que muitos elementos influenciam neste retrato da realidade desde quem desenha e administra o sistema, das dificuldades e carências dos museus brasileiros, até o fato de que muitos dos que trabalham nos museus não sabem preencher o cadastro, não o entendem e não reconhecem a natureza da informação solicitada. Muitos museus, se não forem visitados, nem chegam a preencher o cadastro. E ainda, manter atualizados os dados, é preciso um sistema de produção de informações sistemáticas, o que requer também o financiamento desse mecanismo.

As reflexões acima são uma análise desse importante instrumento de gestão na conjuntura da Política Nacional de Museus, tendo a consciência, a partir da própria vivência no Projeto Caminho dos Museus do Rio Grande do Sul, realizado pelo Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul e dos Cursos de Museologia da Universidade Federal de Pelotas e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em parceria com o Cadastro Nacional de Museus, para levantamento de dados sobre os museus do estado de que o que vem sendo feito é uma referência para a realidade museal brasileira, mas que a apropriação, compartilhamento, análises e discussões pela rede são fundamentais para a continuidade de uma política pública que além de dar mais conhecimento para incidir no campo, também empodere os diferentes agentes.

Feita essa reflexão, foi dada continuidade à análise do processo de implementação da Política Nacional de Museus: o museu, estando cadastrado, pode solicitar adesão ao

Sistema Brasileiro de Museus, enviando um formulário de solicitação preenchido e alguns documentos comprobatórios.

Aderir ao SBM significa, por parte do museu expressar claramente que quer fazer parte de uma rede. Isso permite que os museus se comuniquem, abrindo importantes canais de comunicação com outras instituições e profissionais para troca de informações, experiências, sugestões e dúvidas na área museológica.

Pode-se afirmar que a institucionalização dos colaboradores, fazendo de suas contribuições o discurso de todos e a acessibilidade à informação como subsídios para a mobilização oferecem possibilidades de conexões e conversações que desenvolvem discursos e estratégias que irão possibilitar uma série de conquistas comuns. Atuando assim de forma rizomática, conectando pontos, estendendo linhas e aumentando territórios.

Percebe-se uma forma lírica na articulação do SBM, pois a lírica abre um diálogo que cabe a inclusão. A identidade da rede reside na capacidade de seus elementos em acreditar que, juntos, podem alcançar mudanças. Ora, está presente aí a lírica da inovação e da perspectiva de realização, que despertou nos envolvidos os processos de transformações necessários para os museus. É a lírica da inovação social por intermédio de suas próprias ações. Mais que aderir, a lírica está na capacidade de somar sem diluir, de estabelecer uma conversação como confrontação aos métodos excludentes.

Ainda que existam nodos mais conectados que outros, a rede distribuída é uma rede de iguais. O desafio para o Sistema Brasileiro de Museus é manter o acordo da igualdade das representatividades, envolver cada vez mais uma maior representação da sociedade civil organizada e instituições, ser propositor das ações, ou seja, atuar como uma rede com poder distribuído. A lírica abre espaço para uma relação de diálogo aberto.

Salienta-se que o caminho de cada um é respeitado, pois o SBM não intervém na autonomia administrativa e financeira das instituições que o integram. Essa prática é também o exercício democrático e a incorporação do conceito de ‘Estado rede’ (Castells, 1999) no modelo de gestão da Política Nacional de Museus.

Para Frederico A. Barbosa da Silva, do Instituto de Pesquisas Aplicadas,

> “as iniciativas de criação do SBM dão corpo à articulação de agentes e instituições museológicas no quadro dos objetivos mais amplos de construção de uma política nacional de museus, absorvendo a idéia de sistema como uma totalidade orgânica constituída por componentes em relação coerente e estável, independentemente da padronização estrita de procedimentos, conceitos e normas. O SBM possui uma concepção alternativa, moderna e mais flexível do que as idéias correntes a respeito de sistemas. A noção de rede, em que os componentes, apesar de articulados, têm ampla margem de autonomia e respeito às suas

> especificidades jurídicas, culturais e institucionais está aqui presente. ” (Silva, 2007, p.119).

Ao mesmo tempo, evidencia o lado épico, pois é preciso aderir ao Sistema Brasileiro de Museus. A todos é possibilitado aderir, o que resulta em duas opções: a adesão ou a exclusão.

Cabem aqui as perguntas: Quem não aderir está excluído? E chamar para adesão é uma forma de organização? Como resultado de um plano ou de uma vontade trágica?

Estas são reflexões importantes para que se compreenda que no desencadear dos fatos e acontecimentos é preciso, em muitos momentos, assumir posições e levar adiante as decisões, pois essa é uma ação a favor dos museus e da museologia, mas no seio de uma sociedade plural, diversificada e com pensamentos convergentes e divergentes.

Importante salientar novamente que o momento era de processo de implementação, que o espaço precisava ser conquistado, diante de uma realidade que até bem pouco tempo atrás tinha uma visão instrumental de desenvolvimento, em contraposição a um processo mais humano e de construção coletiva.

Pertencer ao SBM permite ainda que o museu participe na formulação de leis, projetos e ações da área museológica, além de se ‘fazer ouvir’, no que diz respeito às suas atividades cotidianas, seus projetos especiais e suas necessidades. Mas ainda é preciso que os museus percebam e se apropriem desta dimensão de serem propositivos e que são importantes pontos de ligação nesse processo de enraizamento.

A questão importante é que incorporar-se à rede aporta valor tanto para o museu como para a rede. Esse é o chamado ‘efeito-rede’, que gera uma série de fenômenos no âmbito das informações, relações e valores. Abrem-se muitos espaços, as chamadas linhas de fuga, que exigem posição e conexão. Ou seja, é preciso participar dos processos políticos.

Os museus exibem seus certificados que atestam que pertencem ao Sistema, utilizam a rede como forma de articulação tanto para dentro de suas estruturas como para se relacionarem com os outros museus e com a sociedade.

Para o Ministério, quanto maior a adesão à rede, maiores são as possibilidades de conhecer a realidade, de trabalhar com dados e informações que vão gerar novas demandas e de fato realizar uma interlocução direta com os diversos museus e instituições que realizam projetos museológicos.

> “Os sistemas ou redes de museus podem configurar-se como uma ferramenta de empoderamento dos distintos atores sociais e como uma inovação no modelo de gestão da administração pública, na medida em que redesenham a relação do governo com o setor museológico, tornando-a participativa e democrática, e conferem um maior valor público às

> ações desenvolvidas pelo Estado. ” (Tolentino, 2008, p. 30).

Nesse sentido, os sistemas constroem a harmonia pelo diálogo, pela troca, pelas interlocuções, pela aprendizagem e pela informação das diferenças.

Segundo Deleuze e Guattari: “Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. ” (Deleuze & Guattari, 1995, p.17).

Este é o desafio para o Sistema Brasileiro de Museus: atuar em uma rede distribuída para garantir a continuidade dos agenciamentos mesmo com mudanças políticas. Quantos mais forem envolvidos nesta rede de poder distribuído, mais valor se oferece para um não membro pertencer, garantindo o espaço de discussão e não de debates encerrados.

A análise e atuação dos gestores em perceberem e incorporarem o pleno potencial das ferramentas de colaborações sociais disponíveis e fazer emergir o conhecimento e experiências conectando diversos colaboradores foi fundamental na construção de uma política pública para os museus. Atentos “para o jogo de identidades complexas compostas de diversidades” (Chagas, 2006, p.122) a atuação em rede é rizomática, conecta um ponto qualquer com outro ponto e não necessariamente a traços da mesma natureza, é aliança que dá lugar a um resultado social.

Novos discursos são percebidos nas diversas manifestações e na política cultural para o setor que passa a ser implantada.

Em 2006, José do Nascimento Junior afirmava que:

> “O Ministério da Cultura só terá sua existência validada se ele de fato cuidar de direitos culturais. Obviamente o Brasil está muito longe de ter uma legislação cultural que possa demonstrar esse caráter de direitos culturais, mas é fundamental que a gente construa essa pauta a partir das cidades, que articulemos um plano estratégico de desenvolvimento da cidade a partir, também, de uma ação legislativa que crie esse sistema de legislação de direitos. ” (Nascimento Jr, 2006).

Para o desenvolvimento da Política Nacional de Museus, havia um determinado cenário nacional onde pessoas não só queriam, mas acreditavam ser possível mudar a realidade. Novos discursos com causas “que transformam a realidade com vontade, imaginação e engenho” (Ugarte, 2008, p. 57), estão presentes nas múltiplas relações dos museus e das redes com os diversos públicos. O desafio é abrir a possibilidade de passar de um mundo de poder descentralizado para outro de poder distribuído, onde se valorize a dimensão humana, onde, sendo raiz, é possível caminhar e construir outro mundo.

É possível identificar no processo de construção da Política Nacional de Museus uma prática lírica onde “o poder emerge como consenso, como resultante coletiva. ” (Ugarte, p. 65) e também o exercício épico onde “o poder emerge como resultado da batalha. ” (Ugarte, p. 65).

A prática lírica está comprovadamente presente na proposição de uma construção conjunta da política cultural voltada ao setor museológico, na conclamação da comunidade museológica e interessados para estreitar relações, “estabelecendo um diálogo, desde o primeiro momento, um diálogo profundo com o campo museal brasileiro, todo ele, e juntos estabelecendo um sistema, as matrizes para a constituição do Sistema Nacional de Museus. ” (Chagas & Nascimento Jr, 2009, p.29).

Essa forma de gestão é lírica, pois segundo David de Ugarte “a lírica convida a se somar sem se diluir, procura a conversação, não a adesão. Trata-se de uma opção ética frente à dimensão excludente, sacrificial e de confrontação que irremediavelmente é colocada pela épica” (Ugarte, p. 60).

Mas a épica está presente na prática, como se pode ver no discurso de posse do Ministro: “as políticas públicas de cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes. ” (Ministério da Cultura [MinC], 2003a).

Isso se refletiu no empenho das ações do SBM para orientar estados e municípios na constituição de sistemas estaduais e municipais de museus, ou seja, estradas reais, caminhos necessários numa conjuntura de atuação em rede. Esse empenho se materializou na realização das diversas oficinas que aconteceram por todo o território nacional, como um exercício de mobilização e motivação para a formulação de políticas públicas estaduais e municipais, estimulando a criação de redes e sistemas que fossem ferramentas de construção da emancipação social, do empoderamento.

No período de 2003 a 2010, foram realizadas vinte e três oficinas nos Estados do Ceará, Bahia, Sergipe, Tocantins, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí, Acre, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, o que resultou na criação de nove sistemas estaduais e sete sistemas municipais de museus, cinco destes atuando efetivamente.

Fotografia 10: Oficina de Implantação de Sistema de Museus – Ministrante: Simone Flores Monteiro Fortaleza/CE
Fonte: Acervo SEM/RS – 28/10/2009

Esse diálogo promovido pela Política Nacional de Museus com as comunidades em cada estado teve o formato baseado nas oficinas, nas orientações para as discussões de constituição de uma rede ou sistema e nas assessorias para a criação das legislações.

Um processo participativo e coletivo que reuniu profissionais de museus, gestores públicos, estudantes, professores, representantes das associações de amigos e comunidades, e que buscou identificar a realidade e as particularidades de cada região de modo que os instrumentos legislativos atendessem às características e especificidades dos processos de memória local.

Para José do Nascimento Junior (2011), as oficinas, as assessorias cumpriram um papel importante, pois a ideia foi disseminada no campo dos museus. Os sistemas de museus, criados nos estados e municípios, cumprem um papel como ferramenta de política, de consertação de ideias, contribuindo para a ideia de rede. O papel dos sistemas é com a política, com a articulação do setor e também de empoderamento das pessoas e dos museus que participam dos sistemas locais e regionais e percebem que existe uma rede nacional.

No SBM a representação dos sistemas tem de expressar essa ampla composição e diversidade que são os sistemas estaduais e municipais, que a ideia de política é um processo de construção contínua, que os sistemas se encontram em momentos diferentes em cada estado e ou município e que é preciso compor com a lógica de que a política permite o debate e o respeito à diferença.

É possível também verificar o resultado desse processo na análise das legislações de cada estado ou município que criou o seu sistema estadual ou municipal. Percebem-se semelhanças, mas também diferenciações nas leis, no que diz respeito à constituição, à coordenação, à adesão e aos compromissos adequados às necessidades, às realidades e as possibilidades de cada localidade.

Ao mesmo tempo, essa prática tem o seu lado lírico de sensibilizar os diversos agentes de que a comunicação e articulação em rede criam diversas possibilidades de conexões que caracterizam os agenciamentos e enraizamentos e que possibilitam o trabalho cooperativo.

Para todos os envolvidos, os desafios constantes residem em entender essa construção como um processo cidadão em que a participação de cada um é fundamental na elaboração de uma política pública e para e perceber a lírica que "nos diz que nossa identidade não reside no que somos, mas no que acreditamos poder alcançar. ". (Ugarte, 2008, p.64)

Para muitos agentes do setor, o principal papel do SBM é fazer a interlocução entre poder público, universidades, museus, instituições, organismos de representação, associações e isso é visto como uma vantagem na avaliação de Rose Miranda (2012). Mas ela também aponta que muitos museus, particularmente, não percebem a importância de estarem no SBM, talvez porque não entendam o que é o SBM ou ainda não tenham se apropriado profundamente dos conceitos de redes e sistemas.

Muitos museus ainda confundem cadastrar o museu no Cadastro Nacional de Museus e aderir ao Sistema Brasileiro de Museus, tanto que o Cadastro já possui muitos mais museus do que o número de adesão ao SBM.

No Cadastro Nacional de Museus, são mais de três mil museus mapeados, e no SBM o número de museus que aderiram não chega a mil. Rose Miranda (2011) credita isso ao fato do CNM possuir uma metodologia que os museus visualizam e que o SBM possui objetivos muito amplos e à dificuldade em entender o trabalho em rede. Para Gilson Nunes (2010), essa preocupação maior dos museus em se cadastrar e menor na adesão ao SBM, não é preocupante, pois reflete a importância que todos entendem de estarem cadastrados e a dificuldade no entendimento do funcionamento do modelo de rede. Para muitos, estar cadastrado significa ter aderido e pertencer à rede. Falta o esclarecimento sobre o que significa aderir e entender a noção de pertencimento a partir da atuação em rede.

O Cadastro Nacional de Museus, instrumento de mapeamento e cadastramento criado com a Política Nacional de Museus em 2003, foi desenvolvendo suas ações de modo contínuo e cada vez mais estabelecendo metodologias que possibilitaram uma inclusão progressiva do número de museus cadastrados. Esses dados, além de informar o SBM sobre a realidade museológica, deveriam ter suscitado na estrutura do SBM uma articulação para a mobilização dos diversos representantes no intuito de se criar ferramentas para um maior enraizamento. Ou seja, criar mecanismos que chegassem até os museus de modo que eles percebessem que, mais do que estar cadastrado no CNM, o importante são as conexões, as relações, as cooperações que passam a existir por ter aderido à rede.

No entanto, no universo de 3025 museus mapeados até 2010, os números do Cadastro Nacional de Museus e da adesão ao Sistema Brasileiro de Museus necessitam de análise e de uma reformulação de estratégias para chegarem mais próximo da realidade museal mapeada. Assim, mesmo sabendo que a inclusão total é impossível, é preciso ter a inclusão como meta e proporcionar um enraizamento de informações e conhecimentos na sociedade para que os museus atuem como agentes da transformação social.

Entretanto, na visão de José do Nascimento Junior (2011) a ideia de política é um processo de amadurecimento. O campo museológico está aprendendo política pública, o SBM cumpre um papel de ser um instrumento de política comprometido com ação política. Identifica-se nesta prática o pensamento de Arendt "que valoriza a ação política" (Fry, 2010. p.55). Nascimento afirma ainda que o SBM, independente dos formalismos e daquilo que precisa para avançar, cumpriu um papel de articulador, de interlocutor com a sociedade, principalmente na formulação do Estatuto Brasileiro de Museus.

O SBM, ao ser criado na esfera pública federal com uma ampla representatividade de diversos setores, é referência para os sistemas estaduais e municipais e as pessoas se apoderaram desse mecanismo, pois perceberam a existência de um comprometimento federal.

O SBM se constitui como um importante canal de comunicação e articulação entre as três esferas: federal, estadual e municipal e, mais do que isso, entre instituições e profissionais das mais diversas áreas que atuam nos museus.

Todo esse movimento ligado à criação da Política Nacional de Museus, do DEMU, do SBM e dos sistemas estaduais e municipais rompe com uma passividade, com uma falta de planejamento e gestão para os museus, o que contribui para as formulações de políticas museológicas em todo o país, segundo Nascimento Junior.

Quando se cria uma política pública de forma participativa, se constrói igualdade. No caso do SBM, ele é um espaço público de representação que articula uma diversidade de interesses onde, independente da representação, vinculação, tamanho, acervo e orçamento, todos são iguais. O que, no caso brasileiro, é um grande desafio, pois além das imensas diversidades culturais caracterizadas principalmente pela imensidão do território, existem os museus nacionais, os museus das grandes cidades, as principais universidades e instituições consideradas tradicionais.

Estas características, de certo modo colaboraram para o empoderamento dos agentes, pois perceberam a importância de estarem conectados, representados e articulados. Todos passaram a ter voz e vez em muitos programas de capacitação, de fomento e de difusão, sem deixar de existir as diferenciações, pois o rompimento de privilégios requer uma mudança de comportamento político e ético para além da estrutura do Ministério.

Joana Sousa Monteiro (2011) chama a atenção na sua entrevista, para o que ela classifica de eterna necessidade do trabalho em rede, o reforço da cooperação entre museus e entre estes e outras entidades que possam ajudar a promover e desenvolver o seu trabalho junto das comunidades. A seleção e a monitorização das formas de promover a cooperação é difícil e exige decisões políticas e recursos estruturados.

Esses aspectos são importantes, já que uma política pública precisa de recursos estruturados de forma que possa garantir a implantação de um projeto e garantir a continuidade dos programas em longo prazo e com uma ampla capilaridade pelo território.

Nesse sentido, a conjuntura política nacional favoreceu a Política Nacional de Museus, com a reeleição de Lula[11] e a continuidade do Ministro Gilberto Gil. Mesmo depois com a saída desse e com a entrada do Ministro Juca Ferreira, ainda assim como já citado, o processo não foi construído apenas de forma lírica. Ao contrário, houve também o enfrentamento épico que pode ser constatado pela necessidade de alianças para a aprovação das legislações e de recursos.

O DEMU, mesmo exercendo um papel de liderança frente ao grande grupo, enfrentava oposição de antigas lideranças do setor museológico e mesmo de alguns integrantes do IPHAN, o que se expressou em ofensas públicas a alguns membros da diretoria do Departamento. Dessa maneira, antes mesmo de ser criado o Instituto Brasileiro de Museus, o aspecto trágico se faz delinear, tanto nas manifestações contrárias à criação do IBRAM por integrantes do Ministério da Cultura e profissionais do setor não identificados com o grupo que era liderado pelo DEMU, como nas disputas gerenciais, legais e pessoais.

Ao analisar as palavras abaixo de Nilson Moraes verifica-se que o DEMU exerceu um papel mobilizador de agenciamentos na busca de realizar por si mesmo um enraizamento na sociedade, a partir das interlocuções do próprio Estado com os diferentes setores da sociedade.

> "O DEMU moveu-se em diferentes frentes, influenciando não apenas o funcionamento dos museus sob sua responsabilidade, com garantia de sua existência material e de melhoria das condições de seu funcionamento, mas também se empenhando na constituição de novos cursos de museologia, na produção e difusão de conhecimento específico do campo e na racionalização do processo administrativo. O DEMU pode ser visto, em certa medida, como resultado direto de ações que garantiram o papel recorrentemente crítico e ativo de um Estado que lidera e disputa a hegemonia cultural através de instituições e políticas culturais propositivas.

[11] O primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva foi de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2007 e o segundo mandato foi de 1º de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2011. Gilberto Gil assume o Ministério da cultura em 2003 e sai em 31 de julho de 2008, em seu lugar assume Juca Ferreira.

> Padrão que é reforçado por uma tênue e permanente busca de encontro com quadros técnicos, alianças com a sociedade e outras instâncias decisórias do Estado. ” (Moraes, 2011, p.99).

Assim, por meio da Política Nacional de Museus, o Ministério da Cultura foi estruturando uma gestão com base na criação de instrumentos institucionais ligados diretamente ao gerenciamento do Estado e instrumentos de representação da sociedade mantendo, desse modo, a participação e colaboração, características originais da criação da PNM e desenvolvendo um processo de construção de política pública para o campo museológico.

3.2.2 Capacitar Conectando

No Brasil, no início dos anos 2000, não se sabia exatamente quantos museus havia e tão pouco quantos profissionais estavam atuando nas instituições. Assim como não se tinha dimensão do patrimônio preservado nessas instituições. Apenas duas universidades formavam museólogos e outras profissões mais específicas, como restauradores, não tinham graduação. Entre todos os que atuavam na área, tinha-se a certeza de que muitos profissionais vieram de outras áreas e foram buscar conhecimento e formação para atuar nos museus.

E que o trabalho realizado nos museus, espalhados pelo imenso país, estava caracterizado pela dedicação e boa vontade de muitos, faltando orientações, normatizações e o mais importante, faltando atenção das instâncias públicas com relação aos quadros funcionais dos museus para que realmente pudessem exercer as funções de guarda, conservação e comunicação do patrimônio.

A carência era de escuta e também de entendimento do papel dos museus no contexto da sociedade atual, principalmente por parte dos responsáveis pela sua gestão, tanto nas instâncias governamentais quanto nas instituições privadas. No país, não havia uma referência ou impulso para os museus como um todo. Existiam trabalhos pontuais em alguns museus maiores, que recebiam mais atenção dos governos, e esforços em determinadas regiões, o que não caracterizava um projeto para o setor e muito menos a composição de uma política pública.

A Política Nacional de Museus trouxe, na sua base, a preocupação com os profissionais que estavam atuando nos museus, com os que viriam a atuar e também com a educação da sociedade com referência aos museus, patrimônio e memória, o que se configurou nos princípios caracterizados num dos eixos programáticos da Política Nacional de Museus.

Nas orientações iniciais da Política Nacional de Museus, observam-se os seis princípios orientadores:

> "1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais; 2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local. 3.Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro. 4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado. 5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural. 6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização. 7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades. " (MinC, 2003b)

O eixo Formação e Capacitação dos Recursos Humanos foi instaurado e passou a ser trabalhado com prioridade. No próprio caderno de lançamento da Política Nacional de Museus, esse eixo programático está detalhado, pois considerava os indicadores da realidade dos museus identificados pelos profissionais que participaram das reuniões iniciais no Ministério da Cultura em fevereiro, março e abril de 2003 e, que indicavam ser de fundamental importância uma gestão para museus que planejasse uma proposta de formação e capacitação devido à situação de carência profissional de muitas das instituições.

A coordenação da Comissão desse Eixo coube à Professora Doutora Maria Célia Teixeira Moura Santos, museóloga, Professora da UFBA e colaboradora da PNM, com a execução de um trabalho que caracterizou o processo museológico na contemporaneidade destacando aspectos para reflexões e planejamento de ações. São eles:

> "ampliação do conceito de Patrimônio; ampliação dos bens culturais a ser preservados; aplicação do processo museológico, a partir da relação: Homem/Patrimônio Cultural; incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio cultural, para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura; socialização da função de preservação; desenvolvimento das ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática

> social e não somente as coleções; criação de novas categorias de museus e aplicação de diferentes processos museais; revisão dos métodos a ser aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação; ação de comunicação dos técnicos e dos grupos sociais, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social." (MinC, 2003b)

Ainda foi apresentado o resultado do estudo dos materiais dos cursos de Museologia com uma análise dos aspectos teórico-metodológicos que fundamentam os cursos, os processos museológicos aplicados nos museus e os diferentes contextos no território nacional.

Dessa forma, foi possível indicar os princípios norteadores para um programa de Formação e Capacitação, registrar os principais problemas enfrentados na área da Museologia e nos Museus no que se refere à qualificação dos profissionais e traçar propostas objetivas com princípios e mecanismos de operacionalização integrando ações do Ministério da Cultura com outros Ministérios, órgãos de fomento à pesquisa, secretarias de cultura estaduais e municipais.

Ressaltam-se aqui os tópicos específicos apontados para serem desenvolvidos nas mais diversas modalidades de cursos para atender as necessidades das instituições: "Elaboração de Projetos; Pesquisa Museológica; Planejamento de Museus e Elaboração de Plano Diretor; Ação Cultural e Educativa dos Museus; Pesquisa de Público; Técnicas Museográficas: Teoria e Técnicas Expográficas; Teoria e Técnicas de Documentação; Teoria e Técnicas de Conservação. " (MinC, 2003) O objetivo de trazer esses tópicos apontados quando do início da implantação da Política Nacional de Museus é para que se possa ver o desdobramento dessas sugestões na aplicação do Programa de Formação e Capacitação.

O Programa de Capacitação se constituiu muito especificamente das Oficinas de Capacitação, que ocorreram em todo o país, nas 27 unidades federativas a partir de 2003, integrando profissionais e pessoas envolvidas com as práticas museológicas de diferentes modos e maneiras. E contribuindo para a aproximação do saber sobre a ciência museológica. Para além dessa ligação, o processo possibilitou a construção de uma rede em todo o território de pessoas e comunidades despertadas para o interesse e conexão na Política Nacional de Museus.

A realização das oficinas em diferentes e variadas cidades do Brasil teve um papel fundamental e um significado importante. Ao serem realizadas em diversas localidades, onde muitas pessoas dedicam a vida para o museu sem receberem a devida atenção do Estado, estas oficinas possibilitaram um empoderamento para a comunidade. Essas comunidades perceberam que recebiam mais que o saber, uma vez que estavam incluídas num processo de mudança. Ocorreu também um enraizamento dos conceitos da Política Nacional de

Museus de modo rizomático, conectando cadeias diversas e descentradas sob a perspectiva de Deleuze e Guattari.

As oficinas envolveram profissionais de diferentes áreas e instituições que de forma colaborativa, passaram a participar de uma grande movimentação pelo país que, além de possibilitar informações, agregar conhecimentos e habilidades foi mobilizando a sociedade para um trabalho articulado onde todos tiveram um papel substancial num modelo de política pública participativa e com o poder distribuído.

As oficinas oferecidas foram: Museu, Memória e Cidadania; Plano Museológico: implantação, gestão e organização dos museus; Elaboração de projetos e fomento para a área museológica; Ação Educativa em museus; Conservação de Acervos; Gestão e Documentação de Acervos; Treinamento de Equipes Administrativas e de Apoio; Expografia; Arquitetura em Museus; Implantação de Sistemas de Museus; Museus e Turismo; Segurança em museus;
Estudo de público e Museus e Novas Tecnologias da Informação.

Inicialmente, o DEMU, e depois o IBRAM, contava com uma equipe de profissionais e colaboradores habilitados para ministrarem as oficinas, o que significava que a mesma temática poderia ser desenvolvida, no mesmo período, em diferentes regiões do país.

Essas oficinas sempre aconteceram com o auxílio e parceria de prefeituras, universidades, museus, associações e instituições que formavam uma rede de colaboradores locais.

De 2003 até 2010 foram realizadas 540 oficinas relacionadas à área museológica, em todos os estados brasileiros e também no Distrito Federal, realizadas tanto em capitais como no interior, com a participação de 29.958 pessoas que avaliavam essas atividades e reafirmavam a importância desse programa não só para aqueles que tinham a oportunidade de participar, mas também para convencer e persuadir comunidades e gestores da importância do museu e de seu papel estratégico numa comunidade.[12]

Do ponto de vista de implantação de uma política pública participativa com o poder distribuído na rede, as oficinas foram instrumentos primordiais de interlocução do Ministério da Cultura com os museus, ou seja, uma atuação direta entre o gestor e a sociedade, a materialização da relação entre o poder constituído que está distante no Ministério, no Departamento, no Instituto e que se desloca para junto das comunidades para atender as

[12] Dados referentes às Oficinas de Capacitação - Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. [MinC/IBRAM], (2010). *Política Nacional de Museus: Relatório de gestão 2003-2010*. Brasília: MinC/IBRAM.

necessidades do local. Na prática, percebe-se a rede de interconexão entre os diferentes e que resulta num enraizamento na sociedade, conforme o pensamento de Delleuze e Guatari (1995).

Para Maria Célia Teixeira Moura Santos (2013), o Projeto-Piloto do Eixo de Formação e Capacitação, que foi colocado em prática em Salvador nos anos de 2003 a 2005, antes mesmo que o Departamento de Museus estivesse devidamente estruturado é um exemplo concreto das ações da Política Nacional de Museus. Profissionais e estudantes de Museologia de Salvador criaram um grupo com uma comissão local com o objetivo de promover a revitalização das instituições museológicas, atendendo à demanda de aprimoramento dos recursos humanos que estavam atuando na área museológica e com o patrimônio cultural.

Essa iniciativa local, com o apoio do DEMU, da Universidade Federal da Bahia, do Museu de Arte Sacra da UFBA, do Departamento do curso de Museologia da UFBA, da 7ª Superintendência Regional do IPHAN, da Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Bahia, da Secretaria Municipal de Cultura, do Conselho Regional de Museologia, por meio de convênios e parcerias, realizou várias ações que estão descritas no relatório publicado pelo DEMU, Ministério da Cultura, em 2005.

A comissão local, com representantes de todos os parceiros, planejou e coordenou ações no intuito de promover a implantação da Política Nacional de Museus, por meio da valorização dos museus a partir da formação e capacitação de pessoal para atuar nas instituições. Na estrutura do trabalho, foi realizado um diagnóstico relativo às necessidades de capacitação de quem atuava nas instituições, como também o mapeamento de possibilidades de estágio e formação. Várias ações, trabalhos, seminários, capacitações, pesquisas. E entrevistas fizeram parte da dinâmica que contribuiu para um intercâmbio institucional, para o enriquecimento das práticas pedagógicas relacionadas à Museologia. E para o desenvolvimento de análises da conjuntura das instituições. Assim, linhas temáticas nortearam as ações e apresentaram resultados sobre: O Perfil dos museus do Estado da Bahia; Formação e Capacitação, projetos de mestrado e cursos de extensão; Aplicação de Processos Museológicos – projeto museológico para um museu e editoração do relatório.

Nesse projeto piloto, pode-se ter a dimensão do que é um trabalho em rede com base no envolvimento dos diversos parceiros. Para os representantes da Universidade Federal da Bahia, o Pró-Reitor de Extensão Manoel José Ferreira de Carvalho e para o Coordenador de Extensão, Álamo Pimentel (Santos et al., 2005) a inserção da Pró-Reitoria de Extensão nesse trabalho está relacionada ao compromisso da prática da extensão universitária em transformar os debates em instrumentos de interlocução com a sociedade, construindo práticas sociais que ultrapassem as fronteiras institucionais, que aproximem a academia dos diversos segmentos sociais e que se concretizem como campos de construção de autorias para a

consolidação de políticas sociais. Na visão deles, o que produziu significado para a participação da Universidade foi ter a educação como processo e projeto na construção de uma política pública de museus construída pelo diálogo e participação social.

Os docentes e os alunos do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, segundo a Professora Joseania Miranda de Freitas, Chefe do Departamento do Curso de Museologia e da professora Suely Moraes Cerávolo, Professora Coordenadora do Colegiado do Curso de Museologia (Santos et al., 2005), foram seduzidos pelo projeto, pois tiveram a oportunidade de refletir sobre o desenvolvimento da formação, sobre a atualização dos profissionais, sobre a identificação e diagnóstico das instituições e ainda sobre a ampliação do conhecimento, a divulgação das pesquisas no campo da Museologia e a criação do projeto de Mestrado.

A parceria com a Diretoria de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia se efetivou de forma virtuosa, segundo Eliene Dourado Bina (Santos et al., 2005), diretora da referida diretoria, por efetivar ações entre os profissionais dos museus públicos e privados, na disponibilização de profissionais para atuar nas diversas fases do projeto e também na colaboração para a realização dos encontros, seminários e reuniões.

O Conselho Regional de Museologia 1ª Região apoiou o desenvolvimento do projeto e a Associação de Museólogos da Bahia integrou-se nos trabalhos, inclusive com a participação efetiva das museólogas Rita Valle e Luciana Palmeira como representantes da instituição na rede de trabalhadores do projeto.

Luciana Palmeira, museóloga formada pela UFBA, destaca a significação desse processo articulado do seguinte modo:

> "Além da possibilidade de qualificação contínua e processual a participação no Programa de Capacitação nos sensibilizou de forma singular pelo enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, pela concepção do patrimônio em sua totalidade, considerando a diversidade de ideias e concepções museológicas, a vinculação entre a ética, a museologia e o trabalho, a garantia de continuidade e permanência do processo educativo, a constante e incessante avaliação crítica do processo, a abordagem articulada das questões patrimoniais locais, regionais, nacionais e globais, a efetiva promoção da preservação e fruição do patrimônio." (Santos et al., 2005)

Os estudantes Ana Karina Rocha de Oliveira, Paulo José Nascimento Lima, Sandra Regina Ressurreição de Jesus, Valéria Cruz de Jesus Trindade, Ilma Silva Vilasboas, Júlio César Chaves, Luzia Gomes Ferreira, Eneida Santos de Santana, Juliana Monteiro e Wilcken Gregson Silva Cardoso (Santos et al., 2005) atuaram como estagiários e relataram a vivência

como um aprendizado que proporcionou novas reflexões e rompimentos de antigos paradigmas. Salientaram ainda que a formação profissional esteja relacionada ao desempenho e interesse de cada um, que a qualidade do aprendizado é reflexo da participação, que tiveram a possibilidade do contato com a prática museológica ligada a uma perspectiva contemporânea e social. Os estudantes observaram a percepção da necessidade do profissional museólogo nas instituições para que haja a aplicação de uma fundamentação teórica aos projetos e atuação e ainda experimentaram uma metodologia na construção de um trabalho prático no Projeto Museológico do Museu Eugênio Teixeira Leal, unindo teoria e exercício prático da Museologia, através da participação na reestruturação da instituição. Eles concluíram que o investimento em capacitação é fundamental para a atuação dos futuros profissionais conscientes de uma Museologia participativa e democrática.

Para José do Nascimento Junior (Santos et al., 2005), o financiamento, apoio e parceria nessa ação representaram a busca de outras referências no caminho da construção da política pública para museus. Já Mario Chagas (Santos et al., 2005) aponta o caráter da adoção de uma perspectiva museológica mais crítica, onde no âmbito da estruturação da Política Nacional de Museus, o programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos está voltado para o surgimento de formadores de opinião em relação aos museus, que sejam mais críticos, mais sensíveis, mais criativos, mais comprometidos com a preservação dos direitos do cidadão e com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa no que se refere ao social, econômico e cultural e ressalta que o processo de construção ao envolver diferentes atores sociais contribuiu para uma maior capilaridade da Política Nacional de Museus, ou seja, um enraizamento da política pública de cultura.

Para Maria Célia (2013), coordenadora do Eixo de Formação e Capacitação em Museologia, o projeto foi inovador e contribuiu efetivamente para o processo de construção da Política Nacional de Museus. Para ela, a política foi concebida como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural, e buscou, portanto, a interação entre o governo e a sociedade compreendendo os museus como dispositivos estratégicos de aprimoramento dos processos democráticos. Para tanto, foi construindo uma rede de interação, entre profissionais da área, os cursos de Museologia. E os gestores, nas esferas federal, estadual e municipal em torno de princípios transparentes e participativos. Salienta, no entanto, que não basta indicar a necessidade de políticas públicas para o setor, é necessário envolvimento, disposição para o trabalho cooperativo e senso crítico. A Comissão de Salvador é um exemplo disso, no qual a mobilização fez o trabalho acontecer.

Em sua observação, Maria Célia (2013), considera que as iniciativas locais é que vão dar vitalidade à Política Nacional de Museus. São elas que irão apontar soluções criativas para os problemas e contribuir para que as propostas não fiquem engessadas na burocracia,

na razão instrumental do Estado. Reconhece como da maior relevância a necessidade do incentivo à participação social, por meio dos programas de capacitação e formação com apoio dos diversos cursos de museologia que foram implantados no país, inclusive como resultado desse movimento e que agora tem mais estruturação para atender às demandas locais.

Da análise do pensamento da Professora Maria Célia, percebe-se um alinhamento com o trabalho em rede, que conecta diferentes atores sociais com experiências e conhecimentos diferenciados nas soluções de problemas locais e globais. Nessa perspectiva, os museus e seus trabalhadores atuam como conectores de saberes e fazeres, mas principalmente de atores na construção de mudanças na realidade em que estão inseridos.

O Eixo de Formação e Capacitação desempenhou um importante papel para a ampliação da formação em Museologia com o foco em preparar mais profissionais para atuarem nos museus, possibilitar o acesso ao patrimônio musealizado, desenvolver pesquisas e projetos no campo da Museologia para a valorização dos museus como instrumentos estratégicos no desenvolvimento da sociedade.

No Brasil, até 2003, eram apenas dois cursos, o da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, criado em 1932, e o da Universidade Federal da Bahia, na cidade de Salvador, criado em 1969. A partir de 2004 até 2013, foram criados 13 cursos de graduação em Museologia, de norte a sul do país, contribuindo para o enraizamento da PNM para dentro das universidades que possuem um potencial importante tanto no que se refere às pesquisas que passam a ser mais efetivas e mais abundantes e ainda pela ação multiplicadora dos cursos juntos à sociedade com a capacidade de estabelecer conexões entre as universidades, museus e comunidades e possibilitando assim novos agenciamentos.

O programa de capacitação e formação em Museologia identificou uma demanda para a formação específica no campo da Museologia e foi um dos propulsores dos agenciamentos para a criação dos novos cursos.

A criação dos cursos foi resultado da motivação de muitos profissionais com a PNM que perceberam que com o apoio e impulso do Ministério da Cultura, inicialmente com o DEMU, depois com o IBRAM, era possível aproveitar a relação com o Ministério da Educação e com as reitorias das Universidades e modificar a realidade de cursos de Museologia.

O enraizamento por todo o país, proporcionado pelas oficinas de capacitação, teve uma dimensão importante, tanto pelo fato de que era uma ação concreta realizada junto às comunidades museológicas que há muito desejavam um espaço para ouvir e serem ouvidas, como pela oportunidade do encontro e de participar da rede. Em muitas ocasiões foi necessário limitar o número de participantes, tendo em vista a grande procura e a

impossibilidade de atender a todos, com esta situação, muitas oficinas foram oferecidas mais de uma vez para o mesmo estado, cidade ou região.

É possível afirmar que a ausência das oficinas, que não ocorrem desde 2010, é sentida pela rede, enfraquece as conexões da PNM e atinge diretamente o trabalho realizado pelos museus, pois as instituições ainda não possuem quadros de funcionários capacitados, sofrem com as indicações políticas sem qualificação e as políticas públicas estaduais e municipais ainda não se adequaram para absorver os profissionais que estão sendo formados pelos novos cursos de Museologia.

Maria Célia T. Moura Santos (2013) destaca na entrevista que o IBRAM nesta fase de mudança e consolidação terá de desenvolver alguns pontos para dar continuidade à PNM e principalmente ao programa de formação e capacitação. Para isso, é importante tornar a PNM cada vez mais conhecida, debatida e aberta à renovação. Criar instrumentos para acompanhamento, controle e avaliação dos projetos para que as ações sejam executadas sem, contudo, impedir a participação e a busca de soluções criativas. Manter uma atenção aos pequenos museus e estimular a criação de novos processos museológicos que tenham condições de serem pontos de desenvolvimento local.

Aproximar-se mais da prática diária dos museus é uma tarefa que parece simples, mas é um grande desafio para o IBRAM e para a Academia no desenvolvimento de políticas públicas que aproximem o conhecimento das práticas museológicas e colaborem na gestão dos museus e na intensificação da relação com a sociedade.

3.2.3. Fomentar Conexões

O eixo de Financiamento e Fomento para museus teve grande concentração de esforços no sentido de garantir a construção da Política Nacional de Museus e seu desenvolvimento, com a criação de instrumentos que viabilizassem os diversos programas, processos e dessem para a PNM a sustentabilidade e credibilidade necessárias para atuar junto aos museus e à sociedade.

Meramente para que se compreenda o contexto atual de fomento para museus no Brasil, se faz necessário apresentar um rápido panorama da questão da cultura com a referência de como os museus estavam inseridos.

No Brasil, a partir da década de 30, com a criação do Ministério da Educação e Saúde e a preocupação do Ministro Gustavo Capanema com a preservação de obras de arte, igrejas, casa e objetos, esboça-se o pré-projeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional que associado ao princípio de que era preciso educar o povo, resulta na criação do Ministério da Educação e Cultura, reunindo todas as áreas da Cultura que vieram a fomentar a criação de institutos, serviços e universidades, com a colaboração da iniciativa privada. Destacam-se nesse período, alguns mecenas que realizam doações aos museus históricos e artísticos no momento que formavam seus acervos. Em 1938, formou-se um conselho de notáveis, o Conselho Nacional de Cultura.

Na década de 70, ocorreu em 1972 à criação do Departamento de Assuntos Culturais – DAC, no Ministério da Educação e Cultura e, em 1973, o Programa de Ação Cultural – PAC, também no Ministério que, em 1975, formula por meio do Conselho Federal de Cultura, antigo Conselho Nacional de Cultura, um documento chamado Política Nacional da Cultura. O PAC possuía recursos para algumas atividades de difusão e preservação. Ao ser obrigado a priorizar ações, optou pela promoção de eventos, comprometendo-se com a abertura de mercado de trabalho para com os profissionais da área da cultura. Em meio a tantos conflitos, foi criada a Fundação Nacional das Artes em 1975 e, em seguida, outros órgãos, aglutinando institutos e ampliando a atuação de outros. Essas instituições passaram a dar origem e a qualificar um corpo técnico nas diversas áreas da cultura, que atuavam também no acompanhamento dos projetos.

Na década de 80, o Estado se caracterizou por instituições fortes em vários setores. Surgiram a Funarte, a Embrafilme, a Fundação Nacional Pró-Memória, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Aloísio Magalhães, então Secretário de Cultura, no Ministério da Educação e Cultura, defendia o fortalecimento das instituições e a qualificação do corpo técnico na área da cultura. No entanto, se viu pressionado para a criação de o Ministério da Cultura num movimento que teve apoio dos secretários estaduais de cultura e liderados por José Aparecido de Oliveira. Tendo sido criado o Ministério da Cultura em 1985, extinto em 1990 e criado novamente em 1992.

Além da burocracia para o seu funcionamento, o Ministério da Cultura teve dificuldades para a formação de seus quadros funcionais. Na década de 90, sofreu o desmonte do Estado provocado pelas ações do primeiro presidente eleito após a ditadura, Fernando Collor de Melo, que provocou um desastre na área cultural, ao decretar o fim de algumas instituições, demitir funcionários, sem pensar em uma transição, deixando programas e projetos inacabados que acabaram sendo desconstruídos.

O que restou foi reunido em estruturas administrativas, o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura passou a abrigar as antigas Funarte, Fundacen, o Instituto Nacional do Folclore, a Fundação do Cinema Brasileiro e outras e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural abrigou a Fundação Pró-memória, que era responsável pelo Museu Nacional de Belas artes, Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu da República e o Serviço do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional. Deixou então de existir o Ministério da Cultura e passou novamente a existir uma Secretaria de Cultura, que realizou um verdadeiro desmonte do corpo técnico e a destruição de importantes arquivos da história nacional.

Particularmente, nesta época eu atuava no Museu da Cidade do Rio Grande, na cidade de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. O Museu foi procurado pelos técnicos do Departamento Estadual de Portos Hidrovias que administrava o Porto de Rio Grande. No Porto havia Biblioteca, Arquivo e um acervo tridimensional e queriam auxílio para a preservação dos acervos. Os profissionais estavam desesperados, pois tanto o Arquivo, quanto a Biblioteca estavam sendo desmantelados e assim como objetos tridimensionais estavam sendo descartados.

Nos governos seguintes, nas décadas de 90 até 2002, os ministros da cultura tentaram reconstituir os quadros técnicos e centraram ações em estratégias para dar visibilidade política ao Ministério. Um novo sistema para a área da cultura foi implementado, centrado no fomento à participação da iniciativa privada no financiamento da produção cultural.

A Lei nº 8.313/91 que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC-, conhecida por Lei Rouanet, uma referência ao embaixador Sergio Paulo Rouanet, que era Secretário da Cultura, foi criada para viabilizar o fomento do setor cultural via incentivos fiscais, sendo que o Ministério da Cultura passou a centralizar o recebimento de projetos e a aprova-los, a partir de pareceres técnicos, dados pelas instituições vinculadas ao Ministério.

Por essa legislação, estão previstas duas formas de apoio: o Fundo Nacional de Cultura e o Incentivo Fiscal.

Em 2003, já com o Ministro Gilberto Gil, ocorreu uma reformulação em um dos programas da lei ligado ao orçamento, que era voltado, até então, apenas para os museus federais. Com a mudança, o Programa Museu, Memória e Cidadania, foi ampliado de modo a possibilitar o apoio por meio de editais aos museus públicos e privados, viabilizar o desenvolvimento das ações da Política Nacional de Museus, a manutenção, o desenvolvimento de projetos e o funcionamento dos museus federais ligados ao IPHAN e posteriormente ao Instituto Brasileiro de Museus.

A implantação de editais para o setor museológico é vista como uma conquista e um avanço na aplicação de recursos, tanto pelos gestores e por muitos do campo museológico. Embora essa prática de editais não seja uma novidade em política de gestão, ainda que atrelados a outros fatores e também a mecanismos de prestação de contas, relatórios e acompanhamento dos projetos, outros ministérios já a aplicam com o argumento de descentralizar os recursos e de ser um meio democrático em que todos tenham a oportunidade de apresentar projetos.

Dessa maneira, todos os museus passaram a ter a chance de participar dos editais, solicitando recursos para desenvolver projetos diversificados focados na modernização dos museus e incrementação das atividades educativas e culturais, o que veio a produzir um impacto positivo no campo museológico.

Essa prática de fomento se deu inicialmente na estrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio do Departamento de Museus e Centros Culturais e, depois, realizados pelo Instituto Brasileiro de Museus, possibilitou a criação dos seguintes editais:

O Edital Modernização de Museus, que teve sua primeira edição em 2004, é um edital que visa a modernização dos museus mediante projetos que invistam em equipamentos, acessibilidade, serviços e adequações de espaços, mobiliário, ações de guarda, conservação de acervos, ações de difusão, divulgação e promoção institucional, capacitação de funcionários, ampliação do acesso, educação e formação de público. Em todas as suas nove edições, se caracterizou por ser um edital muito disputado pela abrangência das ações que são possíveis de realizar e por significar em muitas instituições, o único mecanismo de investimento em projetos.

Quadro 1: Investimento Edital Modernização de Museus

Edição/Ano	Investimento
2004	R$ 1.000.000,00
2005/2006	R$ 1.994.516,20
2007	R$ 1.870.323,00
2008	R$ 2.333.155,08
2009	R$ 2.482.927,13
2010	R$ 1.067.042,40
2011	R$ 1.200.000,00
2012	R$ 1.200.000,00
2013	R$ 3.890.000,00

*Quadro elaborado para a pesquisa, dezembro 2013
Fonte: IBRAM

Com base nas pesquisas analisadas, é possível afirmar que, não obstante algumas regiões como o Sul, especificamente o estado do Rio Grande do Sul, e a região Sudeste, com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se caracterizem por enviar um número muito superior de projetos para este edital, em relação a outras regiões brasileiras. E o fato desses estados sempre terem museus que aprovam projetos em todas as edições do edital, ainda assim o que se destaca é ampla capilaridade de projetos aprovados em todo o território nacional. Essa informação é significativa, na medida em que demonstra que todas as regiões do país foram contempladas pelos editais e contribuíram para o enraizamento da PNM, pois aqueles que anteriormente não recebiam atenção, e muito menos recursos financeiros, passam a estar conectados de alguma forma nesse trabalho em rede de qualificação dos museus. E, embora a atuação em rede pressuponha uma série de outras conexões, quando há a institucionalização da rede pelo Estado é preciso que ele garanta mecanismo de investimento para o desenvolvimento da rede. E pelo que se observa no quadro acima apesar da redução dos investimentos nos anos de 2010, 2011 e 2012, em 2013 o valor do investimento foi superado em relação a todas as edições anteriores.

O Edital Mais Museus é parte de um Programa com o mesmo nome, visa beneficiar cidades com até 50 mil habitantes e que não possuam museus. O edital se destina à aquisição de equipamentos e mobiliário, adequação de instalações, elaboração de projetos, montagem de exposições, projetos museológicos e outras ações que viabilizem a instalação e funcionamento da instituição.

O objetivo do Programa Mais Museus não é o de apenas criar museus nos municípios em que não exista museu ou uma estratégia simplista de desenvolver o setor museológico. É um programa com uma proposta mais ampliada para democratizar o acesso e o direito à memória e também de possibilitar que as comunidades reconheçam o museu como ferramenta de desenvolvimento social e cultural. O programa também leva em consideração a necessidade constante de melhorias dos museus, de aprimoramento dos processos museológicos e das necessidades de maior articulação e intercâmbio institucional.

O primeiro Edital Mais Museus aconteceu em 2007/2008 e teve 386 projetos inscritos, o que significa que 386 municípios se candidataram para executar um projeto de instalar um museu em uma cidade.

Quadro 2: Investimento Edital Mais Museus

Ano/Edição	Investimento
2007/2008	R$1.597.955,09
2009	R$1.890.068,99
2010	R$1.194.703,00

2011	R$ 3.050.000,00
2013	R$ 2.010.000,00

*Quadro elaborado para a pesquisa, dezembro 2013
Fonte: IBRAM

Entre os anos de 2007 até 2013 ocorreram cinco editais com projetos selecionados em todas as regiões brasileiras. Se levarmos em consideração que somente cerca de 20% dos municípios tem museus, esse programa possui um forte apelo no contexto da realidade brasileira que possui a maioria dos museus localizados nas grandes cidades, além de também uma concentração nas cidades litorâneas.

Na prática, são detectadas algumas dificuldades para executar o Programa Mais Museus no modelo que foi pensado. Cristina Holanda (Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto, Instituto de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Estado do Ceará [Malce, INESP], 2012, p. 128) aponta que, mesmo sendo importante a preocupação com a memória e através dela a garantia dos direitos dos cidadãos, é preciso se preocupar que tipo de memória está sendo construída e veiculada. Nesse sentido, não basta que seja criado um museu em cada cidade, mas que ocorra a construção de práticas sistemáticas contínuas de preservação das memórias, do território, de divulgação e cuidado com esse lugar. E para alcançar essa dinâmica, seria necessário, por parte do Ministério, IBRAM, um acompanhamento do trabalho de criação e funcionamento dos projetos beneficiados no Edital Mais Museus, o que não é possível de ser feito tendo em vista, entre muitas variáveis, a própria estrutura funcional.

Mesmo sendo um edital focado na democratização do museu como ferramenta de desenvolvimento social e também como um mecanismo de descentralização de recursos diante da desigualdade em que as memórias são preservadas no imenso país, é preciso estar atento para qual o modelo de preservação que está sendo incentivado por meio deste edital, quais os discursos que estão sendo legitimados nesses novos museus.

Entretanto, se no lugar de um edital específico para a criação de mais museus, existisse uma atuação em rede entre o IBRAM e os Estados, por meio do Sistema Brasileiro de Museus com os Sistemas Estaduais de Museus, ou mesmo com as secretarias estaduais de cultura, seria possível articular um programa de fomento, envolvendo recursos federal, estaduais e municipais, para o desenvolvimento de museus e processos museológicos

mapeados nas comunidades de cada Estado, com um acompanhamento mais próximo, direto e, possivelmente, com mais garantias de ser um trabalho contínuo e comprometido. Assim, esta ação constituiria de fato uma política pública de dimensão cultural e social nos pequenos municípios brasileiros.

Outros programas e editais foram implantados pelo IBRAM, como o Programa de Qualificação para o Turismo, resultado de uma integração interministerial entre os Ministérios da Cultura e do Turismo no sentido de tornar os museus mais atrativos e promover o turismo cultural, com um foco direcionado para os museus localizados em municípios identificados como indutores do desenvolvimento regional definidos pelo Plano Nacional de Turismo para o período de 2007-2010. Com o foco nas cidades sedes da Copa 2014, o programa incluía quatro projetos: qualificação dos museus para melhor atender o turista; qualificação dos gestores e profissionais de museus para direcionar ações para o turismo; guia de atendimento ao turista e divulgação dos museus brasileiros. O investimento neste programa foi de R$ 1.737.886,30 e ocorreu em 2008 e teve apenas uma única edição, que contemplou oito museus em todo o território nacional.

Há também os editais na modalidade de prêmios: o Edital Prêmio Mário Pedrosa[13], para premiar trabalhos jornalísticos publicados na mídia impressa com temas relacionados aos museus, com o objetivo de estimular profissionais e órgãos de imprensa a comunicar temas, discussões, projetos e ações dos museus para melhor difundir suas atividades e contribuir para a informação do público. Esse o prêmio começou em 2008 e teve até 2012, quinze premiados com um valor total de R$ 107.000,00, conforme quadro abaixo:

Quadro 3: Investimento Edital Prêmio Mário Pedrosa

Edição / Ano	Investimento	Prêmios
2008	R$ 16.000,00	3
2009	R$ 16.000,00	3
2010	R$ 22.000,00	3
2011	R$ 23.000,00	3
2012	R$ 30.000,00	3

*Quadro elaborado para a pesquisa, março 2013.
Fonte: IBRAM

[13] Mario Pedrosa foi crítico de arte e literatura. Do final da década de 20 aos últimos anos da década de 70, foi personagem e testemunha de todas as grandes mudanças que a vida brasileira, principalmente a vida cultural. Para ele, havia duas vertentes que estabeleciam a mais elevada das expressões humanas: a arte e a política. Exilado após o golpe de 1964, criou no Chile o Museu da Solidariedade, reunindo graças ao seu prestígio pessoal e às suas amizades do mais alto calibre obras de Miró e Calder, de Picasso e dos maiores criadores da América Latina.

O Prêmio Darcy Ribeiro[14] que começou em 2007 para premiar práticas educativas em museus, com o objetivo de estimular uma maior integração entre os museus e as comunidades e ainda possibilitar que muitos projetos educativos sejam viabilizados. Teve seis edições até 2012, com 30 projetos selecionados num total de R$ 315.000,00 investidos, conforme quadro abaixo:

Quadro 4: Investimento Edital Prêmio Darcy Ribeiro

Edição/Ano	Investimento	Prêmios
2007	R$33.000,00	3
2008	R$33.000,00	3
2009	R$33.000,00	3
2010	R$33.000,00	3
2011	R$33.000,00	3
2012	R$150.000,00	15

*Quadro elaborado para a pesquisa, março 2013
Fonte: IBRAM

O Edital Prêmio Pontos de Memória "busca reconhecer iniciativas de práticas museais e de processos dedicados à memória social que se identifiquem com a perspectiva da museologia social, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade. É voltado para grupos étnicos-culturais tais como indígenas, afro-descendentes, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, rurais, urbanos, de periferia, cultura litorânea, comunidades brasileiras no exterior, entres outros. " (Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM], 2012). Este edital está inserido no Programa Pontos de Memória desenvolvido pelo IBRAM, em parceria com o Programa Mais Cultura e Cultura Viva, do Ministério da Cultura, Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça e com a OEI. Além do edital, o programa inclui a realização de oficinas de capacitação, visitas técnicas, visitas de sensibilização, seminários e encontros de integração entre os pontos.

Quadro 5: Investimento Edital Prêmio Pontos de Memória

[14] Darcy Ribeiro (1922-1997) foi antropólogo, escritor e político brasileiro. Destacou-se com trabalhos em defesa da causa indígena e com trabalhos na área da educação, antropologia e sociologia. Entre 1949 e 1951 trabalhou no Serviço de Proteção ao Índio. Colaborou para a Fundação do Museu do Índio e do Parque Nacional Indígena do Xingu, na região do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Em 1955 organizou o primeiro curso de Antropologia na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. No governo do presidente Jânio Quadros, em 1961, foi Ministro da Educação. No governo de João Goulart foi Chefe da Casa Civil, onde elaborou as reformas de base. Em 1964, teve seus direitos políticos cassados e foi exilado no Chile e no Peru. Em 1976, de volta ao Brasil, dedicou-se à educação pública. Durante o governo de Leonel Brizola, implantou no Rio de Janeiro os Centros Integrados de Ensino Público (CIEP). Entre 1983 e 1987 foi vice-governador do Rio de Janeiro, e em 1991, foi eleito senador pelo Rio de Janeiro.

Edição/Ano	Investimento	Prêmios
2011	R$ 1.500.000,00	48
2012	R$ 2.000.000,00	60

*Quadro elaborado para a pesquisa, março 2013
Fonte: IBRAM

O Prêmio Modernização de Museus – Microprojetos tem por objetivo o fomento e desenvolvimento de ações destinadas à preservação e difusão do patrimônio museológico e realiza uma premiação por categorias de valores entre R$ 50.000,00 e R$ 10.000,00, com duas edições, num total de 100 projetos aprovados, no valor total de R$ 7.780.000,00, conforme quadro abaixo:

Quadro 6: Investimento Edital Prêmio Modernização de Museus - Microprojetos

Edicão/Ano	Investimento	Otde iniciativas
2011	R$3.890.000,00	50
2012	R$3.890.000,00	50

*Quadro elaborado para a pesquisa, março 2013
Fonte: IBRAM

O Ministério da Cultura, desde 2003, tinha como meta a democratização da cultura e a descentralização do financiamento público da cultura. Para isso, além de um trabalho interno de reestruturação de orçamento, houve também um trabalho de sensibilização de outras vias de financiamento e fomento para as diversas áreas da cultura.

Como já foi referido, no contexto dos governos anteriores já havia o incentivo por parte do governo para que as empresas públicas investissem no programa de financiamento de projetos, o Pronac. Inclusive, segundo Regina Abreu (2010), em muitos períodos, empresas como Petrobras, Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social, e Furnas ultrapassavam os investimentos realizados pelas empresas privadas. Isso se dava pelo direcionamento dos recursos em publicidade para patrocínio de projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, o chamado marketing cultural como consequência dos impostos a pagar gerados pelos altos lucros.

Na gestão do Ministro Gilberto Gil a inovação foi que, no caso específico dos museus, três empresas públicas passaram a incluí-los em seus projetos de financiamento e criaram

editais específicos para o setor como o Edital de Apoio à Cultura – Patrimônio, da Petrobras; o Edital Adoção de Entidades Culturais da Caixa Econômica Federal e o Edital Preservação de Acervos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social que de 2004 a 2013 investiu 42 milhões de reais em projetos de museus, bibliotecas e arquivos.

Sem nenhuma dúvida, essas medidas de financiamento e fomento deram credibilidade para a Política Nacional de Museus e foram importantes instrumentos de mobilização para que mais agentes viessem a participar e se conectar na rede de trabalho em prol de uma política pública para museus no Brasil. Os editais são também ferramentas de empoderamento social. Os museus e os profissionais, ao participarem dos editais e serem selecionados, passam a ser reconhecidos e valorizados, alcançam uma visibilidade na comunidade, no meio de trabalho, entre as instituições e de alguma forma lhe é devolvido o poder, que se configura como um poder distribuído entre a rede à qual os museus estão conectados.

Átila Tolentino (2013) ressalta que a área museológica foi uma das primeiras da Cultura a financiar projetos por meio da seleção de editais. Na visão dele, naquele momento, era a melhor forma de seleção de projetos, colocando todos os interessados em obter financiamento do governo federal na mesma situação de igualdade, o que também é reforçado pelos critérios de seleção que buscam levar em consideração as distintas realidades das regiões e minimizar a concentração da aplicação dos recursos federais nos grandes polos e capitais. Ele entende que houve um avanço nesse período que se caracteriza tanto pelo aumento dos recursos destinados aos editais, como também nas diferentes linhas de fomento para abarcar os distintos campos de atuação dos museus e ainda, incentivar o trabalho em áreas prioritárias em termos de políticas públicas.

Ao mesmo tempo, Átila (2013) considera ser necessário fazer uma avaliação sobre o uso dos editais, pois já há tempo suficiente para analisar e ainda garantir a continuidade e regularidade da política de fomento. Ele aponta que determinados editais às vezes não são publicados e que isso gera dois movimentos negativos, a expectativa frustrada de quem fica esperando e a geração de dúvidas sobre a Política Nacional de Museus.

Outro fator negativo recorrente é o fato de muitos museus e profissionais se tornarem especialistas em projetos, como apontou igualmente o Professor Francisco Régis Lopes (Malce, Inesp, 2012, p. 42 e 43). Eles vão criando hábitos de concorrerem em todos os editais apenas reproduzindo projetos. Essa prática vai desviando os objetivos de uma política pública.

O principal papel dos instrumentos de fomento na Política Nacional de Museus para além de possibilitar a estruturação ou modernização de uma instituição, deve ser o de permitir aos museus desenvolverem atividades que venham a reorientar políticas públicas para um

maior impacto nas transformações necessárias para a democratização do acesso aos museus.

Alguns parceiros e colaboradores da PNM fazem críticas aos editais, como o Professor Francisco Régis Lopes Ramos (Malce, Inesp, 2012, p. 42 e 43) da Universidade Federal do Ceará, que foi diretor do Museu do Ceará de 2001 a 2008. No seu entendimento, a política dos editais deve ser apenas uma fase intermediária e rápida entre o momento anterior quando não há investimentos e a fase de financiamento de projetos, pesquisas, educação e convênios. Na visão dele, sustentar política pública com editais é complicado, não deixa de ser um balcão de clientelismo, só que com aparência de coisa democrática, pois existem aqueles que têm interesse, que são especialistas em usar a palavra certa ou um amigo certo e o comportamento das pessoas reflete essa situação. Os que ganham ficam quietos, os que não ganham acusam os editais de estarem mal formatados, mal orientados e assim por diante. Considera que não saímos da fase das migalhas que agora são distribuídas para quem sabe fazer projetos. O Professor acredita que o potencial de financiamento deveria estar atrelado a um programa de educação, pesquisas, trabalhos de extensão, convênios e interação com movimentos sociais.

Cristina Holanda (Malce, Inesp, 2012, p.122,123), que foi Diretora do Museu do Ceará depois da gestão de Francisco Régis, concorda em parte com esta deficiência dos editais ao observar que essa política gera nos municípios uma acomodação no que se refere a investimentos, pois investem pouco na área e ficam aguardando muito do Estado e do Governo Federal. Ao mesmo tempo, reconhece que a política dos editais foi fundamental para o Ceará, que inclusive por mais de três anos foi o sexto estado que mais recebeu recursos, mesmo não tendo tradição museológica por não possuir cursos de Museologia e nem museus federais. Isso mostra que souberam trabalhar com os editais a partir do potencial dos acervos das instituições e também souberam elaborar projetos.

O Estado, para desenvolver políticas públicas, precisa assumir o seu papel de protagonista e ter uma política fiscal que estimule investimentos. No caso do Brasil, é preciso fazer os enfrentamentos para que as formulações de políticas públicas feitas nos últimos tempos saiam do nível de construção e vençam as debilidades da máquina estatal e a degradação do serviço público, pois muitos dos setores da cultura enfrentam a falta de funcionários, a ausência de qualificação, os baixos salários e, ainda, a aposentadoria de muitos funcionários sem a reposição.

Regina Abreu (2010) aponta que o Pronac estimulou uma cultura de patrocínios, onde o patrocinador de alguma forma se beneficiou de incentivos fiscais e ainda agregou valor a sua marca, propiciou que empresas canalizassem recursos para instituições mantidas por elas mesmas, colocou no mesmo nível de análise projetos elaborados por profissionais e

técnicos de grandes fundações com os projetos elaborados no restante do país. Colocou também as grandes instituições federais a concorrer para os financiamentos, pois tiveram seus orçamentos reduzidos ou sequer existiram. Ainda propiciou a grande concentração de empresas públicas como investidoras, o que não deixa de ser o próprio governo se auto investindo. O Pronac não conseguiu desenvolver uma cultura do mecenato na sociedade brasileira. Embora as empresas falem de responsabilidade social, não agem como protagonistas no incentivo para a melhoria da produção, difusão e acesso à cultura.

Nilson Moraes aponta que "na América Latina, a história social é a história do empenho em produzir a desmobilização da cultura" (Moraes, 2011, p. 84). Mesmo assim, a cultura como dimensão crítica e integradora sobreviveu com criatividade aos mecanismos institucionais de controle das décadas de 30, 60, 80 e 90 e vem sendo submetida à lógica do mercado com o Estado assumindo um papel de repassador de recursos públicos para projetos privados ou até mesmo públicos associados ao marketing cultural e à propaganda do próprio governo. Ainda que se considere que a política desenvolvida a partir de 2003 tenha avançado nos seus aspectos de construção democrática e participativa e que se reconheça que houve um estabelecimento de uma agenda política para a cultura, o rompimento com os modelos anteriores é parcial e sujeito a processos lentos que envolvem diversos interesses políticos, relações de poder, disputas ideológicas e modelos econômicos como se pode observar no andamento do novo Projeto de Lei nº 6.722 de Incentivos Federais para a área da cultura que foi enviado em 2010 pelo ministro Juca Ferreira para o Congresso Nacional e nada foi feito até o momento.

Nesse contexto, o épico está fortemente presente, pois os avanços são resultados dos enfrentamentos, do não silenciamento, dos confrontos e da mobilização. Segundo David de Ugarte (2008), na épica só cabe adesão ou exclusão. Então, durante certo período, as instituições aderiam ao modelo de financiamento via projetos para a Lei Rouanet ou estavam excluídas do processo. Por outro lado, a lírica está presente porque ela se dá pelo diálogo, pela inclusão que passa a ocorrer a partir de 2003 com a construção do Plano Nacional de Cultura e com novas ferramentas colocadas à disposição pública. Difícil não identificar o trágico, pois por mais de um século a cultura vem buscando se constituir como importante campo para o desenvolvimento social e econômico, enfrentando ações, programas e projetos que a transformam apenas em objeto de mercado, para consumo, sem uma perspectiva concreta de democratização e fruição, ou seja, uma ausência de políticas que coloquem a cultura como elemento mediador, para que os indivíduos se reconheçam, se identifiquem e sejam capazes de serem sujeitos da sua própria história.

O Estado Brasileiro precisa trabalhar para o aumento do aporte de recursos públicos para a cultura, desenvolver programas de financiamento que envolva os setores públicos e

privados, fortalecer as instituições culturais por meio da qualificação e consolidação de corpo técnico, articular políticas públicas entre as esferas federal, estaduais e municipais e dessa maneira desenvolver um modo sistêmico continuado de fomento no lugar de editais para projetos que, em sua grande maioria, tem metas e objetivos pontuais.

O trágico para o Estado é convencer-se de seu papel de impulsionador de políticas públicas que compreendam que facilitar o acesso à cultura, onde todos tenham condições iguais, significa possibilitar conexões diversas para que a partir das reflexões, entendimentos e referências culturais individuais, os grupos façam suas escolhas e estabeleçam relações com memória, patrimônio e arte, que o permitam interrogarem e questionarem o mundo. O que se vê também são orçamentos encolhidos para a Cultura nos Estados e Municípios e mesmo no caso do Ministério da Cultura, quando comparado com outros ministérios.

Assim, a cooperação e o diálogo em rede são alternativos para a sustentabilidade e para a manutenção das atividades dos museus.

3.3. Grandes Conexões: Fóruns Nacionais de Museus

Os Fóruns Nacionais de Museus são instâncias de discussões, construções, análises, deliberações, capacitações e principalmente o momento de encontro dos que fazem parte dessa grande rede de articulação, colaboração e trabalho, ou seja, uma oportunidade de interlocução das dinâmicas culturais no processo coletivo da construção e fortalecimento da Política Nacional de Museus.

O mecanismo participativo na construção da Política Nacional de Museus, estabelecido em 2003, encontra nos fóruns nacionais uma ferramenta de gestão para assegurar a manutenção permanente com os canais de debate.

Foram realizados cinco Fóruns Nacionais no período de 2004 até 2012, em cidades diferentes com o objetivo de expandir a discussão sobre museus no país, estabelecer novas conexões e fortalecer o trabalho de articulação entre diferentes instâncias governamentais, instituições, entidades e movimentos.

A realização dos fóruns só é possível com a formação de uma ampla rede de parceiros para além do campo museal. São necessários patrocínios e apoios que reúnem universidades, empresas privadas e públicas, governos estaduais e municipais, instituições e entidades de representação, numa prática de envolvimento da sociedade para com os museus.

A inspiração para a realização de fóruns como espaços de discussão e aprofundamento da Política Nacional de Museus vem do Rio Grande do Sul, que já realizou treze fóruns em várias cidades do Estado na busca do diálogo, capacitação e intercâmbio entre os museus gaúchos. Cidades como Santa Maria, Pelotas e Rio Grande já possuem os seus sistemas municipais de museus, o que, de certa forma, mostra o amadurecimento das discussões no âmbito da sociedade do Sul do País.

Os fóruns são a materialização do processo democrático, onde todos são convidados a participar e a contribuir no avanço das políticas públicas para o setor. Um dos principais objetivos dos fóruns é o de estimular a criação de redes e sistemas de museus como movimentos da comunidade museológica para contribuir, participar, fiscalizar e compartilhar tanto do processo democrático de construção quanto da continuidade da PNM.

Para a classe museológica, o Fórum Nacional de Museus já foi incorporado como evento importante de reflexão e avaliação, como testemunham Magaly Cabral (2012) e Maria Célia Teixeira Moura Santos (2013), o que é comprovado pelo aumento significativo do número de participantes a cada ano.

1º Fórum Nacional de Museus

Em 2004, ocorreu o 1º Fórum Nacional de Museus, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, no período de 13 a 17 de dezembro, organizado pelo então Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Essa foi uma etapa importante na construção da Política Nacional de Museus. Depois de quase dois anos de trabalho, foi o momento de reunir o campo museal para analisar o trabalho feito e principalmente discutir o que estava por ser realizado.

Fotografia 11: Logotipo de divulgação 1º Fórum Nacional de Museus
Fonte: Simone Flores Monteiro

Com o objetivo de refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus, teve como meta o estímulo à implantação de redes e sistemas de museus, locais, regionais ou temáticas.

O Fórum reuniu 450 representantes do setor de todos os estados brasileiros em torno do tema A imaginação museal: os caminhos da democracia, e teve como palestrantes Mário Moutinho, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa; Manoel Bairrão Oleiro, do Instituto Português de Museus; Clara Camacho da Rede Portuguesa de Museus; Georgina de Carli, do Instituto Latino-Americano de Museus; Manoel Ferreira de Carvalho, da Universidade Federal da Bahia e Heitor Reis do Museu de Arte Moderna da Bahia.

Na estrutura do Fórum ocorreram os grupos de trabalho e os minicursos. Os grupos de trabalho estavam divididos por tipologia de museus, com a coordenação de profissionais que atuam nestas áreas e os participantes livremente escolhiam em qual grupo participar de acordo com sua formação ou área de trabalho. Os minicursos, oferecidos como oportunidade de capacitação para os participantes do Fórum, considerou a realidade do país no que se referia à carência de formação e até mesmo de informação.

Durante o Fórum, aconteceu o 1º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia, com representantes de alunos das três graduações existentes no país, um momento importante e significativo para pensar e refletir sobre a conjuntura da época e o futuro.

A seguir, os grupos de trabalho que ocorreram no 1º Fórum e os seus coordenadores:

I - Museus de Arte – coordenação: Anaildo Baraçal – professor da UNIRIO – RJ, Heitor Reis – diretor do Museu de Arte Moderna da Bahia - BA- e Denise Grinspum – diretora do Museu Lasar Segall - SP.

II – Museus de História – coordenação: Francisco Régis Lopes Ramos – diretor do Museu do Ceará - CE, Mônica da Costa – museóloga 6ª região da Superintendência do IPHAN/RJ e Ruth Beatriz Caldeira – coordenadora Museu Histórico Nacional - RJ.

III – Museus Militares – coordenação: Capitão de Fragata Edina Laura Nogueira da Gama – Chefe de Departamento dos Museus Navais - RJ e Tenente do Exército, Noris Mara P. Martins Leal – Museu do Comando Militar do Sul - RS.

IV – Museus Universitários e de Ciências - coordenação: Maria das Graças Ribeiro-professora UFMG - MG e Lucia Hussak Van Velthem – Museu Goeldi - PA.

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos – coordenação: Maria Ângela dos Santos Mascelani – Museu Casa do Pontal - RJ e Raul Lodi – Centro Nacional de cultura Popular - RJ.

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus – coordenação: Patricia Maria Berg Trindade de Oliveira – Prefeitura de Porto Alegre - RS e Maria Célia Teixeira Moura Santos – museóloga, Professora UFBA - BA.

VII – Museus da Imagem e do Som – coordenação: Immaculada Lopez – Museu da Pessoa - SP e Carlos Magalhães – Cinemateca Brasileira - SP.

Neste 1º Fórum foram oferecidos os seguintes minicursos:

I – Projeto Museológico – Rose Moreira Miranda – DEMU/IPHAN e Mário Chagas - DEMU/IPHAN.

II – Comunicação e Educação em Museus – Denise Studart e Luciana Sepúlveda.

III – Documentação Museográfica – Rosana Nascimento – Universidade Federal da Bahia – BA e Judite Primo – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Portugal.

IV- Conservação: relação entre acervos e espaços edificados – Ivan Coelho Sá – UNIRIO - RJ e Claudia Storino - DEMU/IPHAN.

V- Acervos Arqueológicos – Cristina Bruno Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo - SP.

VI – Pesquisa em museus – Cícero de Almeida – UNIRIO – RJ, DEMU/IPHAN.

Para os observadores, Myriam Sepúlveda dos Santos, Magaly Cabral, Teresa Scheiner e Marcio Ferreira Rangel (MinC/IPHAN/DEMU, 2004), o fórum atingiu os objetivos de reunir profissionais de todo o país alcançando assim uma abrangência nacional. O caráter interdisciplinar também foi contemplado, com a participação de um público variado e com uma programação ampla, além do compromisso de estimular a implantação de redes e sistemas de museus. Ressaltaram, com destaque, a realização do 1º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia e a importância da continuidade desses encontros.

Os observadores do 1º Fórum fizeram considerações para a realização dos futuros fóruns, chamou à atenção as sugestões para que nas próximas edições houvesse momentos para reuniões formais de entidades, associações e grupos como do Conselho Federal de Museologia, da Associação Brasileira de Museologia, da rede de professores dos cursos de Museologia, das associações de amigos e também a criação de espaços de plenárias, onde houvesse mais ideias e mais pessoas possam participar para apresentação de trabalhos e trocas de experiências. (MinC/IPHAN/DEMU, 2004).

Destaca-se que nos documentos do 1º Fórum e nos relatórios dos observadores (MinC/IPHAN/DEMU, 2004), esta pontuada a dificuldade com relação à dinâmica dos Grupos de Trabalho. Vários são os apontamentos: insatisfação dos participantes quanto à classificação dos museus adotada; utilização dos Grupos de trabalho para reclamações sobre os problemas enfrentados pelos museus; superposição de atividades fazendo com que muitos não acompanhassem as discussões nos Grupos de Trabalho; dificuldade de articulação entre

os pares e a necessidade de terem um acompanhamento. Mesmo assim é opinião geral a importância dessa atividade, com a indicação de que deveria ser dada outra estrutura e formatação.

O Fórum, segundo Maria Célia Teixeira Moura Santos (2013) foi um momento importante de discussão e reflexão no sentido de enriquecer as propostas da PNM e de estímulo para sua implantação, em todo o país, bem como para o incentivo à implantação de redes locais e regionais de museus. Por outro lado, por ter sido o primeiro Fórum Nacional após o lançamento da PNM, foi um momento de aprendizado e de trocas importantes entre os profissionais de diferentes regiões e de feedback, tanto para os participantes como para a equipe de DEMU.

Dois aspectos chamam atenção no depoimento da Professora Maria Célia (2013): a importância que ela vê no incentivo à criação de redes, o que mostra como o grupo que participava da construção da PNM entendia como prioridade a articulação de maneira distribuída e orgânica na sociedade e, também o aspecto do aprendizado para todos na formulação de políticas públicas.

A mobilização em torno da realização do 1º Fórum Nacional de Museus foi gerada por muita expectativa no processo de construção de uma política que viesse modernizar os museus e as relações com a sociedade. Levando-se em consideração as desigualdades sociais do país, a crise do Estado em manter suas instituições e a falta de investimento no setor, a realização do 1º Fórum, discutindo os eixos da Política Nacional de Museus e a organização do Sistema Brasileiro de Museus, demonstrou a intenção de democratizar o acesso aos bens culturais por meio de um processo de construção coletiva.

2º Fórum Nacional de Museus

O 2º Fórum Nacional de Museus foi realizado na cidade mineira de Ouro Preto, no período de 22 a 26 de agosto de 2006, reunindo 1.000 pessoas, sob a temática ‘O Futuro se constrói hoje’. Com os objetivos de refletir e avaliar a necessidade de se estabelecer diretrizes para a PNM e para o SBM, teve como conferencistas: Alissandra Cummins, Presidente do Conselho Internacional de Museus e George Yúdice - Diretor dos Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Universidade de Nova York.

Fotografia 12: Logotipo de divulgação 2º Fórum Nacional de Museus
Fonte: Simone Flores Monteiro

Nessa edição, o Fórum teve também uma estrutura de mesa-redonda ampliando os espaços de trocas de ideias e discussões, atendendo dessa forma uma das demandas dos observadores do 1º Fórum Nacional de Museus:

Mesa-redonda: 60 anos do ICOM – Coordenador: José do Nascimento Junior, diretor do DEMU – Debatedores: Carlos Roberto Brandão, presidente do ICOM/BR; Teresa Scheiner, professora da UNIRIO - RJ e Mário Barata, museólogo e crítico de arte.

Mesa-redonda: 50 anos do 1º Congresso Brasileiro de Museus – Coordenador: Mário Chagas do DEM/IPHAN e UNIRIO; Maria Célia Teixeira Moura Santos, professora da UFBA; Rui Mourão, diretor do Museu da Inconfidência; Adolfo Samyn Nobre de Oliveira, presidente da ABM; Ecyla Castanheira Brandão, museóloga.

Assim como no 1º Fórum, a estrutura do 2º Fórum teve os Grupos de Trabalho, mantendo a mesma dinâmica e denominação, apenas contando com a participação de outros profissionais na coordenação e ao Grupo de Trabalho Museus da Imagem e do Som, foi acrescentada a classificação, Novas Tecnologias:

I- Museus de Arte - coordenação: Mônica Xexéo - Museu Nacional de Belas Artes - RJ e Luiz Guilherme Vergara - Museu de Arte Contemporânea de Niterói - RJ.

II- Museus de História – coordenação: Vera Tostes - Museu Histórico Nacional - RJ e Thaís Velloso Pimentel - Museu Histórico Abílio Barreto - MG.

III - Museus Militares – coordenação: Almirante Sena Bittencourt - Diretoria do Patrimônio Histórico da Marinha - RJ e Noris Leal - Museu Militar do Comando Militar do Sul - RS.

IV - Museus Universitários e de Ciências – coordenação: Marcus Granato - Museu de Astronomia e Ciências Afins – RJ e Maria das Graças Ribeiro - Universidade Federal de Minas Gerais - MG.

V - Museus Etnográficos e Arqueológicos – coordenação: José Carlos Levinho Museu do Índio - RJ e José Alexandre Diniz - Museu de Arqueologia de Xingó - SE.

VI - Museus Comunitários e Ecomuseus – coordenação: Antonio Carlos Pinto Vieira Museu da Maré - RJ e Odalice Miranda Priost - Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários - RJ.

VII - Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias - coordenação: Maria Amélia Junginger - Museu da Imagem e do Som - PR e Erick Krulikowski - Museu da Pessoa SP.

Os minicursos oferecidos no 2º Fórum foram:

I - Segurança em Museus – Kátia Rovaron Moreira da Universidade de São Paulo;

II - Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica - Átila Tolentino e Vinícius Barcelos do DEMU/IPHAN.

III - Museus e Turismo - Telma Lasmar - COFEM, UNIPLI e UFF e Tânia Omena - ABBTUR e UNIRIO.

IV - Conservação em Museus - Luís Cruz Sousa e Wivian Diniz do CECOR/EBA/UFMG e Leonardo Barreto da 13ª Superintendência do IPHAN.

V - Gestão e documentação de acervos - Rosana Nascimento da UFBA.

VI - Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização dos Museus - Rose Miranda e Márcio Rangel do DEMU/IPHAN.

VII - Ação Educativa em Museus - Magaly Cabral, pedagoga e museóloga.

O 2º Fórum Nacional de Museus inovou com a realização dos painéis, minifóruns e comunicações coordenadas, que ampliaram mais ainda os diálogos e intercâmbios entres os museus e profissionais, garantindo dessa forma maior participação e dando retorno às solicitações do 1º Fórum:

Painel 1: Financiamento e Fomento - Coordenador: Marco Acco - Ministério da Cultura – DF - Participantes: Eneida Braga Rocha de Lemos - DEMU/IPHAN, Roberto Nascimento - Secretaria de Comunicação Social - DF, Isis Pagy - BNDES, Luiz Fellipe Torelli - CEF e Eliane Costa – Petrobras.

Painel 2: Observatório de Museus - Coordenadora: Denise Studart - Fiocruz -RJ - Participantes: Luciana Sepúlveda – Fiocruz - DF, Adriana Mortara, e Ana Maria Werneck - Superintendência dos Museus - MG, José Matias Lima - IBGE.

Painel 3: Sistemas de Museus - Coordenadora: Silvana Nascimento - Superintendência de Museus de Minas Gerais - MG - Participantes: Simone Flores Monteiro

-Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul - RS, Clarete Maganhoto - Cordenação do Sistema Estadual de Museus - PR, Francisco Régis Lopes - Sistema Estadual de Museus do Ceará - CE e Rosângela Brito -Sistema de Museus do Pará - PA.

Painel 4: Diversidade Museal - Coordenador: Raul Lody - Participantes: Luís Mott Grupo Gay da Bahia - BA, Marcos L. L. Borocereu - Centro de Pesquisa e Valorização da Cultura Bororo, Arnaldo Silva Filho - Movimento Negro Unificado de Pernambuco – PE e Cláudia Rose Ribeiro da Silva - Museu da Maré - RJ.

Painel 5: Museus Privados - O desafio da sustentabilidade - Coordenador: Danilo Miranda – SESC – SP. Participantes: Ângela Gutierrez - Instituto Cultural Flavio Gutierrez - MG, Ronaldo Bianchi - Museu de Arte Moderna de São Paulo - SP, José Teixeira Coelho Netto - Museu de Arte de São Paulo - SP e Ângela Mascelani - Museu Casa do Pontal - RJ.

O minifórum: Jornalismo cultural e museus – Coordenadora: Claudia Noronha – jornalista da CWA - RJ, tendo como membros os representantes de jornais e revistas de circulação nacional, numa ação efetiva de articular a comunicação com a mídia de forma a propiciar uma divulgação para a sociedade das ações dos museus brasileiros.

Dentro da programação oficial ocorreu quatorze comunicações coordenadas, apresentadas por profissionais das mais diversas áreas relacionadas aos museus e à museologia. Também o programa abrangeu o Encontro de Professores Universitários do Campo da Museologia e a 1ª Reunião Ordinária da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários

As observadoras desse Fórum foram: Marília Xavier Cury, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e Regina Abreu, da Escola de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (Ministério da Cultura, Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU], 2006). As duas observadoras deste Fórum, assim como os que exerceram o mesmo papel no fórum anterior, apontam as dificuldades dos Grupos de Trabalho, tanto pela problemática da classificação dos museus, como pela dinâmica do trabalho.

A reflexão sobre as adversidades está expressa pela Professora Regina Abreu: “Sinto falta de trabalhos apresentados previamente, como ocorre geralmente em congressos e simpósios, onde há uma preparação de trabalhos a serem apresentados nos GTs. Talvez possa ser mais rentável se o GT funcionar como coroamento de um trabalho anterior. ” (MinC/IPHAN/DEMU, 2006, p.196). Regina também destaca que a continuidade dos trabalhos iniciados no 1º Fórum deveria ser orientadora da tarefa dos GTs no 2º Fórum. (MinC/IPHAN/DEMU, 2006).

Maria Célia Teixeira Moura Santos (MinC/IPHAN/DEMU, 2006.) em seu depoimento, analisa que os GTs não estão cumprindo seu papel, as tipologias de museus causam uma confusão nas pessoas e, para ela, seria difícil que, a partir destes trabalhos, viessem a se compor redes específicas, sugere que seja repensado essa sistemática.

Apreende-se que a dinâmica dos GTs ainda é um problema no 2º Fórum como foi no primeiro. A preocupação é com o resultado destes trabalhos: de que forma poderão ser superadas estas barreiras para que o conteúdo produzido pelos GTs tenha aproveitamento?

Entretanto, a importância dos Grupos de Trabalho como espaços democráticos para a reunião de pessoas e discussão de ideias é reconhecida, mas salienta-se que o aproveitamento desse espaço poderia trazer mais resultados se tivesse enfoques e estratégias definidas.

No contexto geral do Fórum são possíveis outras constatações, Regina Abreu em suas observações, fez o seguinte relato:

> "O Fórum é, sobretudo, uma vivência, uma experiência para aqueles que dele participa. Experiência que tem início com a divisão dos participantes nos hotéis da cidade. Fico, juntamente com outros professores, num hotel um pouco distante do burburinho da cidade. Ao sair para o café, sento-me ao lado de Dona Ecyla Castanheira Brandão. Ela me conta que será homenageada no Fórum, que participou do 1º Congresso Nacional de Museus, que ocorreu também em Ouro Preto, em julho de 1956. Nossa! No ano em que nasci! Importante essa iniciativa de trabalhar com a memória dos próprios eventos. O Fórum, portanto, ganha para mim esta outra dimensão. Ele é herdeiro de uma longa tradição; estou ali desfrutando da companhia de uma senhora com uma carreira de 50 anos dedicada ao trabalho com a memória e os museus. " (MinC/IPHAN/DEMU. 2006, p.194).

No depoimento da Professora Regina está presente, de acordo com David de Ugarte (2008), a lírica da inovação e sua perspectiva prazerosa de mudança. Ao ouvir o relato da Dona Ecyla e vivenciar com ela percursos percorridos no passado, emerge o empoderamento como resultado do caminho trilhado por cada uma no trabalho com os museus, acreditando que novas experiências compartilhadas por muitos em uma rede tornam possível alcançar as mudanças no contexto da Política Nacional de Museus, já que a lírica nos convida a fazer caminhos, cada um cria o seu para a coesão social. Regina ainda completa: "Essa possibilidade que o Fórum traz de fazer circular narrativas em torno de experiências importantes no campo talvez seja uma das maiores contribuições de um evento desse gênero. " (MinC/IPHAN/DEMU, 2006, p.197 e198).

Importa ressaltar que o conceito de enraizamento, de Deleuze e Guattari (1995), foi fortemente percebido neste Fórum. Gilson Nunes, do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP e um dos articuladores do Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto, relata que:

> "Desde a primeira hora e na medida do possível, procuramos nos engajar para apoiar a realização deste evento aqui[...]. Tentamos articular os museus, engajá-los na organização do evento e aproveitamos a realização do evento para detonar uma série de ações[...]. Isso contribui no processo de discussão da legislação que está instituindo o Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto..." (MinC/IPHAN/DEMU, 2006, p.167).

Ainda nos apontamentos da Professora Regina Abreu (MinC/IPHAN/DEMU, 2006) é possível identificar o caráter enraizado do Fórum tanto no aspecto de compartilhamento de memórias e histórias entre os participantes e na própria cidade de Ouro Preto, construindo elos entre passado e presente e construindo novos pensamentos.

Para Marília Xavier Cury:

> "O 2º Fórum Nacional de Museus deixou muitas marcas positivas, das quais me lembrarei para sempre, pois pode ser considerado um marco para a museologia em que acreditamos e para qual investimos muito esforço e dedicação: unida pela diversidade, respeitosa na diferença, solidária nas dificuldades e desafios, profissionalizada e ética. " (MinC/IPHAN/DEMU, 2006).

Na análise desse depoimento, compreende-se a lírica que convida a se somar sem se diluir, o reconhecimento da diferença para projetar a todos, por meio de um diálogo constante para a inclusão.

3º Fórum Nacional de Museus

O 3º Fórum Nacional de Museus ocorreu em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, no Centro de Cultura e Eventos e na Praça da Cidadania da Universidade Federal de Santa Catarina, com o apoio fundamental do Núcleo de Estudos Museológicos – NEMU da UFSC, entre os dias 7 e 11de julho de 2008.

Realizado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, esse fórum se inseriu num contexto de mudança de política de gestão do governo federal, o então Secretário Executivo do Ministério, Juca Ferreira, ocupava o cargo de Ministro da Cultura interinamente e em 30 de julho de 2008, Gilberto Gil anunciou sua saída do Ministério. Ao assumir Juca Ferreira deu continuidade aos programas da política cultural implantadas no

período anterior e participa do Fórum em Florianópolis, como Secretário Executivo do Ministério e como Ministro interino, poucos dias antes da saída oficial do Ministro Gilberto Gil.

Fotografia 13: Logotipo de divulgação do 3º Fórum Nacional de Museus
Fonte: Simone Flores Monteiro

Ao investigar os documentos e relatórios dos fóruns anteriores, é possível atestar o grande envolvimento do ex-ministro com a Política Nacional de Museus e sua participação nos fóruns não só como autoridade, mas como cidadão que se integra e se associa ao perceber a participação dos jovens e se congratular com eles, ao cantar junto com o grupo Ilê Ailyê no 1º Fórum em Salvador, ao visitar o Museu da Inconfidência e ir conversando com os participantes do 2º Fórum em Ouro Preto, como é possível observar nas duas fotos abaixo, ao inaugurar o Museu da Maré no Rio de Janeiro e ao participar das atividades de um Ponto de Cultura, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Os colaboradores do Ceasm; Cláudia Rose, Marilene Nunes, Anna Karla da Silva e Renato Reis se despedem de Gilberto Gil

Fotografia14: Ministro Gilberto Gil com os fundadores do Museu da Maré: Claudia Rose, Marilene Nunes Anna Karla da Silva e Renato Reis.
Fonte: Museu da Maré

Fotografia 15: Ministro Gilberto Gil interagindo com o público na Praça do Município de Pelotas/RS
Fonte: Jornal Diário Popular

Uma demonstração viva de seu comprometimento com as pessoas que estão desenvolvendo este trabalho, expresso no pronunciamento:

"Ao deixarmos o Ministério, estou certo de que deixaremos um feito significativo no sentido de ampliar a presença brasileira nos recantos do mundo, fazendo com que a voz brasileira seja ouvida, com que a semântica brasileira seja traduzida. " (MinC/IPHAN/DEMU, 2004, p.9).

O tema do Fórum 'Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento' reuniu 1.500 participantes de todos os estados brasileiros e ainda representantes de outros países, num amplo espaço que possibilitou também momentos de congraçamento, apresentações artísticas e manifestações culturais.

A estrutura do fórum foi semelhante aos anteriores, com conferências, minicursos, grupos de trabalho, painéis, comunicações coordenadas e a apresentação de pôsteres, com um espaço maior para diversas abordagens e trocas de experiências percebidas pela inclusão de temas dos movimentos sociais, por meio da exposição fotográfica sobre a história e memória da União Nacional dos Estudantes e da apresentação de uma réplica de um acampamento dos sem-terra nos moldes das ocupações rurais, inclusive com um modelo da escola de lona para alfabetização de jovens e adultos. O movimento organizou uma programação com a exibição de documentários e diálogos com o público sobre a luta pela terra, numa demonstração clara da incorporação de novas abordagens para dentro da PNM.

As conferências do 3º Fórum foram proferidas por: Mario Chagas, do DEMU - Brasil; Mário Moutinho da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Portugal; Hugues de Varine, consultor em desenvolvimento local e comunitário e ex-presidente do ICOM; Ulpiano Bezerra de Menezes da USP - Brasil; Fernando Pinheiro, da USP – Brasil; Bárbara Freitag, da Universidade de Brasília - Brasil e Jaqueline Moll, do Ministério da Educação – Brasil.

Os Grupos de Trabalho do 3º Fórum foram os seguintes:

I – Museus de Arte – coordenador: Luiz Guilherme Vergara - Museu de Arte Contemporânea de Niterói – RJ e moderador: Eduardo Rombauer.

II – Museus de História – coordenadora: Magaly Cabral - Museu da República - RJ e moderador: Rosana Carneiro.

III – Museus de Culturas Militares – coordenador: Almirante Armando de Senna Bittencourt - Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha - RJ e moderador: Fabio Zimmermann.

IV - Museus de Ciência e Tecnologia – coordenador: Marcus Granato - Museu de Astronomia e Ciências Afins - RJ e moderador: Veruska Olivieri.

V – Museus Etnográficos e Arqueológicos - coordenador: Carlos Caroso - Museu de Arqueologia e Etnologia/UFBA - BA e moderador: Elise Dalmaso.

VI – Museus Comunitários e Ecomuseus – coordenador: Antônio Carlos Pinto Vieira - Museu da Maré - RJ e moderador: Neusa Zimmermann.

VII – Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias - coordenadores: Rosa Maria Araújo - Museu da Imagem e do Som – RJ e Rafael Maldonado - Museu da Imagem e do Som – MS e moderador: Tatiana Espíndola.

Os minicursos realizados no 3º Fórum foram os seguintes:

I - Plano Museológico: Implantação, Gestão e Organização de Museus - Marcio Rangel - DEMU e Rose Miranda – DEMU.

II - Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica - Átila Tolentino - DEMU.

III - Segurança em Museus - Ronaldo Braga de Oliveira - Arquivo Nacional.

IV - Estudos de Público - Adriana Mortara Almeida- ICOM/Brasil e Luciana Sepúlveda - Fiocruz/Observatório de Museus.

V- Ação Educativa em Museus - Aparecida Rangel - Fundação Casa de Rui Barbosa.

VI – Conservação de Acervos - Luiz A. C. Souza - CECOR/EBA/UFMG e Alessandra Rosado - CECOR/EBA/UFMG.

VII – Museus e Turismo - Telma Lasmar - UFF/UNIPLI e Tânia Omena - UNIRIO – UNISUAM - ABBTUR- RJ.

VIII – Redes e Sistemas de Museus - Joana Sousa Monteiro - Rede Portuguesa de Museus e Simone Flores Monteiro – SEM/RS.

IX – Gestão e Documentação de Acervos - Rosana Andrade Dias do Nascimento- UFBA.

X **-** Planejamento e Gestão de Exposições - Maria Ignez Mantovani Franco - Expomus e ICOM/Brasil.

XI – Novas tecnologias para museus – Adolfo Samyn - Museu de Abolição e Célia Corsino - Museu de Artes e Ofícios e AT&AATMuseum.

XII – Programa de Voluntariado em Museus - Roberta Altino Machado - Centro de Voluntariado de São Paulo e Silvia Maria Louzã Naccache - Centro de Voluntariado de São Paulo.

XIII – Sociomuseologia - Judite Santos Primo - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Portugal e Paula Assunção dos Santos - Reinwardt Academy/Holanda.

Neste fórum, ocorreram também os painéis:

Painel 1 – Museus e o diálogo intercultural - Regina Vasconcellos - Museu do Homem do Norte – Manaus - AM, Ana Maria da Costa Leitão Vieira - Memorial do Imigrante de São Paulo - SP, Washington dos Anjos - Museu Capixaba do Negro – Vitória - ES e Ilka Boaventura Leite - UFSC.

Painel 2 – Museus como espaços de construção da cidadania - Maria Lúcia Meireles Reis - Centro de Voluntariado de São Paulo – SP, Noris Leal - Museu Militar do Comando Militar do Sul – RS, Joana D'Arc Fernandes Ferraz - Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e Marlúcia Santos de Souza - Faculdade de Educação Duque de Caxias - RJ.

Painel 3 – O lugar dos Museus no Plano Nacional de Cultura - José do Nascimento Júnior - DEMU, Antônio Carlos Pinto Vieira - Associação Brasileira de Museologia, Letícia Julião - Superintendência de Museus - MG, Daniel Hora - Secretaria de Políticas Culturais/MinC e Myrian Sepúlveda - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ.

Painel 4 – Museus: entre o sagrado e o profano - Manoel Papai - Associação de Amigos do Museu da Abolição - PE, Tânia Neumann Kaufman - Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco, Silmara Carvalho - Museu Nacional do Espiritismo e Mari Marino - Museu de Arte Sacra de São Paulo - SP.

Painel 5 – O trabalhador do museu como agente de mudança social e desenvolvimento - Maria Letícia Mazzuchi Ferreira - UFPEL, Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira - UFRB, Ângela Paiva – UNIBAVE e Carlos Roberto Brandão – ICOM/Brasil.

Painel 6 – Diversidade Museal Ibero-americana -Alan Trampe - Subdirector de Museos de la DIBAM - Chile, Ana María Cortés Solano - Coordenadora do Programa Rede Nacional de Museus do Museu Nacional da Colômbia, Ana Azor Lacasta - Espanha, Brenda Porras - Subdirectora de Museos y Centros Culturales- Guatemala e Luisa De Pena Díaz - Directora General de Museos / Red Nacional de Museos - República Dominicana.

Painel 7 – Economia dos Museus - Eneida Braga Rocha - DEMU, Eduardo Saron - Instituto Itaú Cultural - SP, Ana Carla Fonseca Reis- Cultura e Mercado – SP e Frederico Barbosa – Instituto de Pesquisas Aplicadas.

Painel 8 – A arte e os museus como fator de mudança social e desenvolvimento - Martha Niklaus - Galeria do Lago/Museu da República - RJ, Cláudia Márcia Ferreira - Centro Nacional de Cultura Popular/IPHAN, Márcio Caires - Ponto de Cultura Grãos de Luz e Ação Griô e Gabriela Aidar - Pinacoteca do Estado - SP.

No Fórum, ocorreu a Assembleia Geral do ICOM/BR, no dia 08 de julho de 2008, também o III Encontro dos professores universitários do campo da Museologia e o III Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia, dando sequência à proposição de o fórum ser efetivamente um campo para o debate de ideias e incorporando as sugestões dos observadores dos fóruns anteriores.

Distingue-se a realização do 2º Encontro Ibero-americano de Museus no período de 8 a 10 de julho, por dentro do 3º Fórum, com a presença de profissionais de vinte países: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai. E a representação das instituições: Secretaria Geral Ibero-americana - Espanha, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - Espanha, Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e a Cultura - Espanha, Escritório Regional da OEI em Brasília - Brasil, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Brasil, Instituto Latino Americano de Museus, Rede Centro-americana de Museus - El Salvador e Costa Rica. E o evento teve também nove observadores dos seguintes países: Brasil, Espanha, México e Uruguai.

Os Grupos de Trabalho – GTs - tiveram uma organização diferente dos fóruns anteriores e, além do coordenador, contaram com a presença de um moderador com as discussões orientadas para os seguintes pontos: análise dos avanços e obstáculos da Política Nacional de Museus nos últimos cinco anos; proposição de ações para implementação da Política Nacional de Museus; proposição de recomendações para consolidação da Política Nacional de Museus e articulação de redes entre os museus.

Essa nova dinâmica, embora seguindo a divisão dos GTs como nos fóruns anteriores, pela classificação dos museus, facilitou a sistematização do trabalho e possibilitou uma discussão por dentro dos eixos da Política Nacional de Museus. E a proposição para a criação de redes e sistemas resultou num trabalho produtivo em todos os GTs com definição de estratégias, metas e responsáveis, sendo que, na prática, não se operacionalizou, com exceção de duas Redes, a Rede de Museus de Culturas Militares e a Rede de Museus Etnográficos e Arqueológicos.

Nesse Fórum não teve observadores, o registro do desenvolvimento dos trabalhos dos GTs foram as avaliações dos participantes e as considerações dos moderadores. Para a maioria dos participantes, essa nova organização foi mais produtiva, dinâmica, focada e

esclarecedora do processo de construção da Política Nacional de Museus. (Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. (MinC/IBRAM, 2010).

A metodologia de coordenação e moderação dos GTs tornou o trabalho mais enriquecedor e operativo. Para os moderadores, a representatividade nos grupos foi incipiente, o que de alguma forma acarreta perda de contribuições, mas todos registraram o comprometimento dos grupos, a produção relevante e o aprofundamento das discussões. O grupo de moderadores sugeriu para o fórum seguinte: os GTs não devem ser realizados simultaneamente com minicursos e oficinas, devem ser convidadas pessoas para participar dos GTs e realizar reuniões preparatórias com moderadores e coordenadores. (MinC/IBRAM, 2010).

Registrou-se nesse Fórum, ainda, a dificuldade de operar os grupos de trabalho, embora na análise do conjunto a nova metodologia tenha proporcionado um rendimento mais efetivo de participação e de sistematização dos encaminhamentos.

Do referencial de análise para o desenvolvimento desse trabalho deu-se ênfase para a realização do minicurso de Redes e Sistemas de Museus, ministrado por Simone Flores Monteiro e por Joana Sousa Monteiro da Rede Portuguesa de Museus. Esse minicurso não havia sido oferecido nos fóruns anteriores. Algumas oficinas sobre o tema já haviam sido ministradas em alguns estados brasileiros, no intuito de mobilizar as comunidades museológicas para a criação de sistemas estaduais e municipais de museus.

No entendimento das ministrantes do curso, é de fundamental importância o Fórum Nacional trazer essa temática para um minicurso. A capacitação para esse trabalho de relação que conecta pessoas numa nova esfera de relação social é primordial para a construção de uma política pública que tenha como um de seus pilares a construção de uma rede de poder distribuído, como o Sistema Brasileiro de Museus.

O minicurso propiciou aos participantes conhecer um pouco melhor a experiência de Portugal, com a Rede Portuguesa de Museus, que serviu de estudo para o Brasil, e o trabalho que vem sendo feito no Brasil desde a constituição do SBM, assim como conhecer o trabalho desenvolvido no SEM/RS. Também foi um mecanismo mais ativo para atingir um dos objetivos dos fóruns que é o de mobilizar a comunidade para a criação de redes e sistemas e assim constituírem uma política púbica para museus no Brasil.

A discussão e troca de ideias sobre um sistema ou rede implica em pensar como a Política Nacional de Museus estabelece a interlocução com os diferentes atores sociais, levando em consideração um número indeterminado de agentes vivos, pois a relação com um museu não está limitada ao museu, mas deve ser estendida para a comunidade em que ele está inserido, atentando também para a variedade de posições, de identidades e para a aceitação da diversidade.

4º Fórum Nacional de Museus

O 4º Fórum Nacional de Museus, ocorrido em Brasília, capital federal, de 12 a 17 de julho de 2010, foi o primeiro a ser realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus.

Fotografia 16: Logotipo de Divulgação do 4º Fórum Nacional de Museus
Fonte: IBRAM

Com o tema “Direito à Memória, Direito a Museus”, o 4º Fórum teve uma estrutura diferenciada dos fóruns anteriores para atender ao Plano Nacional de Cultura que vinha sendo implantado pelo Ministério da Cultura, e no qual os Museus tenham sido a área que vinha cumprindo, antecipadamente às outras áreas da cultura do Ministério, o planejamento para a elaboração dos planos, diretrizes e metas a serem incluídas no Plano Nacional de Cultura. O setor museológico brasileiro estava envolvido em várias instâncias de participação e deliberação.

Dessa forma, antecedendo o próprio fórum, ocorreram a Pré-Conferência Nacional de Museus e Memória, preparatória para a Conferência Nacional de Cultura e as Plenárias Estaduais, também ocorreram reuniões com os representantes dos sistemas estaduais de museus e com os representantes dos Estados, todas preparatórias para o 4º Fórum Nacional de Museus que tinha como objetivo principal estabelecer o Plano Nacional Setorial de Museus, PNSM.

No decorrer desse processo para traçar as linhas orientadoras da construção do Plano Nacional Setorial de Museus, foram estabelecidos dois enfoques para o PNSM, o eixo estruturante e o eixo setorial.

O eixo estruturante seguiu os eixos estruturantes da II Conferência Nacional de Cultura: I – Produção simbólica e diversidade cultural; II - Cultura, cidade e cidadania; III – Cultura e desenvolvimento sustentável; IV - Cultura e economia criativa e o V – Gestão e institucionalidade da cultura.

O eixo setorial se constituiu dos antigos grupos de trabalhos: I- Museus de arte; II- Museus de história; II- Museus de culturas militares; IV- Museus de ciência e tecnologia; V- Museus etnográficos; VI- Museus arqueológicos; VII- Museus comunitários e ecomuseus; VIII- Museus da imagem e do som e de novas tecnologias e XI- Arquivos e Bibliotecas de Museus. A novidade em relação aos fóruns anteriores foi a separação entre os museus arqueológicos e etnográficos, cada um passando a constituir um eixo setorial; além da inclusão do eixo relativo a arquivos e bibliotecas de museus.

Fotografia 17: Mario Chagas, José do Nascimento Junior e Eneida Braga Rocha de Lemos na Mesa de Encerramento da Plenária Final da Pré- Conferência de Museus e Memórias. 24/02/ 2010.
Fonte: IBRAM

Fotografia 18: Vista Parcial da Plenária Final da Pré-Conferência Museus e Memórias 24/02/2010.
Fonte: IBRAM

Nesse Fórum, estiveram presentes 1.922 participantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal e ainda representantes da Áustria, Cuba, Holanda, México e Portugal. Todos os participantes, de algum modo, contribuíram para a elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus ao participarem do processo de construção nos diversos encontros e ações que antecederam o fórum e no trabalho desenvolvido durante o fórum.

Eneida Braga Rocha de Lemos analisa o 4º Fórum como o auge da do processo de construção da Política Nacional de Museus, como momento de avaliação e projeção e expressa que:

> "Todo percurso, todo caminho, é cheio de sentidos e significados. Esses sentidos e significados, no entanto, não estão fixados no caminho e também não estão gravados no caminhante; eles se fazem na relação entre o que caminha e o caminho. De outro modo: a forma de percorrer desvela o caminho, a compreensão do caminho a ser percorrido e as possibilidades de chegar; onde se quer e onde se pode chegar. Desde a Política Nacional de Museus (PNM), novos caminhos e novos significados foram percorridos e descobertos, e novas forma de olhar; construímos algo novo em termos de políticas culturais para o país. O Brasil vive um momento de particular importância para a cultura, compreendida em suas três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. " (Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. ([MinC/IBRAM], 2010, p.7).

O significado desse Fórum foi o amadurecimento do setor museológico brasileiro na medida em que foi possível planejar em conjunto a construção de políticas públicas para o campo dos museus.

Depois de um longo período sem planejamento específico para a área, o desafio foi lançado na gestão do Ministro Gilberto Gil, que propôs uma transformação na gestão da cultura brasileira. Do início da gestão de Gil até o momento do 4º Fórum, foram estrategicamente escolhidos caminhos, ações, planos e investimentos num esforço de articular, promover, desenvolver e fortalecer o campo museal brasileiro.

A temática do fórum 'Direito à Memória, Direito a Museus' possibilitou aos participantes uma reflexão sobre a sociedade pós-moderna em que se convive com o consumismo, com a lógica do efêmero e da sedução, com o individualismo, com a cultura do ócio e ao mesmo tempo com um desejo de conservação, entusiasmo pelo passado e a multiplicação de museus e, ainda com as novas narrativas e processos de memória. Os museus veem desenvolvendo uma relação de difusão de suas coleções e de relação com a sociedade que atuam como conectores culturais de espaços e tempos diversos.

Assim, o 4º Fórum teve como objetivos: mobilizar a comunidade museológica do Brasil; propor estratégias para o fortalecimento do setor museológico como centro dinâmico

de desenvolvimento; promover o debate entre profissionais de museus, gestores culturais, estudantes e interessados no tema; propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão da políticas públicas de museus e memórias e estimular as transversalidades culturais; aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil; debater e aprofundar diretrizes aprovadas na II Conferência Nacional de Cultura, relativas aos museus e elaborar e aprovar as diretrizes do Plano Nacional de Museus – PNSM 2010/2020.

A programação do Fórum esteve composta com conferências, minicursos, comunicações coordenadas tanto nas formas oral e pôsteres. Na estrutura do fórum, ocorreram também: o Encontro dos Representantes dos Pontos de Memória; a reunião da Rede de Educadores em Museus – REM; o IV Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia; a Assembleia Extraordinária do Conselho Internacional de Museus – ICOM/BR e o Encontro dos representantes e/ou gestores dos Sistemas e Redes Estaduais e Municipais de Museus, cumprindo as orientações dos observadores dos fóruns anteriores e aumentando as possibilidades de encontros das associações, das entidades e das dos movimentos.

Dois momentos significativos ocorridos durante o Fórum foram o Museu do Cortejo e a mostra Memória em Movimento.

O Museu do Cortejo caracteriza-se por ser um processo museal, segundo a Lei 11.909, Estatuto Brasileiro de Museus. Ocorre uma exposição-procissão ambulante, embalada por uma canção, que integra, articula e aglutina pessoas em torno de um estandarte, que foi confeccionado pelo coletivo Marias do Museu da Maré. Para seguir o cortejo, os participantes devem levar um objeto de afeto, de estima para a sua vida, que pode ser o corpo, a alma, a voz, uma roupa, alguma relíquia, desenho, livro, instrumento, aliança, entre tantos objetos de valor para cada pessoa. O conjunto dessas memórias que armazenam, conservam e evocam as experiências pessoais dão o significado ao Museu do Cortejo.

No 4º Fórum, cuja temática era Direito à Memória, Direito a Museus, o Museu do Cortejo fez seu segundo percurso envolvendo os participantes numa atividade de evocação de memórias e de formação de memórias.

Fotografia 19: Museu do Cortejo no 4º Fórum Nacional de Museus – julho 2010.
Fonte: IBRAM

A mostra Memória em Movimento reuniu no Fórum as comunidades onde se desenvolve o Programa Pontos de Memória. A exposição com suportes expositivos em movimento com registros de cada um dos Pontos de Memória também apresentou uma instalação que foi construída “Para celebrar a ligação das comunidades com a terra – a luta pela moradia, questão que perpassa a história e memória de todos -, os representantes dos Pontos de Memória apresentaram porções de terra por eles trazidas, e, num ritual de celebração, misturaram-nas à terra da capital federal até se tornarem uma só” (MinC/IBRAM, 2010).

Fotografia 20: Ritual de Celebração dos Pontos de Memória no 4º Fórum Nacional de Museus
Fonte: IBRAM – julho 2010.

Outras exposições também constavam da programação como: O IBRAM e seus museus, uma exposição que apresentou ao público os museus ligados ao Instituto, por meio de imagens e textos, numa aproximação rápida com esses museus e seus acervos, de significativa importância, pois acabou caracterizando uma prestação de contas do IBRAM

para a sociedade no que se refere aos museus ligados a ele diretamente e uma oportunidade de muitos conhecerem esse trabalho.

O Espaço Conhecendo Museus, exibição de quinze documentários sobre os museus da Região Sudeste do Brasil resultado de um projeto entre o IBRAM, a Fundação Jose de Paiva Neto e o Ministério da Educação e a Mostra de Artesanato Local, destacando artesãos do Planalto Central Brasileiro.

A conferência de abertura, com o tema Direito à Memória, Direito a Museus, foi proferida pelo diretor do Museum für Völkerkundebem Viena, Áustria. A segunda conferência, sobre Produção simbólica e diversidade cultural, foi proferida por Sérgio Mamberti, dramaturgo e presidente da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE/MINC. A terceira conferência com a temática, Museus e Economia Criativa, foi proferida por Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Cunha, professor do IRI/PUCRJ. A quarta e última conferência com o tema Museus, cidade e cidadania, teve três conferencistas, Jorge González, da Universidade Nacional Autônoma do México; Graça Felipe, do Instituto de Museus e Conservação, Lisboa e Inês Lourdes Ferrera Gonzales, diretora do Museu de Guisa e Granna e deputada na Assembleia Nacional do Poder Popular de Cuba.

Os minicursos desenvolvidos com a finalidade de aproveitar o momento do fórum para capacitação dos participantes foram os seguintes:

1- Ação educativa em museus. Ministrado por Aparecida Rangel, museóloga responsável pela área educativa do Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa.

2- Conservação de Acervos. Ministrado por Jaqueline Assis, chefe do Núcleo de Preservação e Segurança da Coordenação de Patrimônio Museológico do Instituto Brasileiro de Museus e Claudia Storino, coordenadora de Arquitetura, Expografia e Espaços Museais do IRAM.

3- Elaboração de projetos de fomento para a área museológica. Ministrado por Átila Tolentino, técnico do IPHAN na Paraíba e Andre Resende chefe de divisão da Coordenação de Fomento e Financiamento do IBRAM.

4- Estudos de Público. Ministrado por Rosane Carvalho, professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

5- Gestão e Documentação de Acervos. Ministrado por Rosana Nascimento, professora da UFSC.

6- Museus e turismo. Ministrado por Lana Guimarães, da empresa Tríade Patrimônio Turismo Educação e André Ângulo, responsável pela Reserva Técnica do Museu da República e coordenador do Circuito Sítios Históricos da República.

7- Planejamento e gestão de exposições. Ministrado por Daniela Estrela, sócia-proprietária da empresa Bloco A Promoção de Eventos Culturais.

8- Plano Museológico: implantação, gestão e organização de museus. Ministrado por Marcio Ferreira Rangel, pesquisador do Museu de Astronomia e Ciências Afins e professor da UNIRIO.

9- Redes e Sistemas de Museus. Ministrado por Simone Flores Monteiro, coordenadora do SEM/RS e curadora no MCT - PUCRS e Gilson Nunes, coordenador do Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto e coordenador do Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da UFOP.

10- Segurança em museus. Ministrado por Alain Raisson, membro do Comitê de Segurança do ICOM.

11- Sociomuseologia. Ministrado por Mario Chagas, professor UNIRIO e Diretor do Departamento de Processos Museais – IBRAM e Paula Assunção, diretora do curso de Mestrado em Museologia na Reinwardt Academy/Holanda.

A programação teve painéis com temáticas específicas que contaram com a participação de representantes de várias instituições:

Painel I: Museus, comunicação e democracia – Renina Valejo - Núcleo de Multimídia e Interatividade/MinC e Leonel Kaz - Museu do Futebol, Museu de Arte do Rio e Museu do Amanhã.

Painel II: Museus, acessibilidade e direitos culturais – Isabel Portella - Museu da República; Regina Cohen - Núcleo Pró-Acesso da Universidade Federal do Rio de Janeiro e TT Catalão - Secretaria da Cidadania Cultural/MinC.

Painel III: Museus Sociais: construção e apropriação de narrativas – Maximo Castells - Museu Provincial de Granna/Cuba; Caroline Soares - Ponto de Memória da Estrutural – Distrito Federal e José Afonso Filho “Zuca” - Ponto de Memória Museu de Periferia – Sítio Cercado, Curitiba - PR.

Painel IV: Museus: modelos de gestão e financiamento – Ângela Gutierrez - Museu de Artes e Ofícios – Belo Horizonte - MG; Luiz Carlos Prestes Filho - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – RJ; Kleber Rocha - Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura/ MinC e Fernanda Menezes Balbi - BNDES.

Painel V: Museus, promoção e turismo cultural: caminhos possíveis – Telma Lasmar - UFF; Elaine Carrilho - Museu Benjamin Constant e Marcelo Gonçalves Martins - Triple M – Agências de Viagens e Turismo.

Painel VI: Memória e Trabalho – Nicolas Monquaut - Confederação Geral do Trabalho no Ministério da Cultura da França; Silvana Winckler - Universidade Comunitária da Região de Chapecó - SC e Arlene Renk - Universidade Comunitária da Região de Chapecó - SC.

Painel VII: Museus, Educação e Criatividade – José Ricardo Araújo - Ponto de Memória Jacintinho de Maceió - AL; Monica Holf - Programa Educativo da Fundação Bienal do Mercosul e Patricia Canetti - Canal Contemporâneo.

Painel VIII: Museus, Diversidades e Diálogos Interculturais – Lourdes Carbonnel - Centro Provincial do Patrimônio Cultural de Granna/ Cuba; Luiz Mott - Grupo Gay da Bahia e José Carlos Capinan - Sociedade Amigos da Cultura Afro-Brasileira.

O 4º Fórum teve um papel duplo, além de espaço de troca de experiências, de encontro, capacitação e reflexão como foram os três fóruns anteriores, teve também o caráter de assembleia, com a estruturação do Plano Nacional Setorial de Museus. Foi novamente uma inovação no campo da gestão, um tanto audaciosa se for levada em consideração a complexidade da formatação do planejamento.

Para legitimar e garantir o processo democrático foi necessário criar um regimento interno do 4º Fórum, para que os debates e propostas do setor fossem reunidos num documento com os resultados do trabalho coletivo.

Os participantes do Fórum estabeleceram o Regimento do próprio fórum como forma de operacionalizar e legitimar o processo de instituição do PNSM, configurado na forma de propostas prioritárias em cada eixo estruturante; propostas de diretrizes por tema transversal, em relação aos eixos setoriais; diretrizes, estratégias e ações para cada eixo estruturante; diretrizes, estratégias, ações e metas para cada eixo setorial relativo a todos os temas transversais.

Os espaços de diálogo para a construção do Plano Nacional Setorial foram os minifóruns, as miniplenárias e a Plenária Nacional de Museus.

Nesse fórum, os Grupos de Trabalho dos fóruns anteriores foram substituídos pelos nove eixos setoriais, que se reuniram em mini fóruns, para a elaboração de diretrizes referentes aos seguintes temas transversais para o Plano Nacional Setorial de Museus: gestão museal; preservação, aquisição e democratização de acervos; formação e capacitação; educação e ação social; modernização e segurança; economia dos museus; acessibilidade e sustentabilidade ambiental; comunicação e exposições e pesquisa e inovação.

Os minifóruns foram estruturados com base na estruturação dos GTs dos fóruns anteriores, como segue:

1- Museus de Arte - coordenadores: Luiz Guilherme Vergara - Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense - RJ e Renata Azambuja - Instituto de Artes da Universidade de Brasília - DF.

2- Museus de História – coordenadores: Magaly Cabral - Museu da República -RJ e Marilúcia Santos - Museu Vivo de São Bento.

3- Museus de Culturas Militares - coordenadores: Armando Senna Bittencourt - Museu da Marinha – RJ e Brigadeiro Bhering - Museu Aeroespacial - RJ.

4- Museus de Ciência e Tecnologia – coordenadores: Marcelo Firer - Museu Exploratório de Ciências – Universidade de Campinas - SP e Denise Studart – Museu da Vida/Fundação Oswaldo Cruz - RJ.

5- Museus Etnográficos e Arqueológicos – coordenadores: Eduardo Góes Neves - Sociedade de Arqueologia Brasileira e Antonio Motta - Associação Brasileira de Antropologia e Universidade Federal de Pernambuco.

6- Museus Comunitários e Ecomuseus – Coordenadores: Kátia Loureiro - Museu de Favela - RJ e Terezinha Resende - Ecomuseu da Amazônia - AM.

7- Museus de Imagem e do Som e de Novas tecnologias – Coordenadores: Rafael Maldonado - Museu da Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul – MS e Cristina Lodi – projeto Museu da Imagem do Som do Rio de Janeiro - RJ.

8- Arquivos e Bibliotecas de Museus – Coordenadores: Vera Mangas - Museu da República – RJ e Ivana Parrela - Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade e Museu Padre Toledo.

As miniplenárias sistematizaram e priorizaram as propostas de diretrizes construídas nas fases anteriores ao próprio fórum, que foram as plenárias estaduais e as contribuições do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, em cada um dos eixos estruturantes da Conferência Nacional de Cultura e que são os mesmos do Plano Nacional Setorial de Museus e teve a coordenação dos trabalhos orientada pela equipe de diretores e coordenadores do Instituto Brasileiro de Museus, como segue:

Eixo I: Produção Simbólica e Diversidade Cultural – Coordenadores: Mario de Souza Chagas e Margarete Costa Moraes;

Eixo II: Cultura, Cidade e Cidadania – Coordenadores: Ena Elvina Colnago e Claudia Maria Pinheiro Storino;

Eixo III: Cultura e desenvolvimento Sustentável – Coordenadores: Cícero Antonio Fonseca de Almeida e Bruno Sadeck;

Eixo IV: Cultura e Economia Criativa – Coordenadores: Eneida Braga Rocha de Lemos e Álvaro Marins de Almeida e

Eixo V: Gestão e Institucionalidade da Cultura – Coordenadores Jane Carla Lopes Mendonça e Rose Moreira de Miranda.

A Plenária Nacional foi o momento do encerramento do 4º Fórum com a apresentação das diretrizes estabelecidas nos minifóruns e nas miniplenárias e com a votação das diretrizes prioritárias para o Plano Nacional Setorial de Museus.

Para muitos profissionais atuantes do setor museológico, o 4º Fórum teve um significado muito especial, por finalizar um ciclo que teve início em 2003 e que passou a valorizar os museus, os profissionais de museus e as ações dos museus com a sociedade. Magaly Cabral, diretora do Museu da República, com entusiasmo expressa que:

> "Fantástico! Em primeiro lugar eu quero dizer o seguinte: chegar ao 4º Fórum é muito importante. Poderia ter acontecido o primeiro lá em 2004 e morrer, mas não, a cada dois anos estamos realizando o Fórum. A gente vê a o número de pessoas participantes, a comunidade museológica quer participar. O Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional Setorial de Museus é uma oportunidade que, por muito tempo, a área de museus não via, de estar sendo considerada como um setor que merece ter um plano. Essa é uma conquista através dos fóruns, através do Sistema Brasileiro de Museus, do Plano Nacional de Museus e do cadastro nacional de museus. Todas essas ações que estão acontecendo ao longo desses anos. " (MinC/IBRAM, 2010, p.175).

Para Rosana Nascimento,

> "O que tenho como marco em termos de fórum foi o primeiro. Porque esse grupo que vem da museologia estava sem encontro, sem ter uma ação, inclusive no plano do governo, não havia uma integração. Ocorreu a construção de um processo. E hoje o 4º Fórum é o momento de síntese; nós estamos finalizando uma gestão que foi bem-sucedida; bem-sucedida não só em questão de financiamento de museus através dos editais. Mas, no sentido da democratização de participação das pessoas na construção de uma política museológica. " (MinC/IBRAM, 2010, p.173).

Nessa perspectiva, o 4º Fórum foi o fechamento de um ciclo que iniciou com a estruturação da Política Nacional de Museus em 2003, e com a construção do Plano Nacional Setorial de Museus em 2010, com a marca de um grande envolvimento e participação da comunidade nas instâncias prerrogativas de participação, a 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias, de 26 a 28 de fevereiro de 2010; a II Conferência Nacional de Cultura, de 11 a 14 de março de 2010, as Plenárias Estaduais que ocorreram no período de maio a junho de 2010 e ainda as reuniões preparatórias do fórum.

Octávio Elísio Alves de Brito fez uma importante observação sobre essa conexão que, no seu entendimento, propiciou um avanço para o campo dos museus. Diz ele:

> "O avanço daqui para frente é primeiro não perder de vista esta oportunidade da conversa e de ar continuidade ao que foi feito neste. É muito

> importante que a gente entenda que cada encontro deste, cada Fórum, não se esgota nele mesmo. Define diretrizes de política e estas diretrizes devem ser avaliadas de forma sistemática, utilizando a internet para a reunião permanente dos gestores de museus. A expectativa é de que continuemos avançado, construindo o hábito do diálogo constante pela internet. O IBRAM está de parabéns porque está conseguindo consolidar uma estratégia de trabalho coordenado no sistema de museu em nível nacional. (MinC/IBRAM, 2010, p.171).

O depoimento de Octávio Elísio é um testemunho importante e referencial para o trabalho realizado pela Política Nacional de Museus. Ele foi Secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura na gestão anterior a do Ministro Gilberto Gil, na gestão do governo antecessor. Ele, inclusive, esteve no 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, em Rio Grande, representando o Ministério na época. Ao reconhecer uma estratégia de trabalho fundamentada no Sistema de Museus, ele que, por experiência própria, conhece as dificuldades de articulação tanto do poder público como da sociedade, admite que houvesse uma mobilização que fez com que diversas conexões se tornassem possíveis para a construção de uma política pública para museus, ao mesmo tempo, chama atenção para não se perder o diálogo, a oportunidade de compartilhar.

Ele diz ainda que:

> "Já estive em outros fóruns, mas este 4º Fórum dá um salto de qualidade em relação os anteriores e, acima de tudo, faz parte de um processo de valorização dos museus e, mais que isso, de incentivo à formação e efetivo funcionamento dos sistemas estaduais de museus, cuja articulação, se faz permanentemente e que se revela aqui, na troca de experiências, na certeza de que cada um tem o que aprender com o outro. Portanto, este 4º Fórum, de forma especial, foi sucesso por causa disso: ele se fez espaço de encontro, espaço de conversa, espaço dentro do qual se trocam experiências, fala-se de desafios e soluções vividos em cada museu. Tenho a convicção de que este é o espaço adequado para que a gente possa avançar em termos de política pública na área de museus. (MinC/IBRAM, 2010, p.170).

Percebe-se na sua fala uma reafirmação da importância da articulação dos sistemas de museus, dos diálogos, das trocas e intercâmbios institucionais como mecanismos que iriam possibilitar o avanço na Política Nacional de Museus.

Nesse Fórum assim, como no anterior, ocorreu o minicurso de Redes e Sistemas de museus, desta vez ministrado por Simone Flores Monteiro do SEM/RS e MCT - PUCRS e por

Gilson Nunes, do Sistema Municipal de Museus de Ouro Preto e da UFOP. A criação de sistemas estaduais e municipais de museus e, ainda, das redes temáticas é uma estratégia importante para o funcionamento do Sistema Brasileiro de Museus. Os pontos de articulação e contato precisam se multiplicar para que o SBM tenha uma interlocução que trabalhe sobre os fluxos de comunicação entre os diversos agentes. É uma multiplicidade conectável que opera o sistema.

Ao analisar o documento final do Plano Nacional Setorial de Museus concluído no Fórum verifica-se um amadurecimento do setor, principalmente no eixo que trata de gestão e institucionalidade da cultura. Ao mesmo tempo, nota-se que o Plano, para ser executado, tem muitas barreiras. Dentre elas, é um plano audacioso com muitas diretrizes, estratégias, ações e metas em vários eixos e temas. Mesmo sendo um planejamento para dez anos, se faz necessária uma estrutura institucional forte e com instrumentos que possibilitem a sua realização. O IBRAM ainda não está consolidado, um exemplo somente em outubro de 2013 ocorreu a regulamentação da Lei 11.904, Estatuto Brasileiro de Museus que vai exigir do Instituto várias ações para cumprir a regulamentação.

5º Fórum Nacional de Museus

Fotografia 21: Logotipo de Divulgação do 5º Fórum Nacional de Museus
Acervo: IBRAM

A realização do 5º Fórum foi na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, no período de 19 a 23 de novembro 2012, com a participação de 1.200 pessoas, com o desafio

de discutir os 40 anos da mesa de Santiago do Chile – entre o idealismo e a contemporaneidade, numa cidade fortemente marcada pela história imperial brasileira.

O 5º Fórum aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, na cidade de Petrópolis, mas o planejamento havia sido para que ocorresse na cidade do Rio de Janeiro, sendo um momento de reflexão e preparação para a Assembléia do ICOM em 2013. Por uma série de fatores que envolveram desde o financiamento do fórum, a realização se fez possível na cidade de Petropólis, resultado do empenho da Diretoria de Fomento do Instituto Brasileiro de Museus.

Com uma estrutura semelhante aos fóruns anteriores foram realizadas conferências, painéis, minicursos e grupos de trabalho. A primeira Conferência reuniu três museólogas que são referência no campo da Museologia Brasileira, Paula Assunção dos Santos, Diretora do Programa de Mestrado Internacional em Museologia da Academia Reinwardt de Patrimônio Cultural da Holanda; Maria Célia Teixeira Moura Santos, que naquele momento estava atuando como Diretora de Museus da Secretaria de Cultura da Bahia; e Teresa Moletta Scheiner, vice presidente do ICOM e professora da UNIRIO, com o tema: ‘40 anos da Mesa Redonda de Santiago/Chile - 1972 – Entre o idealismo e a contemporaneidade’, mediada por Antonio Carlos Vieira, do Museu da Maré e também da Associação Brasileira de Museologia.

Fotografia 22: Conferência de Abertura do 5º Fórum Nacional de Museus – 20/11/2012.
Fonte: IBRAM

Paula Assunção ressaltou a importância do MINOM, o posicionamento político com relação às questões sociais, o desenvolvimento da Museologia Social com um novo paradigma de participação, os vários tipos de funções sociais que os museus podem ter e qual a função social que querem ter e finalizou com uma importante reflexão sobre respeito, empatia e amor aos museus.

Maria Célia considerou que a principal contribuição da Mesa de Santiago foi a passagem do sujeito passivo e contemplativo para o sujeito que age e transforma a realidade e a importância da socialização do Documento de Santiago na década de 80.

Teresa Scheiner ressaltou a luta por uma Museologia latino-americana, por uma metodologia de ação participativa e que o Documento de Santiago é uma matriz teórica e ética para o campo da Museologia procurando demonstrar que o ICOM já pensava naquela época o Museu Integral.

Uma conferência interessante que deixou claro o campo de atuação das participantes, suscitou um debate entre as três e entre o público sobre a atuação dos profissionais de museus nos museus, nas universidades e principalmente o envolvimento dos processos museais junto à sociedade.

Os painéis reuniram diferentes profissionais que atuam desde políticas públicas para a cultura até o dia a dia de uma instituição.

O Painel I tratou: Importância das Informações para a construção das Políticas Públicas Culturais, com a presença de Américo José Córdula Teixeira – Diretor de Estudos e Monitoramento de Políticas Culturais/MinC; Rose Miranda – Coordenadora Geral do Sistema de Informações Museais do IBRAM e Leandro Valiati – Economista, especialista em economia da cultura.

O Painel II discutiu: Museu e Desenvolvimento Humano, com Márcia Rollemberg – Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura do Brasil; Luiz Antônio de Oliveira **-** Diretor do Museu da Maré - RJ e Silvia Alderoqui – Diretora do Museo de las Escuelas – Buenos Aires/Argentina.

O Painel III apresentou o tema: O que estaremos comemorando nos 50 anos da mesa Redonda de Santiago/Chile, com Cícero Almeida, Diretor do Departamento de Processos Museais do IBRAM; Manuel Gándara Vázquez, pesquisador do Instituto Nacional de Antropologia e História do México e Maria Cristina Bruno, professora titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

No Painel IV, o assunto era: Memórias em movimento, com Adelina Coda **-** Diretora de Cultura de Alta Grácia – Argentina - Museu Che Guevara; Elenira Mendes **-** Diretora da Casa e Memorial Chico Mendes – Xapuri - AC; Noaldo Ribeiro **-** Gerente Executivo de Resgate da Identidade Cultural – Secretaria da Cultura/PB – Projeto de Memorial sobre a Coluna Prestes – Paraíba.

No Painel V: Desafios de integração supranacional da Agenda da Mesa Redonda de Santiago/Chile – 1972 foi o tema que reuniu: Antía Vilela **-** Coordenadora do Programa Ibermuseus / Brasil; Vivian Rivas - Presidenta da Fundação de Museus Nacionais e Diretora General do Iartes/Sistema Nacional de Museus do Ministério do Poder Popular para a Cultura/Venezuela e Javier Royer **-** Coordenador do Sistema Nacional de Museus/Ministério da Educação e Cultura do Uruguai.

E no Painel VI, a temática foi: Patrimônio Museológico em risco e seus desafios, com Cristina Menegazzi **-** Especialista em patrimônio e estratégias de gestão de riscos, do Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO; Antonio Carlos Oliveira **-** Meteorologista, museólogo, especialista em clima e riscos/Brasil; Major Eduardo Nocetti **-** Membro do Corpo de Bombeiros de São Paulo e do Comitê Paulista do Escudo Azul e Théo Salim Najm **-** Analista de riscos do Instituto de Resseguros do Brasil.

O Painel VII: Acervos e Coleções: entre o público e o privado, com César Oiticica Filho **-** Curador do Projeto Hélio Oiticica; Guilherme Bueno **-** Diretor do MAC – Museu de Arte Contemporânea de Niterói e Alessandra Clark **-** Coordenadora de projetos especiais da Associação Lygia Clark.

O Painel VIII: Os museus no desenvolvimento do imaginário cultural das cidades, com Hugo Barreto **-** Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho; Cêça Guimarães **-** Arquiteta, Professora doutora do PROARQ – FAU/UFRJ, onde coordena o Grupo de Estudos de Arquitetura de Museus e Cristiana Kumaira **-** Gerente do Circuito Cultural da Praça da Liberdade.

Como nos modelos anteriores o Fórum garantiu espaços para diferentes reuniões e encontros como o Encontro dos Pontos de Memória, as reuniões dos Professores de Museologia, dos Sistemas e Redes Estaduais de Museus, da Rede de Educadores de Museus e do REMAAE.

As comunicações também tiveram espaço e para chegarem até a apresentação no Fórum passaram por um processo de seleção.

Um dos momentos marcantes do Fórum foi a presença da Ministra da Cultura[15], Marta Suplicy, que foi recebida com protestos e com uma pauta de reivindicações. Os principais motivos dos protestos estavam relacionados às questões dos Pontos de Memória, itens da PNM, críticas ao ensino de Museologia, questões ambientais e indígenas.

[15] O Brasil, no governo da Presidente Dilma Rousseff, teve no Ministério da Cultura, depois de Juca Ferreira, Ana de Holanda, que foi substituída pela Senadora Marta Suplicy.

Fotografia 23: Manifestação dos participantes diante da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, no 5º Fórum Nacional de Museus, 22/11/2012.
Fonte: IBRAM

A segunda Conferência teve como tema 'Museus no século 21: práticas e ferramentas de desenvolvimento social', com Margherita Sani – Executiva do Instituto Beni Culturali, da Itália e da Rede da Organização de Museus Europeus - Network of European Museum Organisations - NE-MO, Ivette Celi Piedra - Subsecretaria de Memória Social do Ministério da Cultura do Equador e Dean Georges Phelus - Diretor de Programas Internacionais e Eventos da Aliança Americana de Museus - AAM. Foi uma apresentação das maneiras diferentes de pensar a relação dos museus com a sociedade, com enfoques e objetivos diferentes do entendimento da função social dos museus junto das comunidades, mediada por Eneida Braga Rocha de Lemos, do IBRAM.

A Homenagem aos 40 anos da Mesa de Santiago aconteceu com a Conferência de Hugues de Varine, seguida de mesa de autógrafos do livro 'As Raízes do Futuro'.

A Plenária Final ocorreu com a apresentação dos resultados dos trabalhos dos Grupos de Trabalhos, um momento importante devido às alterações das temáticas dos Grupos de Trabalho nesse Fórum. Os encaminhamentos da Plenária foram além do resultado das atividades dos GTs, representando na verdade, encaminhamentos para a Política Nacional de Museus, que deveram ser observados na implantação do Plano Nacional de Museus e, ainda, com o compromisso de dar continuidade à metodologia proposta de formação de grupos de trabalho em rede. Importante também seria refletir sobre o momento da Plenária durante os fóruns. Como ocorre sempre no final, muitos participantes já não acompanham, pois estão retornando para seus locais de residência e o debate sobre as questões levantadas pelos grupos acaba não ocorrendo.

Fotografia 24: Vista da Plenária do 5º Fórum Nacional de Museus, 23/11/2012.
Fonte: IBRAM

José do Nascimento Junior (2012) afirma que o modelo de discussão em fóruns nacionais teve inspiração no Rio Grande do Sul, nos fóruns estaduais realizados desde 1989. A incorporação dessa sistemática na Política Nacional de Museus significa uma preocupação constante de que a agenda política cultural de museus reafirme a correspondência do Estado com as dinâmicas sociais na construção de uma política pública.

Myriam Sepúlveda dos Santos, que atuou como observadora no 1º Fórum Nacional de Museus, afirma que:

> "Como não há resposta pronta em um processo democrático, os diversos fóruns municipais, estaduais e nacionais realizados na área da museologia têm cumprido, de forma exemplar – pois suscitando o diálogo, a comunicação e a troca de experiências -, o papel de apontar novos caminhos para todos aqueles comprometidos com a tarefa de enriquecer o presente com o ensinamento do passado. " (MinC/IPHAN/DEMU, 2004, p. 71).

Esse é um desafio constante, perceber o ensinamento do passado, não perder o foco nos objetivos da Política Nacional de Museus na realização dos fóruns e, principalmente, contribuir para um trabalho de enraizamento do Sistema Brasileiro de Museus.

Até o quarto Fórum, essa perspectiva esteve mais presente e articulada. No 5º Fórum já foi possível notar, indicativos de certa desmobilização, que pode ser apontada pela não articulação dos grupos de trabalho que são as redes de museus por tipologias. Com exceção dos museus de cultura militar e dos museus de arqueologia, as demais não se mantêm articuladas depois dos fóruns.

Esse é um aspecto que pode ser visto do ponto de vista trágico, existe a oportunidade, o encontro e os mecanismos que poderiam levar as considerações dos grupos e possibilitar um trabalho mais efetivo no coletivo, mas na prática, isso não se efetiva.

O 5º Fórum apresenta uma formação de grupos de trabalho diferente, baseada nas ações e funções dos museus, que para alguns deveria já ter se configurado no 4º Fórum, quando da discussão do Plano Nacional de Museus. Embora ela tenha ocorrido por entre os grupos de trabalho das tipologias de museus, resultou num trabalho complexo. Nessa nova proposta de discussão e articulação dos profissionais, reside uma perspectiva de não deixar o aspecto trágico se instalar e estabelecer novamente um trabalho conectado e enraizado no campo. A referência disso está na articulação do Plano Nacional de Educação em Museus, que pelo país inteiro possui uma rede articuladores onde profissionais, que atuam em diferentes museus e desenvolvem atividades em diversas instâncias, com diferentes grupos na busca de construção de um trabalho coletivo.

A abordagem sobre os fóruns nesta tese se configura essencial para o conhecimento da abrangência e representatividade desses encontros no processo de construção de uma política pública. Da análise e compreensão de que o Sistema Brasileiro de Museus opera juntamente com o órgão gestor da Política Nacional de Museus, o IBRAM, como conectores de espaços, culturas e pessoas. O enraizamento contido no pensamento de Delleuze e Guattari opera interligando diferentes nós que estão atuando numa rede que permeia a sociedade em diferentes graus, níveis e relações.

4. A Institucionalização da Política Nacional de Museus

A criação do Sistema Brasileiro de Museus, em 2004, por meio de decreto, para institucionalizar um planejamento público ocorreu devido à necessidade de se constituir, naquele momento, possibilidades concretas de trabalho, que congregassem os diferentes representantes de entidades vinculadas ao campo museal.

No período de 2004 a 2008, os colaboradores do DEMU oriundos do meio universitário, profissionais da área museológica, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, entidades representativas, associações, ministérios que compunham o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus exerceram o trabalho de estruturação do Estatuto Brasileiro de Museus, um trabalho coletivo que contou também com a colaboração da comunidade museológica. Essas entidades também colaboraram com contribuições relevantes para a criação do Instituto Brasileiro de Museus.

Essas duas ferramentas de institucionalização foram gestadas em conjunto com a grande rede de colaboradores e os projetos de lei encaminhados ao Congresso Nacional. Entendia-se que não era um plano apenas do Ministério da Cultura, enquanto gestor, mas do conjunto de atores do campo museal brasileiro, envolvidos na tarefa da criação de uma legislação, articulados pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Ministério da Cultura.

4.1. Legislação e Estrutura

O Sistema Brasileiro de Museus, por meio do seu Comitê Gestor, reuniu todas as sugestões enviadas pelo setor museológico e estabeleceu uma metodologia de trabalho coordenada pelo DEMU, em grupos para redigir a legislação, o que deu origem ao Estatuto Brasileiro de Museus.

Essa metodologia foi constituída de reuniões de trabalho para formatar, debater, discutir, analisar e consultar a opinião pública, reunir as contribuições, reformatar e, após, configurar o documento na forma de legislação para enviar ao Congresso Nacional, tramitar na Câmara dos Deputados e Senado Federal e se constituir numa lei.

Embora a participação da maioria tenha ocorrido por meio eletrônico, as reuniões presenciais do Comitê Gestor do SBM que ocorreram nesse período, com maior frequência, foram fundamentais para a elaboração de um documento que abrangesse a pluralidade do campo museológico brasileiro, tendo como paradigma a inclusão social e não apenas a regulamentação das atividades do setor, o que em si mesmo representaria um avanço.

Tinha-se bem claro que era um momento crucial de trabalho coletivo, cooperativo e que era necessário nesse processo, incluir e aproximar a maioria.

A tramitação, que seguiu as normas legais de qualquer projeto de lei que passe no Congresso Nacional, consistiu, no primeiro momento, na apresentação da proposta de lei, pelo deputado federal Angelo Vanhoni, na Câmara dos Deputados. Esse processo incluiu a tramitação nas Comissões de Constituição e Justiça, para análise jurídica, dos impedimentos legais, das jurisprudências sobre o tema com debates e audiências públicas para que a sociedade fosse ouvida.

Em seguida, o projeto de lei teve de tramitar na Comissão de Educação e Cultura com os mesmos procedimentos de análise e, ainda na sequência, foi realizada uma discussão sobre o mérito da lei, para só então entrar em votação e ser aprovada. O que significava apenas meio caminho, porque para se tornar lei era preciso passar pelo Senado Federal.

No Senado Federal, percorreu as Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura, com novas audiências públicas para o debate com a sociedade.

Em todo esse processo, a importância da atuação do DEMU e do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus foi destacada. A ação de convencimento, junto aos deputados federais e senadores, da necessidade de o Brasil possuir uma legislação para seus acervos e museus foi um trabalho que exigiu envolvimento e determinação.

Também a mobilização do deputado Angelo Vanhoni, tanto no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o tema, aproximando-se do meio museológico, participando de encontros, conhecendo projetos, dialogando com profissionais, como conhecendo modelos de gestão de outros países foi fundamental para se subsidiar o debate no Congresso Nacional.

Agnelo Vanhoni passou a acompanhar mais de perto o trabalho desenvolvido pelo DEMU e pelo SBM, participou de várias atividades onde se reuniram os profissionais da área e a acompanhou a Comitiva Brasileira na viagem técnica realizada aos Estados Unidos, nas cidades de Nova York, Filadélfia e Washington, em janeiro de 2009, para observar os diferentes modelos de gestão dos museus norte-americanos.

Na cidade de Nova York, entre muitas visitas a museus e oportunidades de conhecimento sobre modelos variados de administração, foi possível partilhar de uma reunião de trabalho com as Diretorias de Administração e Assuntos Públicos e de Programas de Museus de Artes do Estado de Nova York.

Fotografia 25: Reunião com a Diretora de Administração e Assuntos Públicos e com a Diretora de Programas de Museus de Artes do Estado de Nova York (foto 1). Na foto parte da Comitiva Brasileira – Eneida Braga Rocha de Lemos, Simone Flores Monteiro, José do Nascimento Junior, acompanhada pelo deputado Angelo Vanhoni. Nova York/EUA, janeiro de 2009.
Fonte: Cristina Holanda

Fotografia 26: Reunião com a Diretora de Administração e Assuntos Públicos e com a Diretora de Programas de Museus de Artes do Estado de Nova York (foto 2). Na foto Cristina Holanda da Comitiva Brasileira a seu lado, Edmea McCarty, intérprete e as Diretoras norte-americanas. Nova York/EUA, janeiro de 2009.
Fonte: Cristina Holanda

Ainda nos EUA, em Washington, foi possível conhecer o modelo de administração do Smithsonian Institution, a relação dos museus com o Estado na visita ao Congresso Americano e também a experiência da American Associations of Museums – AAM.

Fotografia 27: Comitiva Brasileira em visita à Diretoria da AMM – Mario Chagas, Cristina Holanda, Elena Fioretti, José do Nascimento Junior, Eneida Rocha Braga de Lemos, Claudia Storino e Simone Flores Monteiro, acompanhada pelo deputado Angelo Vanhoni ao centro. Washington/EUA, janeiro de 2009.
Fonte: Acervo Cristina Holanda

A clareza das ideias, a convicção de que a institucionalização e normatização do setor eram urgentes levou a um movimento de aliança entre o DEMU, o Comitê Gestor do

SBM e os diversos atores sociais para construir uma mudança de paradigma com relação à importância de uma legislação específica para o setor. A mobilização de todos esses setores envolvidos se caracterizou pela participação nas audiências públicas, nas ações de sensibilização junto aos deputados e senadores representantes dos Estados Brasileiros, na assistência aos assessores de deputados para esclarecimento das questões, em subsidiar com dados e informações os interlocutores legislativos que desde o início foram parceiros e entendiam sobre a importância da temática.

Toda essa ação coletiva não se dava apenas em Brasília, sede do Governo Federal e onde fica a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Ocorreu também em diversas instâncias e principalmente nos estados, sensibilizando os gestores públicos de sua importância junto aos representantes federais para aprovação da lei.

A presença nas audiências era significativa para que os membros do Legislativo se aproximassem do universo dos museus, suas carências, urgências e principalmente vislumbrassem as potencialidades dos museus atuarem na sociedade como instrumentos estratégicos de desenvolvimento social.

Essa atuação em rede foi um dos elementos de ruptura com a passividade e também um dos ápices do empoderamento social. Vários representantes do Comitê Gestor atuaram diretamente junto aos legisladores e outros junto aos representantes dos poderes públicos estaduais e municipais, num esforço coletivo de aprovar o Estatuto Brasileiro de Museus.

Na foto abaixo, o registro de um dos momentos na Câmara dos Deputados, onde além de representantes do DEMU estavam presentes membros do Comitê Gestor do SBM:

Fotografia 28: Audiência Comissão de Educação e Cultura – Câmara dos Deputados -
Na mesa Deputado Angelo Vanhoni, de roupa clara, Senador Cristovan Buarque (camisa branca) José do Nascimento Junior, Patricia Reis da UNESCO e Deputado José Aparecido.
Fonte: Câmara dos Deputados

A foto abaixo registra a audiência pública realizada no Senado Federal, com a presença dos dirigentes do DEMU, representantes do Comitê Gestor do SBM e ainda representantes dos Estados, com o propósito de esclarecer os Senadores a respeito da criação do Estatuto Brasileiro de Museus e da criação do IBRAM.

Fotografia 29: Audiência Pública Senado Federal para discussão da Lei do Estatuto de Museus e da Lei de Criação do IBRAM – Na primeira mesa – Senadora Ideli Salvati (vermelho), ao seu lado Deputado Angelo Vanhoni e a Senadora Marina Silva ao fundo na mesa. Na fileira atrás ao centro, Professor Doutor Mario Chagas.
Fonte: Marcia Kalume - Acervo Senado Federal.

O poder estava nas relações entre pessoas, entre os políticos, os dirigentes públicos, os membros do Comitê Gestor, os profissionais de museus, os professores. E suas capacidades de se articular e juntos contribui para uma transformação no campo da Museologia brasileira.

As pessoas se reconheciam uma nas outras, pois mediante os mesmos gestos estavam sincronizando uma ação para mudanças na agenda pública de governo, ou melhor, na agenda pública de um Estado, o que, com o tempo, vai resultar em um novo processo de apropriação da memória e dos museus como espaços de valorização da vida.

> "Dentro do ideário de construção de uma política pública na área cultural que abranja as inúmeras facetas do panorama cultural brasileiro, o Estatuto Brasileiro de Museus se coloca como uma ferramenta fundamental. Principalmente porque pode transformar, de fato, uma série de projetos relacionados ao reposicionamento das instituições museais, colocá-las como pontos centrais de uma proposta de política cultural que contemple a diversidade, a valorização das memórias, a circulação e o diálogo entre os múltiplos setores que formam a sociedade brasileira. " (Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. [MinC/IBRAM], 2010, p.42).

Assim, a forma colaborativa é um exercício democrático para que se evoluam de estruturas centralizadas para descentralizadas e destas para estruturas de poder distribuído, a partir da potencialização da ação do indivíduo ou do conjunto que representava para gerar consensos e atuar numa rede de poder distribuído.

Todo o trabalho de pesquisa, consulta, formatação, encaminhamentos, acompanhamentos também tem seu aspecto lírico, pois a forma de construir as mudanças é de uma experiência em conjunto, de um caminho que foi trilhado junto, vivenciando as mesmas as experiências para uma melhoria.

A Museologia, que é híbrida tanto na interdisciplinaridade dos conteúdos como nas posturas, é um campo político no seu caráter interpretativo, nas perspectivas ética e estética, nos discursos e, nesse momento estabeleceu conexões de espaço e tempo para uma construção política que viesse a normatizar o campo museal.

O processo de elaboração do Estatuto Brasileiro de Museus, a tramitação no Congresso Nacional, a aprovação no dia 18 de dezembro de 2008 no Senado Federal e a promulgação em 11 de janeiro de 2009, foi um período de encontro, marcado por disputas e enfrentamentos, mas também por parcerias, convivências e trocas culturais e sociais.

Pelo Estatuto, as instituições museológicas brasileiras tinham até cinco anos para se adaptar às novas normas. Além de criar normas gerais reguladoras. O Estatuto busca contribuir para uma definição mais ampla do conceito de museu, estabelece os procedimentos de criação de instituições museológicas, identifica suas funções e atribuições e regula atividades específicas. O instrumento também valida e fortalece o Sistema Brasileiro de Museus, instituído pelo Decreto nº 5.264/2004.

Os enfrentamentos para a construção de uma legislação que fosse capaz de atender as solicitações do setor foram inúmeros. As discussões com o setor quanto à forma e ao conteúdo da Lei foi um grande desafio, pois muitos não viam contempladas suas ideias no documento e, por conta, disso muitas foram as negociações e também as escutas para se chegar numa legislação que incluísse a posição da maioria, sem deixar de considerar o que a minoria estava requerendo.

Ao mesmo tempo, percebe-se uma vontade de aceitação e conciliação para agregar valor e construir algo novo. Em seus depoimentos, Eneida Braga Rocha de Lemos (2011), Rose Miranda (2011), Claudia Storino (2012) e Rosana Nascimento (2011) concordam ao afirmarem que o campo foi muito sensível e receptivo. Foi um momento forte a reunião das forças do setor, ao terem sido chamadas para a construção coletiva da legislação. E apontam que essa liga, essa aliança tenha dado ao gestor a visão de que necessitava desse empoderamento social, pois era necessária e fundamental a representatividade.

Essa era uma postura ministerial do trabalho em conjunto, das forças reunidas para uma articulação diferenciada que, até então, não tinha sido executada no Ministério da Cultura. O que também é entendido por Nascimento Junior como seu papel no processo, de agir para a formulação de políticas. E era o momento de mostrar a militância museológica exercida por muitos no contexto da sociedade e saber reunir estas militâncias na construção do Estatuto Brasileiro de Museus.

O Estatuto define no Artigo 1º o que é museu, com um conceito mais alargado:

> "Consideram-se museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. " (Lei 11.904/09, Artigo 1º)

E no parágrafo único deste artigo amplia o conceito:

> "Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e a participação das comunidades. " (Lei 11.904/09, parágrafo único).

E no Artigo 2º, a Lei estabelece os princípios fundamentais dos museus, ou seja, porque e para que os museus existem:

> "São princípios fundamentais dos museus: a valorização da vida; a promoção da cidadania; o cumprimento da função social; a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural e o intercâmbio cultural. " (Lei 11.904/09, Artigo 2º)

A mudança de paradigma é muito intensa para uma realidade até então sem normatização para o setor museal. O Brasil passa a ter uma lei que, para além da preocupação com a definição de museu, estabelece os princípios dos museus, com uma visão social mais evidente e comprometida coma a diversidade.

Legisla sobre as questões de funcionamento, estrutura física, de recursos humanos e financeiros, acervo, segurança, comunicação, serviços, acessos e das questões específicas da Museologia e ainda sobre sistemas de museus e associações de amigos.

A Seção III da Lei 11.904/09 trata, nos seus Artigos 44 a 47, do Plano Museológico, compreendido como ferramenta de gestão e planejamento que deve ser um instrumento fundamental tanto na identificação e função quanto nos objetivos de um museu.

Esses artigos agitaram, ou melhor, causaram ansiedades e expectativas em muitos museus. Alguns por desconhecimento de como fazer o Plano Museológico, outros por não terem pessoal capacitado para realizar o trabalho, outros porque perceberam que iriam ter de rever suas atuações no contexto da sociedade e ainda pela necessidade de cumprir a lei no prazo estipulado.

Rosana Nascimento (2012), professora e museóloga que atuou como colaboradora da PNM, ao ser entrevistada, disse acreditar que, por ser o Estatuto a primeira legislação que o país possui para a regulamentação dos museus brasileiros e por ser inspirada em experiências de outros países, a seção do plano museológico objetiva apresentar um enquadramento a ser seguido pelos museus no momento de realizar o planejamento estratégico da instituição. E, para, além disso, por ser uma lei, não é faculta a realização do plano e determina que deva ser atendido, elaborado e realizado pelas instituições museais. Inclusive, para ela, a importância da inserção da obrigatoriedade do Plano no Estatuto, resultou da necessidade do museu pensar de modo mais aprofundado, discutir e avaliar o seu percurso até o momento da elaboração do PM e isso só está acontecendo porque está posto numa lei.

Os prazos estabelecidos no Estatuto também foram vistos com preocupação devido às carências e dificuldades que os museus enfrentam. A maioria das instituições não tem museólogos e outros profissionais nos seus quadros. Muitos museus apresentam problemas com os documentos de criação, documentação museológica e até problemas com as instalações físicas. E a maior dificuldade é planejar, traçar um plano de trabalho com metas e orçamentos, tendo vista que muitos museus tem uma carência de quadro de profissionais.

A professora Rosana Nascimento (2012), ainda no seu depoimento, chama atenção para algumas questões que o Estatuto impõe como a exigência do Plano Museológico que flagrou muitos museus despreparados, pois para realizar e atender a Lei, o museu terá que ser completamente reestruturado, legalmente constituído, desde sua definição de acervo até suas exposições. Na visão de Rosana, isso vem causando um misto de pavor e desespero, como atender a Lei, se a instituição não atende, de forma mínima, alguns requisitos para iniciar o seu plano. Há sim, a preocupação em realizar o plano museológico, em alguns casos apenas para atender ao Estatuto, com a consciência de que não haverá uma aplicação. Outros museus, nem conhecem o Estatuto e o que é Plano Museológico e outros ainda acham que é mais uma lei e uma obrigação que não terá nenhum resultado com o passar do tempo.

Mesmo tendo participado e contribuído no processo do Estatuto Rosana Nascimento (2012), expressa na entrevista que a discussão sobre plano deveria ter sido mais aprofundada com as instituições museais, no sentido não do que fazer, mas de como fazer e apresentar as ferramentas para a realização do plano museológico. Não basta o plano estar numa seção de

uma Lei, tem que tomar corpo e vida na medida em que essa lei é entendida e aplicada pela área museal.

Rosana Nascimento (2012) entende que, o Estatuto, na pratica no quesito específico do plano museológico, veio indicar aos museus a necessidade de um planejamento e, ao mesmo tempo, com essa reflexão, a identificação de problemas que foram sendo acumulados em razão do museu nunca ter sido pensado e refletido num âmbito mais global, resultando em ações mais concretas, visto que, os projetos e programas serão pensados e aplicados numa visão de conjunto de ações a serem seguidas pela instituição. Isso significa a organização dessa unidade administrativa em todos os âmbitos da sua atuação enquanto instituição de memória e prestadora de um serviço à sociedade. Sendo um planejamento institucional e não de uma gestão, com a participação dos atores envolvidos no processo de gestão do Museu.

O Rio Grande do Sul possui 397 museus mapeados, sendo o segundo estado brasileiro com a quantidade mais elevada de museus[16], por experiência e vivência pessoal é possível afirmar que a maioria trabalha sem planejamento e muito do que é realizado acontece por iniciativa pessoal dos diretores ou de quem está responsável pelo museu. São pensadas ações isoladas, na forma de eventos. A maioria dos museus não tem um quadro funcional e nem mesmo orçamento próprio.

Por outro lado, também pode-se interpretar que as necessidades e a comunicação colaboraram para o processo de criação coletiva em que os participantes construíram novas regras como resultado de um consenso da realidade e das mudanças pretendidas. Com o Estatuto, o Brasil passa a ter uma lei nacional abrangente e detalhada especificamente para museus e coloca a questão da memória e do patrimônio em posição estratégica.

O Estatuto Brasileiro de Museus se constitui numa ferramenta importante, cristaliza o trabalho da Política Nacional de Museus e mobiliza para a sequência do trabalho, pois gera uma expectativa de continuidade do que vem sendo desenvolvido. O envolvimento na construção desse instrumento gerou muitas conexões e agenciamentos que demonstraram a capacidade de enraizamento no seio da sociedade.

A movimentação na área se traduzia no processo de construção da política pública e esse processo repercutia nos museus. A mudança que começou a se revelar na postura de muitos profissionais e nas relações dos museus com as comunidades em que estavam inseridos é, com certeza, o melhor ganho de uma política pública, o reflexo na sociedade, não apenas nos museus, mas na relação dos museus com seus públicos.

[16] Dados do CNM – Cadastro Nacional de Museus referente a 10 de setembro de 2010. Instituto Brasileiro de Museus[IBRAM]. (2011). *Museus em Números, Volume 1.* Brasília: IBRAM

O Instituto Brasileiro de Museus foi criado pela Lei 11.906, de janeiro de 2009. No documento base de criação da Política Nacional de Museus em 2003 já estava sinalizada à necessidade de criação de instrumentos institucionais para a gestão da política pública para museus que apontassem a continuidade.

A constituição do IBRAM é um dos pontos de chegada de uma trajetória de mudanças que iniciaram com a vontade política do Ministério da Cultura de valorizar a cultura como produção simbólica e econômica, o reconhecimento do valor estratégico dos museus e a importância da função social do museu.

No dia 11de maio de 2009, em Brasília, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, e o Ministro da Cultura Juca Ferreira, deram posse à primeira diretoria do Instituto Brasileiro de Museus, em cerimônia oficial realizada no Salão Brasília do Palácio Itamaraty. Foram empossados como Presidente, José do Nascimento Junior; como Diretor do Departamento de Processos Museais, Mario de Sousa Chagas; como Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus, Eneida Braga Rocha de Lemos, na coordenação Geral dos Sistemas de Informação, Rose Moreira de Miranda e como Assessora Especial de Projetos Estratégicos, Claudia Maria Pinheiro Storino.

O ministro das Relações Exteriores, chanceler Celso Amorim, o presidente do Senado Federal José Sarney, e o ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, também participaram da solenidade. A presença dessas autoridades, de alguma forma, demonstra a significância da criação do Instituto na estrutura do Ministério da Cultura.

Luiz Fernando de Almeida, ministro Celso Amorim, senador José Sarney, presidente Lula da Silva, ministro Juca Ferreira, ex-ministro Gilberto Gil e no pulpito o novo presidente do ibram José do Nascimento Júnior (da esquerda para direita).

Fotografia 30: Autoridades na Posse da Primeira Diretoria do IBRAM
Fonte: MinC – Brasília - 11/05/2009

A presença do público também foi relevante para o momento. Havia muita satisfação entre todos que, desde 2003, estavam colaborando com a PNM e uma expectativa de desenvolvimento para os museus brasileiros. Estavam presentes representantes de instituições e entidades, professores, gestores públicos das esferas federal, estaduais e municipais, profissionais de museus, autoridades ligadas ao Ministério da Cultura, reitores de universidades, entre outros.

Fotografia 31: Vista parcial do Auditório do salão Brasília, Palácio Itamaraty, Brasília na posse da Primeira diretoria do IBRAM - 11/05/2009.
Fonte:MinC

Na solenidade de posse, aconteceu a apresentação do grupo de Rap Museu de Favela, Organização Não Governamental com prática na área cultural, que atua nas unidades museológicas das favelas do complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, no Rio de Janeiro.

O trabalho desenvolvido pelo MUF é um exemplo das ações incentivadas pelo IBRAM e traduz os novos processos museológicos que trabalham diretamente com o direito à memória e à inclusão social. Para Sidney Silva, conhecido como Tartaruga (2013), sócio fundador do Museu, foi um marco na trajetória do Museu a apresentação na posse da Diretoria do IBRAM. Ele expressa que foi o reconhecimento do jeito deles de musealizar e principalmente, a clareza de serem referendados como paradigmas de Museologia Social no País.

Fotografia 32: Apresentação do Grupo de Rap Museu de Favela – Acme, Afrolady e Sidney Tartaruga, na posse da Primeira diretoria do IBRAM. Brasília – 11/05/2009.
Fonte: MinC

O Professor e pesquisador da Universidade do Rio de Janeiro, Nilson Moraes contextualizou o percurso da política museológica até a criação do IBRAM tanto pelo aspecto dos enfrentamentos no campo da Museologia como na sequência dos momentos:

> "O museu constitui um campo de enfrentamentos políticos e culturais que, independentemente de não reunir recursos mínimos para atender as demandas e garantir ações contínuas, implicava na disputa de diversos grupos, em especial um que havia conquistado respeitabilidade graças ao trabalho realizado no governo do Rio Grande do Sul. Este grupo estimulava o debate de propostas e desencadeava ações de forma imaginativa e universalizante. Este grupo, a partir de 2003, em que Nascimento Junior exercia forte liderança, vai ser ampliado e começará a pautar as discussões e as políticas públicas para os museus desde de 2003 no MinC. A política museológica que passa a ser regida por este grupo pode ser analisada considerando cinco momentos complementares: a constituição da Política Nacional de Museus (PNM); a criação de Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU); a formulação e institucionalização do Sistema Brasileiro de Museus (SBM); o estabelecimento do Estatuto Brasileiro de Museus (EM); e, por fim, a aprovação e constituição do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)." (Moraes, 2011, p.90 e 91).

Nilson Moraes (2011) ainda faz menção à figura do líder que, com a bagagem de um trabalho bem sucedido junto a um grupo, consegue por meio de uma mobilização social, agregar outros atores sociais e, por intermédio de um processo que reúne diversas discussões, inclusive por meios eletrônicos de comunicação, publicações e agenciamentos, rompe as barreiras dos distanciamentos geográficos, das convicções políticas, das ideologias,

das práticas profissionais e estabelece uma rede que em seu conjunto exerce e faz crescer a mobilização.

O objetivo não é buscar a autoria do processo que provocou as mudanças e produziu condições para a implantação de uma política pública para museus. Importa perceber e interpretar que as convocações e mobilizações se cristalizaram e provocaram influencias na agenda pública em um determinado âmbito.

A criação do IBRAM também se caracterizou como um empoderamento do setor na medida em que as aspirações de 2003 colocadas na PNM se materializaram mediante um instrumento de institucionalização criado por lei. Ou seja, o Ministério da Cultura ouviu as reivindicações e argumentos, deu apoio para as mudanças que estavam sendo propostas no que tange à relação do Estado com os museus e na vida dos próprios museus, o que significa que os objetivos projetados eram possíveis de serem alcançados e valia a mobilização. Isso é importante porque legitima as ações desenvolvidas, demonstra um planejamento com objetivos precisos e reforça o enraizamento, a mobilização.

O IBRAM é uma autarquia federal com personalidade jurídica de direito público, com autonomia financeira e administrativa, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede na Capital Federal, Brasília e, pela lei, pode estabelecer escritórios ou dependências em outras regiões do país. A estrutura institucional foi pensada de modo que pudesse operar de forma descentralizada e por esse motivo não foram criadas unidades nos estados da federação, isto é, o objetivo era o de estabelecer uma rede de política pública dialogando diretamente com as estruturas de governos estaduais e municipais, sem a necessidade de estabelecer instâncias nessas unidades. Sim, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento de uma rede de poder distribuído.

As funções e finalidades do Instituto abarcam as responsabilidades com a política museológica, com os acervos, com as instituições no que se refere a guarda, proteção, segurança, pesquisa, investigação, divulgação, difusão, promoção, educação, comunicação, ação cultural, promoção, sustentabilidade, valorização, gestão, enfim o desenvolvimento de uma política pública para museus como um dos setores do Ministério no trabalho para a valorização da cultura.

Para cumprir essas funções, vários instrumentos, programas, ações, campanhas atividades e parcerias fazem parte das realizações do Instituto, que tiveram início ainda com o DEMU. Os programas e instrumentos estruturadores da PNM estão mais detalhados nesta pesquisa, contudo entre tantas ações algumas merecem ser destacadas como: a Semana Nacional dos Museus, comemorada desde 2003, e a partir de 2004 institucionalizada por Decreto Presidencial, que é um evento que conclama os museus de todo o país a participarem com atividades relacionadas ao tema do Dia internacional de Museus, estabelecendo, a cada

ano, uma agenda única, divulgada nacionalmente, que contribui para a mobilização na área e para o enraizamento das temáticas com o caráter de movimento cultural; a Primavera dos Museus que acontece desde 2007, no segundo semestre de cada ano a partir de um tema de discussão tendo como motivação novas conectividades e interações com as comunidades.

Outras atividades realizadas que tiveram repercussão foram: as comemorações do Ano Nacional de Museus em 2006, instituído pela Lei 11.328/06 para divulgar e valorizar os museus por meio de uma intensa programação em todo país, numa ação simbólica de reconhecimento do papel dos museus para a transformação social; o Ano Ibero-americano em 2008, uma agenda de mais de 900 eventos diferenciados, instituído pelos chefes de Estado da Ibero América e de governo que estavam reunidos na XVII Cúpula Ibero-americana em 2007, como estratégia para impulsionar o desenvolvimento de políticas públicas, tendo como tema Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento; e o Programa de Incentivo ao Voluntariado em Museus lançado em 2008, depois de estudos no modelo de voluntariado norte-americano, para incentivar uma oportunidade para os idosos exercerem uma função de maneira estruturada, inclusive passou a fazer parte do programa de oficinas de capacitação, uma oficina de Gestão de Programa de Voluntariado em Museus.

Pelo decreto Nº 6.845/2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissões e das Funções Gratificadas do IBRAM e dá outras providências, a estrutura organizacional do IBRAM tem o seguinte formato: Presidência, Departamento de Planejamento e Gestão Interna, Departamento de Processos Museais, Departamento de Difusão, Fomento e Economia de Museus e a Coordenação Geral de Sistemas de Informação Museal, Procuradoria Federal, Auditoria e as Unidades Museológicas. o IBRAM deve ser dirigido por uma Diretoria, composta pelo Presidente e pelos diretores dos Departamentos, e foram criados o Comitê de Gestão e o Conselho do Patrimônio Museológico. Ainda fazem parte da estrutura do IBRAM, os vinte e nove museus que antes eram ligados ao IPHAN, com diretores e funcionários.

Nesse Decreto o Artigo 8º indica que o Comitê de Gestão do IBRAM é composto pelo Presidente, pelos Diretores, pelo Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal, pelo Procurador-Chefe e pelos dirigentes das Unidades Museológicas do IBRAM, estabelecendo no Artigo 11 as seguintes competências de contribuir na elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico e do Plano Anual do IBRAM; contribuir na elaboração e desenvolvimento dos Planos Museológicos das Unidades Museológicas do IBRAM; estabelecer diretrizes e contribuir para a implantação e o desenvolvimento de políticas de valorização dos recursos humanos, de aquisição, preservação e exposição de bens culturais, de valorização e ampliação do público dos museus; contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus e apreciar os

demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico ou pelos membros do Comitê de Gestão.

O mesmo decreto ainda estabelece que o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico é presidido pelo presidente do IBRAM que é considerado membro nato e por um representante, e respectivo suplente, de cada uma das seguintes entidades, indicados pelos respectivos dirigentes: Conselho Internacional de Museus - ICOM; Associação Brasileira de Museus - ABM; Conselho Federal de Museologia - COFEM; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Fundação Nacional de Artes - FUNARTE; Comitê Brasileiro de História da Arte - CBHA; Fundação Cultural Palmares - FCP; e Fundação Nacional do Índio - FUNAI; ainda por treze representantes da sociedade civil, com notório e especial conhecimento nos campos de atuação do IBRAM.

No parágrafo primeiro do decreto consta que os membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico serão indicados pelo Presidente do IBRAM e designados pelo Ministro de Estado da Cultura, para mandato de quatro anos, permitida a recondução, o que dá ao Presidente do Instituto um determinado poder, ao permitir que escolha treze dos representantes do Conselho.

As funções do Conselho são: apoiar a formulação de políticas públicas para o setor museológico de maneira democrática e permanente; examinar, apreciar e opinar sobre questões relacionadas à consolidação e desenvolvimento do IBRAM e ao fortalecimento do campo museal; examinar, apreciar e opinar sobre a movimentação e saída do País do patrimônio cultural musealizado; examinar e opinar sobre questões relacionadas à proteção e à defesa do patrimônio cultural musealizado; apreciar propostas de diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos do IBRAM, de abrangência nacional; contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus e opinar acerca de questões propostas por seus membros.

A criação de um conselho de notáveis com a justificativa de estabelecer um novo espaço para o diálogo e a participação ativa da sociedade na formulação de políticas públicas para o setor museal, relembra o ambiente das décadas de 30 e 70, quando da criação do Conselho Nacional de Cultura e do Conselho Federal de Cultura respectivamente, que também reuniam notáveis indicados. A estranheza desse tipo de conselho se dá, pois, justamente num momento de mudanças caracterizadas pela articulação com diversos colaboradores com atuações e práticas das mais distintas no campo museal, com a postura do Ministério de respeito à diversidade cultural e inclusão de temas e processos que anteriormente não eram reconhecidos ou priorizados, quais os critérios para a indicação de notáveis? E notáveis de quais áreas? De quais museus? A representação das entidades já causa uma surpresa, pois não tem representação específica no que tange a várias

especificidades de acervos, mas tem representação de profissionais de história da arte, por qual motivo? Como a presidência pode indicar treze notáveis e um período democrático, quando as políticas públicas devem pensar a igualdade e o acesso? A serviço de quem e de que causas estará um conselho de indicados?

E outra questão que se impõe é: sendo o Sistema Brasileiro de Museus uma instância da Política Nacional de Museus, constituída por uma rede organizada que visa coordenação, articulação, mediação, qualificação e cooperação entre os museus brasileiros, reunindo nesta rede um número significativo de instituições e profissionais que aderem à rede e que dispõe de um Comitê Gestor com representação dos órgãos e entidades, indicados pelos seus pares, não poderia exercer as funções do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico. Inclusive contando com a ampla rede de colaboradores nos mais diversos assuntos, pois o Comitê Gestor do SBM possui o direito de chamar especialistas para análises que se façam necessárias. Assim, o IBRAM fortaleceria a atuação em rede, propiciaria um enraizamento maior da PNM, a interlocução do Sistema Brasileiro de Museus com um número maior de agentes e a participação ativa em maior escala.

Também evitaria o descrédito, a desconfiança por parte daqueles que foram chamados para participar da rede, pois passam a perceber que, mesmo estando na rede presumidamente democrática, existe um grupo que é considerado mais influente e que existe um controle. Isso representa um choque para aqueles que foram atraídos pelo discurso participativo, afinal também está entre as funções do IBRAM coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas.

A estrutura funcional do IBRAM inicialmente foi constituída pelos funcionários que atuavam no DEMU, com apoio do IPHAN. Em março de 2010, aconteceu o primeiro concurso para preencher o quadro de servidores. Foram oferecidas 294 vagas para cargos em diversas áreas, para atuarem em Brasília, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e a partir de setembro começaram a ser ocupadas pelos aprovados no concurso. No total são 386 cargos de acordo com a Lei 11.906, porém nem todos os cargos foram preenchidos após o concurso. Os servidores concursados se encontram exercendo funções no próprio Instituto e nas vinte e nove unidades museológicas espalhadas entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Pernambuco, Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Mario Chagas na entrevista ao Jornal A Tribuna de Minas (2013), aponta que a deficiência de pessoal do IBRAM é crônica e não é nova, ele comenta vários aspectos para as dificuldades relacionadas à questão de pessoal: um instituto como esse não se sustenta sem a contratação de novos profissionais, até mesmo porque muitos estão em situação de

aposentadoria, sem ter para quem transmitir saberes complexos, acumulados durante anos de exercício profissional. O concurso público realizado permitiu a contratação de novos profissionais, mas ficou longe de atender as necessidades efetivas de pessoal. Acrescente-se a essa questão outro ponto: o altíssimo nível de evasão de profissionais recém-concursados. Essa evasão, segundo os dados disponíveis, é superior a 70%. Isso é grave. Os motivos passam pelos baixos salários e pela falta de um plano de carreira que valorize o profissional.

Com essa realidade funcional no IBRAM, significa um quadro deficitário em relação às funções e obrigações do Instituto, alguns cargos nunca foram preenchidos. Para que atenda as demandas relativas à sua atuação junto à sociedade, é cogitada uma reestruturação no sentido de que o órgão possa realizar suas tarefas no que se refere à preservação do patrimônio museológico, normatização do setor, gestão das políticas pública e também da administração das 28 unidades museológicas que constituem os museus do IBRAM.

Essa questão é de extrema importância porque o IBRAM ainda está em fase de consolidação, embora o campo reconheça a atuação do Instituto. Considerando que o Brasil avançou no que se refere à política pública, é preciso que o Instituto tenha um reconhecimento da sociedade, como um importante mecanismo de gestão institucional para articular a realidade dos museus brasileiros e não seja reconhecido como um órgão que executa as vontades dos gestores. O empoderamento significa mudanças a partir de ações de pessoas comprometidas com a causa ou tema, sem que elas ocupem o cargo de gestão dentro da estrutura institucional, sendo assim o modelo de gestão pensado para o IBRAM tem o desafio constante de não apenas informar e dialogar com a comunidade, e sim de conferir aos colaboradores participação nas proposições, nas tarefas e nas execuções.

É evidente, como afirma Joana Sousa Monteiro (2012) na entrevista, que com a criação do IBRAM, que ajuda a sustentar o Sistema Brasileiro de Museus, o setor museológico do Brasil foi-se tornando um exemplo para toda a Ibero - América e, certamente, para outras partes do mundo. Importante ressaltar que a implantação de um modelo que deu resultados positivos necessita consolidar as práticas e impulsionar novos avanços.

O IBRAM só realizará sua missão se colocar em prática os princípios da gestão de caráter participativo da PNM, tornando-se uma instituição com uma cultura acolhedora de seus membros e colaboradores, para evitar a concentração de poder e assim estimular constantemente o comprometimento e o engajamento, que inicialmente suscitou muitos, a participarem da construção de uma política pública para museus no Brasil.

4.2 Estatuto Brasileiro de Museus e IBRAM - os desafios em conectar e crescer

No entendimento da equipe do Ministério da Cultura e dos colaboradores da PNM tinha-se clara a necessidade de institucionalizar, por meio da criação de legislação e de um órgão gestor específico para o campo dos museus, como mecanismos estratégicos de garantia para a continuidade de uma política pública para o setor.

A partir da publicação das Leis números 11.904 e 11.906 de janeiro de 2009, respectivamente, a criação do Estatuto Brasileiro de Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus, e com o Decreto 6.845/2009, o campo museal brasileiro passou a ter outros desafios no que se refere a fazer com que os museus entendam a legislação e a cumpram e, também, no que diz respeito a estruturar um instituto que atue para alcançar os objetivos traçados pela PNM, fortalecendo os vínculos sociais que se estabeleceram para a criação da PNM.

Essa tarefa, de certo modo, foi concentrada no DEMU, que se tornou IBRAM, como já foi referido acima. Como ocorreu a gestão da mudança, ou seja, antes tudo era menor, era apenas um departamento dentro de um instituto, a partir de então, tornou-se mais complexo, surgiram novos fluxos, outras instâncias de relações e de trabalho, alterações de procedimentos e hierarquias com o desafio maior de manter o empoderamento daqueles que estavam comprometidos com a PNM e continuar estabelecendo diversas conexões no processo de consolidação de uma política pública para museus no Brasil.

Outra questão que se coloca para a consolidação da instituição é a preocupação com a descontinuidade das ações empreendidas pelos gestores. Na política atual, as instituições públicas estão sujeitas à mudança de gestores e é muito comum que a equipe de governo que entra desconheça o trabalho anterior, e até mesmo que atue no sentido contrário do que já foi feito.

Pelo Decreto Nº6.845/2009, a presidência do instituto deve ser exercida em regime de colegiado, ou seja, a Diretoria, que é constituída pelo Presidente e pelos Diretores dos Departamentos; o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e o Comitê de Gestão composto pelo Presidente, pelos Diretores, pelo Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal, pelo Procurador-Chefe e pelos dirigentes das Unidades Museológicas do IBRAM. No exercício da função, é fundamental que o IBRAM atue como uma estrutura descentralizada, para evitar a centralização nas tomadas de decisões e garantir o processo participativo e nesse sentido a gestão necessita estar articulada com o Sistema Brasileiro de Museus, instância que legitima a distribuição de poder, o que na prática é questionável se está acorrendo, tendo em vista o número de reuniões do Conselho do Patrimônio

Museológico, que foi apenas uma reunião conforme documentação, e ausência de reuniões do Comitê Gestor do SBM, a partir de 2010.

O que precisa ser evitado no IBRAM é que o instituto cresça como uma estrutura que mescle concentração de poder, personalismo e construção aparente de participação com uma ausência de ação coletiva e a realização de atividades pontuais no lugar de projetos estruturantes.

Alguns documentos dão sinais da desatenção com relação a essa questão, como as atas e memórias das reuniões do Comitê Gestor do SBM e do Conselho do Patrimônio Museológico, que estiveram reunidos pela última vez, de 16 a 18 de junho de 2010, e pela ausência de um sistema documental organizado e sistematizado com as propostas e encaminhamentos realizados nas reuniões dessas duas instâncias.

Quanto ao Decreto Nº 8.124/2013, de Regulamentação do Estatuto e do IBRAM, no que se refere ao Sistema Brasileiro de Museus, é importante salientar que pelo Artigo 19 foram incorporadas novas representações no Comitê Gestor que não possuíam acento quando do Decreto 5.264/2004 de criação do SBM. Algumas das entidades incluídas tiveram aprovação na última reunião do Comitê em 2010 e foram propostas por membros do próprio Comitê. Observa-se que não houve uma ação anterior por parte do IBRAM ou do próprio Comitê Gestor do SBM para divulgar a possibilidade de outras instituições virem a fazer parte do Comitê Gestor o que resultou que apenas algumas entidades que tinham acesso às informações apresentaram proposição para integrar o Comitê, o que pode ser exemplificado pela inclusão da Associação Brasileira de Antropologia, justificada pelos acervos e museus antropológicos, mas fica a questão quanto à representatividade de outras Associações, como as de Arqueologia, Biologia, História, Ciências e Tecnologia e outras, que também teriam justificativas.

Outras entidades foram incluídas pela própria equipe do IBRAM que trabalhou na formatação da regulamentação da Lei, como é o caso da Fundação Biblioteca Nacional, da Associação dos Arquivistas Brasileiros e do Conselho Federal de Biblioteconomia, enquanto o IPHAN foi excluído sem levar em conta toda a atuação e expertise com o patrimônio que a instituição possui.

A título de comparação segue a composição do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus no Decreto Nº5.264/2004, Artigo 5º, parágrafo primeiro: dois do Ministério da Cultura; um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; um do Ministério da Educação; um do Ministério da Defesa; um do Ministério da Ciência e Tecnologia; um do Ministério do Turismo; um dos sistemas estaduais de museus; um dos sistemas municipais de museus; um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional; um do Conselho Federal de Museologia; um de entidade de âmbito nacional representativa dos

ecomuseus e museus comunitários; um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; um da Associação Brasileira de Museologia, e dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

Estas são as entidades que compõem o Comitê Gestor do SBM, segundo o Decreto de Regulamentação Nº 8.124/13: Ministério da Cultura; Ministério da Educação; Ministério da Defesa; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério do Turismo; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Meio Ambiente; IBRAM; Fundação Biblioteca Nacional; Arquivo Nacional; sistemas estaduais de museus; sistemas municipais de museus; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Conselho Federal de Museologia; Associação Brasileira de Museologia; Associação dos Arquivistas Brasileiros; Conselho Federal de Biblioteconomia; Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais; Federação de Amigos de Museus do Brasil; Associação Brasileira de Antropologia; entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional; entidade representativa dos ecomuseus e museus comunitários, de âmbito nacional e duas instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

Uma das leituras possíveis do quadro abaixo, que apresenta a composição do Comitê Gestor do SBM nos dois momentos, ouseja, no Decreto de 2004 e em 2013, é que a representatividade da sociedade cresceu no Comitê Gestor de acordo com o Decreto 8.124/13, ao mesmo tempo em que perdeu a especificidade de representação da área museológica.

Outra análise da construção do documento é de que a base de colaboradores não teve uma participação tão efetiva na elaboração do Decreto, como teve na elaboração dos Decretos 11.904 e 11.906 de 2009. Não houveram os mecanismos de consulta à comunidade, também não foram encontrados registros de movimentos de entidades representativas para fazerem parte da nova constituição do Comitê Gestor do SBM, embora o espaço de expressão da comunidade, por meio do SBM, estivesse aberto para a participação, não ocorreu a circulação de informações a ponto de gerar uma mobilização para incluir novas representações.

Abaixo o quadro comparativo da composição do Comitê Gestor do Sistema de Museus em 2004 e em 2013 com as composições citadas acima para que se possa visualizar com mais clareza as representações.

Quadro 7: Comparativo da Composição do Comitê Gestor do SBM

Decreto Nº 5.264 – 5 de novembro de 2004	**Decreto Nº 8.124 – 17 de outubro de 2013**
02 do Ministério da Cultura	01 do Ministério da Cultura
01 do Ministério da Educação	01 do Ministério da Educação
01 do Ministério da Defesa	01 do Ministério da Defesa
01 do Ministério da Ciência e Tecnologia	01 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
01 do Ministério do Turismo	01 do Ministério do Turismo
01 dos Sistemas Estaduais de Museus	01 dos Sistemas Estaduais de Museus
01 dos Sistemas Municipais de Museus	01 dos Sistemas Municipais de Museus
01 do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus	01 do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus
01 do Conselho Federal de Museologia	01 do Conselho Federal de Museologia
01 da Associação Brasileira de Museologia	01 da Associação Brasileira de Museologia
01 da Entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional	01 da Entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional
01 da Entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários	01 da Entidade representativa dos ecomuseus e museus comunitários
02 das instituições universitárias relacionadas à área de Museologia	02 das instituições universitárias relacionadas à área de Museologia
	01 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	01 do Ministério do Meio Ambiente
	01 do IBRAM
	01 da Fundação Biblioteca Nacional
	01 do Arquivo Nacional
	01 da Associação dos Arquivistas Brasileiros
	01 do Conselho Federal de Biblioteconomia
	01 da Associação Brasileira de Conservadores - Restauradores de Bens Culturais
	01 da Federação de Amigos de Museus do Brasil
	01 da Associação Brasileira de Antropologia
01 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Total	**Total**
14 órgãos e entidades representados	23 órgãos e entidades representados
16 representantes com suplentes	24 representantes com suplentes

*Quadro elaborado para a pesquisa, outubro 2013.

Os momentos são diferentes, a criação do Estatuto Brasileiro de Museus e a criação do Instituto Brasileiro de Museus expressam a vontade da maioria envolvidas por objetivos

comuns e que desejavam fazer parte do processo, a noção de rede estava presente. O Decreto 8.124/13 é um instrumento institucional resultado de um trabalho técnico e burocrático, com o poder concentrado em poucas mãos, trabalhado sem a articulação de estratégias de comunicação e interação com a comunidade.

Com a lei de criação do Estatuto, os museus tinham cinco anos para se adequarem ao que a mesma estabelecia. Este prazo não foi rigoroso, pois além da lei, era necessária a regulamentação desta, que só ocorreu em 17 de outubro de 2013, por meio do Decreto Regulamentar nº 8.124. E ainda são necessárias as decorrências dessa regulamentação, que são as normatizações.

A importância do Estatuto está no fato concreto da criação de um instrumento institucional de política pública para o setor museológico no contexto da Política Nacional de Museus, que precisa ser entendido e apropriado, não como mera ferramenta de fiscalização, mas como indutor de políticas públicas estaduais e municipais de modo que articule a atuação em rede, fortaleça o trabalho colaborativo e reconheça a diversidade nos processos de musealização.

Gilson Nunes (2012), professor do curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, que já atuou no Comitê Gestor do SBM representando os sistemas municipais, na sua entrevista fez uma observação significativa com relação ao SBM e sua atuação ao considerar que o Sistema Brasileiro de Museus atua como uma instância de discussão e orientação para que o órgão do poder executivo, nesse caso o Instituto Brasileiro de Museus, possa desenvolver adequadamente a Política Nacional de Museus. Por isso, no entendimento dele, o SBM tem de ter uma composição abrangente, atuando como uma instância que efetivamente possa representar o setor museológico em sua plenitude.

Nessa linha, Gilson Nunes (2012), ainda na entrevista, observou também de modo pertinente que deveria existir uma complementaridade entre o IBRAM e o SBM. O IBRAM deveria usar o SBM para orientar, avaliar e, se fosse o caso, redirecionar diretrizes e ações da Política Nacional de Museus. Quando ele representou os sistemas de museus municipais no Comitê Gestor do SBM, percebeu que o Comitê Gestor funcionou algumas vezes mais como um órgão de validação das ações do IBRAM do que como um órgão propositivo. Mas, ainda assim, acredita que o SBM cumpre sua função ao referendar as ações propostas pela diretoria do IBRAM e ao propor alterações ou complementações em algumas ações que foram ou não consideradas pelo IBRAM.

Como diz Elena Fioretti (2012), que atuou como Coordenadora de Museus no Estado de Roraima e colaborou com a implantação da PNM, o IBRAM é o órgão de governo, e por isso de governança, para executar a Política Nacional de Museus e contribuir para que estados e municípios adotem suas políticas pactuadas com a Nacional. O IBRAM é uma

unidade gestora e de responsabilidade do funcionamento do Sistema Brasileiro de Museus, uma vez que deve assegurar que o atrelamento, a ação sistêmica - de ponta a ponta - seja implementada a fim de consolidar uma cadeia forte e com objetivos voltados para o desenvolvimento do setor. No entendimento dela, se não há um gestor, a cadeia não se forma, ou se a unidade gestora não está consolidada, a cadeia se rompe e o sistema não desenvolve suas atividades, ou seja, não gesta a Política Nacional e consequentemente Estadual e Municipal para os Museus. É fundamental que haja uma interdependência, uma interface, uma interação entre os entes envolvidos, ou seja, que as conexões sejam estabelecidas e reestabelecidas num constante enraizamento na sociedade.

A criação do IBRAM trouxe novos desafios para os profissionais que estavam atuando e também para o processo da política pública. A gestão de uma instituição da grandeza do IBRAM exige dos coordenadores o domínio dos conhecimentos, habilidades específicas e a tarefa de continuar a mobilizar as pessoas para a atuação em conjunto, tanto para as funções estratégicas como para as operacionais. Manter o foco do trabalho para o campo museológico e não centrar a atenção para a instituição, tendo a clareza que o desenvolvimento do campo e para o campo é que vai fortalecer a instituição talvez seja o maior enfrentamento para a administração do IBRAM.

A gestão de processos dentro da estrutura do IBRAM precisa ter o foco no fluxo de informações e serviços que vão permitir a boa execução do planejamento para atender a demanda do setor museológico e da comunidade com relação aos museus e, dessa forma, tanto as pessoas que são gestoras como as demais são empoderadas de suas funções e cria-se uma interdependência no desenvolvimento das ações.

A criação de um órgão que fosse responsável direto por uma política pública para museus era uma solicitação antiga do meio e durante todo o percurso de implantação da PNM esse era um dos objetivos. Entretanto, é preciso ter claras as implicações dessa aspiração que com a Lei 11.906/2009 foi efetivada: criou-se uma estrutura organizacional, com hierarquias e funções e espera-se que atuem com profissionalismo e ao mesmo tempo sejam eficazes para combater a burocracia e agilizar o trabalho. Torna-se necessário tanto o poder formal da autoridade como também o trabalho em grupo e a participação em diferentes instâncias, para que o IBRAM não perca o carisma que tinha o DEMU.

O IBRAM está em fase de consolidação e com muitas tarefas a executar. Todavia, é importante estar atento à política de mudança, ou seja, crescer e amadurecer para aperfeiçoar o desempenho, produzir resultados e garantir a continuidade frente a uma realidade que embora seja conhecida ela é dinâmica e está sendo encarada de outra condição dentro da estrutura ministerial.

Nilson Moraes expressa essa situação:

> "a criação do IBRAM pode ser apenas o fim de um cenário político e institucional, marcando o início do confronto que os profissionais do campo museológico deverão enfrentar na afirmação e legitimação de um campo que não se reduz a relações políticas e institucionais." (Moraes, 2011, p.92).

O que ele aponta, na verdade, é que a criação do IBRAM implica em novas relações com a sociedade, a partir da institucionalização de uma política pública. As organizações e instituições com suas hierarquias tendem para uma concentração de poder, o IBRAM tem uma missão institucional difícil diante da realidade brasileira, onde as demais políticas públicas como saúde e educação enfrentam adversidades históricas.

Em 13 de setembro de 2012, o MinC adquiriu mais claramente o seu caráter político, a senadora Marta Suplicy assumiu o Ministério da Cultura, no lugar de Ana de Hollanda, que ficou apenas um ano e oito meses com muitas críticas a sua gestão.

Em 06 de março de 2013, José do Nascimento Junior saiu da presidência do IBRAM. Para o seu lugar foi indicado, no início de abril, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, que assumiu a presidência em 09 de julho de 2013. No período de final de março a início de julho de 2013, Eneida Braga Rocha de Lemos assumiu como Presidente substituta.

Angelo Oswaldo é escritor, curador de arte, jornalista, advogado e gestor público. Foi secretário de Turismo e Cultura da Prefeitura Municipal de Ouro Preto de 1977 a 1983, prefeito de Ouro Preto por três mandatos de 1993 a 1996; de 2005 a 2008 e de 2009 a 2012, secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais de 1999 a 2002, presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura em 2002 e ministro interino da Cultura em 1986 e 1987, na gestão do ministro Celso Furtado. Foi ainda chefe de Gabinete do Ministério da Cultura de 1986 a 1988, presidente do IPHAN entre 1985 e 1987 e membro dos conselhos do IPHAN de 1994 a 2002. Em 2009, tornou-se presidente da Associação Brasileira de Cidades Históricas. Membro fundador da Rede de Cidades Barrocas da América Latina foi eleito vice-presidente para o biênio 2011-2012, em Puebla, México.

Observa-se que seu currículo registra uma larga experiência nas áreas da gestão e também no patrimônio. Na posse, em Brasília, na sede do IBRAM, Angelo Oswaldo destacou pontos prioritários para atuação: os museus vinculados ao Instituto devem ser paradigmáticos para o campo museal; fortalecimento das áreas da Comunicação e da Educação museal e da Museologia Social; a ampliação do CNM; a criação de novos museus em grandes cidades que não possuem museus vinculados ao IBRAM; a valorização dos servidores do Instituto, por meio da valorização da carreira e ampliação do quadro e ainda a busca de recursos para a realização dos trabalhos. (Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM], 2013).http://boletim.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/IMG_7768.jpg

O Sistema Brasileiro de Museus é uma ferramenta de política pública que pode restabelecer o espaço da diferença no modelo de gestão, ou seja, de empoderamento social, pois pode colocar mecanismos que possibilitem novas articulações e intervenções e, assim, estruturar relações para dentro do campo museológico e também no contexto cultural e social.

4.3 A sincronia dentro da diacronia ou a “linha de tempo”

A construção de uma linha de tempo tem o objetivo de organizar cronologicamente determinados acontecimentos, de acordo com um recorte temporal, a partir de um tema ou de um ponto de vista, visando, por esse caminho, contribuir para a identificação e compreensão de determinadas mudanças e permanências.

O campo da museologia e dos museus no Brasil, nos últimos 13 anos, passaram por grandes transformações, especialmente no que se refere à relação entre museu e sociedade. A abundância de acontecimentos marcantes e a velocidade em que ocorreram num curto período de tempo foram decisivos para que esta linha de tempo fosse construída. Neste trabalho a linha de tempo tem vários objetivos, entre os quais destacam-se dois: 1. Auxiliar a visualização e a compreensão da sequência de programas, projetos, eventos e ações que estruturaram a construção da Política Nacional de Museus e 2. Identificar osentrelaçamentos de redes pessoais e institucionais acionadas para a criação de uma política pública para museus no Brasil a partir de 2002.

2002

- 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, de 13 a18 de maio, onde foi aprovada a Carta do Rio Grande, na cidade de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

- Em novembro, foi elaborado o documento A Imaginação Museal a Serviço da Cultura no Brasil, organizado pelo Conselho Federal de Museologia.

2003

- Teve início a gestão que considerou a área de museus como uma das prioridades do Ministério da Cultura. - A área de museus do Ministério da Cultura acatando a maioria das demandas da Carta do Rio Grande, colocou-a na rede, e em pouco tempo, a Carta recebeu mais de 300 contribuições.

- Lançamento da Política Nacional de Museus, em 16 de maio, no Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

- Iniciativa de criação do Cadastro Nacional de Museus, com um formulário inicial de levantamento das instituições museológicas veiculado na publicação da PNM.

- 1ª Semana de Museus – Museus e Amigos, de 12 a 18 de maio, com a participação de 57 museus, com 270 eventos em 36 cidades brasileiras.

- Lançamento Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Projeto Bahia, em 27 de maio, realização do DEMU/IPHAN/MinC em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, Museu de Arte Sacra, e o curso de Museologia da UFBA,

DIMUS/IPAC/SECULT, Associação de Museólogos da Bahia, Secretaria Municipal de Educação, COREM/1ª Região na cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

- Em outubro criação o Departamento de Museus e Centros Culturais no IPHAN/ MinC.

2004

– 2ª Semana de Museus – Museus e Patrimônio Imaterial, de 17 a 23 de maio, com a realização de 350 eventos e a participação de 161 instituições.

- Decreto de 31 de maio instituiu as comemorações da Semana dos Museus e do Dia Nacional do Museólogo.

- Criação do Curso de graduação em Museologia no Centro Universitário Barriga Verde, UNIBAVE, no Estado de Santa Catarina.

- Início do Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Encontro com representantes dos estados e fundações para a realização das oficinas de capacitação em museologia e de fóruns regionais de museus para desenvolver o programa de oficinas e a implantação dos sistemas estaduais e municipais de museus.

- Primeira Edição do Edital Modernização de Museus criado pelo DEMU/IPHAN.

- 09 de setembro assinatura do acordo de cooperação técnica entre o Instituto Português de Museus/ Rede Portuguesa de Museus e DEMU/IPHAN/MinC.

- 20ª Conferência Geral do ICOM - Museus e o Patrimônio Intangível - de 02 a 08 de outubro, em Seul, na Coréia do Sul.

- 05 de novembro - Decreto n. 5264 – Criação do Sistema Brasileiro de Museus.

- Firmado acordo de cooperação com a Espanha e OEI para implantação do CNM.

- Jornada Brasil – Espanha – Museus no Mundo Contemporâneo - 14 a 21 de novembro, nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

- Assinatura do acordo de cooperação entre a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Portugal e o DEMU/IPHAN/MinC, em 14 de dezembro.

- 1º Fórum Nacional dos Museus: A Imaginação museal: os caminhos da democracia, de 13 a 17 de dezembro, na cidade de Salvador, Bahia, com 450 participantes.

- I ENEMU – Encontro Nacional de Estudantes de Museologia, de 13 a 17 de dezembro, na cidade de Salvador, no estado da Bahia, durante o 1º Fórum Nacional de Museus.

- I Encontro de Professores Universitários do campo da Museologia, de 13 a 17 de dezembro, na cidade de Salvador, no estado da Bahia, durante o 1º Fórum Nacional de Museus.

- Publicação da Revista Musas, Revista Brasileira de Museus e Museologia, número 1, pelo DEMU/IPHAN.

2005

– Desenvolvimento de estudos de metodologias próprias para o CNM.

– 3ª Semana de Museus - Museus: Pontes entre Culturas com a participação de 284 instituições e a realização de 800 eventos.

- Emenda Constitucional nº 48/2005, criação do Plano Nacional de Cultura, em agosto.

- Decreto 5.520/05 instituiu o Sistema Federal de Cultura e dispôs sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural, em 24 de agosto.

- I Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília, Distrito Federal, de 13 a16 de dezembro.

2006

- De janeiro a junho, a minuta do anteprojeto de lei para a área museológica, denominado Estatuto dos Museus, foi colocada em discussão democrática, na rede, inclusive.

- Abertura oficial do Ano Nacional de Museus, no Museu Lasar Segall, em São Paulo, com a presença do Ministro Gilberto Gil, em 17 de março Mais de uma centena de eventos foram executadas no contexto das comemorações.

- Lançamento do Cadastro Nacional de Museus, em 17 de março, no Museu Lasar Segall, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

- Inauguração do Museu da Maré, com a presença do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, em 08 de maio, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

- Implantação do CNM, em maio.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal do Recôncavo Baiano, UFRB, na cidade de Recôncavo Baiano, no Estado da Bahia.

- Criação do curso de pós-graduação em Museologia e Patrimônio, mestrado, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

- 4ª Semana de Museus - Museus e Público Jovem - de 15 a 21 de maio, com a participação de 438 instituições e a realização de 1200 eventos em todo o país.

- Portaria Normativa IPHAN nº 01, de 05 de julho, dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do IPHAN.

- Lei nº 11.328/06 - instituição do ano de 2006, como o Ano Nacional dos Museus.

- Jornada Espanha – Brasil, em julho, na Espanha.

- o 2º Fórum Nacional de Museus - O futuro se constrói hoje, de 22 a 26 de agosto, na cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, com a presença de 1.000 especialistas de todo o país.

- II ENEMU – Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia, no período de 22 a 26 de agosto, na cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.

- II Encontro dos Professores Universitários do Campo da Museologia, de 22 a 26 de agosto, durante o 2º Fórum Nacional de Museus, na cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais.

- Projeto de Emenda Constitucional - PEC nº 575, de 1º de novembro, altera os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, estabelecendo condições para a preservação do Patrimônio Museológico Brasileiro.

- Projeto de Lei nº 7568/2006, em 08 de novembro, relativo à instituição do Estatuto de Museus.

- Lançamento do Portal do Sistema Brasileiro de Museus (www.museus.gov.br) em 29 de novembro. A ação é do DEMU/IPHAN em parceria entre os Ministérios da Cultura do Brasil e da Espanha e a Organização dos Estados Ibero-Americanos.

- Publicação da Revista Musas, Revista Brasileira de Museus e Museologia, número 2, pelo DEMU/IPHAN.

2007

- 5ª Semana Nacional de Museus – Somos Todos Universais - de 14 a 20 de maio, realizou 1.426 eventos em 464 instituições museológicas de todos os estados e do Distrito Federal.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal do Sergipe, UFS, na cidade de Laranjeiras, no Estado do Sergipe.

- I Encontro Ibero-Americano de Museus, em junho na cidade de Salvador, no Estado da Bahia. Realizado pelo DEMU/IPHAN e Associação Brasileira de Museologia, com o patrocínio da Petrobras.

- 21ª Conferência Internacional do Conselho Internacional de Museus, de 19 a 24 de agosto, em Viena, na Áustria.

- Publicação da revista Musas, Revista Brasileira de Museus e Museologia, número 3, pelo DEMU/IPHAN.

2008

– 6ª Semana de Museus - Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento - no período de 12 a 18 de maio, com a participação de 450 instituições e a realização de 1.470 eventos em todo país.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, na cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

- 3º Fórum Nacional de Museus com o tema: Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento, no período de 07 a 11 de julho, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, e reuniu 1.500 participantes.

- III ENEMU – Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia, no período de 07 a 11 de julho, durante o 3º Fórum Nacional de Museus, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

- III Encontro de Professores Universitários do Campo da Museologia e a Criação da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia, no período de 07 e 08 de julho, durante o 3º Fórum Nacional de Museus, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina,

- II Encontro Ibero-Americano de Museus, no período de 07 a 11 de julho na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

- I Encontro de Parlamentares Ibero-americanos da Área da Cultura, no período de 07 a 11 de julho, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

- I CEAM - Curso de Estudos Avançados de Museologia, em julho e agosto, coordenação Professor Doutor Mario Chagas, parceria da ABM, ULHT, DEMU/IPHAN/ MHN.

2009

– Promulgação da Lei 11.904, em 14 de janeiro, Lei de Criação do Estatuto Brasileiro de Museus.

- Promulgação da Lei 11.906, em 20 de janeiro, Lei de Criação do Instituto Brasileiro de Museus.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade de Brasília, UnB, em Brasília, Distrito Federal.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal do Pará, UFPA, na cidade de Belém, no Estado do Pará.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, na cidade do Recife, no Estado de Pernambuco.

- Posse da primeira Diretoria do Instituto Brasileiro de Museus, em 11 de maio, ocorrida no Salão Brasília do Palácio Itamaraty, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Foram empossados como Presidente, José do Nascimento Junior; como Diretor do Departamento de Processos Museais, Mario de Sousa Chagas; como Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus, Eneida Braga Rocha de Lemos, na coordenação Geral dos Sistemas de Informação, Rose Moreira de Miranda e como Assessora Especial de Projetos Estratégicos, Claudia Maria Pinheiro Storino.

- 7ª Semana de Museus - Museus e Turismo: viaje no tempo - de 17 a 23 de maio com 2.020 eventos realizados em todo país, em 615 instituições.

- Criação do Programa Pontos de Memória, uma parceria IBRAM, Programa Mais Cultura e Cultura Viva/MinC e OEI.

- II Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia, no período de 24 a 26 de agosto, nas cidades de Salvador e Cachoeira, no Estado da Bahia.

- Publicação da Revista Musas, Revista Brasileira de Museus e Museologia, número 4, pelo DEMU/IBRAM.

2010

– Pré-Conferência Setorial de Museus e Memórias, realizada em 26, 27 e 28 de fevereiro, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro.

- II Conferência Nacional de Cultura, de 11 a 14 de março, em Brasília, Distrito Federal.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal de Goiás, UFG, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

- 8ª Semana de Museus - Museus para a harmonia social - de 17 a 23 de maio, com a participação de 588 instituições e a realização de 1763 eventos espalhados em todo país.

- Plenárias Estaduais de Museus nos estados brasileiros, em junho, coordenação Margarete Moraes – IBRAM.

- 4º Fórum Nacional de Museus - Direito à Memória, Direito a Museus, de 12 a 17 de julho, em Brasília, Distrito Federal.

- Construído o Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020 – finalizado o processo de construção no 4º Fórum Nacional de Museus.

- III Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia, em 13 de julho, durante o 4º Fórum Nacional de Museus, em Brasília, Distrito Federal.

- 22ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus, de 7 a 22 de novembro, em Xangai, na China.

2011

- 9ª Semana de Museus - Museu e Memória - no período de 16 a 22 de maio, em 1.006 instituições e a realização de 3.080 eventos.

- Criação do curso de pós-graduação em Museologia e Patrimônio, doutorado, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

- Lançamento primeiro Edital Prêmio Pontos de Memória.

- IV ENEMU – Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, no período de 10 a 15 de julho.

- II CEAM - Curso de Estudos Avançados de Museologia, entre 1º e 28 de agosto, parceria da ABM, ULHT, UFBA, DIMUS/IPAC/SECULT e IBRAM, na cidade de Salvador no Estado da Bahia.

- IV Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia, no período de 28 a 30 de novembro, na cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

2012

– No dia 1º de abril Mario Chagas deixa, a pedido, a direção do DEPMUS/IBRAM.

- 10ª Semana de Museus - Museus em transformação: novos desafios, novas inspirações, de 14 a 20 de maio, com 3.420 eventos realizados em 1.114 instituições do território nacional.

- Criação do curso de graduação em Museologia na Faculdade de Artes e Ciências Dom Bosco, Faeca, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

- Criação do curso de especialização lato sensu em Museologia e Sociedade, na Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, na cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.

- Criação do curso de pós-graduação em Museologia, mestrado, na Universidade de São Paulo/Museu de Arqueologia e Etnologia, USP/MAE, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

- V ENEMU - Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia, de 16 a 18 de novembro, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

- 5º Fórum Nacional de Museus – 40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade, no período de 19 a 23 de novembro, na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, reuniu 1.200 participantes.

- V Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia, no período em 21 de novembro, durante o 5º Fórum Nacional de Museus, na cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro.

2013

– Em março, José do Nascimento Junior deixa a Presidência do IBRAM.

- De março a início de julho, Eneida Braga Rocha de Lemos assumiu como Presidente interina do IBRAM.

- 11ª Semana de Museus - Museus (Memória + Criatividade) = Mudança Social, de 13 a 19 de maio, com um total de 1.252 instituições participantes e a realização de 3.911 atividades em todo o país.

- Criação do curso de pós-graduação em Museologia, mestrado, na Universidade Federal da Bahia, UFBA, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

- Em 09 de julho, Angelo Oswaldo foi nomeado para a Presidência o IBRAM.

- XV Conferência Internacional da Nova Museologia, MINOM e produziu o terceiro documento do MINOM, a Declaração do Rio MINOM 2013, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro,

- 23ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus, de 10 a 17 de agosto, na cidade do Rio de janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

- VI Encontro da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia, em 15 de agosto, durante 23ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

- VI ENEMU – Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia, de 22 a 25 de agosto, na cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia.

- Decreto nº 8.124 Regulamenta os dispositivos da Lei 11.904/2009 e da Lei 11.906, Lei de Criação do Estatuto Brasileiro de Museus e Lei de Criação do IBRAM.

- III Conferência Nacional de Cultura, de 27 de novembro a 1º de dezembro, em Brasília, Distrito Federal.

A linha de tempo aqui apresentada tem por limites, em virtude de questões metodológicas, o período que se estende de 2002 a 2013, coloca em evidência os diversos grupos e setores que contribuíram para a construção da PNM e destaca a importância da criação do Sistema Brasileiro de Museus para a estruturação da legislação no campo

museológico brasileiro. Que esta linha de tempo contribua para a melhor compreensão do leitor desta pesquisa e além disso sirva também para auxiliar outras pesquisas e outras construções de políticas públicas de museus, de memória e patrimônio.

Conclusão

As leituras, entrevistas, discussões e reflexões realizadas ao longo da pesquisa propiciaram a emersão do entendimento de que para se constituir uma política pública é preciso conhecer a realidade e os problemas específicos do setor e elaborar um planejamento com base na inovação das relações sociais e no enfrentamento dos desafios econômicos, que se torne estratégico para a democratização e fortalecimento do campo museal e fundamental para o desenvolvimento social e para o exercício cidadão de direito à memória e à criação.

No Brasil, no final dos anos 90 e início do século XXI, os museus viviam um cenário de crise e abandono, em virtude da prática de uma política que deixava os museus ao

desamparo, que favorecia e estimulava a disputa institucional e a fragmentação do setor. Esse cenário de crise estava também associado à ausência de um programa governamental que articulasse as esferas públicas ao nível federal, estadual e municipal.

A insatisfação com essa situação levou um grupo de profissionais de museus de diferentes regiões a se mobilizar e a pensar novos modos de organização e de atuação do poder público perante o patrimônio musealizado e as ações de musealização que estavam ocorrendo na sociedade.

A mobilização do campo museal decorreu de um desejo de mudança em relação às práticas e teorias museológicas dominantes e da vontade de colaborar na construção de uma nova imaginação política para o setor. Essa nova imaginação passaria pela construção de uma política pública com pelos menos duas vertentes: 1. A da responsabilização do estado e 2. A da mobilização e participação da sociedade.

A possibilidade de se estruturar um novo modelo de política pública ocorreu no Ministério da Cultura, em 2003, com o ministro Gilberto Gil, que estabeleceu uma metodologia de gestão baseada na dinâmica social, na relação direta e na integração com a sociedade.

A implementação da Política Nacional de Museus foi inovadora em vários aspectos. Um deles foi abrir espaço para reflexão dentro da estrutura de poder e com isso gerar propostas, programas e planos capazes de se transformar em ação concreta. Outro aspecto que merece destaque foi a participação da sociedade por meio de processo colaborativo. Desde o princípio, o trabalho em rede foi sendo gradual e sistematicamente construído, conectando ministérios, prefeituras, estados, instituições, universidades, escolas, comunidades, organizações e pessoas.

A construção de uma política pública precisa levar em consideração um conjunto de medidas para serem desenvolvidas em curto, médio e longo prazo e ter um plano de sustentabilidade para que a sociedade acredite no que está sendo construído. Nesse sentido, a Política Nacional de Museus foi planejada para dar conta de atender demandas imediatas e, ao mesmo tempo, estruturou um plano para um período de tempo dilatado, consolidando ações e instrumentos importantes, como a legislação, a institucionalização, financiamentos e o fortalecimento dos museus na pauta das agendas públicas e na conjuntura social.

A Política Nacional de Museus trouxe avanços ao provocar uma reestruturação no Ministério da Cultura, inicialmente com a criação do DEMU e depois com o IBRAM. Mesmo considerando as dificuldades, o Brasil desenvolveu estruturas e um modelo de trabalho em nível federal e estabeleceu relações diretas com as administrações privadas e públicas em nível federal, estadual e municipal.

Algumas dificuldades para a maior consolidação da Política Nacional de Museus estão associadas às variações políticas e à instabilidade de alguns setores públicos. O reflexo

disso está no andamento do Sistema Brasileiro de Museus e nas suas relações com Sistemas Estaduais e Municipais de Museus. A ausência de continuidade de ações do Comitê Gestor do SBM com os estados e municípios e a instabilidade política que também afeta os níveis estaduais e municipais faz com que muitos municípios mapeados com museus ainda não tenham aderido ao SBM, muitos Estados não consigam estruturar os sistemas estaduais. Embora a evidência do enraizamento da Política Nacional de Museus esteja por todo país, as contrariedades políticas e a ausência de continuidades das relações impede a execução de uma ampla participação dos governos locais e regionais no desenvolvimento da política nacional.

Ao se desenhar e executar uma política nacional para museus com uma perspectiva de cooperação descortinou-se um conjunto de novas possibilidades para a gestão pública. Passou a ser possível e desejável o diálogo e a construção colaborativa com as gestões estaduais e municipais. Nesse novo enquadramento essas instâncias não seriam apenas reprodutoras das políticas nacionais, mas passariam a ser protagonistas de suas próprias políticas e ainda indutoras das políticas nacionais. Nesse sentido, medidas estratégicas configuradas na realização dos fóruns nacionais, estaduais e municipais de museus, na criação do Sistema Brasileiro de Museus, na criação do Instituto Brasileiro de Museus, no Estatuto Brasileiro de Museus e nos instrumentos de fomento e capacitação da PNM, foram fundamentais para essa nova dinâmica que buscava uma coesão social por meio do incremento da participação cidadã na conquista de uma política pública democrática e participativa.

O movimento que deu início à Política Nacional de Museus exigia do Estado uma definição frente às questões dos museus. Em 2003, a gestão do Ministro Gilberto Gil assumiu um papel de liderança e o controle do processo da nova política que foi colocada em prática por meio de uma democracia participativa fundada na dinâmica social.

A rede estabelecida concebeu novas formas de relação entre os atores sociais da comunidade museológica. Professores, estudantes, diretores e funcionários de museus, gestores públicos, autoridades civis e militares, representantes de instituições e organizações juntos com os órgãos governamentais abriram novas formas de relação e, assim, dão início a uma dinâmica social baseada na cooperação visando a construção de uma política pública para o desenvolvimento dos museus e da sociedade.

Ao serem chamados e ouvidos, ao participarem de encontros, de acessarem informações e conhecimentos, ao se articularem em rede, os agentes do campo museal produziram de modo sinergético novos processos e práticas de colaboração. Confirmando David de Ugarte (2008) a rede se estruturou a partir da necessidade e vontades iguais, da atuação de cada um, da capacidade de transmitir e receber informações, experiências,

conhecimentos. Essa conjuntura deu condição para a ação política e para a combinação de práticas sociais entre os diferentes atores.

A Política Nacional de Museus por intermédio do Sistema Brasileiro de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus e do Estatuto Brasileiro de Museus se configura como um processo que não se deteve numa prática retórica, mas que, ao contrário, se transformou em uma política pública concreta com uma instituição encarregada de atender as demandas do setor museológico e melhorar a eficácia da ação em relação ao patrimônio musealizado e à promoção, difusão e valorização dos museus junto à sociedade.

No contexto da realidade brasileira, onde educação e saúde são adversidades enormes que carecem de políticas públicas eficazes, a união de esforços e de vontades de um grupo inicialmente bem articulado, no empenho para exigir do Estado uma atitude mais comprometida com a causa dos museus significa a transformação dos componentes desse grupo em agentes do desenvolvimento e protagonistas das mudanças, o que reforça o sentimento de cidadania e de empoderamento social.

A partir do lançamento da Política Nacional de Museus, em maio de 2003, o grupo de atores sociais envolvidos foi crescendo e os cidadãos passaram a ter uma força de ação e participação mais elevadas se comparadas às práticas anteriores. Todavia, ainda existem desafios para incluir aqueles que estão à margem do processo, principalmente no que se refere à acessibilidade às informações e à transparência no processo de gestão.

Todo esse processo de implantação de uma política pública para museus no Brasil tem caráter inovador, vistos os diferentes modos de conexão entre os diferentes atores sociais e, principalmente, no modelo de conexão estabelecido pelo Estado com a comunidade museológica que, ao mesmo tempo, exercia a participação na geração de novas ferramentas e referendava as ações para dentro da estrutura pública do Estado.

O desafio ainda é o de articular canais de participação através dos quais a sociedade possa ser parte ativa da concepção e geração de novos instrumentos e métodos que conduzam a encaminhamentos junto ao Instituto Brasileiro de Museus no fortalecimento de políticas para o setor. E esse caminho necessariamente passa por uma avaliação das dinâmicas até então desenvolvidas e na busca constante de encontrar um modelo onde os grupos e movimentos da sociedade estejam comprometidos do início ao fim com os processos. É fundamental que a rede que se formou para a criação e institucionalização da PNM mantenha a conexão e estabeleça outros níveis de conectividade, principalmente no que se refere à circulação de informações. Quanto maior o debate e o diálogo com a rede num trabalho conjunto, mais facilidades para a comunicação e difusão das ideias e propostas junto às comunidades e poderes públicos. Assim, ampliam-se os espaços de participação e de colaboração na execução de uma política pública capaz de solucionar os problemas do setor

e ainda inovar na relação com a sociedade à medida que seja capaz de promover ações e realizações com implicações que representem excelência, a eficácia e eficiência do poder público.

Atualmente, diante da grande escala e da rapidez de circulação das informações, do compromisso de transparência, os modelos de políticas públicas que incluem ativamente a sociedade além de contribuírem para o sentimento de pertencimento e para o empoderamento social, geram confiança e legitimidade. Essa é a nova dimensão do desafio do IBRAM: trabalhar para uma política pública cada vez mais inclusiva, participativa, que dialogue diretamente com todas as instâncias de representação e que, pelo enraizamento na sociedade, estabeleça conexões. Dessa maneira, o poder da rede se configurará como um poder distribuído.

A esfera pública deve ser o espaço de representação da diversidade, pois muitas são as diferenças, mas é pelo debate e pela administração das diferenças que as estruturas de poder e, no caso o IBRAM, tem o desafio de, além incluir a todos, inclusive aqueles que estão afastados da institucionalidade, promover os diferentes capitais culturais. O empoderamento está associado a dar condições para todos, colocar ferramentas e instrumentos que possibilitem novas articulações à disposição de todos. Nas palavras do Ministro Gilberto Gil, isso significa a afirmação da cultura como direito social. (Ministério da Cultura [MinC], 2006).

É imprescindível estar atento para que o empoderamento não vire discurso institucional para que seja de fato o resultado de uma prática e de um processo de mudança social. Os discursos são resultados da vontade dos que acreditam que podem provocar as mudanças. Por isso, a comunicação e a informação entre os desconhecidos, que possuem os mesmos objetivos asseguram o caráter distribuído das redes, como afirma David De Ugarte (2008). Assim, existe um caráter aglutinador que foi possível perceber na criação da PNM.

Esse caráter aglutinador se constituiu de três vias que juntas vieram a influir na agenda pública e provocar as mudanças desejadas pelo grupo. A primeira via foi o discurso como resultado da vontade da mudança, o que David De Ugarte (2008) chama da lírica discursiva com um forte componente identitário, que reuniu por meio da comunicação mesmo os desconhecidos. Na mobilização realizada em torno das dificuldades que, no entendimento do grupo, necessitavam ser alteradas. O que foi cada vez mais conectando pessoas. A segunda via foi o desenvolvimento de ferramentas: as ideias geradas na rede foram colocadas à disposição pública por meio de diversos instrumentos como o Sistema Brasileiro de Museus, o Estatuto Brasileiro de Museus, os programas de fomento e capacitação da PNM, os Pontos de Memória, os fóruns de museus e outros. A terceira via foi a visibilidade, permitindo demonstrar que houve uma ruptura com a passividade por meio de mecanismos que propiciaram uma propagação do que estava sendo feito e mais do que isso, uma possibilidade

de participar das atividades, das ações, dos programas. Essa visibilidade mostrou o que as pessoas estavam realizando nos museus, ou seja, não era o Ministério da Cultura que monopolizava a visibilidade, mas era o trabalho em rede que estava sendo valorizado, a cooperação, a colaboração. E aqui colocou-se desde o início um desafio para a PNM garantir a visibilidade e a diversidade dos protagonistas sem querer controlar os seus movimentos, sem querer reduzir suas autonomias.

Nesse sentido, o Sistema Brasileiro de Museus precisa ter sua atuação recuperada e estar mais presente nas tomadas de decisões junto ao IBRAM. No Sistema, há uma rede de iguais, ainda que existam nodos mais conectados que outros. As decisões são resultadas de consenso, é realmente uma rede com poder distribuído, ninguém depende de ninguém para expor suas ideias, todos têm acesso às informações. O Sistema permite a atuação de todos, é uma organização da ação coletiva, porém para pertencer à rede é preciso ter um sentido, é preciso que a rede apresente fluidez e fluxos de rede para o fortalecimento individual e coletivo frente ao poder. Ou seja, que realmente tenham uma ação política que possa propor, pactuar, sugerir, intervir nas pautas relativas aos museus junto ao poder público.

O Comitê Gestor do SBM tem dois deveres fundamentais para manter a rede articulada: deve exigir do IBRAM a participação nas tomadas de decisões para exercer a sua representação política e deve compartilhar e ouvir a rede para que os que pertencem à rede sintam-se valorizados, percebam a atuação junto às instituições. Assim, pela clareza, acessibilidade e participação, os que estão na rede perceberão o valor de estarem conectados na rede por se tornarem agentes e multiplicadores. Desse modo, a rede cresce, pois viabiliza novas conexões.

Nas redes, não existe direção. O Comitê Gestor do SBM é um grupo de representatividade da rede que precisa se responsabilizar pela fluidez das informações, das comunicações, propor e facilitar as ações de conjunto. Os membros do Comitê Gestor, em certo sentido, são líderes que devem atuar na rede articulando as ideias e proposições dos grupos que representam para ações em comum. Maria Célia (2013) aponta a necessidade de se estar atento para a continuidade da PNM e salienta que pela atuação do SBM, é possível que a PNM se torne cada vez mais conhecida, debatida e aberta à renovação.

Em 2004, quando foi criado, o SBM assumiu um papel determinante na articulação junto aos diversos setores e na mobilização para as ações da PNM. Joana Sousa Monteiro (2012) reconheceu no Sistema Brasileiro de Museus uma ação integrada com o DEMU, sobretudo nas áreas do cadastro - levantamento e registro de todos os museus brasileiros - e suas características e condições, da qualificação promovida por meio dos editais, da formação de recursos humanos por via das ações de capacitação providenciadas, e ainda da internacionalização, sobretudo para o universo da Ibero América, não diretamente ou só

através do Sistema, mas em complemento com o Ibermuseus, em que o Brasil tem um papel preponderante.

Ao ser criado o IBRAM, que em certo sentido pode ser considerado uma estrutura descentralizada por se relacionar diretamente com as instituições, secretarias, governos, entidades, organizações e movimentos, o Sistema Brasileiro de Museus recrudesceu sua ação em rede. Ficou na expectativa de ser chamado pelo IBRAM para atuar. Gilson Nunes (2012) aponta a necessidade de reativar o SBM. O IBRAM precisa comunicar-se com as entidades de cada segmento para que indiquem os representantes no Comitê Gestor. Outra questão que assinala é ampliar as discussões no SBM, tornar mais transparente o processo, divulgando no site do IBRAM as datas, as pautas, a lista dos representantes com os contatos e principalmente manter os mecanismos de informação e comunicação atualizados.

Com a criação do IBRAM, o SBM deveria ter assumido uma segunda estratégia. A primeira foi a difusão das ideias, a mobilização, a articulação e o impulsionamento das diversas ações. A segunda seria construir um debate social distribuído na rede, buscar meios de criar instrumentos necessários para o acompanhamento, controle e avaliação dos projetos, buscar soluções criativas e inovadoras adequadas a cada realidade, o que ainda há tempo de fazer.

A criação do IBRAM também instituiu o Conselho do Patrimônio Museológico, uma representação de ilustres que confronta com o paradigma de gestão participativo e democrático, tanto pelo modelo da escolha dos representantes, como pela sua função que se identifica com um papel defensivo, protetor, uma dimensão épica. (Ugarte, 2008).

O IBRAM não foi criado para ser o tutor do SBM, tanto por suas características estruturais como pelas funções a cumprir. Ele não tem o papel de mobilização e sim da gestão. Nas palavras de Mario Chagas (2013), a PNM não deveria ser capturada pelas instituições governamentais; deveria ser, como se pretendeu, potencializada como um instrumento de desenvolvimento do campo museal brasileiro. E, para isso, o Sistema Brasileiro de Museus pode ser uma peça-chave, pois o Sistema tem a dimensão lírica (Ugarte, 2008), é articulador na essência e a vontade de fazer é que deve reunir seus representantes.

O trabalho em rede do SBM com bases na informação e comunicação pode continuar influindo na agenda pública, levantar assuntos de debate social, atentar para os pequenos museus e buscar meios necessários para diminuir a distância museológica entre os museus das grandes cidades e os museus das diversas regiões brasileiras, buscando, conjuntamente com o IBRAM, as condições para que venham a ser polos de desenvolvimento local e de aplicação das ações museológicas para o cumprimento da função social dos museus.

Os caminhos para a continuidade do trabalho em rede são uma questão difícil para todos os que trabalham nessa área, cabe retomar o que foi dito por Joana Sousa Monteiro

(2012) sobre a necessidade constante de reforço da cooperação interinstitucional visando promover e desenvolver o trabalho dos museus junto das comunidades e salienta que essa é quase uma eterna necessidade. A seleção, a valorização e o acompanhamento das formas de promover a cooperação são difíceis e exigem decisões políticas e recursos estruturados.

O desafio do SBM na conjuntura de uma política pública sujeita aos personalismos políticos é modificar sua atuação e atitudes e abrir-se para outras perspectivas, inovar para retomar a fluidez da comunicação e dos processos de colaboração, para exercer um papel decisório diante das controvérsias, no embate das ideias, no diálogo e na análise de outras relações que vão se configurando de acordo com a realidade.

No momento de criação da PNM o grupo comprometido, mesmo tendo uma configuração heterogênea, pois quanto mais diversificado e maior número de adesões mais valor agregava à rede, pertencia a um mesmo contexto. E vivia situações semelhantes, o que fortaleceu o diálogo, a interlocução e interações tanto no campo profissional como no afetivo.

As lideranças que emergiram se fortaleceram na comunhão, pois tinham os mesmos objetivos e juntas conduziram o movimento e constituíram metas que, ao serem alcançadas tinham uma significação profunda para a continuidade do trabalho e para fortalecer o projeto de criação de uma política pública para museus no Brasil.

Diante da tarefa de implantar uma instituição na estrutura governamental, o SBM sofreu um impacto ao permitir que o IBRAM assumisse inteiramente a mobilização para a atuação em rede. Assim, na atualidade, o IBRAM precisa revisar sua atuação e articular junto ao SBM canais de participação através dos quais os museus, as instituições e os organismos vinculados à rede possam ser parte ativa na geração de novas perspectivas, projetos e programas para a PNM.

Para Deleuze e Guattari (1995) são os bons e maus encontros que deixam suas marcas, direcionando novos engendramentos para sustentar inusitados afetos e desejos. Para redirecionar a posição e o desempenho da rede de colaboradores é preciso de algo novo, uma motivação que seja desafiadora e envolvente, que incorpore novas representatividades e que abra mais espaço para a discussão, diálogo e negociação, gerando novas conectividades e encontros. Assim, a participação de todos vai se configurar em novas relações que vão dar suporte à tolerância de pontos de vista contrários e a fluência para incorporar novos processos e romper com as debilidades.

David De Ugarte (2008) sustenta que viver e comunicar em rede supõe previamente aceitar e viver na diversidade, só que o desejo de participar torna a colaboração fundamental. Na rede é preciso ouvir, prestar atenção, debater, argumentar, dar voz, recuar, avançar o que gera, ao mesmo tempo, instabilidade, mas também aprofunda as relações, provoca um enraizamento e um compartilhamento e, assim, pontos de vista contrários, embora

divergentes, contribuem para as discussões e posicionamentos frente às questões que darão possibilidades de transformação para os museus e para as sociedades, por meio de uma política pública participativa, portanto mais democrática, que se conecta diretamente com a ideia da rede de poder distribuído.

Este trabalho inicial já refletia a importância dos laços, da multiplicidade de conexões para que a gestão que estava começando tivesse a oportunidade de vir a construir uma política pública de governo, o que se pode perceber na leitura do texto a seguir:

> "Compreendendo a importância dos museus na vida cultural e social brasileira, o MinC criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e, por seu intermédio, convidou a comunidade museológica para participar democraticamente da construção de uma política pública voltada para o setor. Um dos frutos dessa ação inédita foi o lançamento da Política Nacional de Museus, em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. " (Chagas & Nascimento, 2007, p.20)

Mario Chagas e Jose do Nascimento Junior escrevem que: "Ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento, avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais. " (Chagas & Nascimento, 2007, p. 20).

Esta afirmativa é de fundamental importância para que se estabeleça a relação com o que se quer afirmar de que foi uma "ação rizomática", que estabeleceu múltiplas entradas e possibilidades de troca e também demonstra que a articulação em rede é uma forma de organização através dos diversos agenciamentos, capaz de influenciar a agenda pública.

E mais ainda, quando se alcança uma situação como a do cenário de 2003 em que as pessoas não só queriam as mudanças para o panorama museológico nacional como acreditavam que poderiam mudar a situação, a mudança seria inevitável. E os discursos que se estabelecem são justamente de empoderamento das pessoas que passam a ter uma participação social diante de todo o conjunto de tarefas que vai sendo executado.

No decorrer do processo de implantação da PNM, os aspectos líricos, épicos e trágicos estiveram presentes. Aliás, parte-se da condição trágica, da ausência de políticas públicas para museus, da pouca valorização das diversidades culturais representadas nos museus, da exclusão de muitos processos do contexto cultural e social brasileiro para uma caminhada com passos marcados tanto pela épica como pela lírica.

Pela lírica, os diferentes grupos foram convidados a se somar projetando um futuro para os museus por um caminho dialógico, o poder emerge como resultado do consenso e

das novas experiências vistos como melhorias e avanços no campo museal. A lírica foi o inovar por meio das mudanças que passaram a ser implantadas, configurada no trabalho em rede na medida em que gerava uma expectativa de transformações no cenário museal brasileiro.

A épica está representada no caminho pelo combate, nos enfrentamentos para vencer como se estivesse a guerrear e não a defender interesses de toda a sociedade, como se os museus e seus acervos possuíssem um inimigo e fosse preciso derrotá-lo. David de Ugarte (2008) afirma que, na épica, o poder emerge como resultado do enfrentamento e assim só enxerga um destino e que o coletivo é resultado de uma vontade trágica.

O destaque ou a novidade da Política Nacional de Museus foi o seu caráter articulador, envolvente, que foi reunindo diversos profissionais, estudantes, gestores num trabalho coletivo que já foi aqui apresentado. Até um determinado momento, a análise do trabalho esteve centrada em demonstrar e comprovar o lírico e o épico na concepção de David de Ugarte (2008), ainda a articulação em rede com base no pensamento de Manuel Castell (1999) e o enraizamento dos princípios da Política Nacional de Museus no âmbito dos pensamentos de Deleuze e Guattari (1995).

O que se entende por vitória da vontade está representado na articulação do Sistema Brasileiro de Museus, que reunia para dentro dos diversos setores, ministérios, universidades, governos estaduais e municipais, entidades de classe, associações, as forças militares e museus. Ao mesmo tempo, exerciam uma articulação política e profissional.

E o trágico vai se delineando na ausência dos discursos coletivos. A última reunião do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus foi em junho de 2010. A PNM foi gradualmente entrando num estado de inércia no que se refere à articulação em rede, ainda que muitos museus continuem se beneficiando dos seus resultados, ainda que suas práticas iniciais continuem inspirando muitos museus sociais e ainda que exista o esforço para a continuidade de alguns projetos e programas.

Chega-se ao 5º Fórum Nacional de Museus sem ter havido uma reunião do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus. O apelo registrado por Octávio Elísio no 4º Fórum Nacional de Museus de que “Não se pode perder de vista a oportunidade da conversa” (MinC/IBRAM, 2010, p.171) e ainda “que as diretrizes devem ser avaliadas de forma sistemática” (MinC/IBRAM, 2010, p.171), não são observados com a devida atenção. Essa situação também se reflete na ausência de continuidade na realização dos Fóruns Estaduais de Museus, pressupondo uma ausência de lucidez quanto à temporalidade.

Inovar em política pública requer muito mais que o domínio e o acesso à tecnologia da informação. Inovar em política pública é aplicar um enfoque flexível, como afirma Castells (1999), para expandir por meio das novas instrumentalidades e operar de modo mais

compartilhado. Esse princípio esteve na origem e no processo de construção da PNM e por esse caminho, que é ao mesmo tempo, lírico, épico e trágico é que ficam várias sementes, pois a capacidade de conexões e agenciamentos dos museus em rede é rizomática, como afirmam Deleuze e Guattari (1995). As conexões e articulações que se fazem, se rompem, se refazem, se expandem e se enraízam nas comunidades, acabam sintonizando com a Museologia Social ou Sociomuseologia ao buscar cada vez mais o diálogo e a interlocução com a sociedade.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Abreu, R. (2010). A Cultura do Mecenato no Brasil: uma utoia possívl?. In J. Nascimento Jr, (Org.), *Economia de Museus.* (1ª ed. pp. 163-201). Brasília: MinC/IBRAM.

Arendt, H. (2004). *O que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Barbalho, A. (2006). Ideias sobre uma Política Cultural para o Século XXI. In C.S. Leitão (Org.), *Seminário Cultura XXI: Seleção de Textos* (1ªed.,pp.21-25). Fortaleza: Secult.

Cabral, M. (2012). Entrevista estrutura aplicada à Magaly Cabral, diretora do Museu da República/IBRAM, em 25 de maio de 2012.

Camacho. C. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Clara Camacho, ex-coordenadora da Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus e ex- subdirectora do Instituto Português de Museus, Portugal, em 01 de junho de 2012.

Camacho. C. (2009). Entrevista estruturada aplicada à Clara Camacho, Subdirectora do Instituto Português de Museus, Portugal, em 21 de outubro de 2009.

Camacho, C.; Freire Pignatelli, C. & Monteiro, J. (2001). Rede Portuguesa de Museus Linhas Programáticas, Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura.

Carta de Rio Grande. (2002). Carta de Rio Grande, 8º Fórum Estadual de Museus, Rio Grande, redigida em 18 de maio.

Castells, M. (1999). *A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura.V. I – A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

Chagas, M. & Nascimento Jr., J.do. (2009). Balanço Tropicalista no Ministério da Cultura: entrevista com Gilberto Gi.*In MUSAS. Revista Brasileira de Museus e Museologia. Nº 4.* Rio de Janeiro: IBRAM.

Chagas, M. (2009). *A imaginação museal – Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM.

Chagas, M. & Nascimento Jr, J. (2007) *Política Nacional de Museus.* Ministério da Cultura. Brasília.

Chagas, M. (2006). *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade.* Chapecó: Argos.

Conselho Federal de Museologia [COFEM]. (2002). Imaginação Museal a serviço da Cultura no Brasil. Documento produzido em novembro.

Constituição Brasileira 1988. Artigos 215 e 216.

Constituição Federal 1934. Artigo 148.

Decreto-Lei nº 5264/04 de 05 de novembro. Criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM).

Decreto nº 5040/2004 de 7 de abril. Aprova estrutura regimental Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IHAN e dá outras providências.

Decreto Lei nº 97/2007, de 29 de março. Criação do Instituto dos Museus e da Conservação. Portugal.

Decreto 31 de maio de 2004- Institui a Semana Nacional de Museus e o Dia Nacional do Museólogo.

Decreto-Lei nº 398/1999. Criação Instituto Português de Museus e da Rede Portuguesa de Museus (RPM), 13 de outubro.

Decreto nº 35/1992 de 10 de fevereiro - regulamenta a atuação do Sistema Espanhol de Museus da Catalunha.

Decreto nº 33.791/91, de 21 de janeiro. Criação do Sistema Estadual de Museus no Rio Grande do Sul (SEM/RS).

Decreto-lei nº 25 de 1937, de 30 de novembro. – Criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Decreto Real nº 620/1987, de 10 de abril – Regulamento dos museus de titularidade estatal da Espanha e institui o Sistema Espanhol de Museus.

Del Claro. O laço e o abraço. [Poesia colocada no blog velhosamigos.com.br] enviado para http://velhosamigos.com.br/autorescelebres/MarioQuintana/marioquintana.html.
Acedido em 10 de março de 2010.

Despacho Normativo nº 3/2006, de 25 de janeiro – Regulamentação da credenciação dos museus instituída na Lei Quadro dos museus Portugueses.

Despacho Conjunto nº 616/2000 de 5 de junho – Criação da Estrutura de Projecto da Rede Portuguesa de Museus.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995) *Mil Platôs- Capitalismo e esquizofrenia.* - Rio de Janeiro: Editora 34.

Drenovicz. L.H.A. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Luis Henrique Abreu Drenovicz, Coordenador do Sistema Municipal de Museus da cidade do Rio Grande e Secretário de Cultura do Município do Rio Grande, em outubro de 2012.

Faria, H. (2003). Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humanos nas Cidades in: BRANT, L. (Org.). *Políticas Culturais,* v.1, Barueri: Manole.

Ferreira, C & Jacques, M. (2008). Os discursos de André Malraux no Brasil: uma reflexão sobre arte e cultura. In *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, nº38 (1ª Ed., pp177-188).

Fioretti, E. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Elena Fioretti, Conselho Estadua de Cultura do Estado de Roaraima, em 25 de maio de 2012.

Fry, K. A. (2010). *Compreender Hanna Arendt.* Petropólis: Editora Vozes.

Gil. G. (2006). Cultura no Governo Lula: uma visão estratégica do MinC. In C.S. Leitão (Org.), *Seminário Cultura XXI: Seleção de Textos* (1ªed.,pp.15-18). Fortaleza: Secult.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas

Holanda, C. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Cristina Holanda, Coordenadora do Sistema de Museus do Ceará e Diretora do Museu do Ceará, em 28 de agosto.

Holanda, C. (2011). Entrevista estruturada aplicada à Cristina Holanda, Coordenadora do Sistema de Museus do Ceará e Diretora do Museu do Ceará, em 27 de setembro.

Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM]. (2013). http://boletim.museus.gov.br/?p=14379. Acedido em 12 de julho, 2013 de IBRAM em www.museus.gov.br.

Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM] .(2012). http://http://www.museus.gov.br/fomento/premio-pontos-de-memoria. Acedido em 27 de novembro, 2012 de IBRAM em www.museus.gov.br.

Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM]. (2011). *Museus em Números, volume 2*. Brasília: IBRAM.

Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM]. (2011). *Museus em Números, volume 1*. Brasília: IBRAM.

Jacoby. R. (2010). Entrevista estruturada aplicada à Roque Jacoby. Ex-secretário da Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul , 2003 – 2006, em maio.

Jornal Zero Hora (2010). Entrevista do ex-ministro da Cultura Gilberto Gil concedida a escritora Fernanda Young e publicada no Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 18 de maio de 2010.

Lacasta, A.A. (2010). Políticas públicas y redes de museos: articulación y fortalecimiento de lãs instituciones museísticas em iberoamérica. In A. A. Lacasta, (org). *Redes de Museos em Iberoamárica – propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituiciones museísticas em el espacio iberoamericano.* (1ª ed. pp.15-29). Espanha: Ministério da Cultura, SGN, Subdireción General de Publicaciones, Información e Documentación.

Lasmar, T. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Telam Lasmar, Museóloga, Professora, Presidente do Conselho Federal de Museologia, em 25 de maio.

Lei 11.906 de 20 de janeiro. (2009) Criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Lei nº 11.904/09 de 14 de janeiro. (2009) Estatuto de Museus (EM).

Lei nº 11.328/06 de 24 de julho. (2006) Ano Nacional dos Museus.

Lei nº 47/2004 de 19 de agosto. (2004) Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Lei nº 16/1985 de 25 de junho – cria o Sistema de Museus Espanhol.

Lei n. 17/1990 de 2 de novembro – institui o Sistema de Museus da Catalunha.

Lei nº 107/ 2001 de 8 de setembro. Estabelece as bases de política e do regime de proteccáo e valorizacáo do patrimonio cultural português.

Leite, P. P. (2012, 06 de março). Sociomuseologia y Globalización. [texto colocado no Investigação em Sociomuseologia Groups.facebook.com] enviado para investigacaosociomuseologia@groups.facebook.com. Acedido em 07 de março de 2012.

Lemos, E. B. R. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Eneida Braga Rocha de Lemos, Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/IBRAM, em 30 de julho.

Lemos, E. B. R. (2011). Entrevista estruturada aplicada à Eneida Braga Rocha de Lemos, Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus/IBRAM, em 8 de setembro.

Maccioni, L. (2002). Valoración de la democracia y resignificación de "política" y "cultura": sobre las políticas culturales como metapoliticas" (pp 189-200) in D.Mato (coord.), *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas em Cultura y Poder.* Cararas: Clacso y CEAP, FACES.

Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. [MinC/IBRAM], (2012). Memória da Reunião dos Sistemas Estaduais de Museus no 5º Fórum Nacional de Museus.

Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. [MinC/IBRAM], (2010). *Política Nacional de Museus: Relatório de gestão 2003-2010*. Brasília: MinC/IBRAM.

Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. [MinC/IBRAM], (2010). *4º Fórum Nacional de Museus – Direito à Memória, Direito a Museus: Relatório*. Brasília: MinC/IBRAM.

Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. [MinC/IBRAM], (2010). Memória da Reunião do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus. Brasília: 16 a 18 de junho.

Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. [MinC/IBRAM], (2010). Memória da Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico. Brasília: 16 a18 de junho.

Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus. [MinC/IBRAM], (2010). *3º Fórum Nacional de Museus - Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: Relatório.* Brasília: MinC/IBRAM.

Ministério da Cultura, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU]. (2008). Memória da Reunião do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus. Brasília: 5 e 6 de novembro.

Ministério da Cultura, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU]. (2008). Pauta Reunião do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus. Brasília: 5 e 6 de novembro.

Ministério da Cultura, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU]. (2006). *Política Nacional de museus. Relatório de gestão 2003-2006*. Brasília: Minc/IPHAN/DEMU.

Ministério da Cultura. [MinC]. (2006). Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. Brasília: MinC.

Ministério da Cultura, Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU]. (2006). *2º Fórum Nacional de Museus - O futuro se constrói hoje: Relatório.* Brasília: MinC/IPHAN/DEMU.

Ministério da Cultura, Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU] (2006). Memória da Reunião do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus - Rio de Janeiro: 19 de dezembro.

Ministério da Cultura, Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU]. (2006). Memória da Reunião do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus. Brasília: 19 e 20 de junho.

Ministério da Cultura/ Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU]. (2005). *Política Nacional de Museus- Relatório de gestão 2003/2004.* Brasília: MinC/IPHAN/DEMU.

Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais [MinC/IPHAN/DEMU], (2004). *1º Fórum Nacional de Museus – A imaginação museal: os caminhos da democracia: relatório.* Brasília: MinC/IPHAN/DEMU.

Ministério da Cultura [MinC]. (2004). Pronunciamento Ministro Gilberto Gil sobre o Programa Cultura Viva, Pontos de cultura, durante encontro com artistas. Berlim em 02 de setembro. http://www2.cultura.gov.br/site/2004/09/02/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa-nacional-cultura-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim/ Acedido em 28 de abril de 2010.

Ministério da Cultura [MinC]. (2003b). *Política Nacional de Museus. Memória e Cidadania.* Brasília: MinC.

Ministério da Cultura [MinC]. (2003a). Discurso do Ministro Giberto Gil na solenidade de posse, em 02 de janeiro. http://www2.cultura. gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/. Acedido a 24 de abril de 2010.

Miranda, R. M. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Rose Moreira de Miranda, Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal/IBRAM, em 30 julho.

Miranda, R.M. (2011) Entrevista estruturada aplicada à Rose Miranda, Coordenadora Geral de Sistemas de Informação Museal/IBRAM, em 08 de setembro.

Monteiro. J. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Joana Sousa Monteiro, ex-coordenadora da Rede Portuguesa de Museus, em 07 de junho de 2012.

Monteiro, J. S. (2008). A Rede Ibero-Americana de Museus no Contexto da Museologia Contemporânea: Alguns Exemplos de Projectos na Europa. . In Chagas, M. & Nascimento Jr J. do. (Orgs). *Ibermuseus 2. Reflexos e Comunicações*. Brasília: IPHAN/DEMU.

Moraes, N. (2011). Museu, Poder e Políticas Culturais no Brasil. *In Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia, nº 5.* Brasília: IBRAM.

Moutinho, M. C. (2011). A Memória também está em crise*. In Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus.* N. 38. Lisboa.

Moutinho, M. (2004). A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além-mar. In Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais [MinC/IPHAN/DEMU], (2004). *1º Fórum Nacional de Museus – A imaginação museal: os caminos da democracia: relatório.* Brasília: MinC/IPHAN/DEMU.

Nascimento Jr., J. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Jose do Nascimento Junior, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, em 30 de julho.

Nascimento Jr., J. (2011) Entrevista estruturada aplicada à Jose do Nascimento Junior, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, em 08 de setembro.

Nascimento Jr., J. (2009). Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento. *In Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia, nº 5.* Brasília: IBRAM.

Nascimento Jr., J. (2008). O resgate da Utopia: Museus, Memória e Cidadania. In Chaga, M. & Nascimento Jr, J. (Org). *Ibermuseus 2. Reflexos e Comunicações*. Brasília: IPHAN, DEMU.

Nascimento Jr., J.do. (2006). A construção de equipamentos culturais como estratégia de requalificação social de bairros e núcleos históricos de cidades. In C.S. Leitão (Org.), *Seminário Cultura XXI: Seleção de Textos* (1ªed.,pp.173-176). Fortaleza: Secult.

Nascimento. R. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Rosana Dias do Nascimento, museóloga, Professora da UFSC, em 17 de outubro.

Nascimento. R. (2011). Entrevista estruturada aplicada à Rosana Dias do Nascimento, museóloga, Professora da UFSC, em 27 de setembro.

Nunes, G. (2012). Entrevista estruturada aplicada á Gilson Nunes, Professor do Curso de Museologia da UFOP e integarnte do Sistema de Museus de Ouro Preto representando o Museu de Ciências e Técnicas da Escola de Minas, em 28 de maio..

Nunes, G. (2010). Entrevista estruturada aplicada á Gilson Nunes, Professor do Curso de Museologia da UFOP e integarnte do Sistema de Museus de Ouro Preto. representando o Museu de Ciências e Técnicas da Escola de Minas, e membro do Comitê Gestor do SBM em 14 de setembro.

Oliveira, L. (2007) . Política Nacional de Cultura: dois momentos em análise 1975 e 2005. In A. Gomes (Coord.) *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. (1ª ed. pp 137-153). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Primo, J. (2006). Museologia e Design na Construção de Objectos Comunicantes. Caleidoscópio. *Revista de Comunicação e Cultura. Lisboa*: Edições Universitárias Lusófonas.

Primo, J. (1999). Pensar contemporaneamente a Museologia. *In Museologia: Teoria e Prática, Cadernos de Sociomuseologia nº 16. ULHT.* Lisboa: ULHT.

Portaria nº 377/2007, de 30 de março, Estatutos do Instituto dos Museus e Conservação.

Portaria Ministério da Cultura nº 313/1986 – Institui o Sistema Nacional de Museus.

Rosa, G. (1983). Jardins e riachinhos. Espólio João Guimarâes Rosa, Rio de Janeiro: Editora Ave Maria.

Santos, J. A. dos. (2010). Rede Portuguesa de Museus: as formas de articulação e cooperação inter-museus. *In Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa.

Santos. M.C.T.M. (2013). Entrevista estruturada aplicada à Maria Célia Teixeira Moura Santos, Museóloga, Professora do Curso de Museologia Universidade Federal da Bahia e Diretora da Diretoria de Museus /IPAC na Secretaia de Cultura de Salvador em 09 de julho de 2013.

Santos, M. C. T. M. (2008). Encontros museológicos - reflexões sobre a museologia a educação e o museu. *Coleção Museu Memória e Cidadania, n. 4.* Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU.

Santos, M. C. T. M. (Org), Nascimento Jr, J., Chagas, M., Carvalho, M.J.F., Pimentel, A., Bina, E., ET AL. (2005). *Política Nacional de Museus: Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo 3* (1ªed.p.147). Salvador: MinC/IPHAN/DEMU.

Silva, F. A. B. (2007). Política Cultural no Brasil 2002–2006. *Cadernos de Políticas Culturais*, IPEA Brasília: Ministério da Cultura.

Silva, S. (2013). Entrevista estruturada aplicada à Sidney Silva 'Tartaruga'. Sócio-Fundador e Diretor do MUF – Museu de Favela – Pavão, Pavãozinho e Cantagalo – Rio de Janeiro, em 12 de julho.

Sistema Brasileiro de Museus [SBM]. (2005). Http:// museus.gov.br. oqueemuseu.demuhtml. Acedido em 10 de abril, 2011 em **Error! Hyperlink reference not valid.** Sistema Estadual de Museus do Ri Grande do Sul (2002). Relatório de Gestão. Rio Grande do Sul: SEC/RS.

Spinelli, T. (1990). Relatório das Atividades Coordenadoria Estadual de Museus e Sistema Estadual de Museus. Porto Alegre: Documentação SEM/RS.

Storino, C.M.P. (2012). Entrevista estruturada aplicada à Claudia Maria Pinheiro Storino, arquiteta que atuou no Departamento de Museus, exerceu a função de Assessora de Projetos Estratégicos no IBRAM e Coordenadora da coordenação de Espaços Museias, arquitetura e Expografia no IBRAM. Rio de Janeiro, junho.

Taveira, E. (2008). Depoimento colhido durante a rezaliação da Oficina Inplantação de Sistemas de Museus. Goiania, em 15 de abril.

Tolentino, A. (2013). Entrevista estruturada aplicada à Átila Tolentino, funcionário do IPHAN/PB, atuou no DEMU/IPHAN, em 26 de abril.

Tolentino, A. (2009). Entrevista estruturada aplicada à Átila Tolentino, funcionário do IPHAN/PB, atuou no DEMU/IPHAN, em 20 de outubro.

Tolentino. A. (2010). A Experiência do Sistema Brasileiro de Museus. Governança e atuação em rede. In Lacasta, A.A. (org). *Redes de Museos em Iberoamárica – propuestas para la articulación y el fortalecimiento de las instituiciones museísticas em el espacio iberoamericano.* (1ª ed. pp.137-140). Espanha: Ministério da Cultura, SGN, Subdireción General de Publicaciones, Información e Documentación.

Tolentino, A. (2008). Governança em Rede – O caso do Sistema Brasileiro de Museus. Monografia apresentada ao Centro de Educação a Distância/UNB para obtenção do título de especialista em Políticas Públicas de Cultura, orientada por Roberto Sabato Cláudio Moreira, Brasília.

Ugarte, D. (2008). *O Poder das redes.* Porto Alegre: Edipucrs.

Vieira, A. C. (2011). Entrevista estruturada aplicada à Antonio Carlos Vieira. Fundador do Museu da Maré e Presidente da Assossiação Brasileira de Museologia, em maio.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

Abreu, R. (2005). Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memorial social. In J. Gondar, & V. Dodebei, (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Abreu, R. (2003). A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In R. Abreu & M. Chagas, (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.

Abreu, R.; Chagas M. & Santos, M. S. (Orgs.) (2007). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas.* Ministério da Cultura/Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. Rio de Janeiro: Garamond.

Azevedo, M. do R. P. M. (2003). Mediação cultural, na contemporaneidade: os museus. Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Geografia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do grau de mestre. Lisboa.

Bittencourt, J. N. (2005). Receita para a Refeição Cotidiana dos Museus. In M. Chagas (Org.) *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 31 Museus: antropofagia da memória e do patrimônio.* Brasilia: MINC/IPHAN.

Bolaños, M. (2002). *El Gran Museo Del Mundo. La Memoria del mundo: Cien años de museología 1900 – 2000.* Espanha: Ediciones Trea.

Bourdieu, P. (1998). “Estrutura, Habitus e Prática”. In *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Bourdieu, P. (1998). “Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”. In *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Bourdieu, P. (1996). *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel.

Brant, L. (org.) (2003). *Políticas Culturais.V.I*. São Paulo: Editora Manole.

Bruno, M. C. O. (2008). *Museu e Mseologia Idéias e Conceitos Abordagem para um Balanço Necessário*. ICOFON-LAM.

Bruno, M. C. O. (2006). Museu e Pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. In S. E. Milder (org) *As várias Faces do patrimônio.* Santa Maria: Pallotti.

Bruno, M. C. O. (2004). *Principais Campos da Ação Museológica*. São Paulo: CCBB.

Bruno, M. C. O (2002). A Museologia como uma Pedagogia para o Patrimônio. *Ciências & Letras. v. 31.* Revista da Faculdade de Porto Alegre.

Bruno, M. C. O. (1997). Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 10. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Bruno, M. C. O. (1996). Museologia e comunicação. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 9.Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Camacho, C. (2004). A Rede Portuguesa de Museus. In *Relatório do 1º Fórum Nacional de Museus*: A imaginação museal: os caminhos da democracia (pp 27-25). Brasília: MinC/IPHAN/DEMU.

Canclini, N. G. (2005). *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ.

Canclini, N. G. (2003). Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura* Brasília: UNESCO.

Cândido, M. D. (2008). As Ondas do Pensamento Museológico. In *Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento – Propostas e Reflexões Museológicas*. São Cristóvão: Max/UFS.

Carreño, F. J. Z. (2004). *Curso de Museología*. España: Ediciones Trea,

Chagas, M. (2008). *Museus, Memórias e Movimentos sociais.* Texto da aula inaugural do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS].

Chagas, M. (2008). Diversidade Museal e Movimentos Sociais. In M. Chagas & J. Nascimento J., (Orgs). Ibermuseus 2. *Reflexos e Comunicações*. Brasília: IPHAN/ DEMU.

Chagas, M.; ABREU, R. (2007). Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In *Revista Musas* n.3. Rio de Janeiro: IPHAN/DEMU.

Chagas, M. (2005), Museus: Antropofagia da Memória e do Patrimônio. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Museus: antropofagia da memória e do patrimônio.), n. 31.* M. Chagas (OrgBrasilia: MinC/IPHAN

Chagas, M. (2002). Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 19. Lisboa: ULHT.

Chagas, M. (1996). *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora.

Chagas, M. (1994). Novos rumos da museologia. *Cadernos de Museologia, 2*. Lisboa: ULHT.

Chagas, M., & Nascimento Jr., J. (Coord.). (2008). *Ibermuseus: Reflexões e Comunicações.* Brasília/DF: IPHAN/DEMU.

Coelho, T. (1997). *Dicionário crítico de política cultural.* São Paulo: Fapesp/Iluminuras.

Coralina, C. (1985) *Vintém de Cobre: meias confissões de Aninha*. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás..

Cury, M. X. (2005). *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume.

Decreto Lei nº 9.936/2008, de 16 de maio. Institui o Sistema Municipal de Museus da Cidade do Rio Grande.

Decreto nº 4.092/2008 – Institui o Sistema Alagoano de Museus.

Decreto nº 35.140/2008 – Institui o Sistema de Museus de São Luis.

Decreto nº 959/2007 de 5 de dezembro – Organiza sob a forma de sistema as atividades dos museus do Estado do Mato Grosso.

Decreto nº 4.895/2006 – Institui o Sistema Municipal de Museus da Cidade de Pelotas.

Decreto nº 4.163/2006, de 26 de março. Institui o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina.

Emenda Constitucional nº 48/2005 – Acrescenta § 3º ao artigo 215 da Constituição Federal/88 e institui a obrigariedade de implantação do Plano Nacional de Cultura.

Faria, M. L. de. Etapas e limites da globalização da cultura: o caso dos museus. IV Congresso Português de Sociologia. In *Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa.

Faria, M. (2002). O Amor da Arte – o contributo de Pierre Bourdieu para a teoria museológica. In *Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa.

Faria, M. (2000). Educação – Museus – Educação. In *Apostila, Módulo Museologia e Educação do Curso de Estudos Avançados em Museologia*.

Featherstone, M. (1999). A Autonomização da Esfera Cultural. Salvador, *Bahia Análise & Dados,* v. 9, n. 2.

Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1985). *As palavras e as coisas uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Marins Fontes.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder: Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1979). Verdade e Poder. In M. Foucault, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1979). Os Intelectuais e o Poder. In M. Foucault, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1979). Genealogia e Poder. In M. Foucault, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Foucault, M. (1979). Não ao Sexo Rei. In M. Foucault, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Frey, K. (2000). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259.

Gadotti, M. (2000). Perspectivas Atuais da Educação. In Apostila, Módulo Museologia e Educação. Curso de Estudos Avançados em Museologia 2008.

Gadotti, M. (2000). Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola. In Apostila, Módulo Museologia e Educação. Curso de Estudos Avançados em Museologia 2008.

Geertz, C. (1978). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Gohn, M. da G. (1999). *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez.

Goldemberg, M. (1999). *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record.

Gondar, J., Ddodebei, V. (2005). (Orgs.). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UFRJ.

Gonçalves, J. R.S. (2007). *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio.* Rio de Janeiro: Garamond.

Gonçalves, J. R. S. (2005). Museus: Antropofagia da Memória e do Patrimônio. In M. Chagas, (Org.), *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31 Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. Brasília: MINC/IPHAN

Gonçalves, J. R. S. (2003). O patrimônio como categoria de pensamento. In R. ABREU & M. CHAGAS, (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.

Gramsci, A. (2006). Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. *Cadernos do Cárcere, v. 2.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Grynszpan, M. & Pandolfi, D. (2007). Memórias de Favela, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In A. Gomes, (Coord.), *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Guia de Museus do Rio Grande do Sul. (2005). Porto Alegre: SEM/RS.

Halbawachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais Ltda.

Hernández, F. (2006). "La configuración del discurso museológico: museologia y museografia"; "El estatuto epistemológico de la museologia"; "El objeto de la museologia"; "El sistema metodológico y estructural de la museologia"; "Principales tendências del pensamiento museológico". In *Planteamientos Teóricos de la Museologia*. Gijó: Ediciones Trea.

Huyssen, A. (2000). *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. (2007). *MUSAS. Revista Brasileira de Museus e Museologia.V. III*. Rio de Janeiro: IPHAN.

Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. (2006). *MUSAS. Revista Brasileira de Museus e Museologia.V. II.* Rio de Janeiro: IPHAN.

Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. Rio de Janeiro IPHAN/DEMU]. (2004). *MUSAS. Revista Brasileira de Museus e Museologia.V. I.* Rio de Janeiro: IPHAN.

Köptcke, L S. (2003). Os Projetos Museológico e de Educação da Exposição Brasil 50 Mil Anos. In M. X. Cury, (Coord), *Encontro de Profissionais de Museus A comunicação em questão: exposição e educação, propostas e compromissos*. São Paulo: Associação dos Amigos do MAE, Superior Tribunal de Justiça.

Lameiras-Campagnolo, M. O & Campagnolo, H. (2002). O conceito de rede: incidências sobre o enquadramento e a coordenação das unidades museológicas portuguesas. In *Actas Fórum Internacional Redes de Museus*. (p. 25-39). Lisboa: RPM,

Lei nº 5.163/2008 – Institui o Sistema de Museus de Santa Maria.

Lei nº 305/2006 de 7 de dezembro. Institui o Sistema de Museus de Ouro Preto.

Lei nº 13.602/2005 – Institui o Sistema Estadual de Museus do Ceará;

Lopes, M. M. (2006). Bertha Lutz e a importância das relações de gênero, da educação e do público nas instituições museais. MUSAS: *Revista Brasileira de Museus Museologia*, n. 2.

Margarido, A. (1994). As Vénus de Mário Moutinho. Jornal *O Ribatejo*. Santarém.

Meneses, S. (2005). Introdução dissertação de Mestrado. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Meneses, U. B. (2007). Os museus na era do Virtual. *Seminário Internacional Museus, Ciência e Tecnologia, Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN.

Meneses, U. B. (1980). O Objeto Material como Documento. In Apostila, Módulo Museologia e Comunicação. Curso de Estudos Avançados em Museologia em 2008.

Mensch, P. (1994). *O Objeto de Estudo da Museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO/Universidade Gama Filho.

Miranda, D. S. (2006). Apresentação. In *WU, Chin-Tao*. Privatização da Cultura a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80. São Paulo: Boitempo.

Moutinho, M. C. (2008). Os museus como instituições prestadoras de serviços. Revista de Humanidades Tecnologias. ULHT. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (Texto no prelo).

Moutinho, M. C. (2007). Definição evolutiva de Sociomuseologia. Proposta para reflexão. *Documento XIII Atelier Internacional do MINOM*, Universidade Lusófona, Câmara Municipal de Setúbal.

Moutinho, M. C.; PRIMO, J. (2002). O Ecomuseu da Murtosa. Patrimónios, ano XXIII 2ª Serie, nº 2. Aveiro: AEDPNCRA *Cadernos de Sociomuseologia*. Universidade Lusófona. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Moutinho. M. C. (2001). *O Ensino da museologia no contexto da mudança social na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.* Associación Española de Museólogos. Madrid: Revista de Museologia.

Moutinho, M. C. (1994). A construção do objecto museológico. *Cadernos de Sociomuseologia, n. 4 ULHT*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Moutinho, M. C. (1989). Museus e Sociedade Reflexões sobre a função social do Museu. *Cadernos de Património, n. 5.* Museu Etnológico Monte Redondo.

Muller, B. (2007). Museus, pilhagem colonial e reparações. Revista *Le Monde Diplomatique*.

Nascimento Jr, J. [org] (2010). *Economia de Museus.* Brasília: MinC/IBRAM.

Nascimento Jr, J. (2007). Antropologia e Museus: revitalizando o diálogo. In; M. Chagas, M. Sepulveda & R. Abreu (Orgs). *Museus, Coleções e Patrimônios: Narrativas Polifônicas*.). Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU

Nascimento, R. (1998). O Objeto Museal, sua Historicidade: Implicação na Ação Documental e na Dimensão Pedagógica do Museu. *Cadernos de Sociomuseologia. ULHT.* Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Observatório de Museus e Centros Culturais/Fundação Oswaldo Cruz [OMCC/Fiocruz]. (2006). Pesquisa Piloto Perfil-Opinião 2005. Onze Museus e Seus Visitantes. *Boletim* I, Ano 01.

Partido dos Trabalhadores, (2002). *A imaginação a serviço do Brasil*. São Paulo, PT. Disponível em http://www.pt.org.br/site/assets/cadernocultura.pdf

Proposta Emenda à Constituição nº 575/2006 – alteração artigos 215 e 216 sobre a proteção ao patrimônio museológico.

Ribeiro, A. (1993). Novas Estruturas Novos Museus. In M. Moutinho, (Org.), Sobre o Conceito de Museologia Social. Universidade Lusófona. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Rovisco, M. L. Reavaliando as Narrativas da Nação – Identidade Nacional e Diferença Cultural. IV Congresso Português de Sociologia. In *Apostila Módulo Políticas culturais européias e museologia do Curso de Estudos Avançados em Museologia.*

Santos, M. C. T. M. (2007). Os Museus e seus Públicos invisíveis. *Texto apresentado no I Encontro Nacional de Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais*. Rio de Janeiro. Em Museologia – Eixo 3.Salvador: Minc/IPHAN/DEMU.

Santos, M. C. T. M. (1987). *Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária*. Salvador: Bureau.

Santos, M. S. (2006). *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional /Departamento de Museus. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond.

Santos, M. S. (2003). *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume.

Santos, M. S. (2002). Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. In M. Chagas & M. S. Santos (Orgs.). Museus e Políticas Culturais. *Cadernos de Sociomuseologia, n. 19.* ULHT. Centro de Estudos de Sociologia. Lisboa: Edições Lusófona.

Santos, M. S. (2002). Cultura, Globalização e Crítica Social. In J. P. SILVA, et al. (Org.). *Crítica Contemporânea.* São Paulo: Annablume.

Semedo, A. (2006). Museus: políticas de representação e zonas de contacto. In *Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus*. Lisboa.

SULVA. F. A. B. (2007). Economia e Política Cultural Acesso, emprego e financiamento. *Cadernos de Políticas Culturais, IPEA.* Brasília: MinC.

Studart, D. (2004). Educação em museus: produto ou processo? In *Revista Musas,* n.1. Rio de Janeiro: IPHAN/DEMU.

Studart, D. (2003). Reflexões sobre o Papel Educativo e Comunicativo dos Museus e sobre o trabalho do CECA-Brasil. In; M. Cury (Coord.). *Encontro de Profissionais de Museus A comunicação em questão: exposição e educação, propostas e compromissos.* São Paulo: Associação dos Amigos do MAE, Superior Tribunal de Justiça.

Tavares, M. (2009). Reseña de Espistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.). Revista Lusófona de Educação, (Núm.13, PP 183-189). Retirado: 17 de julho de 2012 de http:// http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34912395011.

Varine, H. (2003). Testemunhos de alguns museus e museólogos locais, antes da Rede. In *Boletim trimestral da RPM*, Lisboa.

Vieira, A. C. P. (2007). Maré: casa e museu, lugar de memória. *In Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia, Vol.3.* (p. 153-160). Rio de Janeiro: IPHAN

Yúdice, G. (2006). *A Conveniência da Cultura: Usos da Cultura na Era Global*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

ÍNDICE REMISSIVO

Rede - 16, 17, 20, 22, 24, 26, 27, 28, 31, 36, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98,102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 118, 119, 123, 125, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 144, 146 147, 151, 153, 158, 162, 164, 165, 166, 169, 172, 179, 182, 188, 190, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210.

Sistema - 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 39. 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 114, 121, 125, 132, 133, 135, 136, 138, 144, 146, 147, 148, 150, 151,153, 156, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 194, 195, 197, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 210.

Empoderamento – 15, 16, 19, 20, 26, 40, 52, 88, 90, 96, 97,105, 106, 107, 110, 114, 128 140, 169, 172, 179, 183, 184, 191, 204, 209.

Sistema Brasileiro de Museus – 16, 17, 18, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 44, 54, 55, 65, 74, 76, 87, 88, 91, 92, 98, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 125, 133, 136, 147, 156, 157, 158, 164, 166, 167, 172, 181, 182, 183, 185, 188, 189, 191, 193, 195, 200, 202, 203, 205, 206, 207, 210.

Política Nacional de Museus – 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 40, 43, 44, 54, 55, 56, 71, 74, 75, 76, 77, 79, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 94, 95, 97, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 118, 122, 128, 129, 132, 133, 136, 140, 142, 146, 147, 149, 150, 157, 158, 163, 164, 165, 166, 169, 175, 176, 178, 182, 188, 189, 192, 201, 202, 203, 209, 210.

Museologia Social – 15, 19, 21, 24, 127, 160, 177, 190.

Políticas Públicas – 15, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 44, 48, 49, 51, 53, 64, 72, 78, 82, 85, 92, 94, 95, 96, 100, 101, 106, 112, 118, 119, 129, 130, 131, 132, 146, 150, 161, 178, 180, 181, 182, 188, 190, 200, 204, 209.

Anexo I

Carta de Rio Grande – 18 de maio de 2002

Na expectativa de renovação dos governos estaduais e federal, em momento eleitoral tão importante, abre-se a perspectiva do debate sobre a implantação de políticas culturais amplas em todo o país, que possibilitem discutir o setor museológico. Nossas instituições de memória, que deveriam ocupar papel estratégico nas políticas culturais, têm buscado garantir a conservação do patrimônio cultural nacional, mesmo sem políticas definidas, sobrevivendo com seus próprios meios ou com os poucos recursos destinados pelo setor público.

Compreendemos que é urgente a implementação de uma política de preservação do patrimônio cultural que valorize a cultura nacional e promova a percepção das diversas identidades culturais existentes no país. Consideramos que os bens e manifestações culturais são suportes fundamentais da memória social e que, portanto, as políticas públicas de preservação devem ser pensadas a partir da ótica da inclusão social, da construção da cidadania, da garantia do acesso aos bens culturais, do conhecimento da própria trajetória histórica, do reconhecimento da diversidade cultural e das múltiplas identidades sociais que formam a nacionalidade brasileira.

Neste sentido, durante a assembleia do dia 18 de maio (Dia Internacional dos Museus), no encerramento do 8º Fórum Estadual de Museus (realizado de 13 a 18 de maio de 2002, na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul), foi aprovada, por todos os cerca de 200 participantes com representações de 12 estados – entidades em nível nacional, estadual e municipal, trabalhadores de museus, representantes de instituições museológicas, técnicos da área do patrimônio e estudantes – a **Carta de Rio Grande**, documento que visa propor aos candidatos a governador dos diversos estados e aos candidatos a presidente, a necessária implantação de uma política para o setor museológico e de patrimônio cultural em níveis estaduais e federal:

1. Princípios Orientadores para uma Política Nacional de Patrimônio Cultural e Museus

1.1 Estabelecimento de políticas na área de patrimônio cultural e museus que visem a democratização do acesso aos bens culturais nacionais e estaduais, buscando a consolidação das políticas públicas no resgate da memória e das identidades locais;

1.2 Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo que estes têm valor estratégico nacional na afirmação das diversas identidades regionais;

1.3 Respeito à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos processos de homogeneização decorrentes da globalização;

1.4 Ampliação e garantia do acesso público ao patrimônio cultural nacional, regional e municipal frente a subordinação das políticas públicas, as exigências de auto sustentabilidade do patrimônio cultural e aos processos de apropriação privada das referências da cultura nacional;

1.5 Reconhecimento dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os técnicos de patrimônio, dos processos de tombamento (discussão, aplicação, fiscalização) e definição do patrimônio a ser preservado;

2. Políticas de Gestão e Organização do Setor Museológico

2.1 Política de reestruturação do setor com a retomada do Sistema Nacional de Museus e dos respectivos Sistemas Estaduais;

2.2 Revitalização do Programa Nacional de Museus;

2.3 Criação de uma legislação que oriente a atuação dos museus em todo país;

2.4 Criação do Cadastro Nacional de Museus, visando registrar a realidade das mais de 2.000 instituições existentes no país;

2.5 Integração de todas as instâncias governamentais à gestão do patrimônio cultural, que passariam a ter responsabilidades pela preservação de nossos bens culturais;

3. Políticas de Democratização e Acesso aos Bens Culturais

3.1 Criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros;

3.2 Apoio ao processo de digitalização de informações de caráter científico e museológico existentes nos museus brasileiros;

3.3 Apoio à criação de redes virtuais de informação entre os museus brasileiros, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento dos profissionais de museus e democratizar o acesso ao conhecimento;

4. Políticas de Financiamento e Fomento aos Museus Nacionais e Estaduais

4.1 Criação do Fundo de Apoio ao patrimônio cultural e museus em nível federal e nos estados;

4.2 Criação de Programas de Qualificação de Museus junto ao CNPq e CAPES e Fundações de Amparo à Pesquisa nos estados;

4.3 Criação de políticas de apoio e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais e estaduais, bem como de seus acervos;

4.4 Estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e iniciativa privada, possuidores de bens culturais, com base em critérios técnicos relativos à preservação do patrimônio cultural;

5. Políticas de Capacitação e Formação

5.1 Criação de Programas de Capacitação para técnicos do setor, com a ampliação da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus;

5.2 Inclusão da Educação Patrimonial nos currículos escolares;

5.3 Apoio a realizações de seminários e congressos para divulgação da produção científica e de outros fóruns de discussão;

5.4 Criação de políticas de apoio à publicação da produção intelectual e científica e à difusão da produção editorial na área de museologia.

6. Políticas de Aquisição e Gerenciamento de Acervos e Bens Culturais

6.1 Criação de políticas de aquisição, documentação, pesquisa e conservação dos acervos nos níveis estaduais e nacional;

6.2 Regulamentação do uso do espaço público a fim de melhor ser utilizado pela iniciativa privada;

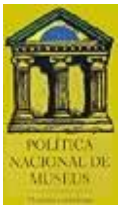
6.3 Estabelecimento de política de regramento em relação à comercialização dos acervos e coleções privadas, de forma a impedir as transferências ou vendas destes, que já pertencem à história de uma comunidade.

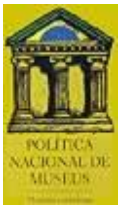
Rio Grande – RS, 18 de maio de 2002

Dia Internacional dos Museus

Anexo II

Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania





PALAVRA DO MINISTRO DA CULTURA

"Uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural. Por isso, ao se implementar uma política pública voltada para o setor cultural, não há como deixar de escutar as pessoas e os órgãos disseminadores da cultura e envolvê-los na formulação das políticas públicas necessárias.

"Desta forma, quando propusemos implementar uma política cultural voltada ao setor museológico, a atuação do Ministério da Cultura não foi diferente e abrimos as portas para um diálogo rico e estimulante. A primeira ação foi conclamar a participação da comunidade museológica e interessados para ouvir a experiência de cada um, estreitando as relações e propiciando uma maior interação entre governo e sociedade.

"No primeiro contato que o Ministério da Cultura travou com entidades e profissionais envolvidos com o setor museológico para se discutir as bases para uma política nacional voltada para os museus brasileiros, as discussões foram extremamente proveitosas, animadoras e apontaram para os museus e sua função social.

"A contribuição de cada um foi a certeza da construção de um projeto criativo, multifacetado e consistente, na forma que o setor museológico requer, de maneira que os diferentes tipos de museus, em termos de tipologia, vinculação institucional e representatividade pudessem ser abarcados.

"A Política Nacional de Museus, portanto, tem em suas bases o reflexo de uma multiplicidade de vozes, uma vez que construída a várias mãos. Esse processo que agora se inicia referencia exatamente a diversidade e a complexidade cultural do país. É essa diversidade que fortalece o setor museológico e busca nela a força criativa, necessária na estruturação da política cultural. Esses momentos demonstram que, sem dúvida, a esperança vem a cada dia vencendo o medo."

Gilberto Gil Moreira
Ministro da Cultura

PALAVRA DO SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO, MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS

"Um dos maiores compromissos do Ministério da Cultura ao longo dos próximos anos, sob o comando do Ministro Gilberto Gil, será a construção coletiva no Brasil de uma ampla e democrática rede de políticas culturais, articulada em torno de princípios participativos e transparentes. Esta rede deverá ser a base de um Sistema Nacional de Política Cultural, inovador na história da política cultural brasileira e herdeiro daquilo que tivemos de melhor nesse campo desde os tempos de Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e, mais recentemente, Aloísio Magalhães.

"Trata-se de uma ação ousada do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois elevará significativamente o patamar desta política, estratégica para o desenvolvimento do Brasil, tanto em termos sociais, econômicos, políticos, ambientais, quanto de afirmação positiva da nacionalidade brasileira, fincada nos marcos profundos da enorme diversidade étnica e cultural do nosso povo.

"A Política Nacional de Museus, cujas bases conceituais aqui apresentadas serão discutidas amplamente pelos diversos segmentos do setor museológico nacional, é parte desse grande projeto, que visa englobar todos os caminhos e linguagens da cultura brasileira, sempre em diálogo permanente do Estado com a sociedade. Nesse sentido, tem sido profícua e generosa a participação dos diversos profissionais de museus, junto com a equipe do Ministério da Cultura, nesses primeiros passos em direção a novos horizontes.

"Com a convicção de que uma nova paisagem cultural, digna da grandeza da nação brasileira, dependerá do esforço coletivo, é que conclamamos a todos a se juntarem nesse movimento cívico em defesa do patrimônio cultural brasileiro."

Márcio Augusto Freitas de Meira
Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas

BASES PARA A POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

ÍNDICE

• APRESENTAÇÃO
• INTRODUÇÃO
• OBJETIVO GERAL
• PRINCÍPIOS ORIENTADORES
• A CONSTRUÇÃO DA REDE DE PARCERIAS
• EIXOS PROGRAMÁTICOS
1. GESTÃO E CONFIGURAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO
2. DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AOS BENS CULTURAIS
3. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
4. INFORMATIZAÇÃO DE MUSEUS
5. MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUSEOLÓGICAS
6. FINANCIMANETO E FOMENTO PARA MUSEUS
7. AQUISIÇÃO E GERENCAIMENTO DE ACERVOS CULTURAIS

APRESENTAÇÃO

Ao se propor a sistematização de uma política pública voltada para os museus brasileiros, a preocupação inicial do Ministério da Cultura foi estabelecer o debate necessário sobre a questão com os diversos segmentos culturais que tratam do assunto, buscando travar um diálogo com pessoas e entidades vinculadas à museologia, meio universitário, profissionais da área e secretarias estaduais e municipais de cultura.

Desta forma, a primeira apresentação pública do texto com os eixos programáticos sobre as bases para a Política Nacional de Museus ocorreu durante os dias 24 a 27 de março de 2003, quando foram realizadas reuniões junto à comunidade museológica para discussão do tema. Posteriormente, seguindo a linha participativa que adotamos, o texto foi distribuído e disseminado por meio eletrônico a diversas pessoas e entidades vinculadas à museologia para discussão, apreciação e sugestões.

A realização das reuniões e a distribuição do texto base teve como principais objetivos a divulgação das linhas programáticas da Política, o debate e o esclarecimento de dúvidas, recolhimento de sugestões e evidenciar a importância da participação de todos na construção de uma política integrada em nível nacional.

As reuniões mencionadas envolveram aproximadamente cem pessoas, entre as quais destacamos responsáveis e profissionais de entidades museológicas de diferentes tutelas, representantes do meio acadêmico, profissionais de departamentos ligados ao patrimônio cultural de governos estaduais e prefeituras, e órgãos do governo federal de vários ministérios que têm museus em sua estrutura ou que, de alguma forma, têm relação com o tema.

Os debates que as reuniões proporcionaram e as sugestões recebidas por meio eletrônico foram fundamentais para a consolidação dos eixos programáticos e finalização do texto base da Política. Ademais, se constituíram como um primeiro passo para a implementação de um projeto articulado que pretende contribuir para a revitalização das unidades museológicas no Brasil. Vale ressaltar que foram recebidas contribuições inclusive de entidades e personalidades da comunidade museológica de outros países.

A implementação dos sete eixos programáticos da Política está prevista para acontecer em quatro anos. As primeiras ações a serem realizadas serão a criação do Cadastro Nacional de Museus, previsto no eixo 1, e do Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia, previsto no eixo 3, lançados oficialmente junto com a Política Nacional de Museus.

O Cadastro Nacional de Museus visa a criação de uma base unificada com amplitude nacional, estabelecendo uma plataforma de informações e dados sobre os museus brasileiros. É o passo inicial para a implementação do Sistema Nacional de Museus, previsto na Política.

Da mesma forma, também será lançado o Selo Museus Brasileiros, que qualquer museu, independente se privado ou vinculado a qualquer esfera governamental, poderá utilizar, desde que cumpridos requisitos básicos em seus projetos institucionais, que demonstrem a atuação do museu.

O Programa Nacional de Capacitação em Museologia, por sua vez, prevê a criação de programa de capacitação e formação em museologia para técnicos do setor, com a ampliação de oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus. O Programa foi elaborado por um grupo de trabalho, criado em uma das reuniões mencionadas acima.

No texto consolidado que se segue, procedeu-se a uma revisão do texto inicial, incorporando as principais contribuições recebidas ou explicitando alguns pontos que necessitavam de maior clarificação. Deste amplo processo de consulta à comunidade museológica, resultaram as bases da Política Nacional de Museus, agora editadas, que visam fundamentar as ações a serem desenvolvidas em prol da revitalização dos museus brasileiros. O processo, até então, é apenas o início da implementação da Política, que ainda está em construção e pretende incorporar muitas outras contribuições.

INTRODUÇÃO

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a

abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como no respeito às culturas indígenas e afro-descendentes.

Para cumprir esse papel, os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento. Comprometidos com a gestão democrática e participativa, eles devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com os objetivos de propiciar a ampliação do campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Assim, no momento em que se renovam as perspectivas de construção de um novo Projeto de Nação mais inclusivo e com maiores estímulos à participação cidadã, torna-se premente a implantação de uma Política Nacional de Museus, que além de abrangente e integrada à política cultural, seja um estímulo ao desenvolvimento, à criatividade, à produção de saberes e fazeres e ao avanço técnico-científico do campo museológico. Essa política deve ter como premissa a democratização do acesso aos bens culturais produzidos, bem como a democratização dos dispositivos de estímulo e incentivo à dinâmica de produção de bens culturais representativos de diferentes grupos sociais e étnicos, de diferentes regiões e localidades existentes no país.

OBJETIVO GERAL

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias consitutuivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

1. Estabelecimento e consolidação de políticas públicas no campo do patrimônio cultural, da institucionalização da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e dos usos dos bens culturais nacionais, estaduais e municipais;
2. Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local;
3. Desenvolvimento de processos educacionais para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro frente aos procedimentos políticos de homogeneização decorrentes da globalização;
4. Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, em conjunto com os profissionais, técnicos e gestores do patrimônio cultural, dos processos de registro e proteção legal, e dos procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser preservado;
5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural;
6. Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização;
7. Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

A CONSTRUÇÃO DA REDE DE PARCERIAS

A elaboração e a implementação da Política Nacional de Museus, a ser coordenada pelo Ministério da Cultura, deverá contar com a participação de órgãos dos governos federal, estadual,

municipal e do setor privado, ligados à cultura, à pesquisa e ao fomento, bem como entidades da sociedade civil organizada. A meta é a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do nosso patrimônio cultural, de modo a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade étnica e cultural do Brasil.

A Política Nacional de Museus deverá contar com os recursos previstos no Fundo Nacional da Cultura (FNC), com as leis de incentivo fiscal e com os orçamentos próprios dos órgãos e entidades envolvidos, além de valorizar a integração de instâncias governamentais e entidades da sociedade civil voltadas para o campo museal, constituindo uma rede de responsabilidades no tocante à preservação e ao gerenciamento de bens culturais.

EIXOS PROGRAMÁTICOS

1. GESTÃO E CONFIGURAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO

1.1 Implementação do Sistema Nacional de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória;

1.2 Criação do Cadastro Nacional de Museus, visando a produção de conhecimentos sobre a realidade museológica do país;

1.3 Criação e aperfeiçoamento de legislação que oriente a atuação dos museus no país, sobretudo, no que diz respeito às políticas de aquisição e gerenciamento de acervos, ao uso do espaço público, ao uso e direito de imagem, à comercialização, gerenciamento e circulação de acervos e coleções de interesse público;

1.4 Integração de diferentes instâncias governamentais diretamente envolvidas com a gestão de patrimônios culturais submetidos a musealização;

1.5 Criação de pólos museais regionalizados e de equipes volantes com vários níveis de especificidade, de modo a desenvolver ações preventivas e a apontar soluções para problemas localizados;

1.6 Criação de medidas de cooperação técnica entre laboratórios de restauração e conservação de diversas tipologias de acervos;

1.7 Promoção à participação de comunidades indígenas e afro-descendentes no gerenciamento e promoção de seus patrimônios culturais;

1.8 Estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender aos diferentes níveis e instâncias governamentais e às diferentes especificidades das profissões museais.

2. DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AOS BENS CULTURAIS

2.1 Apoio à criação de redes de informação entre os museus brasileiros e entre os profissionais desses museus, a fim de facilitar a pesquisa, o desenvolvimento profissional e democratizar o acesso ao conhecimento produzido;

2.2 Estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a começar pela própria agenda de temas e conteúdos expositivos;

2.3 Criação de mecanismos que favoreçam a documentação, organização, conservação, restauração, informatização e disponibilização dos acervos museológicos;

2.4 Criação de programas que visem uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, por meio de exposições, concursos, espetáculos, oficinas e outras ações de caráter educativo-cultural;

2.5 Apoio à realização de eventos multi-institucionais e à circulação de exposições museológicas;

2.6 Apoio à publicação da produção intelectual e científica e à difusão da produção editorial específica dos museus e da museologia;

2.7 Apoio às ações que tenham por objetivo a democratização do acesso aos museus e o desenvolvimento de políticas de comunicação com o público;

2.8 Criação de medidas de cooperação técnica e de socialização de experiências:
a. realizadas em programas de comunicação com públicos gerais e específicos (curadorias participativas, exposições, visitas orientadas, elaboração de materiais didáticos, desenvolvimento de serviços educativos etc.);
b. perpetradas nas áreas da gestão, da preservação e da documentação museográfica (inventários participativos, instalação e organização de reservas técnicas, gerenciamento e informatização de acervos, desenvolvimento de equipes e projetos, conservação preventiva etc.);
c. desenvolvidas na área da investigação e da editoração (teoria museológica, estudos de coleções, estudos de público, história e trajetória de museus, estudos de espaços museológicos, programas editoriais etc.).

3. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1 Criação e implementação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e museologia, com a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação (estrito e lato senso), além de cursos técnicos, cursos de extensão e oficinas nas diversas áreas de atuação dos museus;

3.2 Inclusão nos currículos escolares de ensinos fundamental e médio de conteúdos e disciplinas que tratem do uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais;

3.3 Criação de políticas de formação em educação museal e patrimonial, reconhecendo que estas expressões configuram campos de atuação e não metodologias específicas;

3.4 Criação de pólos de capacitação e de equipes volantes, com condições de atuação nacional;

3.5 Desenvolvimento de programa de estágios em museus brasileiros e estrangeiros com reconhecida e comprovada capacidade e disponibilidade de atuação na área da formação profissional;

3.6 Apoio à realização de encontros, seminários, congressos e outros fóruns de discussão para divulgação da produção de conhecimento da área dos museus, da memória social, do patrimônio cultural e da museologia.

4. INFORMATIZAÇÃO DE MUSEUS

4.1 Criação de políticas de apoio à informatização dos museus brasileiros;

4.2 Apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos;

4.3 Estímulo e apoio a projetos que visam disponibilizar informações sobre acervos, pesquisas e programações dos museus em mídias eletrônicas;

4.4 Apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória;

4.5 Estímulos aos projetos de informatização e tecnologia digital desenvolvidos em parceria com instituições de ensino.

5. MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS MUSEOLÓGICAS

5.1 Apoio à realização de obras de manutenção, adaptação, saneamento, climatização, segurança, arranjos exteriores de lazer e de acessibilidade aos imóveis que abrigam acervos museológicos;

5.2 Apoio a projetos de modernização de exposições de longa duração e ao desenvolvimento de programas de exposições de curta duração e itinerantes;

5.3 Estímulo a projetos de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias no campo da conservação, documentação e exposição;

5.4 Apoio aos projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratório de restauração e conservação.

6. FINANCIMANETO E FOMENTO PARA MUSEUS

6.1 Criação de um Fundo de Amparo ao patrimônio cultural e aos museus brasileiros;

6.2 Criação de Programas de Qualificação de Museus junto ao CNPq, à CAPES e às Fundações de Amparo à Pesquisa e às instituições de ensino superior, levando em conta as especificidades da realidade museológica brasileira;

6.3 Criação de políticas de fomento e difusão da produção intelectual e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais;

6.4 Estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado;

6.5 Aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7. AQUISIÇÃO E GERENCAIMENTO DE ACERVOS CULTURAIS

7.1 Criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos nos níveis municipal, estadual e nacional e de acervos de comunidades indígenas, afro-descendetes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira;

7.2 Apoio ao estabelecimento de políticas democráticas de aquisição de acervos que levem em consideração a diversidade étnica, cultural e social do povo brasileiro, bem como a necessidade de preservar acervos representativos da vida social e cultural brasileira no século XX;

7.3 Estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais;

7.4 Apoio às instâncias nacionais e internacionais de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais;

7.5 Apoio às ações e aos dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção legal dos bens culturais claramente vinculados à história e à memória social de caráter local ou nacional.

ROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NA ÁREA DA MUSEOLOGIA
(EIXO PROGRAMÁTICO Nº 3)

Brasília – DF
Maio de 2003

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar o Programa de Formação e Capacitação para a Área da Museologia, a ser implantada pelo Ministério da Cultura . Esse Programa é parte integrante da Política Nacional de Museus, do Ministério da Cultura, cujos indicadores para reflexão foram apresentados a profissionais e representantes de instituições e entidades de classe da Área da Museologia, em reunião realizada em Brasília, no dia 26 de março do corrente ano. Naquela oportunidade, foi constituída uma comissão para apresentar uma proposta preliminar para a formação e capacitação de pessoal para atuar nos museus e em projetos museológicos, dada a carência de pessoal capacitado para atuar na Área, como ficou evidenciado nos depoimentos de todos os presentes. Constatou-se, assim, a necessidade de se atender à demanda de aprimoramento de recursos humanos das instituições museológicas, tendo em vista o domínio intelectual e prático de temas voltados para a Área da Museologia.

Com o objetivo de sugerir a construção de um Programa de Formação e Capacitação, que contemple os anseios e as reais necessidades dos sujeitos sociais que estão colaborando, efetivamente, para a construção e reconstrução dos nossos museus, e para a aplicação do processo museológico, em diferentes contextos, foi realizada uma consulta a profissionais que estão atuando na Área da Museologia, em diferentes regiões do País, bem como a Instituições Museológicas e Associações, além dos presentes na reunião acima referida.

Este documento tem como fundamentação os indicadores para a Política Nacional de Museus, os aspectos teórico-metodológicos da Área da Museologia, e os dados coletados na consulta realizada. A partir destes referenciais, foram apontados os princípios norteadores, os objetivos e as propostas específicas, que servirão de suporte para a elaboração de um planejamento estratégico, para implementação das ações, cujos projetos deverão ser executados, a partir da iniciativa e da participação dos diversos segmentos envolvidos. Para facilitar o manuseio e a leitura do material conseguido durante a coleta de dados, que deverá ser um referencial importante no momento de detalhamento das propostas, optou-se por apresentar as informações coletadas em um volume à parte, encaminhado à Coordenadoria de Museus do MinC.

A elaboração do presente documento deve ser compreendida como o resultado da iniciativa e do envolvimento dos profissionais que atuam em diferentes regiões e que atenderam ao chamado do Ministério da Cultura, para construir, conjuntamente, uma proposta de Política de Formação e Capacitação para a Área da Museologia, em nosso País. Esses profissionais estão motivados para colaborar com sua implantação, por reconhecerem a importância da ação dos museus e da aplicação dos processos museais na construção de uma sociedade mais eqüitativa e solidária, e por acreditarem, também, no potencial que têm as Instituições Museológicas de contribuir para a melhoria da auto-estima dos brasileiros e para a divulgação do nosso patrimônio cultural, nacionalmente e no Exterior.

Salvador – BA, 7 de maio de 2003.
Profa. Dra. Maria Célia T. Moura Santos
Coordenadora da Comissão

1 – INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos, produzimos e provocamos grandes transformações no campo da Museologia. Considerando que o fazer museológico é o resultado das relações humanas, em cada momento histórico, em relação com as demais práticas sociais globais, podemos afirmar que a

Museologia, em transformação, é resultado de um mundo em transformação. A contemporaneidade tem sido marcada por processos sociais ricos, no sentido de reconhecer a diversidade, o respeito à diferença e, sobretudo, por um forte apelo para que exerçamos a nossa cidadania, com a consciência de que podemos ser sujeitos da história. Talvez possamos afirmar que a ação participativa seja uma das características mais marcantes da contemporaneidade.

As inquietações ocorridas nos anos 60 abriram espaço para, posteriormente, se repensar o conceito de patrimônio e a relação do museu com a sociedade. Nesse contexto de buscas, reflexões e práticas museológicas, até então desconhecidas, assistimos ao que, no nosso entender, tem sido a contribuição mais significativa para a Museologia, na contemporaneidade: a participação de diversos segmentos da sociedade na construção e reconstrução dos processos museais. Das ações de contemplação ou de apreciação de uma museografia que era planejada e executada somente por uma equipe técnica, que detinha o conhecimento sobre as coleções, partimos para uma ação integrada, por técnicos e sujeitos sociais, que visam apropriar-se e reapropriar-se do patrimônio cultural.

Entretanto, a contemporaneidade tem sido marcada, também, por contrastes, por avanços e recuos, que nos surpreendem, a cada momento, com a crescente produção de conhecimento, em diferentes áreas, como os até então inimagináveis avanços tecnológicos, e, ao mesmo tempo, nos deixam assustados com a falta de ética, com a violência, com os contrastes entre países e regiões de um mesmo país, com a concentração de renda entre grupos de privilegiados, e, sobretudo, com a péssima qualidade de vida de vários segmentos da sociedade.

A participação, as inquietações com as práticas museológicas, dissociadas dos anseios da sociedade, e os marcantes contrastes desse mundo que estamos construindo têm nos estimulado a buscar soluções criativas, que têm contribuído, efetivamente, para a construção do conhecimento na Área da Museologia, bem como para se repensar o nosso campo de atuação e os nossos cursos de formação. Essa insatisfação tem, também, nos estimulado a construir processos museais que tenham como objetivo principal, a partir das reflexões sobre o patrimônio cultural, a compreensão da nossa identidade cultural, em seu processo de construção e reconstrução, compreendendo-a como o suporte essencial para a inclusão social e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida. Compreendemos que a qualidade implica participação, conquista, em busca da autogestão, da democracia e da liberdade. A musealização é, então, processada na prática social – no interior do museu ou fora dele – em sua dinâmica real, no tempo e no espaço, abordando a cultura de forma integrada ao cotidiano, ampliando as suas dimensões de valor, de consciência e de sentido.

Admitindo que o patrimônio cultural é o referencial básico para o desenvolvimento das ações museológicas, consideramos que os processos museais gestados, ao longo dos anos, contribuíram, de modo efetivo, para a ampliação do conceito de patrimônio, na medida em que o conceitua como a relação do homem com o meio, ou seja, o real, na sua totalidade: material, imaterial, natural e cultural, em suas dimensões de tempo e de espaço. Conseqüentemente, os bens culturais a serem musealizados também foram ampliados. Nesse sentido, as ações museológicas não serão processadas somente a partir dos objetos, das coleções, mas tendo como referencial o patrimônio global, tornando assim necessária uma ampla revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação, nos diferentes contextos.

Por outro lado, a ampliação do conceito de patrimônio está relacionada à criação de novas categorias de museus, como ecomuseu, museu comunitário, museu de vizinhança, etc., que não estão fechados nas paredes de um edifício, mas realizam as ações museológicas em um território, com uma população. Essas novas categorias de museus, abertas a uma população e a um território, irão contribuir, também, para que as ações museológicas possam ser processadas fora do espaço restrito do museu, abrindo, assim, amplas possibilidades para a realização de novos processos de musealização. Do ponto de vista metodológico, foi um vetor a incentivar a busca de soluções criativas.

Portanto, a aplicação das ações museológicas, deve estar embasada na teoria e na relação necessária entre a teoria e a prática, possibilitando que ambas sejam fortalecidas e enriquecidas. A Museologia e a Educação, consideradas como historico-socialmente condicionadas, assumem, em

cada período histórico, características que são resultado das ações do homem, no mundo, fazendo com que possamos considerá-las como possibilidade e não como determinação. Daí, a necessidade de contextualizá-las, situando-as no tempo e no espaço, compreendendo-as como ação social e cultural. A contemporaneidade não comporta mais modelos de desenvolvimento tecnológico e científico dissociados dos referenciais culturais de um povo. Cultura e desenvolvimento, mais do que nunca, têm que andar de mãos dadas.

A análise da educação, portanto, está sendo aqui realizada compreendendo-a como um processo que deve ter como referencial o patrimônio cultural, considerando que este é um suporte fundamental para que a ação educativa seja aplicada, levando em consideração a herança cultural dos indivíduos, em um determinado tempo e espaço, considerando que as diversas áreas do conhecimento não funcionam como compartimentos estanques, mas são parte de uma grande diversidade, que é resultado de uma teia de relações, em que cultura, ciência e tecnologia, em cada momento histórico, são construídas e reconstruídas pela ação do homem, produtor de cultura e conhecimento.

O mundo contemporâneo, as transformações ocorridas nos últimos anos e já registradas anteriormente, sinalizam para a necessidade de um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades da América Latina. A revisão e superação de determinados paradigmas são essenciais, considerando-se a necessidade de criação de novos museus e de reformulação dos existentes, tornando-os instituições relevantes para a cidadania. A Museologia e o museu têm uma importância central no contexto de reconstrução das nações, na busca de um mundo livre e eqüitativo. Para tanto, torna-se necessária a formulação de novas diretrizes, à luz dos conhecimentos historicamente acumulados, no sentido de utilizar o patrimônio cultural como um referencial para o exercício da cidadania e o desenvolvimento social. Portanto, o processo museológico está, aqui, sendo compreendido como um processo educativo e de comunicação.

Enfatizamos, então, que o processo museológico, na contemporaneidade, como resultado da relação teoria / prática, tem contribuído, efetivamente, para o desenvolvimento da Museologia e para a sua aplicação – museografia –. Desse processo, podemos destacar os seguintes aspectos:

- Ampliação do conceito de patrimônio;
- Ampliação dos bens culturais a serem preservados;
- Aplicação do processo museológico, a partir da relação: HOMEM - PATRIMÔNIO CULTURAL;
- Incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio cultural, para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura;
- Socialização da função de preservação;
- Desenvolvimento das ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não somente as coleções;
- Criação de novas categorias de museus e aplicação de diferentes processos museais;
- Revisão dos métodos a serem aplicados nas ações de pesquisa, preservação e comunicação;
- Ação de comunicação dos técnicos e dos grupos sociais, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social;

Os museus, como instituições historico-socialmente condicionadas, não podem ser considerados um produto pronto, acabado; eles são o resultado das ações dos sujeitos que os estão construindo e reconstruindo, a cada dia. São as nossas concepções de Museologia e de museu que estarão atribuindo à instituição diferentes perfis, que deverão ser adaptados aos diversos contextos. Daí, a necessidade de uma avaliação constante que deverá fornecer dados significativos para a definição da missão e dos objetivos a serem alcançados, o que implica a necessidade de abertura, por parte de seu corpo técnico e das pessoas responsáveis por sua administração, manifestada em atitudes que demonstrem a motivação e o desejo de mudar, de buscar uma atualização constante, compreendendo que, para desenvolver o pensamento crítico, é necessário haver sistematização e argumentação. Com certeza, esse novo caminhar nos conduz, urgentemente, à necessidade de se repensar o perfil do profissional museólogo e dos demais trabalhadores de museus e o seu campo de atuação.

Mais do que nunca, faz-se necessária e urgente a implantação de uma política de capacitação e formação de pessoal para atuar nas instituições museológicas, sobretudo se considerarmos a necessidade de buscar um desenvolvimento que não deve ser sustentado em um modelo pautado na racionalização tecnológica, tomado como um objetivo que se esgota em si mesmo e por si mesmo, o que tem gerado a "pobreza modernizada", que, segundo Perrot (1994), é a pobreza daqueles grupos ou indivíduos que depois de terem perdido uma boa parte de seus valores e de seu modo de vida não têm tido acesso às vantagens do desenvolvimento econômico. Conforme a referida autora, a pobreza modernizada é reconhecida pelo fato de ter sido espoliada cultural e socialmente, sem ter sido recompensada economicamente. Consideramos que o museólogo e os demais profissionais que atuam nos museus ao assumirem o seu compromisso social, têm uma responsabilidade de atuar, quer seja no interior do museu ou fora dele, buscando construir, com os diversos segmentos da sociedade, um desenvolvimento que seja apoiado no respeito às identidades e à pluralidade cultural.

Urge, portanto reconhecer, no momento em que o Ministério da Cultura propõe a implantação de uma Política Nacional de Museus, a importância dos cursos de formação e capacitação, no sentido de contribuir, efetivamente, por meio da aplicação das ações museológicas, para o desenvolvimento e para a inclusão social, assim como para os avanços teórico-metodológicos, em nosso campo de atuação. É necessário ressaltar, entretanto, a necessidade de uma abertura maior no sentido de dotar os currículos dos referidos cursos de conteúdos substantivamente relevantes, sem perder de vista que a sua maior missão é a político-cultural. E esse objetivo maior não pode ser alcançado somente nos espaços fechados da academia. Sirvent (1984) analisando a relação entre a educação, formal e a não-formal, sugere que é possível organizar uma ação educativa complexa, que seja resultante de uma rede de interação entre diversos recursos educativos. Não se trata de somar ou adicionar componentes isolados, mas de integrá-los ao redor de objetivos educacionais comuns. Nessa rede, insere-se a educação formal ou uma redefinição de seu papel frente à comunidade e aos recursos educativos não-formais da mesma. Sugere ainda a referida autora, que as instituições do macrossistema constituir-se-iam num sistema aberto em contínua comunicação, tanto entre si como com o meio em que estão inseridas.

Compreendemos que a proposta para uma Política Nacional de Museus, que contempla, a Política para a Formação e Capacitação de Pessoal para atuar na Área da Museologia, do Ministério da Cultura, não pode ser entendida, somente, como a reflexão e expressão de uma classe. Como registrou o Exmo. Sr. Ministro da Cultura, Gilberto Gil Moreira, em seu discurso de posse, "*as políticas públicas de cultura devem ser encaradas, também, como intervenções, como estradas reais e vicinais, como caminhos necessários, como atalhos urgentes"*. Por considerarmos os museus como instituições da maior relevância, no que se refere à valorização, à articulação e ao desenvolvimento das memórias e identidades locais, regionais e nacionais, no momento em que se renovam as esperanças na construção de um projeto de Nação mais inclusivo, com maiores estímulos à participação cidadã, e à valorização da auto-estima do brasileiro, consideramos a presente proposta como parte de "*um projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência de um Brasil de todos*"**(1)**. Capacitar os profissionais que atuam nos museus para esse grande desafio é, com certeza, um caminho necessário e com atalhos urgentes.

(1) - Fala do Exmo. Ministro da Cultura, Sr. Gilberto Gil, em seu discurso de posse. Brasília, 02.01.2003.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NA ÁREA DA MUSEOLOGIA (cont.)

2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DA MUSEOLOGIA, NO BRASIL

Nos últimos anos, o progresso ocorrido na aplicação do processo museológico, para o qual tem contribuído a produção científica dos Cursos de Museologia, tanto os de Graduação quanto os de Pós-Graduação, permitiram o embasamento necessário a uma reflexão constante, na vida acadêmica dos cursos, fornecendo os subsídios necessários, para que seja realizada uma avaliação das suas atuações, nos diversos contextos, nos quais estão inseridos, no sentido de adequá-lo aos avanços que hoje se apresentam, contribuindo, também, para ampliar a nossa concepção em relação à atuação do profissional museólogo, no mercado de trabalho a ele destinado e ao próprio objeto de

estudo da Museologia. A prática da avaliação constante dos Cursos tem sido muito saudável no sentido de apontar para a necessidade de uma revisão constante do perfil do profissional que estamos formando. Por meio dessas constantes reflexões, tem-se evidenciado a necessidade dos Colegiados dos Cursos delinearem um perfil para o profissional Museólogo e atualizar o seus currículos, realizando os ajustes necessários no sentido de fornecer a capacitação indispensável ao profissional, no presente momento, com base em uma constante reflexão entre a teoria e a prática.

Vale a pena ressaltar a importância do conhecimento produzido por docentes e alunos dos diversos cursos, alimentando e estimulando o debate em torno de temas e problemas relacionados com os aspectos teórico-metodológicos do nosso campo de atuação. As teses, dissertações, monografias, os livros e artigos publicados, no Brasil e no exterior, e os projetos de extensão são exemplos concretos da colaboração dos cursos para a construção do conhecimento, na Área da Museologia. Por outro lado, a prática da organização de seminários, congressos e outros eventos, tem proporcionado a oportunidade de uma troca efetiva entre estudantes, professores e profissionais que atuam no Brasil e no exterior, divulgando os projetos desenvolvidos em nossos museus e nos cursos, bem como o conhecimento produzido, o que, ao mesmo tempo, tem permitido o acesso a projetos desenvolvidos em outras realidades.

Merece destaque, também, a participação dos Cursos de Museologia em torno de temas e problemas relacionados ao exercício da profissão, com atuação marcante no processo de regulamentação da profissão de Museólogo e na estruturação do COFEM e dos Conselhos Regionais de Museologia, assim como na organização das associações de classe.

Percebe-se, pois, a importância dos Cursos de Museologia para o desenvolvimento das Áreas da Cultura e da Educação, em nosso País, devendo-se registrar o empenho de seus corpos docente e discente, no sentido de contornar os sérios problemas ocasionados pela carência de recursos materiais e humanos, bem como as condições inadequadas dos nossos museus, para funcionarem como campo de estágio. Não podemos desconhecer, também, os sérios problemas financeiros, aliados à falta de divulgação e absorção pelo mercado de trabalho dos alunos que concluíram os cursos, o que tem ocasionado a interrupção de abertura de vagas para novas turmas, o que é lamentável, devido à carência de cursos de formação, em nosso País.

Constata-se, também, uma grande defasagem entre os aspectos teórico-metodológicos que fundamentam a estruturação dos currículos dos cursos, entre os processos museológicos aplicados, nos museus e em diferentes contextos, e o Parecer n0 917/69 e a resolução n0 14, de 27 de fevereiro de 1970, do Conselho Federal de Educação, e que, ainda hoje, definem a estruturação dos Cursos de Graduação em Museologia. Do mesmo modo, observa-se, também, uma grande defasagem entre a dinâmica e a produção dos cursos de especialização em Museologia existentes no País, criados a partir das reflexões teóricas sobre a natureza da Museologia, bem como do pleito dos muitos profissionais que atuam nas instituições museológicas, que não tinham uma formação na Área, e a Lei que regulamenta o exercício da profissão de Museólogo, que limita o exercício da profissão aos graduados e pós- graduados, com mestrado e doutorado.

Para estruturação da presente proposta, foram coletadas informações sobre os seguintes Cursos de Museologia **(1)**:

- Curso de Museologia da Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO;
- Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA;
- Curso de Graduação em Museologia da Universidade do Rio dos Sinos – UNISINOS (em estruturação);
- Curso de Especialização da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (desativado);
- Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP;
- Curso de Especialização em Museologia da Universidade Federal de Goiás – UFG;
- Curso de Especialização em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- Núcleo de Estudos Museológicos do Estado de Santa Catarina – NEMU.

Consideramos que a consulta ao material informativo sobre os Cursos de Museologia será de extrema importância para a implantação e execução da Política de Capacitação, pois as práticas já vivenciadas deverão ser referenciais importantes para a elaboração do planejamento estratégico, para a implantação da Política de Formação e Capacitação que estamos propondo no presente documento.

3 – PRINCÍPIOS NORTEADORES

A consolidação de uma Política de Formação e Capacitação para a Área da Museologia deverá ser processada tendo como referencial um quadro teórico inerente aos processos museais e aos museus, dando lugar para que se desenvolvam as diretrizes das instituições, preservando as suas especificidades, devendo ser um suporte essencial para a exploração adequada de potenciais ainda não trabalhados. Portanto, a aplicação das ações museológicas deve estar embasada na teoria e na relação necessária entre a teoria e a prática, possibilitando que ambas sejam fortalecidas e enriquecidas. Nesse sentido, apresentamos os referenciais abaixo, como princípios norteadores para a operacionalização dos programas a serem executados, destacando que estes referenciais não podem ser considerados únicos e acabados, mas devem ser revistos, atualizados e enriquecidos, ao longo do desenvolvimento dos diversos projetos, em um trabalho permanente de ação e reflexão e em interação com outras áreas do conhecimento:

- A Política de Formação e Capacitação para a Área da Museologia é parte integrante da Política Nacional para os Museus, do Ministério da Cultura, que deverá operacionalizar as ações, transversalmente, ou seja, em sintonia e em sincronia com os demais Ministérios, bem como com os gestores das Áreas da Cultura e da Educação, nos diversos Estados da Federação;
- A análise do processo museológico pressupõe a explicitação de que a sua aplicação se dá em contextos, os mais diferenciados, na relação do homem com o mundo; portanto, esse processo está impregnado, marcado, pelos resultados da própria ação, imerso na realidade concreta, cultural, na qual estão inseridos os sujeitos sociais; assim, a aplicação das ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação, a partir da qualificação do fazer cultural, está condicionada historico-socialmente;
- O processo museológico deve ser compreendido como projeto, que é construído de forma aberta, tendo como referencial o patrimônio cultural, buscando atingir a missão de formar cidadãos, capazes de se inserir no mundo, como sujeitos históricos, éticos, capazes de optar, de decidir e de romper. Como campo de memória o Museu pode ser espaço de educação, fórum de idéias e pode desempenhar um papel importante nos processos de inclusão social e de democratização dos bens, da ação e da produção cultural. Portanto, a abordagem sobre as dimensões social e educativa dos museus é conteúdo indispensável na formulação dos programas de capacitação e formação.
- A compreensão de que as ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação devam ser aplicadas em interação e como função educativa, aponta para a necessidade de uma ação integrada entre os técnicos que atuam em todos os setores dos museus, definindo metas e objetivos, em conjunto, ampliando assim as funções e os campos de aplicação das mesmas;
- Os Cursos de Formação e Capacitação, na Área da Museologia, deverão assumir o compromisso com o desempenho qualitativo, preparando profissionais que sejam capazes de produzir conhecimento, buscando, também, a interseção criativa de contribuições conceituais e analíticas de outras disciplinas, contribuindo com a renovação dos processos museais, reconhecendo as especificidades dos diferentes contextos, adequando os procedimentos metodológicos e técnicos às diferentes realidades, com a abertura necessária para a devida avaliação e reflexão crítica;
- A valorização da Área Museológica dá-se quando valorizamos os trabalhadores que atuam nos museus. Para que o reconhecimento desses profissionais ocorra, é necessário que tenham uma formação e/ou capacitação sólidas, com ênfase nas qualidades formal e política;
- A legislação que regulamenta a atuação dos profissionais da Área da Museologia, assim como o Parecer do MEC que orienta a implantação de Cursos de Museologia devem ser compreendidos e utilizadas como um instrumento passível de revisão e adequação ao perfil dos profissionais e da realidade brasileira, em cada momento histórico.

4 – CONSULTA REALIZADA: considerações e sugestões para a Política de Formação e Capacitação

Ao assumir a Coordenação da Comissão para Elaboração de uma Proposta de Política de Formação e Capacitação para a Área da Museologia consideramos que seria relevante realizar uma consulta a outros profissionais, além dos que estiveram presentes na reunião convocada pela Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas, e que estão atuando na Área da Museologia, bem como a instituições Museológicas, Associações e demais entidades representativas do nosso campo de atuação. A consulta prévia à elaboração do documento, justificou-se pela necessidade de envolver os profissionais, nas discussões em torno do tema, colaborando para, a partir de suas experiências e análise das diversas realidades, em diferentes Regiões do País, construir uma proposta de Política de Formação e Capacitação, que contemple os anseios e as reais necessidades dos sujeitos sociais que vêm, ao longo dos anos, colaborando, efetivamente para a construção e reconstrução dos nossos museus.

Ao refletir sobre a construção de uma proposta de política para a formação e capacitação para a Área da Museologia, inserindo-a nas demais práticas sociais globais, a partir de uma autocrítica das nossas vivências, objetivamos, com a consulta realizada, apontar alguns caminhos para que possamos assumir o nosso compromisso social com qualidade, o que, implica participação, inserida em nossa prática cotidiana. Demo (1994) salienta que qualidade é participação; com efeito, é conquista humana principal, tanto no sentido de ser, mais do que nunca, uma conquista – dada a dificuldade de a realizar de modo desejável – quanto no sentido de ser a mais humana imaginável, porque é, especificamente, a forma de realização humana. É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é a aquela participativa, ou seja, com o teor menor possível de desigualdade, de exploração, de mercantilização, de opressão. No cerne dos desejos políticos do homem está a participação, que segmenta metas eternas de autogestão, de democracia, de liberdade, de convivência.

Estamos compreendendo o chamado do Ministério da Cultura, para a discussão e construção de uma Política Nacional de Museus, e no seu interior, a Política de Formação e Capacitação, como um convite à participação, portanto, à construção conjunta, que se inicia, e que, com certeza, será ampliada e enriquecida.

É necessário deixar claros, entretanto, os limites da consulta realizada, a qual não se desenvolveu segundo os rigores metodológicos de uma pesquisa, por limitação de tempo. Mas, apesar de ser uma primeira “impressão”, não deixa de trazer contribuições significativas ao debate e à construção da proposta.

Para a coleta dos dados, foram enviados e-mails a todos os participantes das reuniões convocadas pelo MINC, para iniciar a discussão em torno de uma Política Nacional de Museus, quais sejam: diretores de museus, entidades e pessoas ligadas à Área da Museologia, Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura e a outros profissionais e entidades localizados em várias regiões do País, solicitando que fossem enviadas, à Coordenação da Comissão, as sugestões e considerações para uma proposta de Política de Formação e Capacitação para a Área da Museologia.

Registramos que houve um pronto atendimento à solicitação da Coordenação da Comissão, bem como um número significativo de respostas recebidas, em relação ao número de consultas realizadas, o que demonstra a motivação e o envolvimento dos profissionais em torno do tema. Foi realizada uma leitura de todos os e-mails recebidos, tendo sido elaborado um levantamento dos principais problemas e das sugestões para minimizá-los. Após o levantamento e análise dos dados foi elaborada uma proposta preliminar, que foi enviada a todos os membros da comissão, sugerindo que realizassem uma leitura crítica e enviassem, em um prazo de uma semana, as sugestões para os ajustes eventualmente necessários. A seguir, são apresentados um quadro-resumo das consultas realizadas, os principais problemas identificados, os objetivos e as sugestões para operacionalização da Política de Formação e Capacitação. **(2)**

4. 1 - Principais Problemas Identificados:

- Ausência de Cursos de formação e capacitação, na Área da Museologia, nas diversas regiões do País;
- Inadequação dos currículos dos Cursos de Graduação em Museologia, em relação às reais necessidades do mercado de trabalho;
- Número reduzido de bolsas de iniciação científica, para os estudantes dos Cursos de Museologia;
- Inexistência de fontes de financiamento e de um planejamento estratégico relativo à profissionalização para a Área da Museologia;
- Falta de parcerias e intercâmbio entre os Cursos de Museologia e os museus das diversas regiões, para desenvolvimento de projetos conjuntos, com a participação de professores, técnicos que atuam nos museus e estagiários;
- Falta de uma política editorial que possibilite, com maior agilidade, a transmissão de idéias e a democratização do conhecimento e das experiências museológicas;
- Rotatividade das equipes, sobretudo em decorrência de mudanças na condução da política governamental nos Estados, comprometendo o desempenho, a continuidade dos projetos e, conseqüentemente, a qualidade das atividades técnicas e administrativas;
- Falta de familiaridade com a Museologia, por parte dos profissionais de outras áreas que atuam nos museus;
- Número reduzido de convênios e parcerias para o oferecimento de cursos, na Área da Museologia, no Brasil e no Exterior, nos diversos níveis, com oferecimento de bolsas;
- Inexistência, nos Estados, de programas permanentes de formação e qualificação de profissionais que atuam nas instituições museológicas, com o objetivo de melhorar o desempenho dos museus;
- Inexistência, nos museus, de uma política de aperfeiçoamento de pessoal, que assegure aos técnicos o direito de se afastarem com o objetivo de freqüentar Cursos de Pós-graduação, com o tempo necessário para concluírem os projetos de pesquisa e a redação das monografias, dissertações e teses;
- Inexistência de Plano de Cargos e Salários para os profissionais que atuam nos museus, comprometendo a continuidade e a qualidade dos projetos;
- Defasagem da legislação que regulamenta a profissão de museólogo, em relação à atual realidade brasileira;
- Falta de parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação, com o objetivo de desenvolver projetos conjuntos, visando à capacitação dos educadores e dos alunos dos cursos de formação para professores, para utilização dos museus e do patrimônio cultural como um referencial para o desenvolvimento do processo educativo e para o exercício da cidadania;
- Falta de apoio e incentivo para a realização de seminários, congressos, simpósios e conferências, em diferentes regiões do País, bem como para que os funcionários tenham as condições necessárias para a participação;
- Falta de treinamento em serviço para as equipes que atuam nos diversos setores dos museus. O número reduzido de funcionários e a falta de recursos, não permite que os mesmos se afastem para se capacitarem e atualizarem;
- Inexistência de campanhas de divulgação das instituições museológicas, dos cursos de formação e capacitação e da importância dos museus para o desenvolvimento do País;
- Número reduzido de museus comunitários, no País, e falta de pessoal capacitado para mobilizar e promover, juntamente com as populações, a instalação de núcleos de memória, em diferentes localidades e regiões, voltados para a preservação do patrimônio e para o desenvolvimento local.

(1) - As informações sobre os Cursos de Museologia, que já funcionaram ou que estão em atuação, no Brasil, foram fornecidas pelos Coordenadores, Diretores e Professores dos respectivos Cursos, tanto ao nível da Graduação como da Pós-Graduação, cujos registros encontram-se com a Coordenadoria de Museus do MINC, assim como os currículos que estão sendo adotados.
(2) - A relação das entidades, instituições e profissionais consultados encontra-se na Coordenadoria de Museus do MINC.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NA ÁREA DA MUSEOLOGIA (cont.)

5 – PROPOSTAS ESPECÍFICAS: objetivos e sugestões para operacionalização

A partir dos referenciais apresentados na introdução, que embasaram os princípios norteadores para a proposta do presente documento, e da análise dos dados coletados na consulta realizada, consideramos importante que se busquem alcançar os objetivos abaixo relacionados, com a implantação de uma Política de Formação e Capacitação para profissionais que atuam nos museus e na Área da Museologia, visando minimizar os principais problemas identificados. A seguir, são apresentadas propostas para operacionalização das ações julgadas necessárias.

5. 1 - Objetivos

- Contribuir para a operacionalização dos objetivos e das metas do Programa do Ministério da Cultura, no Governo Lula;
- Contribuir para a implantação da Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura;
- Contribuir, por meio do processo museológico, para gerar um processo de preservação do patrimônio global, visando ao desenvolvimento humano sustentável;
- Colaborar com o desenvolvimento regional e com a geração de empregos;
- Atender à demanda de aprimoramento dos recursos humanos das instituições museológicas, visando ao necessário domínio intelectual e prático de temas voltados para a Área da Museologia;
- Promover a formação de profissionais que potencializem suas instituições como agentes de desenvolvimento regional;
- Desenvolver e aplicar tecnologias, na Área da Museologia, observando-se as necessidades regionais;
- Criar oportunidades de ampliar conhecimentos, rever conceitos e modificar procedimentos de trabalho;
- Proporcionar meios para que as instituições museais melhorem e ampliem seus campos de atuação, no meio social onde estão inseridas;
- Contribuir para a construção do conhecimento, na Área da Museologia;
- Contribuir para melhoria da qualidade do ensino, no País;
- Divulgar o patrimônio cultural, nacional, no Brasil e no Exterior.

5.2 - Propostas para operacionalização

Para realização das ações, recomendamos que sejam adotadas as estratégias a seguir, no sentido de atingir os objetivos propostos. Esclarecemos que, apesar de estarem agrupadas, por Ministérios, deverão ser operacionalizadas, em interação, não só com os Ministérios citados, mas, também, com outros Ministérios e Instituições que possam desenvolver ações conjuntas, com o objetivo de atingir os objetivos propostos.

>> ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS DO MINISTÉRIO DA CULTURA:

- Implantar um plano emergencial para a formação e capacitação de profissionais, com o apoio das agências de fomento, e dos gestores, nos diversos Estados, com o propósito de desdobrar os esforços acadêmicos já existentes e atingir as diferentes regiões brasileiras;
- Manter um intercâmbio efetivo com universidades e com outras instituições, estabelecendo parcerias e convênios para a realização de projetos integrados e de criação de Cursos de Museologia, em Nível Técnico, Graduação, Licenciatura e Pós-Graduação, latu sensu e stricto sensu, nas diversas regiões do País;
- Criar diversas modalidades de cursos modulares: treinamento em serviço, via Internet, regionais, itinerantes, workshops e oficinas, seminários, visando à capacitação de um maior número de pessoas, buscando a parceria dos gestores estaduais e municipais, com ênfase nos seguintes tópicos específicos:
  - Elaboração de Projetos;
  - Pesquisa Museológica;

- Planejamento de Museus e elaboração de Plano Diretor;
- Ação Cultural e Educativa dos Museus;
- Pesquisa de Público;
- Técnicas Museográficas:
  . Teoria e Técnicas Expográficas;
  . Teoria e Técnicas de Documentação;
  . Teoria e Técnicas de Conservação.

- Realizar um levantamento dos convênios existentes, no Brasil e no Exterior, que contemplem a formação e a capacitação de pessoal para a Área da Museologia, promovendo a sua divulgação e oferecendo uma cota de bolsas, anualmente;
- Firmar convênios de intercâmbio e cooperação técnica com instituições nacionais e estrangeiras. Criar um programa de divulgação sistemática de oferta de cursos, com bolsas, no Brasil e no Exterior;
- Desenvolver uma ação articulada com os Cursos de Museologia existentes no País, com o objetivo de firmar convênios de cooperação técnica para a atuação de professores e estagiários em museus das diferentes regiões do Brasil, incentivando a realização de projetos integrados;
- Oferecer, nos Museus vinculados ao MINC e em outras instituições museológicas, estágios, com cotas para profissionais que trabalham em museus distantes dos grandes centros e das capitais. Os museus deverão divulgar suas áreas de excelência para facilitar a escolha e a decisão dos estagiários;
- Criar pólos regionais de formação e capacitação, fora dos grandes centros, com apoio de museus locais e instituições parceiras;
- Realizar seminários, palestras e workshops, com organizações da sociedade civil, destacando o papel que os museus devem desempenhar na sociedade, bem como a importância da preservação e do uso do nosso patrimônio cultural;
- Realizar seminários, nas diversas regiões do País, com o objetivo de capacitar equipes locais para o planejamento e estruturação de museus comunitários, com ampla participação social, estimulando a estruturação de uma rede de comunicação entre as diversas instituições museológicas;
- Apoiar as instituições privadas que formam profissionais na área, notadamente as que oferecem cursos de Pós-Graduação em Museologia ou em Educação Patrimonial;
- Disponibilizar um programa mínimo de capacitação, com estabelecimento de metas, acompanhamento e avaliação, para ser oferecido às diversas regiões;
- Elaborar cadastramento dos profissionais de museus que estão exercendo a profissão, bem como do número de graduados anualmente;
- Organizar um programa de viagens de estudo, nacionais e internacionais, destinado aos técnicos que atuam nos museus, com roteiro de trabalho e exigência de apresentação de relatórios;
- Desenvolver um programa de aquisição de bibliografia específica da Área – livros revistas, dissertações, teses, monografias e outras publicações, promovendo a disponibilização por meio de empréstimos para os técnicos das instituições cadastradas no programa;
- Apoiar a criação de um centro editorial, articulado com as universidades e com os museus, incentivando a publicação de textos relacionados com a produção do conhecimento, na Área da Museologia, promovendo a sua divulgação por meio de uma rede de distribuição e estímulo ao debate;
- Apoiar a reestruturação do Fórum Nordestino de Museologia, considerando a relevância do mesmo para a capacitação e atualização dos profissionais da Região, bem como outras iniciativas semelhantes que tenham sido realizadas ou que venham a ser concretizadas nas demais regiões;
- Apoiar e incentivar a realização das atividades do Fórum de Museus de Pernambuco e dos Sistemas Estaduais de Museus, em funcionamento, no País, devido a relevância dos mesmos para o treinamento e capacitação do pessoal que atua nos museus, bem como para o desenvolvimento dos Museus dos Estados;
- Promover um programa de divulgação dos museus e da profissão de museólogo, destacando a importância das ações museológicas para a Educação e para o desenvolvimento do País;

- Manter, no Ministério da Cultura, um Setor de Educação Continuada, na Área da Museologia, com o objetivo de promover cursos e programas de atualização, em todo o Território Nacional;
- Criar e instalar, com a maior brevidade possível, no Ministério da Cultura, uma comissão permanente para elaborar e implementar um planejamento estratégico, com o objetivo de viabilizar as propostas constantes do presente documento, devendo, também, acompanhar e avaliar o andamento das ações propostas.

>> ESTRATÉGIAS A SEREM OPERACIONALIZADAS COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

- Propor ao MEC e firmar parceria para a implantação de Cursos de Museologia em Nível Técnico de Graduação, Licenciatura e de Pós-Graduação, latu sensu e stricto sensu, nas diversas regiões do País, levando em consideração as necessidades e as características dos diferentes contextos;
- Propor ao MEC a revisão do Parecer de número 971/69, do Conselho Federal de Educação, aprovado em dezembro de 1969, que orienta a formulação dos currículos dos Cursos de Graduação, em Museologia, no sentido de adequá-lo aos aspectos teórico-metodológicos da Museologia e ao perfil dos museus e da realidade brasileira, na atualidade.
- Propor ao Ministério da Educação a inclusão da disciplina Educação Patrimonial nos cursos de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Terceiro Graus, e promover a capacitação de pessoal para ministrar a referida disciplina, em parceria com o MEC;
- Propor, ao Ministério da Educação, a abertura de vagas para museólogos, nas Universidades Federais;
- Sugerir aos Cursos de Graduação em Museologia que procedam a uma reestruturação dos seus currículos, adequando-os às necessidades do mercado de trabalho, em cada região do País, e aos avanços teórico-metodológicos da Museologia, na contemporaneidade;
- Promover a capacitação dos componentes dos setores Educativos dos Museus, dos coordenadores e dos professores, para a elaboração de projetos a serem desenvolvidos entre os museus e a escolas, treinando os professor para o planejamento e a execução de projetos, tendo como referencial o patrimônio cultural. Estender esta capacitação aos cursos de formação de professores, nos diferentes níveis;
- Promover, nos diversos Estados, com o apoio das Secretarias de Educação e Cultura, cursos para os professores e estudantes dos Cursos de Pedagogia, sobre a Ação Cultural e Educativa dos Museus, com atividades práticas nas instituições museológicas;
- Proporcionar a oportunidade de realizar treinamentos em serviço, tornando a escola um local de aprendizagem para alunos, professores e profissionais da Área da Museologia, executando projetos, no cotidiano da escola, tendo como referencial o patrimônio cultural.
- Estimular a participação de estagiários, de diferentes Áreas do conhecimento, em museus de diversas categorias;
- Interagir com as instituições educacionais de cada Estado, elaborando projetos com o objetivo de utilizar o patrimônio cultural como um suporte essencial ao processo educativo;
- Em parceria com o Ministério da Educação, atuar no sentido de estimular a formação de técnicos ou auxiliares em Museologia, no âmbito do Ensino Médio, nas escolas públicas brasileiras;

>> ESTRATÉGIAS A SEREM OPERACIONALIZADAS COM OS ÓRGÃOS DE FOMENTO À PESQUISA:

- Por meio de uma ação integrada com os Cursos de Museologia e com os órgãos de fomento à pesquisa, desenvolver projetos no sentido de apoiar e incentivar a realização de pesquisas nas instituições museológicas;

- Propor aos órgãos de fomento à pesquisa a inclusão de profissionais da Área da Museologia nas comissões de avaliação de projetos específicos da área;
- Apoiar o aperfeiçoamento dos professores da Área da Museologia, com concessão de bolsas para cursos de Pós-Graduação, no Brasil e no Exterior;
- Incentivar a inserção da disciplina Museologia – princípios gerais – na formação dos profissionais das áreas científicas responsáveis pelos acervos musealizados;
- Incentivar e apoiar a participação de professores estrangeiros em atividades de pesquisas, ensino e extensão, nos Cursos de Museologia;
- Apoiar e incentivar a realização dos encontros do Fórum Permanente de Museus Universitários, devido a relevância do mesmo para o desenvolvimento da construção do conhecimento e para a melhoria da qualidade das atividades técnicas e de pesquisa dos Museus Universitários;
- Estimular e apoiar a publicação de obras referenciais como manuais, catálogos, thesaurs, de periódicos, dissertações teses e outros estudos temáticos e apoiar as bibliotecas para a assinatura de periódicos e atualização de novos títulos produzidos no Brasil e no Exterior.

>> ESTATÉGIAS A SEREM OPERACIONALIZADAS COM SECRETARIAS DE CULTURA, NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS:

- Propor, à esfera competente, a formulação do Plano de Carreira, Cargos e Salários para os profissionais que atuam nos museus;
- Solicitar aos gestores, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, a abertura de concurso público para os diversos profissionais de museus;
- Incentivar e apoiar a criação e implantação dos Sistemas Estaduais de Museus, nas diversas unidades da Federação;
- Oferecer cursos de monitoria em museus, para jovens que estejam cursando o segundo grau;
- Promover a realização de cursos de capacitação para voluntários dos museus, com a participação de pessoas, de diferentes faixas etárias, das comunidades onde os museus estão inseridos.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO NA ÁREA DA MUSEOLOGIA (cont.)

6 – FLUXOGRAMAS

Com o objetivo proporcionar uma melhor visualização da metodologia utilizada para a construção da presente proposta, bem como dos procedimentos a serem utilizados na sua aplicação, apresentamos os fluxogramas a seguir:

7 – POTENCIALIDADES E RETORNO

A implantação e execução da Política de Capacitação para a Área da Museologia do MINC deverá contribuir não só para o domínio intelectual e prático de temas voltados para a Área da Museologia e para o desenvolvimento do indivíduo, como também para os níveis macro e institucional, podendo-se destacar, os seguintes aspectos:

Em relação ao Indivíduo:

- Reconhecimento e respeito à identidade cultural e à diversidade;
- Prática da cidadania;
- Melhoria da auto-estima;
- Melhoria do processo de aprendizagem;
- Compreensão da História como construção e reconstrução: a história como possibilidade, e não como determinação;
- Reconhecimento do valor social e cultural do trabalho;
- Desenvolvimento de atitudes preservacionistas : relacionamento ético com o meio;
- Participação dos cidadãos-beneficiários, contribuindo para a inclusão social;
- Domínio de técnicas e procedimentos a serem aplicados em museus e projetos museológicos.

Em relação aos níveis macro e institucional:

- Contribuição para a operacionalização do Programa de Políticas Públicas de Cultura do Governo Lula;
- Contribuição para a divulgação do Patrimônio Cultural, no Brasil e no Exterior;
- Contribuição para a melhoria da qualidade do ensino, no País;
- Referencial para a Museologia, para a Educação e para a Cultura, no Brasil e no Exterior;
- Referenciais para embasamento de uma política cultural para o País;
- Fonte de renda e captação de recursos;
- Ampliação do potencial turístico dos Estados e Municípios;
- Contribuição para o desenvolvimento local e regional e para a geração de empregos;
- Ampliação das opções de lazer das comunidades.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta é um elemento motivador, um olhar e uma sugestão dos técnicos, a partir do diálogo estabelecido, da concepção de Museologia adotada e da proposta de uma Política Nacional para os Museus, do Ministério da Cultura. Ela é parte de um processo que está sendo iniciado. Portanto, propõe-se que seja dinâmica, enriquecida e reformulável.

Reiteramos que a concepção museológica adotada deve fornecer a base necessária para o desenvolvimento do planejamento estratégico a ser elaborado, cujos projetos deverão ser executados de acordo com as características dos diversos contextos em interação com os muitos sujeitos sociais, que serão os responsáveis, junto com os profissionais da Área da Museologia, por dotar a Política de Formação e Capacitação de características próprias e, conseqüentemente, alimentando a produção de conhecimento, que será construído em um processo constante de interação, de ação e de reflexão.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS
- EXPEDIENTE -

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Gilberto Gil Moreira
Ministro de Estado da Cultura

Márcio Augusto Freitas de Meira
Secretário do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas

Maria Elisa Costa
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

José do Nascimento Júnior
Coordenador de Museus e Artes Plásticas/SPMAP/MinC

Contribuições recebidas e presentes nas reuniões para a discussão das bases da Política Nacional de Museus:

PROFISSIONAIS

Abino Oliveira, Afonso de Melo Franco, Aguinaldo C. C. A. Coelho, Alexandre Diniz, Ana Cristina Evres, Ana Gantois, Ana Gita de Oliveira, Ana Lúcia Duarte Lanna, Ana Maria Leitão Vieira, Ana Silvia Bloise, Andréa Sabino Lopes, Anelise Pacheco, Ângela Moliterno, Antônia Paula dos Santos, Átila Bezerra Tolentino, Beatriz Góis Dantas, Carlos Alberto R. de Xavier, Carlos Magalhães, Cecília V. Ribeiro, Celina Albano, Cícero Antônio Fonseca de Almeida, Clarete Magnhotto, Cláudia Márcia Ferreira, Cláudia Penha dos Santos, Cláudio Nelson O. Barbosa, Cristina Bruno, Denise Studart, Deolinda Conceição Taveira Moreira, Dorcas Weber, Edina Laura Nogueira Gama, Edna Taveira, Eduardo Vélez, Eliane Fonseca, Elisabeth Zolcsak, Elizabete Neves Pires, Elza Maria Vasques La Farina, Eneida Rocha, Fernando Lins de Carvalho, Fernando

Sendyk, Francisco do Vale Pereira, Francisco Marshal, Genilton Ferreira dos Santos, Gina Machado, Graça Teixeira, Gustavo Pereira Pinto, Heitor Reis, Helena Quadros, Helena Zucon, Hélia Maria de Paula Barreto, Hélio de Queiroz B. Fernandes, Hélio Oliveira, Hugues de Varine, Inês Coutinho, Ione Carvalho Araújo, Jane Batista, Jarbas Silva Marques, Joaquim Paiva, José C. Schertel, José Carlos Levinho, José Frederico Júnior, José Neves Bitencourt, José Rui Mourão, Joseânia Miranda, Judite Primo, Katia Resende, Lauro Cavalcanti, Lídia Meireles, Lucia Hussak van Velthem, Luiz Antonio Ewbank, Luiz Antônio Bolcato Custódio, Luz Francisco Belém Machado, Luzia Ventura, Magali Cabral, Maria Ignês Mantovani, Marcelo Oliveira, Marcelo Silva dos Santos, Marco Antonio Lazarini, Marcus Granato, Maria Célia T. M. Santos (Coordenadora do eixo programático de Formação e Capacitação), Maria Cristina Freitas, Maria das Graças Ribeiro, Maria de Lourdes Horta, Maria Elisa Leonel, Maria Esther Valente, Maria Lucineide Ribeiro, Mariana F. da Cunha, Marilene Cunha, Marilene Rubin, Marília Xavier Cury, Mario Chagas, Mario Moutinho, Mestra Verônica Meneses, Miriam Rodin, Mônica Iafrati, Nayte Vitelo, Neuza Maria Andrade Couto, Nóris Leal, Odalice Miranda Priosti, Oscar Ortman, Paulo Herkenhoff, Paulo Sérgio G. Ferreira, Pedro Rubens Vargas, Regina Batista, Robério Dias, Rosa Lourenço Arraes, Rosana Nascimento, Rosângela M. de Brito, Sahara Cyrino, Sandro di Lima, Sérgio Abrahão, Sérgio Azevedo, Silvia Medeiros, Silvia Regina Rocha, Simone Flores Monteiro, Socorro Alves Secundo Góis, Sônia Santos Carvalho, Tânia Mara de Mendonça, Tatiana Mellins Costa Araújo, Telma Camargo da Silva, Telma Lasmar, Teresa Scheiner, Tereza Cruz, Terezinha Oliva, Turíbio Santos, Vagner dos Santos Barbosa, Valéria Lena, Vani Pereira, Vânia de Oliveira, Vânia Carvalho Rola Santos, Vera Alencar, Vera Siqueira, Vera Tostes, Vicente Roque Ventana, Walter Vieira Priosti, Zaira Medeiros.

MUSEUS

Casa de Benim, Casa de Cultura Odilon Nunes, Centro Cultural Dragão do Mar, Cinemateca Brasileira, Ecomuseu de Ribeirão da Ilha, Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro, MAE/USP, Memorial dos Governadores, Museu Abelardo Rodrigues, Museu Aeroespacial, Museu Afro-brasileiro, Museu Antropológico Diretor Pestana, Museu Carlos Costa Pinto, Museu Casa de Rui Barbosa, Museu da Inconfidência, Museu da República, Museu da Vida/Fiocruz, Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, Museu de Arte de Belém, Museu de Arte de Goiânia, Museu de Arte Moderna da Bahia, Museu de Arte Sacra/UFBA, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Museu de Azulejos e Cerâmica, Museu de Biologia Mello Leitão, Museu de Folclore Edison Carneiro, Museu de Geociência/UnB, Museu do Homem do Nordeste, Museu do Índio, Museu do Instituto Biológico, Museu do Palácio da Aclamação, Museu Emílio Goeldi, Museu Eugênio Teixeira Leal, Museu Histórico e Diplomático, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu João Caetano, Museu Lasar Segall, Museu Nacional de Belas Artes, Museu Nacional, Museu Sacaca do Desenvolvimento, Museu Santa Casa da Misericórdia, Museu Universitário - Ecomuseu Ribeirão Ilha /UFSC, Museu Universitário/UFSC, Museu Villa-Lobos, Museus Castro Maya, Museus do IPAC, Museus Navais, Paço Imperial, Sítio Roberto Burle Marx

ÓRGÃOS

Agência Goiana de Cultura, Associação Brasileira de Museologia, Associação de Museólogos da Bahia, Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha, Comissão de Patrimônio Cultural/USP, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Conselho Federal de Museologia, Conselho Regional de Museologia/1ª Região,
Conselho Regional de Museologia/2ª Região, Conselho Regional de Museologia/4ª Região, Conselho Regional de Museologia/5ª Região, Curso de Especialização da Universidade Estadual de Santa Catarina, Curso de Especialização da Universidade Federal da Bahia, Curso de Especialização da Universidade Federal de Goiás,
Curso de Especialização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Especialização em Museologia/USP, Curso de Museologia da Unirio, Curso de Museologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Diretoria de Museus do Rio de Janeiro, Escola de Museologia/UniRio, Fórum de Museus de Pernambuco, Fórum de Museus Universitários, FUMBEC/MABE, Fundação Cultural do Tocantins, Fundação Joaquim Nabuco, Fundação Vitae, Ministério da Educação, Ministério da Justiça,
Ministério das Comunicações, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Movimento da Nova Museologia - Portugal, Núcleo de Estudos Museológicos, Secretaria de Cultura de Goiânia, Secretaria de Cultura e Turismo/BA, Secretaria de Cultura/DF, Secretaria de Cultura/PA,

Secretaria de Cultura/SC, Secretaria de Cultura/SE, Secretaria Estadual de Cultura/RS, Secretaria Estadual de Cultura/PR, Secretaria Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Rondônia (mudei de lugar), Secretaria Municipal de Cultura/Porto Alegre,
Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, Sistema Estadual de Museus/PR,
Sistema Integrado de Museus/PA, Sistema Integrado de Museus/Pará, Subsecretaria de Cultura/PB,
Superintendência de Museus de Minas Gerais,
Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Portugal, 6ª Superintendência Regional do Iphan/RJ, 13ª Superintendência Regional do Iphan/MG.

Anexo III

Decreto Semana de Museus e Comemorações Dia do Museólogo

Decreto de 31 de maio de 2004

Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição, DECRETA:

Art. 1° Fica instituída a Semana dos Museus, a ser comemorada no mês de maio de cada ano.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura a coordenação das comemorações para a Semana
dos Museus, com a colaboração do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus e demais entidades nacionais vinculadas ao meio museológico brasileiro.

Art. 2° Fica instituído o Dia Nacional do Museólogo, a ser comemorado no dia 18 de dezembro de
cada ano.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 31 de maio de 2004;
183° da Independência e 116° da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
João Luiz Silva Ferreira

Anexo IV

Decreto 5.264/2004 – Criação do Sistema Brasileiro de Museus

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.264 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2004.

Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I - a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II - a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III - a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e

IV - o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Art. 2º São características das instituições museológicas, dentre outras:

I - o trabalho permanente com patrimônio cultural;

II - a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;

III - o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e

IV - a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Art. 3º As instituições museológicas dos órgãos vinculados ao Ministério da Cultura passam a integrar o Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o Ministério da Cultura:

I - outras instituições museológicas vinculadas aos demais Poderes da União, bem como de âmbito estadual e municipal;

II - as instituições museológicas privadas, inclusive aquelas das quais o Poder Público participe;

III - as organizações sociais, os museus comunitários, os ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos;

IV - as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico; e

V - outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I - promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III - divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV - estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V - estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII - incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII - contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX - propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X - propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI - incentivar a formação, atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII - estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 5º O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - dois do Ministério da Cultura;

II - um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

III - um do Ministério da Educação;

IV - um do Ministério da Defesa;

V - um do Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI - um do Ministério do Turismo;

VII - um dos sistemas estaduais de museus;

VIII - um dos sistemas municipais de museus;

IX - um de entidade representativa dos museus privados de âmbito nacional;

X - um do Conselho Federal de Museologia;

XI - um de entidade de âmbito nacional representativa dos ecomuseus e museus comunitários;

XII - um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;

XIII - um da Associação Brasileira de Museologia, e

XIV - dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§ 2º O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será coordenado pelo Ministro de Estado da Cultura, ou por representante por ele designado.

§ 3º Os representantes, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades representados e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura.

§ 4º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Comitê Gestor especialistas, personalidades e representantes de órgãos e entidades dos setores público e privado, desde que os temas da pauta justifiquem o convite.

§ 5º Poderão ser constituídos, no âmbito do Comitê Gestor, grupos temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos.

Art. 6º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada função relevante, não remunerada.

Art. 7º Ao Ministério da Cultura cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos de secretaria do Comitê Gestor e dos grupos temáticos.

Art. 8º Para o cumprimento de suas funções, o Comitê Gestor contará com recursos orçamentários e financeiros consignados no orçamento do Ministério da Cultura.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de novembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Gilbero Gil

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.11.2004

Anexo V

Lei Nº 11.904 – Estatuto Brasileiro de Museus

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009.

Mensagem de veto

Vigência

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional.

Parágrafo único. A aplicação deste artigo está vinculada aos princípios basilares do Plano Nacional de Cultura e do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural.

Art. 3º Conforme as características e o desenvolvimento de cada museu, poderão existir filiais, seccionais e núcleos ou anexos das instituições.

Parágrafo único. Para fins de aplicação desta Lei, são definidos:

I – como filial os museus dependentes de outros quanto à sua direção e gestão, inclusive financeira, mas que possuem plano museológico autônomo;

II – como seccional a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal;

III – como núcleo ou anexo os espaços móveis ou imóveis que, por orientações museológicas específicas, fazem parte de um projeto de museu.

Art. 4º O poder público estabelecerá mecanismos de fomento e incentivo visando à sustentabilidade dos museus brasileiros.

Art. 5º Os bens culturais dos museus, em suas diversas manifestações, podem ser declarados como de interesse público, no todo ou em parte.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

§ 3º (VETADO)

Art. 6º Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

CAPÍTULO II

Do Regime Aplicável aos Museus

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º A criação, a fusão e a extinção de museus serão efetivadas por meio de documento público.

§ 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

§ 2º A criação, a fusão ou a extinção de museus deverá ser registrada no órgão competente do poder público.

Art. 9º Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público.

§ 1º Os museus, à medida das suas possibilidades, facultarão espaços para a instalação de estruturas associativas ou de voluntariado que tenham por fim a contribuição para o desempenho das funções e finalidades dos museus.

§ 2º Os museus poderão criar um serviço de acolhimento, formação e gestão de voluntariado, dotando-se de um regulamento específico, assegurando e estabelecendo o benefício mútuo da instituição e dos voluntários.

Art. 10. (VETADO)

Art. 11. A denominação de museu estadual, regional ou distrital só pode ser utilizada por museu vinculado a Unidade da Federação ou por museus a quem o Estado autorize a utilização desta denominação.

Art. 12. A denominação de museu municipal só pode ser utilizada por museu vinculado a Município ou por museus a quem o Município autorize a utilização desta denominação.

Seção I

Dos Museus Públicos

Art. 13. São considerados museus públicos as instituições museológicas vinculadas ao poder público, situadas no território nacional.

Art. 14. O poder público firmará um plano anual prévio, de modo a garantir o funcionamento dos museus públicos e permitir o cumprimento de suas finalidades.

Art. 15. Os museus públicos serão regidos por ato normativo específico.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, o museu público poderá estabelecer convênios para a sua gestão.

Art. 16. É vedada a participação direta ou indireta de pessoal técnico dos museus públicos em atividades ligadas à comercialização de bens culturais.

Parágrafo único. Atividades de avaliação para fins comerciais serão permitidas aos funcionários em serviço nos museus, nos casos de uso interno, de interesse científico, ou a pedido de órgão do Poder Público, mediante procedimento administrativo cabível.

Art. 17. Os museus manterão funcionários devidamente qualificados, observada a legislação vigente.

Parágrafo único. A entidade gestora do museu público garantirá a disponibilidade de funcionários qualificados e em número suficiente para o cumprimento de suas finalidades.

Seção II

Do Regimento e das Áreas Básicas dos Museus

Art. 18. As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento.

Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários.

Art. 20. Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

Subseção I

Da Preservação, da Conservação, da Restauração e da Segurança

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 26. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

Parágrafo único. (VETADO)

Subseção II

Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

Art. 30. Os museus deverão disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação.

Subseção III

Da Difusão Cultural e Do Acesso aos Museus

Art. 31. As ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer os bens culturais incorporados ou depositados no museu, de forma a propiciar o acesso público.

Parágrafo único. O museu regulamentará o acesso público aos bens culturais, levando em consideração as condições de conservação e segurança.

Art. 32. Os museus deverão elaborar e implementar programas de exposições adequados à sua vocação e tipologia, com a finalidade de promover acesso aos bens culturais e estimular a reflexão e o reconhecimento do seu valor simbólico.

Art. 33. Os museus poderão autorizar ou produzir publicações sobre temas vinculados a seus bens culturais e peças publicitárias sobre seu acervo e suas atividades.

§ 1º Serão garantidos a qualidade, a fidelidade e os propósitos científicos e educativos do material produzido, sem prejuízo dos direitos de autor e conexos.

§ 2º Todas as réplicas e demais cópias serão assinaladas como tais, de modo a evitar que sejam confundidas com os objetos ou espécimes originais.

Art. 34. A política de gratuidade ou onerosidade do ingresso ao museu será estabelecida por ele ou pela entidade de que dependa, para diferentes públicos, conforme dispositivos abrigados pelo sistema legislativo nacional.

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

Art. 36. As estatísticas de visitantes dos museus serão enviadas ao órgão ou entidade competente do poder público, na forma fixada pela respectiva entidade, quando solicitadas.

Art. 37. Os museus deverão disponibilizar um livro de sugestões e reclamações disposto de forma visível na área de acolhimento dos visitantes.

Subseção IV

Dos Acervos dos Museus

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

Subseção V

Do Uso das Imagens e Reproduções dos Bens Culturais dos Museus

Art. 42. Os museus facilitarão o acesso à imagem e à reprodução de seus bens culturais e documentos conforme os procedimentos estabelecidos na legislação vigente e nos regimentos internos de cada museu.

Parágrafo único. A disponibilização de que trata este artigo será fundamentada nos princípios da conservação dos bens culturais, do interesse público, da não interferência na atividade dos museus e da garantia dos direitos de propriedade intelectual, inclusive imagem, na forma da legislação vigente.

Art. 43. Os museus garantirão a proteção dos bens culturais que constituem seus acervos, tanto em relação à qualidade das imagens e reproduções quanto à fidelidade aos sentidos educacional e de divulgação que lhes são próprios, na forma da legislação vigente.

Seção III

Do Plano Museológico

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

a) Institucional;

b) de Gestão de Pessoas;

c) de Acervos;

d) de Exposições;

e) Educativo e Cultural;

f) de Pesquisa;

g) Arquitetônico-urbanístico;

h) de Segurança;

i) de Financiamento e Fomento;

j) de Comunicação.

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exeqüibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

CAPÍTULO III

A Sociedade e os Museus

Seção I

Disposições Gerais

Art. 48. Em consonância com o propósito de serviço à sociedade estabelecido nesta Lei, poderão ser promovidos mecanismos de colaboração com outras entidades.

Art. 49. As atividades decorrentes dos mecanismos previstos no art. 48 desta Lei serão autorizadas e supervisionadas pela direção do museu, que poderá suspendê-las caso seu desenvolvimento entre em conflito com o funcionamento normal do museu.

Art. 50. Serão entendidas como associações de amigos de museus as sociedades civis, sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei civil, que preencham, ao menos, os seguintes requisitos:

I – constar em seu instrumento criador, como finalidade exclusiva, o apoio, a manutenção e o incentivo às atividades dos museus a que se refiram, especialmente aquelas destinadas ao público em geral;

II – não restringir a adesão de novos membros, sejam pessoas físicas ou jurídicas;

III – ser vedada a remuneração da diretoria.

Parágrafo único. O reconhecimento da associação de amigos dos museus será realizado em ficha cadastral elaborada pelo órgão mantenedor ou entidade competente.

Art. 51. (VETADO)

Art. 52. As associações de amigos deverão tornar públicos seus balanços periodicamente.

Parágrafo único. As associações de amigos de museus deverão permitir quaisquer verificações determinadas pelos órgãos de controle competentes, prestando os esclarecimentos que lhes forem solicitados, além de serem obrigadas a remeter-lhes anualmente cópias de balanços e dos relatórios do exercício social.

Art. 53. As associações de amigos, no exercício de suas funções, submeter-se-ão à aprovação prévia e expressa da instituição a que se vinculem, dos planos, dos projetos e das ações.

Art. 54. As associações poderão reservar até dez por cento da totalidade dos recursos por elas recebidos e gerados para a sua própria administração e manutenção, sendo o restante revertido para a instituição museológica.

Seção II

Dos Sistemas de Museus

Art. 55. O Sistema de Museus é uma rede organizada de instituições museológicas, baseado na adesão voluntária, configurado de forma progressiva e que visa à coordenação, articulação, à mediação, à qualificação e à cooperação entre os museus.

Art. 56. Os entes federados estabelecerão em lei, denominada Estatuto Estadual, Regional, Municipal ou Distrital dos Museus, normas específicas de organização, articulação e atribuições das instituições museológicas em sistemas de museus, de acordo com os princípios dispostos neste Estatuto.

§ 1º A instalação dos sistemas estaduais ou regionais, distritais e municipais de museus será feita de forma gradativa, sempre visando à qualificação dos respectivos museus.

§ 2º Os sistemas de museus têm por finalidade:

I – apoiar tecnicamente os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada;

II – promover a cooperação e a articulação entre os museus da área disciplinar e temática ou geográfica com eles relacionada, em especial com os museus municipais;

III – contribuir para a vitalidade e o dinamismo cultural dos locais de instalação dos museus;

IV – elaborar pareceres e relatórios sobre questões relativas à museologia no contexto de atuação a eles adstrito;

V – colaborar com o órgão ou entidade do poder público competente no tocante à apreciação das candidaturas ao Sistema Brasileiro de Museus, na promoção de programas e de atividade e no acompanhamento da respectiva execução.

Art. 57. O Sistema Brasileiro de Museus disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus será composto por representantes de órgãos e entidades com representatividade na área da museologia nacional.

Art. 58. O Sistema Brasileiro de Museus tem a finalidade de promover:

I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II – a valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III – a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;

IV – o desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema;

V – a promoção da qualidade do desempenho dos museus por meio da implementação de procedimentos de avaliação.

Art. 59. Constituem objetivos específicos do Sistema Brasileiro de Museus:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que orientem as atividades desenvolvidas nas instituições museológicas;

IV – estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuem em instituições museológicas;

V – estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da sociedade no setor museológico;

VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas;

VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e integração ao Sistema Brasileiro de Museus;

VIII – contribuir para a implementação, manutenção e atualização de um Cadastro Nacional de Museus;

IX – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no País;

X – propor medidas para a política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XI – incentivar a formação, a atualização e a valorização dos profissionais de instituições museológicas; e

XII – estimular práticas voltadas para permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos museológicos.

Art. 60. Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a formalização de instrumento hábil a ser firmado com o órgão competente, os museus públicos e privados, instituições educacionais relacionadas à área da museologia e as entidades afins, na forma da legislação específica.

Art. 61. Terão prioridade, quanto ao beneficiamento por políticas especificamente desenvolvidas, os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus.

Parágrafo único. Os museus em processo de adesão podem ser beneficiados por políticas de qualificação específicas.

Art. 62. Os museus integrantes do Sistema Brasileiro de Museus colaboram entre si e articulam os respectivos recursos com vistas em melhorar e potencializar a prestação de serviços ao público.

Parágrafo único. A colaboração supracitada traduz-se no estabelecimento de contratos, acordos, convênios e protocolos de cooperação entre museus ou com entidades públicas ou privadas.

Art. 63. Os museus integrados ao Sistema Brasileiro de Museus gozam do direito de preferência em caso de venda judicial ou leilão de bens culturais, respeitada a legislação em vigor.

§ 1º O prazo para o exercício do direito de preferência é de quinze dias, e, em caso de concorrência entre os museus do Sistema, cabe ao Comitê Gestor determinar qual o museu a que se dará primazia.

§ 2º A preferência só poderá ser exercida se o bem cultural objeto da preferência se integrar na política de aquisições dos museus, sob pena de nulidade do ato.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades

Art. 64. (VETADO)

Art. 65. (VETADO)

Art. 66. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, em especial os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens dos museus sujeitará os transgressores:

I – à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a dez e, no máximo, a mil dias-multa, agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, pelo Distrito Federal, pelos Territórios ou pelos Municípios;

II – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de cinco anos;

III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;

IV – ao impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos;

V – à suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o transgressor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 2º No caso de omissão da autoridade, caberá à entidade competente, em âmbito federal, a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

§ 4º Verificada a reincidência, a pena de multa será agravada.

CAPÍTULO V

Disposições Finais e Transitórias

Art. 67. Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados da sua publicação.

Parágrafo único. Os museus federais já em funcionamento deverão proceder à adaptação de suas atividades aos preceitos desta Lei no prazo de dois anos.

Art. 68. Resguardados a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes, o governo brasileiro prestará, no que concerne ao combate do tráfico de bens culturais dos museus, a necessária cooperação a outro país, sem qualquer ônus, quando solicitado para:

I – produção de prova;

II – exame de objetos e lugares;

III – informações sobre pessoas e coisas;

IV – presença temporária de pessoa presa, cujas declarações tenham relevância para a decisão de uma causa;

V – outras formas de assistência permitidas pela legislação em vigor pelos tratados de que o Brasil seja parte.

Art. 69. Para a consecução dos fins visados nesta Lei e especialmente para a reciprocidade da cooperação internacional, deverá ser mantido sistema de comunicações apto a facilitar o intercâmbio internacional, rápido e seguro, de informações sobre bens culturais dos museus.

Art. 70. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação.

Brasília, 14 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Tarso Genro
Roberto Gomes do Nascimento

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.1.2009

Anexo VI
Lei 11.906 Criação do Instituto Brasileiro de Museus

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009.

Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA JURÍDICA, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º Fica criado o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro na Capital Federal, podendo estabelecer escritórios ou dependências em outras unidades da Federação.

Art. 2º Para os fins desta Lei, são consideradas:

I – as instituições museológicas: os centros culturais e de práticas sociais, colocadas a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que possuem acervos e exposições abertas ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer, tendo ainda as seguintes características básicas:

a) a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais;

b) o trabalho permanente com o patrimônio cultural;

c) o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e

d) o compromisso com a gestão democrática e participativa;

II – bens culturais musealizados: o conjunto de testemunhos culturais e naturais que se encontram sob a proteção de instituições museológicas; e

III – atividades museológicas: os procedimentos de seleção, aquisição, documentação, preservação, conservação, restauração, investigação, comunicação, valorização, exposição, organização e gestão de bens culturais musealizados.

Art. 3º O Ibram tem as seguintes finalidades:

I – promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos;

II – estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;

III – incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;

IV – estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de instituições museológicas;

V – promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;

VI – contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;

VII – promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;

VIII – desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural, relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local, e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e

IX – garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado.

Art. 4º Compete ao Ibram:

I – propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;

II – estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no País e promover seu desenvolvimento;

III – fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;

IV – promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;

V – desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;

VI – estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;

VII – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;

VIII – promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas;

IX – implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;

X – promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;

XI – propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;

XII – propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais musealizados, bem como se pronunciar acerca de requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;

XIII – desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;

XIV – estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;

XV – coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;

XVI – promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores; e

XVII – exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA BÁSICA, CONSTITUIÇÃO E DIREÇÃO

Art. 5º O Ibram terá a seguinte estrutura básica:

I – Departamentos;

II – Procuradoria Federal; e

III – Auditoria.

Art. 6º O Ibram será dirigido por 1 (um) Presidente e 3 (três) Diretores e disporá, em sua estrutura regimental, de 1 (um) Conselho Consultivo cuja composição e competências serão estabelecidas na regulamentação desta Lei.

Art. 7º Integram o Ibram:

I – Museu Casa Benjamim Constant;

II – Museu Histórico de Alcântara;

III – Museu Casa das Princesas;

IV – Museu da Abolição;

V – Museu da Inconfidência;

VI – Museu da República;

VII – Museu das Bandeiras;

VIII – Museu das Missões;

IX – Museu de Arqueologia de Itaipu;

X – Museu de Biologia Professor Mello Leitão;

XI – Museu do Diamante;

XII – Museu do Ouro/Casa de Borba Gato;

XIII – Museu Forte Defensor Perpétuo;

XIV – Museu Histórico Nacional;

XV – Museu Imperial;

XVI – Museu Lasar Segall;

XVII – Museu Nacional de Belas Artes;

XVIII – Museu Raymundo Ottoni de Castro Maya;

XIX – Museu Regional Casa dos Ottoni;

XX – Museu Regional de Caeté;

XXI – Museu Regional de São João Del Rey;

XXII – Museu Solar Monjardin;

XXIII – Museu Victor Meirelles; e

XXIV – Museu Villa-Lobos.

Art. 8º O Instituto Brasileiro de Museus sucederá o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN nos direitos, deveres e obrigações decorrentes de convênios ou outros instrumentos firmados relativamente às seguintes unidades:

I – Museu Casa da Hera;

II – Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio;

III – Museu de Arte Sacra de Paraty; e

IV – Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

Parágrafo único. Outras instituições museológicas, a qualquer tempo e na forma da legislação vigente, poderão ser integradas ou administradas pelo Ibram.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 9º À Autarquia de que trata esta Lei serão transferidos todos os acervos, as obrigações e os direitos, bem como a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas da Diretoria de Museus e das Unidades Museológicas a que se refere o art. 7º desta Lei, unidades atualmente integrantes da estrutura básica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Art. 10. Constituem receitas do Ibram:

I – as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento Geral da União;

II – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;

III – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados, as receitas provenientes de empréstimos, auxílios, contribuições e dotações de fontes internas e externas;

IV – o produto da venda de publicações, acervos, material técnico, dados e informações de emolumentos administrativos e de taxas de inscrições em concursos;

V – a retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VI – as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que sejam afetas ou da exploração de imóveis e acervos sob sua jurisdição; e

VII – os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública.

Art. 11. O patrimônio do Ibram, de que trata esta Lei, constituir-se-á de:

I – bens e direitos transferidos em decorrência do disposto no art. 8º desta Lei;

II – doações, legados e contribuições;

III – bens e direitos que adquirir; e

IV – rendas de qualquer natureza derivadas de seus próprios bens e serviços.

CAPÍTULO IV

DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 12. Os servidores do Plano Especial de Cargos da Cultura, em exercício nas Unidades Museológicas previstas nos arts. 7º e 8º desta Lei e no Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, na data de publicação desta Lei, passam a compor o Quadro de Pessoal do Ibram.

§ 1º Até que seja estruturado o quadro de provimento efetivo do Ibram, fica o Ministro de Estado da Cultura autorizado a requisitar, no âmbito da administração pública federal, servidores para

exercício na entidade, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 2º Aos servidores requisitados na forma do § 1º deste artigo são assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, considerando-se o período de requisição para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo que ocupe no órgão ou entidade de origem.

Art. 13. Ficam criados no Ibram, sob o regime do Plano Especial de Cargos da Cultura, 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos, para provimento gradual e por autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, discriminados no Anexo desta Lei, observada a disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir, transpor e remanejar as dotações orçamentárias consignadas ao Iphan, bem como outras dotações compatíveis com a finalidade e os objetivos inerentes ao Ibram;

II – remanejar cargos em comissão e funções gratificadas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para compor a estrutura regimental da Autarquia; e (Vide Decreto nº 6.844, de 2009)

III – atribuir a órgão ou entidade da administração pública federal, preferencialmente integrante da estrutura organizacional do Ministério da Cultura, a responsabilidade de administração de pessoal, de material, patrimonial, de serviços gerais, de orçamento e finanças e de controle interno relativas ao Ibram até que o órgão tenha seu quadro de provimento efetivo estruturado, em conformidade com o art. 52 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Art. 15. O Poder Executivo promoverá a instalação do Ibram, mediante aprovação de sua estrutura regimental, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 16. Ficam transferidos do Iphan para o Ibram 34 (trinta e quatro) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, assim distribuídos: 31 (trinta e um) DAS-2 e 3 (três) DAS-1. (Vide Decreto nº 6.844, de 2009)

Art. 17. Ficam criados, no âmbito do Ibram, 86 (oitenta e seis) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e 59 (cinqüenta e nove) Funções Gratificadas - FG, assim distribuídos: 1 (um) DAS-6, 17 (dezessete) DAS-4, 25 (vinte e cinco) DAS-3, 18 (dezoito) DAS-2, 25 (vinte e cinco) DAS-1, 24 (vinte e quatro) FG-1, 16 (dezesseis) FG-2 e 19 (dezenove) FG-3.

Art. 18. Ficam criados, no âmbito do Iphan, 48 (quarenta e oito) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e 6 (seis) Funções Gratificadas - FG, assim distribuídos: 4 (quatro) DAS-5, 22 (vinte e dois) DAS-4, 22 (vinte e dois) DAS-3 e 6 (seis) FG-1. (Vide Decreto nº 6.844, de 2009)

Art. 19. Ficam criados, no âmbito da Fundação Cultural Palmares, 34 (trinta e quatro) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, assim distribuídos: 1 (um) DAS-4, 12 (doze) DAS-3, 17 (dezessete) DAS-2 e 4 (quatro) DAS-1.

Art. 20. Ficam criados, no âmbito do Ministério da Cultura, 182 (cento e oitenta e dois) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e 4 (quatro) Funções Gratificadas, assim distribuídos: 9 (nove) DAS-5, 20 (vinte) DAS-4, 67 (sessenta e sete) DAS-3, 79 (setenta e nove) DAS-2, 7 (sete) DAS-1, 2 (duas) FG-1 e 2 (duas) FG-2.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de janeiro de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Paulo Bernardo Silva
Roberto Gomes do Nascimento

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.1.2009

ANEXO

CARGOS EFETIVOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA CULTURA, CRIADOS NO QUADRO DE PESSOAL DO IBRAM

Denominação do Cargo	Nível	Quantitativo
Analista I	NS	136
Técnico em Assuntos Culturais	NS	176
Técnico em Assuntos Educacionais	NS	39
Assistente Técnico I	NI	74
Total		425

Anexo VII
DECRETO Nº 6.845/2009 – Aprova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos e em Comissão e das Funções Gratificadas do IBRAM.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.845, DE 7 DE MAIO DE 2009.

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, na forma dos Anexos I e II a este Decreto.

Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 16 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, ficam alocados na estrutura do IBRAM, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS: trinta e um DAS 101.2 e três DAS 101.1.

Art. 3º Em decorrência do disposto no art. 17 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, ficam incorporados, na forma do Anexo IV, à estrutura do IBRAM, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG: um DAS 101.6; quinze DAS 101.4; vinte e cincoDAS 101.3; dez DAS 101.2; vinte e quatro DAS 101.1; dois DAS 102.4; oito DAS 102.2; um DAS 102.1; vinte e quatro FG-1; dezesseis FG-2; e dezenove FG-3.

Art. 4º O Presidente do IBRAM fará publicar, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto, relação dos titulares dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS a que se refere o Anexo II, indicando o número de cargos ocupados e vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 5º O regimento interno do IBRAM será aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura e publicado no Diário Oficial da União, no prazo de noventa dias contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de maio de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
João Bernardo de Azevedo Bringel
João Luiz Silva Ferreira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.5.2009

ANEXO I (do Decreto)

ESTRUTURA REGIMENTAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, autarquia federal, criado pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, vinculado ao Ministério da Cultura, com sede e foro em Brasília, tem as seguintes finalidades:

I - promover e assegurar a implementação de políticas públicas para o setor museológico, com vistas em contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e seus acervos, em consonância com o Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, que institui o Sistema Brasileiro de Museus;

II - estimular a participação de instituições museológicas e centros culturais nas políticas públicas para o setor museológico e nas ações de preservação, investigação e gestão do patrimônio cultural musealizado;

III - incentivar programas e ações que viabilizem a preservação, a promoção e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro;

IV - estimular e apoiar a criação, a manutenção, o fortalecimento e o desenvolvimento de instituições museológicas, em consonância com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;

V - promover o estudo, a pesquisa, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como representação da expressão artística, fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica;

VI - contribuir para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros;

VII - promover a permanente qualificação e a valorização de recursos humanos do setor;

VIII - desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;

IX - garantir os direitos das comunidades organizadas de opinar sobre os processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado; e

X - fiscalizar o patrimônio museológico e aplicar multas e penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 2º Compete ao IBRAM:

I - propor e implementar projetos, programas e ações para o setor museológico, bem como coordenar, acompanhar e avaliar as atividades deles decorrentes;

II - estabelecer e divulgar normas, padrões e procedimentos, com vistas em aperfeiçoar o desempenho das instituições museológicas no país e promover seu desenvolvimento;

III - fiscalizar e gerir técnica e normativamente os bens culturais musealizados ou em processo de musealização;

IV - promover o fortalecimento das instituições museológicas como espaços de produção e disseminação de conhecimento e de comunicação;

V - desenvolver e apoiar programas de financiamento para o setor museológico;

VI - estimular, subsidiar e acompanhar o desenvolvimento de programas e projetos relativos a atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;

VII - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;

VIII - promover o inventário sistemático dos bens culturais musealizados, visando a sua difusão, proteção e preservação, por meio de mecanismos de cooperação com entidades públicas e privadas, em consonância com o art. 41 da Lei nº 11.904, de 2009;

IX - implantar e manter atualizado cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro;

X - promover e apoiar atividades e projetos de pesquisa sobre o patrimônio cultural musealizado, em articulação com universidades e centros de investigação científica, com vistas na sua preservação e difusão;

XI - propor medidas de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações das instituições museológicas, visando manter a integridade dos bens culturais musealizados;

XII - propor medidas que visem a impedir a evasão e a dispersão de bens culturais musealizados, bem como se pronunciar acerca de requerimentos ou solicitações de sua movimentação no Brasil ou no exterior;

XIII - desenvolver e estimular ações de circulação, intercâmbio e gestão de acervos e coleções;

XIV - estimular e apoiar os programas e projetos de qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;

XV - coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de suas atividades sistematizadas;

XVI - promover e assegurar a divulgação no exterior do patrimônio cultural brasileiro musealizado, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores; e

XVII - exercer, em nome da União, o direito de preferência na aquisição de bens culturais móveis, prevista no art. 22 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, respeitada a precedência pelo órgão federal de preservação do patrimônio histórico e artístico.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º O IBRAM tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos colegiados:

a) Diretoria;

b) Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico; e

c) Comitê de Gestão;

II - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;

III - órgãos seccionais:

a) Procuradoria Federal;

b) Auditoria Interna; e

c) Departamento de Planejamento e Gestão Interna.

IV - órgãos específicos singulares:

a) Departamento de Processos Museais;

b) Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus; e

c) Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal; e

V - órgãos descentralizados: Unidades Museológicas.

Parágrafo único. São consideradas como Unidades Museológicas integrantes do IBRAM todas aquelas relacionadas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 11.906, de 2009.

CAPÍTULO III

DA DIREÇÃO E DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I

Da Diretoria

Art. 4º O IBRAM será dirigido pela Diretoria.

Art. 5º A Diretoria será composta pelo Presidente e pelos Diretores dos Departamentos de Processos Museais, de Difusão, Fomento e Economia dos Museus e de Planejamento e Gestão Interna.

§ 1º As reuniões da Diretoria serão ordinárias e extraordinárias, estando presentes, pelo menos, o Presidente e dois membros.

§ 2º As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Presidente e as extraordinárias pelo Presidente ou pela maioria dos membros da Diretoria, a qualquer tempo.

§ 3º A Diretoria deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente, ainda, o voto de qualidade.

§ 4º O Procurador-Chefe, o Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal e um representante dos funcionários, eleito diretamente pelo conjunto dos servidores participarão, sem direito a voto, das reuniões da Diretoria.

§ 5º A critério do Presidente, será facultada a participação, sem direito a voto, de representantes das Unidades Museológicas.

§ 6º Em caso de impedimento do membro titular, este será representado por seu substituto legal.

§ 7º As reuniões da Diretoria serão lavradas em atas e será dada publicidade às suas decisões.

Seção II

Do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

Art. 6º O Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico será presidido pelo Presidente do IBRAM, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros:

I - um representante, e respectivo suplente, de cada uma das seguintes entidades, indicados pelos respectivos dirigentes:

a) Conselho Internacional de Museus - ICOM;

b) Associação Brasileira de Museus - ABM;

c) Conselho Federal de Museologia - COFEM;

d) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;

e) Fundação Nacional de Artes - FUNARTE;

f) Comitê Brasileiro de História da Arte - CBHA;

g) Fundação Cultural Palmares - FCP; e

h) Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

II - treze representantes da sociedade civil, com notório e especial conhecimento nos campos de atuação do IBRAM.

§ 1º Os membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico serão indicados pelo Presidente do IBRAM e designados pelo Ministro de Estado da Cultura, para mandato de quatro anos, permitida a recondução.

§ 2º A participação no Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, na qualidade de membro, não será remunerada, sendo considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 7º O funcionamento do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico será regulamentado por regimento interno.

§ 1º O Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou da maioria dos membros.

§ 2º O quorum para a realização das reuniões será de, no mínimo, cinqüenta por cento dos membros votantes e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, à exceção das situações que exijam quorum qualificado, de acordo com o regimento interno.

§ 3º Havendo impedimento do membro titular, este será representado por seu substituto legal, com exceção dos representantes da sociedade civil referidos no inciso II do art. 6º que não possuem substitutos.

§ 4º O Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico poderá, por intermédio do Presidente ou por decisão de seu plenário, convidar técnicos, especialistas e membros da sociedade civil para prestar informações e opinar sobre questões específicas.

§ 5º As reuniões do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico serão lavradas em atas e será dada publicidade às suas decisões.

Seção III

Do Comitê de Gestão

Art. 8º O Comitê de Gestão do IBRAM será composto pelo Presidente, pelos Diretores, pelo Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal, pelo Procurador-Chefe e pelos dirigentes das Unidades Museológicas do IBRAM.

§ 1º O Comitê de Gestão reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou da maioria dos membros.

§ 2º O quorum para a realização das reuniões será de, no mínimo, cinqüenta por cento dos membros votantes e suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, à exceção das situações que exijam quorum qualificado, de acordo com o regimento interno.

§ 3º Havendo impedimento do membro titular, este será representado por seu substituto legal.

§ 4º O Comitê de Gestão poderá, por intermédio do Presidente ou por decisão de seu plenário, convidar técnicos, especialistas e membros da sociedade civil para prestar informações e opinar sobre questões específicas.

§ 5º As reuniões do Comitê de Gestão serão lavradas em atas e será dada publicidade às suas decisões.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I

Dos Órgãos Colegiados

Art. 9º À Diretoria compete:

I - estabelecer a política institucional, as diretrizes e as estratégias do IBRAM;

II - estabelecer diretrizes programáticas, relativas às atividades dos órgãos descentralizados;

III - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto nº 5.264, de 2004;

IV - deliberar sobre:

a) o plano estratégico, a proposta orçamentária e o plano anual ou plurianual de ação do IBRAM;

b) as questões propostas pelo Presidente ou pelos membros da Diretoria;

c) o relatório anual e a prestação de contas;

d) a remuneração relativa a serviços, aluguéis, produtos, permissões, cessões, operações e ingressos das Unidades Museológicas do IBRAM;

e) o valor das multas estabelecidas na legislação de proteção ao patrimônio musealizado, ouvidos os órgãos competentes;

f) os Planos Museológicos das Unidades Museológicas do IBRAM;

g) o programa de formação, treinamento e capacitação técnica dos profissionais do IBRAM;

h) o programa editorial do IBRAM; e

i) as diretrizes de comunicação para o IBRAM;

V - analisar e acompanhar o desenvolvimento das ações, planos, projetos e programas desenvolvidos pelo IBRAM, com vistas à gestão democrática e participativa e à ampliação do uso e do acesso aos bens culturais musealizados;

VI - aprovar normas, critérios e procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades; e

VII - aprovar o regimento interno do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e zelar pelo cumprimento do regimento interno do IBRAM.

Art. 10. Ao Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico compete:

I - apoiar a formulação de políticas públicas para o setor museológico de maneira democrática e permanente;

II - examinar, apreciar e opinar sobre questões relacionadas à consolidação e desenvolvimento do IBRAM e ao fortalecimento do campo museal;

III - examinar, apreciar e opinar sobre a movimentação e saída do País do patrimônio cultural musealizado;

IV - examinar e opinar sobre questões relacionadas à proteção e à defesa do patrimônio cultural musealizado;

V - apreciar propostas de diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos do IBRAM, de abrangência nacional;

VI - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto nº 5.264, de 2004; e

VII - opinar acerca de questões propostas por seus membros.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso III, em se tratando de bens tombados em nível federal, a autorização deverá contar, necessariamente, com a manifestação favorável do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 11. Ao Comitê de Gestão compete:

I - contribuir na elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico e do Plano Anual do IBRAM;

II - contribuir na elaboração e desenvolvimento dos Planos Museológicos das Unidades Museológicas do IBRAM;

III - estabelecer diretrizes e contribuir para a implantação e o desenvolvimento de políticas de valorização dos recursos humanos, de aquisição, preservação e exposição de bens culturais, de valorização e ampliação do público dos museus;

IV - contribuir para a ampliação, consolidação e desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus, de acordo com o Decreto nº 5.264, de 2004; e

V - apreciar os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico ou pelos membros do Comitê de Gestão.

Seção II

Do Órgão de Assistência Direta e Imediata ao Presidente

Art. 12. Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Presidente em sua representação política e social, bem como em sua interlocução com os Departamentos, Unidades Museológicas e com o público e instituições externas e na apreciação de assuntos políticos e administrativos;

II - incumbir-se da recepção, do preparo e despacho do expediente institucional e pessoal do Presidente, bem como do serviço de cerimonial, da elaboração de pautas, convites, atas de reunião e agendas;

III - prestar apoio técnico e administrativo à Diretoria, ao Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, ao Comitê de Gestão do IBRAM e ao Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus; e

IV - promover a publicação nos meios de comunicação apropriados dos atos oficiais assinados pelo Presidente.

Seção III

Dos Órgãos Seccionais

Art. 13. À Procuradoria Federal, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - exercer a representação judicial e extrajudicial do IBRAM;

II - exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos da estrutura do IBRAM, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e

III - promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do IBRAM, encaminhando-os para inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 14. À Auditoria Interna compete:

I - assessorar a Diretoria, o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico e o Comitê de Gestão no cumprimento dos objetivos institucionais;

II - acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a legalidade e a legitimidade das ações administrativas quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e dos recursos humanos do IBRAM;

III - acompanhar e fiscalizar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos; e

IV - prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 15. Ao Departamento de Planejamento e Gestão Interna compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Serviços Gerais, de Administração Financeira e de Contabilidade Federal no âmbito do IBRAM;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e acompanhar o cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - promover o registro, tratamento, controle e execução das operações relativas à administração orçamentária, financeira, contábil e patrimonial dos recursos geridos pelo IBRAM;

IV - operacionalizar as atividades de execução orçamentária e financeira dos recursos provenientes do Fundo Nacional da Cultura - FNC, dos mecanismos de incentivo a projetos culturais e outros fundos, recursos e instrumentos;

V - programar e acompanhar a execução do orçamento anual do IBRAM;

VI - gerir contratos e processos licitatórios para contratação e aquisição de bens e serviços;

VII - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas de gestão administrativa interna do IBRAM;

VIII - coordenar e supervisionar as ações relativas ao planejamento estratégico da tecnologia da informação e sua respectiva implementação no âmbito do IBRAM;

IX - definir padrões para a captação e transferência de informações, visando à integração operacional das bases de dados e dos sistemas desenvolvidos e implantados no âmbito do Ministério;

X - coordenar e supervisionar o desenvolvimento, manutenção e operação dos sistemas de informações do IBRAM;

XI - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa, bem assim as relacionadas com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

XII - promover a articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central das atividades de organização e modernização administrativa e do Sistema mencionados no inciso XI, e informar o Ministério da Cultura quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

XIII - prestar apoio técnico e administrativo ao Sistema Brasileiro de Museus bem como a todos os órgãos colegiados do IBRAM;

XIV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas anuais e plurianuais do IBRAM;

XV - supervisionar e coordenar a elaboração da proposta orçamentária e da programação financeira do IBRAM; e

XVI - formular e monitorar a implementação dos instrumentos necessários para a execução dos programas e projetos do IBRAM, estabelecendo o modelo de gestão, de financiamento e de acompanhamento da referida execução.

Seção IV

Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 16. Ao Departamento de Processos Museais compete:

I - subsidiar, propor e estabelecer políticas e diretrizes para o aprimoramento, o desenvolvimento e a atuação dos museus brasileiros, com vistas à ampliação do uso e do acesso aos bens culturais musealizados;

II - supervisionar, coordenar, elaborar e desenvolver políticas, planos e programas com vistas a contribuir para a organização, gestão, democratização e desenvolvimento de instituições e processos museais;

III - propor, promover, subsidiar e realizar estudos, pesquisas, programas e projetos sobre o campo museal, políticas públicas no âmbito dos museus, produção artística, patrimônio museológico e memória social;

IV - propor, elaborar, estabelecer e implementar políticas, diretrizes, normas e procedimentos técnicos de aquisição, movimentação, descarte, preservação, conservação, segurança, comunicação e exposição do patrimônio cultural musealizado e em processo de musealização;

V - fiscalizar os bens culturais musealizados ou em processo de musealização, visando a sua preservação e a garantia de sua função social;

VI - implementar procedimentos técnicos, analisar e fiscalizar os processos relativos à comercialização, movimentação e saída do país do patrimônio cultural musealizado ou em processo de musealização;

VII - propor, elaborar, estabelecer diretrizes e procedimentos técnicos para projetos de conservação, construção, intervenção, acessibilidade, segurança e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais;

VIII - propor, subsidiar, desenvolver e coordenar programas e projetos de educação que tomem os museus como referência;

IX - contribuir para o desenvolvimento de processos museais em comunidades populares e tradicionais de acordo com suas especificidades;

X - supervisionar e coordenar o programa editorial do IBRAM, em consonância com as diretrizes da Diretoria; e

XI - estimular, apoiar e subsidiar a formação e capacitação profissional no campo dos museus, e promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação.

Art. 17. Ao Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus compete:

I - subsidiar, propor e estabelecer políticas, diretrizes, normas e procedimentos para a divulgação e difusão, em âmbito nacional e internacional, do campo museal brasileiro;

II - propor, coordenar e desenvolver programas e projetos que viabilizem a difusão e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado ou em processo de musealização, no âmbito de atuação do IBRAM;

III - subsidiar, estimular, apoiar e desenvolver linhas de ação e de estudos sobre economia dos museus e suas interfaces com a indústria cultural;

IV - propor, elaborar e implementar políticas e programas de fomento e financiamento visando assegurar a sustentabilidade e o desenvolvimento dos museus brasileiros;

V - estimular a participação e a organização da sociedade civil no apoio e financiamento das atividades dos museus;

VI - coordenar a elaboração e a implantação de campanhas publicitárias, de publicidade institucional e de utilidade pública do IBRAM, atuando em consonância com diretrizes estabelecidas pela Diretoria, pelo Ministério da Cultura e pela Presidência da República;

VII - propor diretrizes, coordenar e desenvolver projetos e produtos para a difusão do campo museal brasileiro e para a consolidação e desenvolvimento da imagem institucional do IBRAM;

VIII - subsidiar e coordenar a análise dos projetos de natureza museal submetidos a programas de incentivo e fomento à cultura;

IX - propor, formular e implementar estratégias de comercialização de publicações e demais produtos do IBRAM;

X - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação;

XI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de difusão cultural dos museus, produção artística e suas interfaces com a indústria cultural;

XII - estabelecer normas, critérios e procedimentos para a comercialização de produtos e o uso de espaços comerciais nos museus; e

XIII - desenvolver ações de adequação e qualificação dos espaços físicos destinados à comercialização de produtos e serviços dos museus do IBRAM.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal compete:

I - propor, elaborar, estabelecer e implementar políticas, diretrizes, normas e procedimentos técnicos de documentação e gestão de informações, em sua área de atuação;

II - propor, promover, subsidiar, coordenar e realizar estudos e pesquisas sobre Sistemas e Redes de Informação;

III - propor, elaborar, divulgar e coordenar programas e projetos de processamento técnico de acervos museológicos, artísticos, arquivísticos, biblioteconômicos, arquitetônicos e naturais;

IV - promover a disseminação de conhecimentos relativos aos museus brasileiros, gerenciar e manter atualizado o Cadastro Nacional de Museus, bem como todas as outras ferramentas de gestão de informações que estiverem em sua área de competência;

V - propor, elaborar, desenvolver, acompanhar e manter atualizados vocabulários técnicos específicos das áreas de atuação do IBRAM;

VI - coordenar, implantar, subsidiar e contribuir para o desenvolvimento de redes, núcleos, centros, observatórios e laboratórios especializados em sistemas e redes de informação;

VII - propor, elaborar, desenvolver e coordenar programas, projetos e ações de conservação e compartilhamento de informações sobre museus e processos museais;

VIII - estimular, apoiar e subsidiar a formação e capacitação profissional no campo dos museus, em sua área de atuação;

IX - subsidiar e apoiar o Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, especialmente no que se refere à preservação documental e ao armazenamento e processamento de informações; e

X - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural, em sua área de atuação.

Seção V

Dos Órgãos Descentralizados

Art. 19. Às Unidades Museológicas do IBRAM compete:

I - administrar os bens e recursos sob sua guarda e responsabilidade;

II - elaborar, desenvolver e manter atualizado seu Plano Museológico;

III - propor, desenvolver e implementar programas, projetos e ações voltados para a educação, o lazer, o desenvolvimento e a valorização das comunidades em que estão inseridos, em consonância com as diretrizes do IBRAM;

IV - propor, desenvolver e implementar programas, projetos e ações voltados para a preservação, pesquisa, comunicação e valorização do patrimônio musealizado, de forma democrática e participativa, em consonância com as diretrizes do IBRAM;

V - promover o intercâmbio científico, acadêmico e cultural em sua área de atuação e em consonância com as diretrizes do IBRAM;

VI - garantir o acesso amplo e democrático do público às dependências do museu, aos seus programas, serviços e informações, bem como ao conhecimento ali produzido;

VII - manter permanente espírito colaborativo, de intercâmbio e de solidariedade com todas as demais unidades do IBRAM; e

VIII - desenvolver e implementar programas e projetos de formação, valorização e aprimoramento profissional para suas equipes.

Parágrafo único. Para o cumprimento de sua missão institucional, as Unidades Museológicas deverão considerar, sempre que possível, os objetivos específicos elencados no Sistema Brasileiro de Museus, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 5.264, de 2004.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 20. Ao Presidente incumbe:

I - representar o IBRAM;

II - planejar, supervisionar e dirigir as ações técnica e executiva e as gestões administrativa e financeira do IBRAM, adotando métodos e procedimentos que assegurem excelência, eficácia, eficiência e economia;

III - presidir a elaboração e a implementação do Plano Estratégico do IBRAM, bem como a aprovação, o acompanhamento, a execução do orçamento anual e a aplicação de recursos e pagamentos de despesas, ressalvadas as competências da Diretoria, do Comitê de Gestão e do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico;

IV - editar portarias, instruções normativas e outros atos, objetivando o melhor funcionamento do IBRAM;

V - convocar e presidir as reuniões da Diretoria, do Comitê de Gestão e do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico;

VI - editar atos **ad referendum**, nos casos de comprovada urgência;

VII - reexaminar e decidir, em segunda e última instância, na forma do regimento, sobre questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais musealizados; e

VIII - deliberar sobre o exercício do direito de preferência de aquisição de bens culturais móveis, em consonância com o inciso XVII, art. 4º da Lei nº 11.906, de 2009.

Parágrafo único. As atribuições contidas neste artigo poderão ser delegadas, à exceção dos incisos IV, VI e VII.

Art. 21. Aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, supervisionar, coordenar e orientar a execução e a avaliação das atividades de suas áreas de competência, bem como exercer outras atribuições que lhes forem designadas pelo Presidente.

CAPÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 22. Constituem patrimônio do IBRAM:

I - bens e direitos transferidos em decorrência do disposto no art. 9º da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de2009;

II - doações, legados e contribuições;

III - bens e direitos que adquirir; e

IV - rendas de qualquer natureza derivadas de seus próprios bens e serviços.

Art. 23. Os recursos financeiros do IBRAM são provenientes de:

I - dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento-Geral da União;

II - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;

III - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados, receitas provenientes de empréstimos, auxílios, contribuições e dotações de fontes internas e externas;

IV - recursos provenientes da venda de ingressos, produtos culturais, acervos, publicações, material técnico e didático, dados e informações, de emolumentos administrativos e de taxas e multas;

V - a retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VI - as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que sejam afetas ou da exploração de imóveis e acervos sob sua jurisdição, bem como da cessão onerosa de espaço, dos direitos de uso de imagem, e outros direitos;

VII - os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública; e

VIII - produto da arrecadação de multas estabelecidas na legislação de proteção ao patrimônio musealizado.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. O regimento interno do IBRAM definirá o detalhamento dos órgãos integrantes de sua estrutura organizacional, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 25. O IBRAM atuará em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, com Estados, Municípios, Distrito Federal e com a sociedade civil organizada, para consecução de seus objetivos finalísticos, em consonância com as diretrizes da política cultural emanadas pelo Ministério da Cultura.

da Cultura.

ANEXO II

a)QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS.

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
	1	Presidente	101.6
	2	Assessor	102.4
	3	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
PROCURADORIA FEDERAL	1	Procurador-Chefe	101.4
	1	Assistente	102.2
AUDITORIA INTERNA	1	Auditor-Chefe	101.4
	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA	1	Diretor	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	10	Chefe	101.2
	2		FG-1
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS MUSEAIS	1	Diretor	101.4

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
	1	Assistente	102.2
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
	2		FG-1
DEPARTAMENTO DE DIFUSÃO, FOMENTO E ECONOMIA DOS MUSEUS	1	Diretor	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
	2		FG-1
COORDENAÇÃO-GERAL DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO MUSEAL	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
UNIDADE MUSEOLÓGICA I	8	Diretor	101.4
Divisão	16	Chefe	101.2
Serviço	8	Chefe	101.1
	8		FG-1
	16		FG-2
	16		FG-3
UNIDADE MUSEOLÓGICA II	10	Diretor	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	9	Chefe	101.1

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	DAS/ FG
	3		FG-3
UNIDADE MUSEOLÓGICA III	9	Diretor	101.1
	10		FG-1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DE CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS.

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	5,28	1	5,28
DAS 101.4	3,23	15	48,45
DAS 101.3	1,91	25	47,75
DAS 101.2	1,27	41	52,07
DAS 101.1	1,00	27	27,00
DAS 102.4	3,23	2	6,46
DAS 102.2	1,27	8	10,16
DAS 102.1	1,00	1	1,00
SUBTOTAL 1		120	198,17
FG-1	0,20	24	4,80
FG-2	0,15	16	2,40
FG-3	0,12	19	2,28
SUBTOTAL 2		59	9,48
TOTAL (1+2)		179	207,65

ANEXO III

CARGOS ALOCADOS PELO ART. 16 DA LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009.

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.2	1,27	31	39,37
DAS 101.1	1,00	3	3
TOTAL		34	42,37

ANEXO IV

CARGOS CRIADOS PELO ART. 17 DA LEI Nº 11.906, DE 20 DE JANEIRO DE 2009.

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	5,28	1	5,28
DAS 101.4	3,23	15	48,45
DAS 101.3	1,91	25	47,75
DAS 101.2	1,27	10	12,70
DAS 101.1	1,00	24	24
DAS 102.4	3,23	2	6,46
DAS 102.2	1,27	8	10,16
DAS 102.1	1,00	1	1,00
SUBTOTAL 1		86	155,80
FG-1	0,20	24	4,80
FG-2	0,15	16	2,40
FG-3	0,12	19	2,28
SUBTOTAL 2		59	9,48
TOTAL (1+2)		145	165,28

*

Anexo VIII

Decreto Nº 8.124/2013 Regulamentação da Lei 11.904 e 11.906.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013

Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 e na Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009,

DECRETA:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

Art. 2º Para fins deste Decreto, consideram-se:

I - bens culturais - todos os bens culturais e naturais que se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território;

II - bens culturais musealizados - os descritos no inciso I do **caput** que, ao serem protegidos por museus, se constituem como patrimônio museológico;

III - bens culturais passíveis de musealização - bens móveis e imóveis, de interesse público, de natureza material ou imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

IV - centro de documentação - instituição que reúne documentos de tipologias e origens diversas, sob a forma de originais ou cópias, ou referências sobre uma área específica da atividade humana, que não apresente as características previstas nos incisos IX e X do **caput**;

V - coleção visitável - conjuntos de bens culturais conservados por pessoa física ou jurídica que não apresentem as características previstas nos incisos IX e X do **caput**, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente;

VI - degradação - dano de natureza química, física ou biológica, causado por ação natural do tempo, por catástrofes naturais, por manipulação indevida, por armazenamento inadequado, ou por qualquer ação que coloque em risco a integridade física do acervo do museu, passível de restauração total;

VII - destruição - dano total, causado por ação natural do tempo, por catástrofes naturais, por manipulação indevida, por armazenamento inadequado, ou por qualquer ação que inviabilize sua restauração;

VIII - inutilização - dano equivalente a degradação passível de restauração parcial;

IX - museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;

X - processo museológico - programa, projeto e ação em desenvolvimento ou desenvolvido com fundamentos teórico e prático da museologia, que considere o território, o patrimônio cultural e a memória social de comunidades específicas, para produzir conhecimento e desenvolvimento cultural e socioeconômico.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DO IBRAM E DOS MUSEUS PÚBLICOS E PRIVADOS

Art. 3º Compete ao IBRAM:

I - regular, fomentar e fiscalizar o setor museológico;

II - coordenar e monitorar a elaboração e implementação do Plano Nacional Setorial de Museus - PNSM;

III - coordenar o Sistema Brasileiro de Museus - SBM;

IV - regular, coordenar e manter atualizado para consulta:

a) o Registro de Museus;

b) o Cadastro Nacional de Museus - CNM;

c) o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados; e

d) o Cadastro Nacional de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos;

V - elaborar, divulgar e manter atualizado material com recomendações técnicas relacionadas a:

a) preservação, conservação, documentação, restauração e segurança dos bens culturais musealizados e declarados de interesse público;

b) estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas a serem realizados pelos museus, para melhorar progressivamente a qualidade do funcionamento e o atendimento às necessidades de vistantes e usuários;

c) condições de segurança das instalações dos museus;

d) restrições à entrada de objetos e de pessoas, que deverão ser justificadas e expostas em local de fácil visualização para visitantes e usuários;

e) formas de colaboração com entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais;

f) acessibilidade nos museus; e

g) elaboração do plano museológico.

Parágrafo único. O IBRAM desenvolverá estudos e pesquisas relativas aos museus para fins de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas.

Art. 4º Compete aos museus, públicos e privados:

I - registrar os atos de criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção dos museus no órgão municipal, estadual, distrital, ou, na sua ausência, no IBRAM;

II - inserir e manter atualizados informações:

a) no Cadastro Nacional de Museus, quando cadastrados;

b) no Cadastro Nacional de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos;

c) no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados;

III - manter atualizada documentação sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários em consonância com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados;

IV - garantir a conservação e segurança do seu acervo;

V - garantir a acessibilidade universal;

VI - formular, aprovar ou, quando for o caso, propor para aprovação da entidade a que se vincule, sua política de aquisições e descartes de bens culturais que integrem os seus acervos;

VII - disponibilizar livro de sugestões e reclamações em local visível e de fácil acesso a visitantes, sem prejuízo de outros instrumentos a serem disponibilizados com a mesma finalidade, inclusive por meio eletrônico; e

VIII - enviar ao IBRAM dados e informações relativas às visitações anuais, de acordo com ato normativo do Instituto.

Art. 5º Os responsáveis pelos museus deverão zelar pela veracidade dos dados e informações prestadas ao IBRAM.

TÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

CAPÍTULO I

DO PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS

Art. 6º Fica instituído o Plano Nacional Setorial de Museus, instrumento de planejamento estratégico de longo prazo do setor museológico a ser elaborado, implementado, monitorado e coordenado pelo IBRAM, nos termos do inciso XI do **caput** do art. 3º da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. O Plano Nacional Setorial de Museus será realizado em consonância com os princípios do Plano Nacional de Cultura, terá a duração de dez anos, e será avaliado e revisado periodicamente, de forma democrática e abrangente.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO DE MUSEUS

Art. 7º Os atos referentes à criação, fusão, incorporação, cisão ou extinção de museus deverão ser registrados no órgão público estadual, distrital ou municipal competente ou, na sua ausência, no IBRAM.

§ 1º Caso o pedido de registro junto ao órgão competente local seja indeferido, poderá ser requerido registro diretamente no IBRAM.

§ 2º Da decisão proferida pelo IBRAM caberá ainda recurso ao Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus.

§ 3º Os procedimentos e critérios para registro serão definidos em ato normativo do IBRAM.

Seção I

Do Museu Nacional

Art. 8º Compete ao IBRAM a aprovação da utilização da denominação de museu nacional, ouvido o respectivo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, e respeitadas as denominações já existentes na data de publicação deste Decreto.

Seção II

Do Museu Associado ao IBRAM

Art. 9º O Programa Museu Associado ao IBRAM destina-se a reconhecer a atuação, apoiar o funcionamento e desenvolver projetos conjuntos de interesse do setor museológico.

§ 1º Ao museu público ou privado que se destacar por sua excelência e inovação poderá ser concedida a condição de Museu Associado ao IBRAM.

§ 2º A condição de Museu Associado será conferida pelo IBRAM, mediante requerimento, ouvido o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico.

§ 3º Caberá ao IBRAM definir o procedimento para reconhecimento do Museu Associado, ouvido o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico.

CAPÍTULO III

DO CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS

Art. 10. Fica instituído o Cadastro Nacional de Museus - CNM, para produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o setor museológico brasileiro em toda sua diversidade.

§ 1º Os critérios para participação no Cadastro Nacional de Museus serão definidos em ato normativo do IBRAM.

§ 2º O IBRAM disponibilizará informações atualizadas sobre os museus brasileiros para consulta por meio eletrônico, exceto aquelas consideradas de caráter sigiloso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CAPÍTULO IV

DO INVENTÁRIO NACIONAL DOS BENS CULTURAIS MUSEALIZADOS

Art. 11. Fica instituído o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados - Inventário Nacional, instrumento de proteção e preservação do patrimônio museológico, a ser coordenado pelo IBRAM, para os fins previstos no art. 41 da Lei nº 11.904, de 2009.

§ 1º O Inventário Nacional será constituído de informações sobre os acervos dos museus brasileiros, públicos ou privados, fornecidas diretamente pelos museus.

§ 2º Após o envio inicial das informações, os museus atualizarão periodicamente a situação de seu patrimônio perante o Inventário Nacional, por meio da inclusão dos bens adquiridos e descartados nos doze meses anteriores.

Art. 12. A inclusão de informações dos acervos dos museus brasileiros no Inventário Nacional não implica qualquer restrição quanto à propriedade, posse ou a qualquer outro direito real sobre os seus bens.

CAPÍTULO V

DO CADASTRO NACIONAL DE BENS CULTURAIS DESAPARECIDOS

Art. 13. Fica instituído, para os fins previstos no art. 26 da Lei nº 11.904, de 2009, o Cadastro Nacional dos Bens Culturais Desaparecidos, com a finalidade de consolidar e divulgar informações que favoreçam a localização e recuperação de bens musealizados e os declarados de interesse público desaparecidos.

Parágrafo único. Tão logo verificado o desaparecimento e a recuperação dos bens culturais previstos no **caput**, os museus públicos do Poder Executivo federal deverão, e os demais museus poderão, a título de cooperação, inserir informações sobre o fato no Cadastro, em conformidade com ato normativo a ser expedido pelo IBRAM.

CAPÍTULO VI

DO SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS

Art. 14. O Sistema Brasileiro de Museus - SBM é uma rede organizada e constituída por meio de adesão voluntária das instituições relacionadas nos arts. 17 e 18, e visa à coordenação, articulação, mediação, qualificação e cooperação entre os museus brasileiros.

Art. 15. O SBM que tem suas finalidades previstas no art. 58 da Lei nº 11.904, de 2009, colaborará com o desenvolvimento, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Cultura, de que trata a Lei nº 12.343, de 2010, e do Plano Nacional Setorial de Museus.

Art. 16. O IBRAM coordenará o SBM e terá, para tanto, as seguintes atribuições:

I - fixar diretrizes do SBM;

II - buscar a realização dos objetivos específicos previstos no art. 59 da Lei nº 11.904, de 2009; e

III - estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades do SBM.

Parágrafo único. No exercício das atribuições de que trata o **caput**, o IBRAM deverá respeitar a eventual autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que integram o SBM.

Art. 17. Os museus do Poder Executivo federal integrarão o SBM, e dele também poderão fazer parte:

I - museus vinculados aos demais Poderes da União e museus de âmbito estadual, distrital e municipal;

II - museus privados, inclusive aqueles dos quais o Poder Público participe; e

III - museus comunitários e ecomuseus.

Parágrafo único. A participação do museu no SBM dependerá do seu prévio registro na forma disposta no Capítulo II do Título II.

Art. 18. Poderão ainda fazer parte do SBM:

I - as organizações sociais e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo programas, projetos e atividades museológicas;

II - as escolas e as universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos de Museologia; e

III - outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

Art. 19. O SBM disporá de Comitê Gestor para propor diretrizes e ações, apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro, e aprovar a inclusão no sistema de participantes que não sejam museus.

§ 1º O Comitê Gestor do SBM será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - um do Ministério da Cultura;

II - um do Ministério da Educação;

III - um do Ministério da Defesa;

IV- um do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

V - um do Ministério do Turismo;

VI - um do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII - um do Ministério do Meio Ambiente;

VIII - um do IBRAM;

IX - um da Fundação Biblioteca Nacional;

X - um do Arquivo Nacional;

XI - um dos sistemas estaduais de museus;

XII - um dos sistemas municipais de museus;

XIII - um do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus;

XIV - um do Conselho Federal de Museologia;

XV - um da Associação Brasileira de Museologia;

XVI - um da Associação dos Arquivistas Brasileiros;

XVII - um do Conselho Federal de Biblioteconomia;

XVIII - um da Associação Brasileira de Conservadores - Restauradores de Bens Culturais;

XIX - um da Federação de Amigos de Museus do Brasil;

XX - um da Associação Brasileira de Antropologia;

XXI - um de entidade representativa dos museus privados, de âmbito nacional;

XXII - um de entidade representativa dos ecomuseus e museus comunitários, de âmbito nacional; e

XXIII - dois de instituições universitárias relacionadas à área de Museologia.

§ 2º O Comitê Gestor do SBM será presidido pelo Presidente do IBRAM, ou por representante por ele indicado.

§ 3º Cada membro titular do Comitê Gestor terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos eventuais.

§ 4º Os representantes serão indicados pelos titulares dos Ministérios e entidades e serão designados pelo Ministro de Estado da Cultura, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 5º A participação nas atividades do Comitê Gestor e dos grupos temáticos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 6º Caberá ao IBRAM exercer a secretaria executiva do SBM e prestar-lhe o apoio financeiro e administrativo.

§ 7º Caberá ao IBRAM estabelecer o Regimento Interno do Comitê Gestor.

CAPÍTULO VII

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 20. Os museus integrados ao SBM gozam de direito de preferência em caso de venda judicial ou leilão de bens culturais, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.904, de 2009.

1º Para possibilitar o exercício do direito de preferência previsto no **caput**, o responsável pelo leilão ou venda judicial de bens culturais deverá notificar o IBRAM sobre o leilão com antecedência de, no mínimo, trinta dias, e caberá à autarquia estabelecer requisitos mínimos para notificação.

§ 2º Recebida a notificação referida no § 1º, o IBRAM consultará os museus integrantes do SBM para que, no prazo de dez dias, informem interesse na aquisição dos bens objeto da venda judicial ou leilão.

§ 3º Caso um museu integrante do SBM informe interesse, o IBRAM notificará o responsável pelo leilão ou venda judicial com antecedência de, no mínimo, quinze dias à data da alienação do bem.

§ 4º Em caso de concorrência entre os museus do SBM, caberá ao Comitê Gestor, no prazo de cinco dias, determinar que museu terá a preferência, na ausência de sua manifestação, caberá ao seu Presidente a definição.

§ 5º Em se tratando de bem cultural declarado de interesse público, terá preferência museu do IBRAM, caso a autarquia informe interesse na aquisição.

§ 6º O direito de preferência será válido somente se o bem cultural se enquadrar na política de aquisições e descartes de bens culturais do museu, elaborada nos termos do art. 24.

§ 7º O representante legal do museu que pretender exercer o direito de preferência deverá se fazer presente no ato do leilão ou venda judicial, sob pena de preclusão do direito de preferência.

CAPÍTULO VIII

DO FOMENTO AOS MUSEUS E À MEMÓRIA BRASILEIRA

Art. 21. O Programa de Fomento aos Museus e à Memória Brasileira, destina-se a garantir a democratização do acesso aos meios de financiamento público federal, visando à preservação, difusão e valorização do patrimônio museológico e da memória do povo brasileiro.

Parágrafo único. O Programa de Fomento aos Museus e à Memória guardará consonância com as diretrizes do Plano Nacional Setorial de Museus e será gerido pelo IBRAM.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS

CAPÍTULO I

DO REGIMENTO INTERNO

Art. 22. As entidades públicas e privadas definirão a inserção dos museus em sua estrutura organizacional e aprovarão os seus regimentos internos.

CAPÍTULO II

DO PLANO MUSEOLÓGICO

Art. 23. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade, e que poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I - o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II - a identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda, entre os quais se incluem os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, nos mais diferentes suportes;

III - a identificação dos públicos a que se destinam os trabalhos e os serviços dos museus;

IV - os programas, agrupados, desmembrados ou ampliados segundo as especificidades do museu a serem desenvolvidos de acordo com o seguinte conteúdo mínimo:

a) institucional - abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes.

b) de gestão de pessoas - abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;

c) de acervos - abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica;

d) de exposições - abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração;

e) educativo e cultural - abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;

f) de pesquisa - abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;

g) arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;

h) de segurança - abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;

i) de financiamento e fomento - abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;

j) de comunicação - abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e

k) sócio-ambiental - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

Parágrafo único. Além das regras previstas nos § 1º ao § 3º do art. 46 e art. 47 da Lei nº 11.904, de 2009, os projetos e ações relativas à acessibilidade universal nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes do inciso IV do **caput** ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO

Art. 24. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando for o caso, propor, para aprovação da entidade a que se vinculem, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, que será atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus públicos deverão publicizar os termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de informativos nos instrumentos previstos nos Capítulos III, IV e VI do Título II.

Art. 25. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

§ 1º Os responsáveis pelos museus e os agentes que, em razão de ações de preservação, conservação ou restauração, derem causa, mesmo que de forma culposa, a dano ou destruição de bens culturais musealizados, responderão civil e administrativamente pelos seus atos.

§ 2º Em caso de dificuldade em garantir a conservação e segurança dos seus acervos, os museus deverão comunicar o fato ao órgão ao qual estejam vinculados.

Art. 26. Em caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Parágrafo único. Em não havendo entidade sucessora, os inventários e registros referidos no **caput** deverão ser encaminhados ao Poder Público competente para as providências cabíveis nos termos da legislação civil.

CAPÍTULO IV

DO USO DAS IMAGENS E REPRODUÇÕES DOS BENS CULTURAIS DOS MUSEUS

Art. 27. A utilização de imagens e reproduções de bens culturais e documentos pertencentes ao acervo de museus deverá ser precedida de autorização da instituição a que esteja vinculada e, quando for o caso, do autor ou de seus sucessores.

Art. 28. No âmbito de suas funções museológicas, o museu poderá utilizar a imagem e a reprodução dos bens culturais que integrem seus acervos, respeitados os direitos do autor.

Art. 29. O disposto no art. 42 da Lei nº 11.904, de 2009, não exclui a possibilidade de cobrança pelo acesso, utilização e reprodução de bens culturais e documentos, segundo critérios estabelecidos pelo museu ou entidade a que esteja vinculado.

Parágrafo único. Caberá ao IBRAM regulamentar a autorização do uso de imagem e reprodução dos acervos dos museus que o integram.

TÍTULO IV

A SOCIEDADE E OS MUSEUS

CAPÍTULO I

DAS ASSOCIAÇÕES DE AMIGOS DE MUSEUS

Art. 30. Os museus poderão estimular a constituição de associações de amigos dos museus, nos termos do art. 50 e seguintes da Lei nº 11.904, de 2009, grupos de interesse especializado, voluntariado ou outras formas de colaboração e participação sistemática da comunidade e do público.

§ 1º As associações de amigos de museus terão por finalidade apoiar e colaborar com as atividades dos museus, contribuindo para seu desenvolvimento e para a preservação do patrimônio museológico, respeitando seus objetivos.

§ 2º Os planos e os projetos de qualquer natureza que as associações de amigos dos museus pretendam desenvolver no exercício de suas funções deverão ser submetidos à prévia e expressa aprovação dos museus a que se vinculem.

Art. 31. No âmbito do Poder Executivo federal, a atuação de associações de amigos de museus, especialmente em relação à captação de recursos, fica condicionada ao prévio reconhecimento da entidade por ato administrativo dos museus ou, conforme o caso, da instituição a que o museu esteja vinculado.

§ 1º Caberá ao IBRAM estabelecer requisitos para o procedimento de reconhecimento das associações de amigos.

§ 2º Para a manutenção do reconhecimento, as associações de amigos deverão:

I - manter a sua documentação atualizada; e

II - apresentar os seus balanços, acompanhados do relatório de atividades, conforme determinação da instituição a que se vincule o museu, no prazo de cento e vinte dias após o encerramento do exercício.

§ 3º O reconhecimento será revogado, garantido o exercício da ampla defesa e do contraditório, nas seguintes hipóteses:

I - inobservância do disposto no § 2º;

II - descumprimento de compromissos ou projetos assumidos; e

III - prática de infração à legislação ou a execução de ações consideradas prejudiciais aos interesses e à imagem dos museus.

§ 4º A revogação do reconhecimento poderá ser solicitada pelo museu, pela instituição a que o museu esteja vinculado, ou pela própria pela associação, a qualquer tempo, por meio de notificação escrita, com antecedência mínima de noventa dias, sem prejuízo da continuidade dos projetos em andamento.

TÍTULO V

DOS MUSEUS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DA GESTÃO

Art. 32. Os museus públicos estabelecerão seu regimento interno, e caberá ao ente federado a qual estiver vinculado definir a sua forma de gestão.

Parágrafo único. Na definição da forma de gestão do museu, os entes federados poderão estabelecer contratos, convênios, termos de parceria ou instrumentos congêneres, nos termos da legislação vigente, devendo sempre manter os princípios estabelecidos pela Lei nº 11.904, de 2009.

Art. 33. O Poder Público competente estabelecerá um plano anual prévio, fundamentado no plano museológico de cada museu, para garantir o seu funcionamento e o cumprimento de suas finalidades.

§ 1º O plano anual de que trata o **caput** será denominado Plano Anual de Atividades, e será elaborado pelo museu ou órgão ou entidade a que estejam vinculados museus, no ano anterior à sua vigência.

§ 2º O Plano Anual de Atividades deverá contemplar, no mínimo:

I - as ações a serem desenvolvidas e as metas a serem atingidas no exercício;

II - os recursos orçamentários e financeiros destinados ao funcionamento adequado de cada museu e os investimentos necessários ao seu desenvolvimento, de acordo com a lei orçamentária anual; e

III - os recursos humanos e ações de capacitação.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DOS MUSEUS INTEGRANTES DO IBRAM

Art. 34. Os dirigentes dos museus que integram o IBRAM nos termos do art. 7º da Lei nº 11.906, de 2009, serão selecionados segundo critérios técnicos e objetivos de qualificação baseados em:

I - formação;

II - conhecimento da área de atuação do museu;

III - experiência de gestão; e

IV - conhecimento das políticas públicas do setor museológico.

Parágrafo único. O IBRAM adotará processo público para seleção de dirigentes dos museus, conforme critérios estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Cultura.

TÍTULO VI

DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 35. A declaração de interesse público de bens culturais, considerados individualmente ou em conjunto, dependerá de homologação do Ministro de Estado da Cultura, após processo administrativo instaurado perante a Presidência do IBRAM, ouvido o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico.

§ 1º Poderão ser declarados de interesse público os bens culturais musealizados e passíveis de musealização, cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representarem valor cultural de destacada importância para o País, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e linguística.

§ 2º Em caso de risco à integridade do bem cultural, a declaração de interesse público poderá ser concedida cautelarmente pelo Ministro de Estado da Cultura, ficando a concessão definitiva condicionada ao processo administrativo no âmbito do IBRAM.

Art. 36. O IBRAM manterá cadastro específico dos bens declarados de interesse público para fins de documentação, monitoramento, promoção e fiscalização, que poderá fazer parte de outros instrumentos da política nacional de museus.

CAPÍTULO I

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DECLARATÓRIO

Art. 37. O processo administrativo de declaração de interesse público será instaurado perante a Presidência do IBRAM, mediante recomendação técnica do Ministério da Cultura ou do IBRAM, ou por requerimento por qualquer interessado ou do proprietário do bem.

Art. 38. Instaurado o processo, caberá ao Presidente do IBRAM constituir Comissão de Avaliação Técnica integrada por no mínimo três membros para conduzir o processo administrativo.

Art. 39. O processo administrativo terá as seguintes fases:

I - recomendação técnica ou requerimento, protocolado perante a Presidência do IBRAM;

II - constituição da Comissão de Avaliação Técnica;

III - notificação do proprietário ou responsável pelo bem cultural declarando, se for o caso, a antecipação dos efeitos da declaração de interesse público;

IV - manifestação do proprietário ou responsável pelo bem cultural;

V - fase de diligências, em que a Comissão de Avaliação Técnica:

a) poderá realizar a inspeção administrativa no local onde se encontre o bem cultural, precedida de notificação do seu proprietário ou responsável, ou buscar outras informações;

b) lavrará laudo, cujo conteúdo será informado ao proprietário ou responsável pelo bem cultural;

VI - emissão de parecer pela Comissão de Avaliação Técnica, no prazo de sessenta dias, contado da publicação do ato que a constituir, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem;

VII - notificação do proprietário ou responsável pelo bem cultural, e publicação do ato no Diário Oficial e em outros meios, para que os interessados se manifestem no prazo de trinta dias;

VIII - emissão de parecer pela Procuradoria Federal do IBRAM no prazo de trinta dias, para sanear o processo;

IX - após a fase de saneamento, os autos seguirão para o IBRAM, que inserirá a matéria em pauta na reunião ordinária imediatamente subsequente do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, salvo em casos emergenciais, quando será convocada reunião extraordinária na forma do art. 7º, § 1º, ao Anexo I do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009;

X - o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico emitirá parecer quanto ao requerimento de declaração de interesse público dos bens culturais e:

a) em caso de indeferimento, haverá o arquivamento do processo administrativo e a notificação da decisão ao requerente e ao proprietário ou responsável pelos bens culturais; e

b) em caso de deferimento total ou parcial, haverá remessa dos autos do processo ao Ministro de Estado da Cultura para homologação; e

XI - após a homologação pelo Ministro de Estado da Cultura, os autos retornarão à Presidência do IBRAM, que notificará o proprietário ou o responsável, informando-lhe sobre os efeitos do ato.

Parágrafo único. O IBRAM expedirá atos normativos complementares sobre o processo administrativo de declaração de interesse público.

CAPÍTULO II

DOS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 40. Para concretizar o disposto no § 1º do art. 216 da Constituição e no art. 5º da Lei nº 11. 904, de 2009, o proprietário ou responsável pelo bem declarado de interesse público:

I - adotará as medidas de proteção e preservação do bem;

II - informará anualmente o IBRAM sobre o estado de conservação do bem, ou informará, imediatamente, os casos de danos, furto, extravio, ou outras ocorrências que ameacem a sua integridade;

III - comunicará ao IBRAM dificuldades de ordem econômica ou material que impossibilite a garantia da proteção e preservação do bem;

IV - intervirá no bem, somente com prévia anuência do IBRAM;

V - conferirá ao IBRAM direito de preferência em caso de alienação onerosa do bem, que não inibirá o proprietário de gravar livremente a coisa; e

VI - não procederá à saída permanente do bem do país, exceto por curto período, para fins de intercâmbio cultural, com a prévia autorização do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico ou,

caso se destine a transferência de dominio, desde que comprovada a observância do direito de preferência do IBRAM.

Art. 41. O IBRAM orientará sobre as medidas de proteção permitidas na legislação.

Art. 42. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico deliberar sobre proposta da Presidência do IBRAM sobre providências a serem adotadas quando o proprietário ou responsável pelo bem não puder financiar a proteção e a preservação do bem declarado de interesse público, e definir o procedimento a ser seguido nesses casos.

Art. 43. O proprietário ou responsável pelo bem cultural declarado de interesse público será responsabilizado nas esferas administrativa, civil e penal, pelos prejuízos causados pela omissão na prestação das informações referidas neste capítulo.

TÍTULO VII

DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. O não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens musealizados, e de bens declarados de interesse público, sujeitará os transgressores às penalidades previstas no art. 66 da Lei nº 11.904, de 2009, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação federal, estadual, distrital e municipal aplicável, em especial nos arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 9.605, de 1998.

Parágrafo único. As medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos previstos no **caput** terão seus parâmetros estabelecidos em ato normativo do IBRAM.

Art. 45. Com vistas a promover a preservação e proteção dos bens musealizados e declarados de interesse público, e sem prejuízo do disposto no art. 40, consideram-se infrações administrativas:

I - destruir, inutilizar ou degradar museu, bem de museu ou bem declarado de interesse público;

II - alterar o aspecto ou estrutura de edificação do museu, sem autorização da autoridade competente;

III - pichar ou por outro meio conspurcar museu, bem de museu ou declarado de interesse público;

IV - deixar o proprietário de bem declarado de interesse público de informar ao IBRAM a necessidade da realização de obras de conservação e reparação do bem caso não possuir recursos financeiros para realizá-las;

V - intervir em bem declarado de interesse público sem a anuência prévia do IBRAM;

VI - deixar de proceder ao registro de museu no órgão competente;

VII - deixar de elaborar o plano museológico; e

VIII - deixar de manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

Art. 46. A prática de infração administrativa sujeitará os infratores a:

I - multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a dez e, no máximo, a mil dias-multa, agravada em casos de reincidência, vedada sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal ou Municípios;

II - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de cinco anos;

III - perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;

IV - impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos; e

V - suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º O valor do dia-multa, será de, no mínimo, R$ 5,00 (cinco reais) e, no máximo, R$ 7.000,00 (sete mil reais).

§ 2º Os valores das multas estarão sujeitos à atualização monetária desde a ciência pelo autuado da decisão que aplicou a penalidade até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

Art. 47. Verificada a reincidência, a pena de multa poderá ser agravada em um terço.

Parágrafo único. Considera-se reincidente o infrator que cometer nova infração administrativa, depois de transitar em julgado a decisão que o tenha condenado por infração administrativa anterior.

Art. 48. Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, considerados os motivos da infração e suas consequências para o bem musealizado ou declarado de interesse público;

II - os antecedentes do infrator; e

III - a situação econômica do infrator, em caso de multa.

Art. 49. A penalidade de suspensão parcial de atividade apenas será aplicada quando caracterizado risco a bem musealizado e declarado de interesse público e quando não for possível o acesso ao público à área afetada.

Parágrafo único. A sanção referida no **caput** deverá se restringir ao menor espaço físico e pelo menor tempo possível, priorizando a manutenção das atividades do museu, notadamente o atendimento aos usuários, garantida a segurança dos bens existentes.

Art. 50. Nos casos previstos nos incisos II e III do **caput**, do art. 66 da Lei nº 11.904, de 2009, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

Art. 51. O transgressor ou seu sucessor ficam obrigados a indenizar ou reparar os danos causados aos bens de museus e a terceiros prejudicados, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste capítulo.

CAPÍTULO II

DA AÇÃO FISCALIZADORA

Art. 52. A fiscalização e aplicação de penalidades referente às atividades desenvolvidas pelos museus ou por responsáveis pelos bens declarados de interesse público, de que trata a Lei nº 11.904, de 2009, será realizada pelo IBRAM, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração a legislação museológica e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos estaduais, distritais e municipais competentes, e os funcionários do IBRAM, designados para as atividades de fiscalização.

§ 2º Compete exclusivamente ao IBRAM, no âmbito federal, a fiscalização e aplicação das penalidades previstas no art. 66 da Lei nº 11.904, de 2009, aos museus públicos federais.

§ 3º Caso constatadas irregularidades em museus privados, estaduais, distritais e municipais, o IBRAM notificará o ente federativo para fiscalização e eventual aplicação de penalidade.

§ 4º Caso os entes referidos no § 3º não adotem providências durante o período de 60 dias, o IBRAM assumirá as referidas atribuições.

§ 5º Qualquer pessoa, constatando infração a legislação museal, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas.

Art. 53. A fiscalização do IBRAM será realizada por servidores do quadro da autarquia, ocupantes de cargos técnicos de nível superior, qualificados para o exercício da atividade de fiscal, e designados por seu Presidente.

Art. 54. São instrumentos de fiscalização:

I - notificação de infração, procedimento preliminar destinado a correção de irregularidades encontradas; e

II - auto de infração, lavrado em caso de não atendimento da notificação de infração ou quando a notificação se demonstrar inviável.

Parágrafo único. Não será cabível a notificação de infração nos casos em que a irregularidade encontrada não puder ser corrigida.

Art. 55. A notificação de infração deverá conter:

I - identificação do responsável pelo museu a ser notificado, com seu nome, endereço, CPF, entidade a que se vincula e seu CNPJ e, se for o caso, os meios para contato;

II - indicação do local, data e hora da sua lavratura, e das condições verificadas na ocasião;

III- indicação da infração ocorrida, seu fundamento legal, e as providências a serem tomadas;

IV - identificação do bem cultural, que contemplará descrição do bem, e seu registro, caso existente;

V - identificação e assinatura do agente de fiscalização;

VI - assinatura do notificado no termo de ciência;

VII - identificação e qualificação de testemunhas, se houver;

VIII - quando for o caso, identificação do local onde o bem cultural atingido ficará guardado, e nomeação e identificação do fiel depositário;

IX - advertência ao fiel depositário, que assinará termo próprio, de que é vedada, sem prévia autorização do IBRAM, a remoção ou qualquer ação que incida sobre o bem que ficará sob sua guarda.

§ 1º O agente da fiscalização definirá prazo para a correção das irregularidades, que somente poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período concedido inicialmente.

§ 2º Caso as providências tomadas pelo notificado corrijam as irregularidades encontradas, não haverá a lavratura de auto de infração.

§ 3º Caso as providências tomadas pelo notificadas não sejam suficiente para corrigir as irregularidades encontradas, a notificação será convertida em auto de infração e seguirá o procedimento definido neste Decreto.

§ 4º Em caso de recusa do autuado ou de seus prepostos em assinar o termo de ciência, o fato deverá ser relatado na notificação.

Art. 56. Além dos requisitos previstos no art. 58, o auto de infração deverá conter a indicação do prazo para apresentação da defesa e o local em que deverá ser apresentada.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO SANCIONADOR

Art. 57. O processo administrativo é iniciado de ofício por meio da lavratura de auto de infração ou conversão da notificação em auto de informação.

Art. 58. As fases do processo administrativo serão as seguintes:

I - fase de instauração, em que o agente de fiscalização do IBRAM instaurará o processo, no prazo de cinco dias;

II - citação, em que o autuado será citado para apresentar defesa escrita no prazo de quinze dias, contado a partir do recebimento da contrafé do auto de infração;

III - defesa, a ser feita diretamente pelo autuado ou por intermédio de representante legal, devidamente constiuído, formulada por escrito e que conterá os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, e a especificação das provas que o autuado pretende produzir a seu favor, justificadas;

IV - verificação da regularidade formal, em que, transcorrido o prazo para defesa, competirá à autoridade julgadora verificará a regularidade formal do processo;

V - produção de provas, em que a autoridade julgadora poderá requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, e parecer técnico ou contradita do agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido;

VI - alegações finais, em que, concluída a instrução, o autuado será intimado para apresentar alegações finais no prazo de cinco dias;

VII - emissão de parecer pela Procuradoria Geral Federal, quando houver controvérsia jurídica justificada;

VIII - julgamento, em que, oferecidas as alegações finais ou decorrido o prazo sem a manifestação do autuado, a autoridade julgadora decidirá, no prazo de trinta dias, relatando o andamento do processo, e indicando os fatos e fundamentos jurídicos em que se baseia sua decisão, e , se for o caso, a penalidade aplicável;

IX - intimação da decisão, em que o autuado será intimado para tomar ciência e, se for o caso, pagar a multa, no prazo de dez dias;

X **-** do recurso, em que,da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de vinte dias, a ser dirigido à autoridade julgadora recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará ao julgador de segunda instância; e

XI - do julgamento do recurso, em que o recurso será julgado em segunda e última instância pela Diretoria do IBRAM, e, em seguida, será o autuado será intimado da decisão.

§ 1º O processo administrativo será instruído com cópia do auto de infração ou da notificação de infração e de outros documentos pertinentes, como laudos e fotos, e deverão integrá-lo os instrumentos de fiscalização relativos ao museu e aplicados em consequência de uma mesma ação fiscalizadora.

§ 2º Os agentes que exercerão a função de autoridade julgadora em primeira instância serão designados por ato do Presidente do IBRAM, dentre servidores do quadro de pessoal da autarquia, ocupantes de cargos de nível superior, e qualificados para o exercício da atividade.

§ 3º A citação ou a intimação será considerada efetuada na data indicada na carta com aviso de recebimento, que deverá ser juntado ao processo.

§ 4º As diligências e perícias técnicas requeridas pelo autuado serão custeadas por ele e deverão ser realizadas nos prazos estabelecidos pela autoridade julgadora.

§ 5º As provas documentais poderão ser apresentadas até a fase de alegações finais.

§ 6º As testemunhasindicadas pelo autuado serão no máximo três, devendo ser intimadas com antecedência mínima de quinze dias.

§ 7º O autuado é responsável pelo comparecimento de suas testemunhas.

§ 8º O autuado, ou seu representante legal, acompanharão o procedimento administrativo e poderão ter vista dos autos na repartição, e deles extrair, mediante o pagamento dos custos correspondentes, as cópias que desejarem.

§ 9º A defesa e o recurso não serão conhecidos quando apresentados fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

§ 10. Para verificação da tempestividade da defesa será considerada a data de postagem, quando enviada pelos Correios por Aviso de Recebimento - AR, ou a data de protocolo na sede do IBRAM.

§ 11. As incorreções ou omissões do instrumento de fiscalização não acarretarão sua nulidade, quando dele constarem elementos suficientes para determinar a infração e possibilitar a defesa do autuado.

§ 12. O erro no enquadramento legal da infração é irregularidade formal que não acarreta a nulidade do instrumento de fiscalização e pode ser corrigido de ofício pela autoridade julgadora, devendo ser comunicada a correção ao autuado.

§ 13. O erro ou omissão que implique a nulidade do instrumento de fiscalização será declarado no julgamento.

§ 14. Anulado o instrumento de fiscalização com lavratura ou expedição de outro para apuração do mesmo ilícito, o processo concluído será apensado ao novo procedimento instaurado.

§ 15. Para efeito deste Decreto, entende-se por contradita as informações e esclarecimentos prestados pelo agente autuante, necessários à elucidação dos fatos que originaram o instrumento de fiscalização, ou manifestações acerca das razões alegadas pelo autuado, facultado ao agente, nesta fase, opinar pelo acolhimento parcial ou total da defesa.

§ 16. Caberá ao IBRAM, por meio de ato normativo, detalhar as fases do procedimento administrativo previsto neste Capítulo.

TÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 59. Este Decreto deverá ser observado pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal no seu relacionamento, direto ou indireto, com os museus, notadamente quanto ao repasse de recursos, incentivos fiscais, premiações, concursos e demais formas de apoio financeiro.

Art. 60. Os museus públicos deverão elaborar e divulgar sua Carta de Serviços ao Cidadão, nos termos do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, no prazo de doze meses, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 61. Os museus já existentes quando da publicação deste Decreto deverão providenciar seu registro, nos termos previstos no art. 7º, para permitir a visualização de quadro completo de criação de museus no Brasil e o acompanhamento de fusões e extinções.

Art. 62. O IBRAM divulgará os procedimentos para acesso, consulta e inserção das informações no Inventário Nacional, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 63. O IBRAM editará atos complementares para a execução deste Decreto.

Art. 64. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 65. Fica revogado o Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004.

Art. 66. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de outubro de 2013; 192º da Independência e 125º da República.

DILMA ROUSSEFF
Marta Suplicy

Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.10.2013